

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL**

MONIQUE DE SOUZA CARVALHO

**GÊNERO, FEMINISMOS E A HISTÓRIA PROTAGONIZADA POR
MULHERES: as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva**



**Niterói
2023**

**GÊNERO, FEMINISMOS E A HISTÓRIA PROTAGONIZADA POR
MULHERES:** as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva

MONIQUE DE SOUZA CARVALHO

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social. Área de concentração: Sujeitos Sociais e Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Elizabeth Lole dos Santos

**Niterói
2023**

**GÊNERO, FEMINISMOS E A HISTÓRIA PROTAGONIZADA POR
MULHERES:** as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva

MONIQUE DE SOUZA CARVALHO

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social. Área de concentração: Sujeitos Sociais e Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Elizabeth Lole dos Santos

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas (UFF) – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio) – Coorientadora

Prof.^a Dr.^a Luciene Alcinda de Medeiros (PUC-Rio) – Parecerista

Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Lima de Almeida (UERJ) – Parecerista

Prof.^a Dr.^a Adriana de Andrade Mesquita (UFOP) – Parecerista

Prof.^a Dr.^a Andréa Ledig de Carvalho Pereira (PUC-Rio) – Parecerista

Suplentes:

Prof.^a Dr.^a Nivia Valença Barros (UFF)

Prof.^a Dr.^a Inez Terezinha Stampa (PUC-Rio)

**Niterói
2023**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C331g Carvalho, Monique de Souza
Gênero, feminismos e a história protagonizada por mulheres
: as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde
reprodutiva / Monique de Souza Carvalho. - 2023.
188 f.: il.

Orientador: Rita de Cássia Santos Freitas.
Coorientador: Ana Elizabeth Lole dos Santos.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Escola de
Serviço Social, Niterói, 2023.

1. Saúde Reprodutiva. 2. Feminismos. 3. História de
mulheres. 4. Protagonismo feminino. 5. Produção intelectual.
I. Freitas, Rita de Cássia Santos, orientadora. II. Santos,
Ana Elizabeth Lole dos, coorientadora. III. Universidade
Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. IV. Título.

CDD - XXX

AGRADECIMENTOS

Acredito que os agradecimentos são as palavras que demandam mais esforços para serem expressas, afinal, é nessa hora em que me deparo com todos os sentimentos que me atravessaram no decorrer dos anos de pesquisa. É um texto sem bibliografias, regras ou direcionamentos, puramente visceral, pessoal e, portanto, vulnerável. Observo os últimos quatro anos e percebo que foram anos de altos e baixos; talvez mais baixos do que altos; especialmente por causa do período pandêmico que modificou toda a forma como nos relacionamos e vivemos em sociedade.

Diante desses anos difíceis, é gratificante perceber que, embora o ato de pesquisar nos coloque em períodos de grande solidão (sobretudo durante uma pandemia), não estive sozinha nessa caminhada. Assim, começo agradecendo especialmente à minha família: minha mãe, Lili; meu pai, Nelson e a minha irmã, Mayara. Desde o final da adolescência, tenho o sonho ambicioso de me tornar “doutora” antes dos 30 anos; conquista que, ainda que, em muitos momentos, eu tenha duvidado ser possível, a minha família sempre teve a certeza de que eu conseguiria. Não houve um dia sequer em que não me senti motivada, apoiada e acolhida por eles. Por isso, acredito que essa conquista não é apenas minha: é nossa! É fruto de toda uma vida de muito esforço, por parte dos meus pais, para que as filhas fizessem cursos na infância, se dedicassem aos estudos, ingressassem na universidade; enfim, vivessem tudo o que eles, infelizmente, não puderam viver em um país tão desigual quanto o nosso. Eu amo muito vocês três e sou grata por tê-los em minha vida!

Agradeço, com muito carinho e amor, ao Giovane Rosa, que constantemente me lembra que a vida deve ser vivida com leveza; ainda que você tenha uma tese esperando para ser escrita. Obrigada por todo apoio e por enaltecer as minhas conquistas como se fossem suas!

Agradeço também ao meu melhor amigo João Ulisses de Sousa. Quem diria que uma pessoa que eu conheci de forma inusitada, na saída do Campus Gragoatá, se tornaria tão importante na minha vida? Se não fosse pelo apoio do João, desde o período do mestrado, provavelmente eu nem teria tentado a seleção para o doutorado. O João é aquele amigo para todas as horas: é quem eu recorro quando preciso chorar; rir de coisas bobas; ter conversas sérias, ou nem tão sérias assim, enquanto tomamos o nosso café da tarde – que já virou uma tradição. Eu te amo, amigo! Obrigada por tudo!

Gostaria também de agradecer as amigas que fiz no início da graduação em Serviço Social e que, até hoje, permanecem nessa caminhada comigo: Aline Dutra, Barbara Felizardo e Juliana Vargas. Infelizmente, não nos encontramos mais com a frequência que gostaríamos, mas seguimos nos apoiando e torcendo umas pelas outras na mesma intensidade que fazíamos quando nosso convívio era diário; e não tenho dúvidas de que todo esse apoio foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Amo vocês!

Infelizmente, o período pandêmico impediu que eu fizesse novas conexões com pessoas que estavam vivendo o mesmo momento que eu, mas em contrapartida possibilitou que alguns laços fossem estreitados. Aqui, quero agradecer ao Glauber Lucas Ceara Silva que, embora eu já conheça há algum tempo, foi apenas durante a pandemia em que nos aproximamos. No meio acadêmico, onde uma competitividade tóxica tende, muitas vezes, a reinar; é um abraço encontrar alguém que genuinamente torce por você. Conversar com o Glauber é um acalanto, porque percebo que não estou sozinha nessa jornada: as angústias, receios e inseguranças, quando compartilhadas com alguém que as entende e acolhe, viram combustíveis para que a luta continue. E vai continuar!

Eu também não poderia deixar de agradecer à Cristiane Cordeiro da Silva Delfino, minha companheira nesses seis anos intensos de mestrado e doutorado. A Cris, que curiosamente veio da mesma cidade do interior fluminense que eu, foi fundamental em toda essa trajetória: foi a minha dupla nos trabalhos, artigos, estudos, de confidências e desesperos que só a pós-graduação nos faz viver. Obrigada por todos esses anos de gentileza, Cris, é um prazer (e um orgulho) estar concluindo mais uma etapa junto com você! Espero que nossos caminhos continuem a se cruzar nas próximas aventuras que virão!

Quero agradecer à minha orientadora, Rita de Cássia Santos Freitas, por todos os anos em disponibilizou tempo, em sua concorrida agenda, para me auxiliar em meus projetos. Entre a pesquisa de desenvolvimento acadêmico, na graduação, ao doutorado, são oito anos em que sou impactada com as suas sábias palavras e reflexões. Foi com ela que eu aprendi a “arte de pesquisar” e que, infelizmente, as “noites de insônia” podem fazer parte desse processo tão solitário. Obrigada por todo acolhimento, Rita! Sendo sua orientanda, pesquisar não é tão insone e solitário quanto descrito por Mirian Goldenberg.

À Ana Lole, meu muito obrigada; por ter me auxiliado na construção do projeto de pesquisa da seleção de doutorado, por ter participado da minha banca de qualificação

e, agora, por ter aceitado coorientar a minha tese. Seus ensinamentos foram muito importantes para esse trabalho ter se materializado de fato, e eu sou muito grata por ter sido guiada por você nesse longo caminho!

À Luciene Alcinda de Medeiros, muito obrigada por toda a contribuição que tem feito aos meus trabalhos, desde o mestrado! Foi um privilégio tê-la em minha banca de qualificação de doutorado e será um prazer te ouvir, novamente, na defesa da tese. Obrigada por aceitar o convite!

À Andréa Ledig de Carvalho Pereira, Adriana de Andrade Mesquita e Carla Cristina Lima de Almeida, muitíssimo obrigada por aceitar o convite para compor a banca examinadora da minha tese! Tenho certeza de que as suas contribuições serão extremamente ricas e agregadoras.

Agradeço, também, às/aos professoras(es) e funcionárias do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Em especial, agradeço à professora Adriana Soares Dutra, com quem eu tive o prazer de realizar o estágio docente na disciplina “Direitos Humanos e Cidadania”.

Agradeço à Capes pelo fomento que foi primordial para a minha permanência em toda a pós-graduação. Agradeço, especialmente, aos movimentos estudantis que lutaram, e seguem lutando, para que nós, bolsistas, recebamos o tratamento digno que merecemos. Afinal, pesquisa é trabalho!

Enfim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram de maneira direta, ou indireta, para que essa tese se materializasse. Muito mais que um protocolo acadêmico, é um lembrete sobre como a classe trabalhadora pode chegar longe com o incentivo à educação. Obrigada, de coração!

RESUMO

CARVALHO, Monique de Souza. Gênero, feminismos e a história protagonizada por mulheres: as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva. [tese]. Rio de Janeiro, Niterói: Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense; 2023.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as contribuições de Suely Gomes Costa – assistente social, economista, professora e feminista – ao campo da saúde reprodutiva, nas décadas de 1980 e 1990. Nesse percurso, foi necessário se debruçar, a princípio, sobre o modo como a história que conhecemos é contada, sumariamente, a partir da perspectiva masculina branca heterocisnormativa que, inevitavelmente, invisibiliza as marcas deixadas pelas mulheres na história – como as deixadas por Suely Gomes Costa. Para tanto, através do arcabouço teórico feminista aliado à pesquisa bibliográfica – que negam a suposta neutralidade das pesquisas científicas –, esta tese percorre o caminho das lutas dos movimentos de mulheres e feministas, em suas variadas ondas e gerações, para a conquista de direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Uma luta, há de se lembrar, heterogênea, ao entender que, além das diferenças entre mulheres e homens, também existem marcadores sociais que diferenciam as mulheres entre si. Assim, se chega aos caminhos percorridos por Suely Gomes Costa em seu “despertar feminista”: sua experiência no Centro de Saúde Santa Rosa na década de 1980; e no Hospital Universitário Antonio Pedro, na década de 1990. Além da pesquisa bibliográfica, a tese contou, ainda, com o recurso a fontes visuais e orais que foram fundamentais para o processo de reconstrução histórica. Por fim, através das contribuições vanguardistas de Suely Gomes Costa, fica claro que para se garantir uma saúde reprodutiva segura e consciente, além de se atentar às particularidades de cada sujeito social, deve ter em mente que as feminilidades e masculinidades devem ser compreendidas através do seu aspecto relacional.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Reprodutiva. Feminismos. História de Mulheres. Protagonismo feminino.

ABSTRACT

CARVALHO, Monique de Souza. Gender, feminisms and history led by women: the contributions of Suely Gomes Costa in the field of reproductive health. [thesis]. Rio de Janeiro, Niterói: School of Social Work, Federal Fluminense University, 2023.

The present work aims to analyze the contributions of Suely Gomes Costa – social worker, economist, professor and feminist – to the field of reproductive health, in the 1980s and 1990s. Along this path, it was necessary to focus, at first, on the way in which the history we know is told, summarily, from the heterocisnormative white male perspective that, inevitably, makes the marks left by women in history invisible – like those left by Suely Gomes Costa. To this end, through the feminist theoretical framework combined with bibliographical research – which deny the supposed neutrality of scientific research –, this thesis follows the path of the struggles of women's and feminist movements, in their varied waves and generations, for the achievement of sexual rights and reproductive systems in Brazil. A heterogeneous struggle, we must remember, when understanding that, in addition to the differences between women and men, there are also social markers that differentiate women from each other. Thus, we arrive at the paths taken by Suely Gomes Costa in her “feminist awakening”: her experience at the Santa Rosa Health Center in the 1980s; and at the Antonio Pedro University Hospital, in the 1990s. In addition to bibliographical research, the thesis also relied on visual and oral sources that were fundamental to the historical reconstruction process. Finally, through the avant-garde contributions of Suely Gomes Costa, it is clear that to guarantee safe and conscious reproductive health, in addition to paying attention to the particularities of each social subject, it must be borne in mind that femininities and masculinities must be understood through their relational aspect.

KEYWORDS: Reproductive Health. Feminisms. History of Women. Female protagonism.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| LISTA DE IMAGENS | 11 |
| INTRODUÇÃO: o fio que me conduz..... | 13 |
| CAPÍTULO I – Mulheres na história contra-hegemônica: reflexões sobre memórias e feminismos | 26 |
| 1. A história hegemônica: uma narrativa masculina e branca..... | 26 |
| 2. Os feminismos no resgate das memórias femininas | 36 |
| 3. As mulheres fazem parte dos contextos históricos: os feminismos e suas “ondas” . | 46 |
| CAPÍTULO II – Saúde reprodutiva no Brasil nos anos de 1980 e 1990: interlocuções entre os movimentos feministas e de mulheres e as políticas de saúde..... | 59 |
| 1. O movimento de mulheres não deve ser esquecido | 59 |
| 2. Movimentos feministas e de mulheres e saúde reprodutiva enquanto direito no Brasil: avanços e resistências | 66 |
| 2.1. Os feminismos na disputa pelas políticas públicas de saúde | 72 |
| 3. Reforma Sanitária Brasileira e PAISM: a saúde integral da mulher em pauta..... | 81 |
| CAPÍTULO III – Niterói: a cidade do despertar da luta feminista..... | 94 |
| 1. É importante situar de “onde” e de “quando” estamos falando | 94 |
| 2. A política de saúde na cidade de Niterói é fruto de uma luta plural | 102 |
| 3. A trajetória política das mulheres niteroienses | 107 |
| CAPÍTULO IV – Suely Gomes Costa: das aventuras e desventuras de ser uma mulher vanguarda | 117 |
| 1. O caminho metodológico não possui mapas..... | 118 |
| 2. O Centro de Saúde Santa Rosa na efervescência das lutas de mulheres por direitos reprodutivos..... | 126 |
| 2.1. Linha da vida: tecendo histórias nos atendimentos de saúde..... | 133 |
| 3. O Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP) e compreensão de que a saúde reprodutiva também diz respeito às masculinidades | 143 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: a luta das mulheres não tem um “ponto final” | 160 |
| REFERÊNCIAS: | 164 |
| OBRAS DE SUELY GOMES COSTA..... | 164 |
| ENTREVISTAS E PALESTRAS DE SUELY GOMES COSTA | 165 |
| OUTRAS OBRAS | 166 |
| APÊNDICE..... | 182 |
| Quadro - Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado orientadas por Suely Gomes Costa: 182 | |
| ANEXOS | 185 |
| ANEXO 1 - Seminário “Masculino, Feminino, Singular, Plural” | 185 |
| ANEXO 2 – Folder de divulgação da Sala de Planejamento Familiar no HUAP | 187 |

LISTA DE IMAGENS

| Figura | Página |
|---|---------------|
| Figura 1 – Reivindicações dos Diretórios Acadêmicos | 99 |
| Figura 2 – Hospital Universitário Antônio Pedro na década de 1960 | 104 |
| Figura 3 – Cartaz do Centro da Mulher Brasileira | 110 |
| Figura 4 – Seminário Direitos da Reprodução, ALERJ, 1984 | 113 |
| Figura 5 – Divulgação do Seminário Direitos da Reprodução (1984) | 123 |
| Figura 6 – Foto do certificado e da medalha do Título de Professora Emérita à Suely Gomes Costa | 125 |
| Figura 7 – Sala de Planejamento Familiar no HUAP | 153 |
| Figura 8 – Suely Gomes Costa na homenagem realizada pelo PPGPS/UFF | 158 |

*“[...] Estranho bailado esse, dos meus dedos.
Escreve uma história de tranças e entrelaços;
Essa história é a minha história.
Embora não me pertença.” Laetitia Colombani*

INTRODUÇÃO: o fio que me conduz

Nenhuma pesquisa é neutra. Começo a minha tese com essa afirmação, pois creio que a não neutralidade do ato de pesquisar é um entendimento que deve permear todas as nossas ações enquanto pesquisadoras. Logo, na qualidade de mulher, assistente social e feminista, minha implicação com a temática que propus a me debruçar no decorrer desta Tese de Doutorado, intitulada “Gênero, feminismos e a história protagonizada por mulheres: as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva”, se mostra explícita. A saúde reprodutiva, essencialmente ligada ao debate da sexualidade é, muitas vezes, considerada um assunto incompatível com a discussão pública. E é nessa estrutura que os feminismos atuaram e ainda atuam – digo feminismos, no plural, porque ainda que esse seja um movimento social protagonizado por mulheres, é inegável que as mulheres não compõem um grupo homogêneo e, dessa forma, a ação política e a perspectiva teórica que partem do movimento dessas mulheres também se inscrevem na pluralidade.

Com essa assertiva, pretendo elucidar que, quando penso na questão da saúde reprodutiva, penso em uma temática que perpassa a minha existência, a vida das mulheres que me cercam e das mulheres que, diariamente, reivindicam os direitos sobre os seus corpos. Mulheres que, ainda que compartilhem as vivências do gênero, são atravessadas de diferenças – raciais, sexuais, geracionais, dentre outras. Penso em “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017). Aliás, nessa perspectiva, creio que seja importante questionar: qual é o meu lugar de fala? Se “todo ponto de vista é a vista de um ponto”, como defende Leonardo Boff (1998, p. 9), o ponto de onde eu parto é o de mulher branca em uma sociedade historicamente racista.

A consciência dos privilégios de minha branquitude deve permear todas as minhas ações – enquanto mulher, enquanto pesquisadora –, porque embora a saúde reprodutiva seja um direito constantemente ameaçado de todas as mulheres, sem distinção de idade, raça, classe, dentre outras identidades; são as mulheres negras as mais atingidas com a precariedade do acesso aos serviços de saúde. E as estatísticas não negam esse fato. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2017)¹ traz alguns desses dados:

¹ O documento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2017) pode ser lido em: <[Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS \(saude.gov.br\)](http://saude.gov.br/politica-nacional-de-saude-integral-da-populacao-negra)> Acessado em 26 jan. 2021.

A proporção de gestantes que realizou pré-natal e que teve orientação sobre sinais de risco na gravidez foi de 80,8% entre as mulheres brancas, enquanto 66,1% das pretas e 72,7% das pardas receberam essa mesma informação. No que se refere à mortalidade materna, 60% das mortes maternas no ano de 2012 foram de mulheres negras; sendo 34% brancas.

Além disso, o aborto², que arrisco afirmar ser um dos maiores tabus no que se refere à saúde reprodutiva atualmente, apresenta como sua maior vítima a mulher negra, jovem e moradora de periferia – é o que mostra a pesquisa “Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais”³, publicada nos Cadernos de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fricruz), em 2020. Diante dessa realidade e, como mencionado no início deste texto, sendo feminista, como ignorar tal conjuntura nos textos que produzo?

Guacira Lopes Louro (1997) discorre sobre as dificuldades de assumir a qualificação de feminista no meio acadêmico, pois os feminismos implicam em um posicionamento político. Suely Gomes Costa (2011, p. 111), ao pensar sobre a aceitação dos estudos de gênero e história das mulheres no meio acadêmico, afirma que “o caráter militante dessa história [de mulheres] é, em geral, considerado como problema [...]”.

No que se refere ao campo do Serviço Social, especificamente, é observável que debates que priorizem o gênero e suas discussões, como feminismos e masculinidades, são colocados em um lugar de discussão secundária, frequentemente lidos como menos relevantes que o debate de classe, por exemplo. O enfoque que dou às contribuições de Suely Gomes Costa no que se refere a saúde reprodutiva se justifica, pois, essa mulher é uma das percussoras dos estudos de gênero e feminismos no interior do Serviço Social brasileiro.

Suely nasceu em 11 de setembro de 1938; ingressou no curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense em 1959; e em 1967, já ocupava o cargo de professora celetista da mesma instituição. Entre idas e vindas, permaneceu ativa na instituição até o ano de 2017. Assim, além de assistente social, “foi também economista, historiadora, professora e feminista. Foi também a mais velha de

² O aborto é criminalizado no Brasil, sendo previsto nos artigos 124 a 127 do Código Penal do país. Há apenas três hipóteses em que o aborto é permitido: gravidez resultante de violência sexual, anencefalia fetal e quando a gravidez representa risco à vida da gestante. A meu ver, essa realidade é preocupante pois retira das mulheres o direito de decidir sobre os seus próprios corpos.

³ Pesquisa disponível em: <[Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? | Cad. Saúde Pública \(Online\);36\(supl.1\): e00188718, 2020. tab. graf | LILACS \(bvsalud.org\)](https://doi.org/10.1590/S0034-71672020000100003)>. Acessado em 10 out. 2020.

oito irmãos, esposa e mãe de dois filhos. Suely, portanto, é múltipla e não permite ser confinada nos padrões claustrofóbicos da cultura machista” (FREITAS; LOLE; CARVALHO, 2022, p. 5).

Suely Gomes Costa – um nome presente na profissão desde a década de 1960 – através do seu “sair”⁴ (PERROT, 1991) para o mundo público, envolveu-se com as discussões teóricas feministas e, dessa forma, se consolidou como uma das pioneiras⁵ no que diz respeito às discussões de gênero e feminismos no campo do Serviço Social.

É primordial destacar que a minha aproximação com a trajetória de Suely Gomes Costa se deu através da participação enquanto pesquisadora colaboradora do projeto de pesquisa “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social”⁶, que possui como objetivo “produzir uma história do gênero/feminismos no Serviço Social, valendo-se de memórias das pioneiras deste debate, vinculadas a escolas de Serviço Social no Rio de Janeiro (UFF/UERJ/UFRJ/PUC-Rio) e tendo como marco temporal os anos 1980 e 1990” (FREITAS; ALMEIDA; LOLE, 2018, p. 3). Ou seja, as discussões desta tese não se encerram *per si*.

A pesquisa desenvolvida nesta tese de doutorado, assim, faz parte de um objetivo muito maior, que é o de resgatar a história do Serviço Social no Brasil enquanto uma história protagonizada por mulheres. Nesse aspecto, ambas as pesquisas conversam entre si e, em seus diálogos, creio que possibilitam a construção de um acervo bibliográfico dos estudos de gênero e feminismos no Serviço Social e áreas afins. A construção de um acervo dessa natureza é de grande relevância, pois tendemos a não conhecer a nossa história; mais especificamente, não conhecemos a história das mulheres que nos antecederam na profissão.

⁴ Penso ser importante salientar que Michelle Perrot fala da “saída” de um grupo específico de mulheres: as mulheres brancas. Embora não se trate de um conceito “democrático”, por assim dizer, ao não se debruçar sobre a realidade das mulheres negras, por exemplo, tal conceito é relevante para pensarmos o resgate das memórias femininas, que ocorre através de uma ruptura com os cotidianos de gênero.

⁵ Além de Suely Gomes Costa, as professoras Suely Souza de Almeida e Marlise Vinagre Silva, dentre outras, também se dedicaram a pesquisar as relações de gênero e feminismos em seus trabalhos, em um período em que tais debates não eram comuns na academia e, portanto, também podemos chamá-las de pioneiras.

⁶ O Projeto de pesquisa “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social” possui natureza interinstitucional, envolvendo pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), sendo coordenado, assim, por professoras dos cursos de Serviço Social das respectivas instituições: Rita de Cássia Santos Freitas, Carla Cristina Lima de Almeida e Ana Lole.

Tomo por exemplo o fato de eu ter conhecido a história de Suely Gomes Costa apenas quando me envolvi com a pesquisa “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social”, ainda que há mais de três décadas atrás Suely Gomes Costa já estivesse imprimindo em seus trabalhos o seu ativismo – interlocuções nítidas que são observáveis em sua tese de Doutorado “Metáforas do tempo e do espaço doméstico. Rio de Janeiro: Século XIX”, defendida no ano de 1996; assim como nos textos “Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva”, de 2002; e “Movimentos feministas, feminismos”, de 2004.

Nas palavras de Louro (1997, p. 143), “aceitar ou reivindicar tal qualificação [*de feminista*] supõe um processo que passa, certamente, por uma aceitação anterior: a de que nenhuma pesquisa, ou melhor, nenhuma ciência é desinteressada ou neutra”. Suscitar a luta dessa mulher na tese de Doutorado é, para mim, romper com a latente marginalização da presença das mulheres na história, especialmente na história do Serviço Social brasileiro – uma luta que venho travando desde o meu trabalho de conclusão de curso⁷, no qual questiono o processo de feminização do Serviço Social.

É sabido que o Serviço Social, desde a sua gênese, se consolida enquanto uma profissão predominantemente feminina. No entanto, a história “oficial” sobre a profissão, contada nos primeiros anos do curso, traz a imagem da mulher enquanto sujeito passivo desse processo histórico; distante de qualquer protagonismo. Entretanto, ao se debruçar sobre a história das mulheres pioneiras da profissão, se descobre mulheres enquanto “sujeitos sociais e políticos e ainda como sujeitos de conhecimento [...]” (LOURO, 1997, p. 149). Nesse aspecto, é fundamental lembrarmos Dona Ivone Lara, mulher negra, sambista e

[...] uma das primeiras assistentes sociais do país; ou ainda, uma das primeiras mulheres negras a adquirirem educação no nível de terceiro grau [...] ela é uma das poucas representantes vivas de uma manifestação cultural popular brasileira — o samba — que moldou e continua dando formas ao que se quer entender como sendo a debatida identidade nacional. (SANTOS, 2005, p. 17).

Seria ultrajante dizer que Dona Ivone Lara (1921-2018), nos 97 anos que viveu, era “sujeito passivo”. Da mesma forma, Freitas e Braga (2012) mostram que a filantropia, no que concerne o contexto fluminense, foi um campo legítimo para que inúmeras

⁷ TCC intitulado “Feminização do Serviço Social: Ainda persistem aspectos generificados para ingressar no curso?” (Cf. CARVALHO, 2017).

mulheres, em sua maioria professoras do interior do Estado, penetrassem no mundo público.

Nas palavras de Andréa Ledig de Carvalho Pereira (2015, p. 95), a filantropia propiciou a criação de “novas frentes de atuação feminina no campo da proteção social”. Ou seja, estamos falando de mulheres que foram (são) participantes ativas, protagonistas, de todo um processo histórico. O não reconhecimento dessa história e trajetória silencia vozes como as das professoras Dona Inayá Moraes, Nilda de Oliveira Ney, Nair de Souza Motta, Arlete Braga, Maria Bittencourt, Violeta Campofiorito Saldanha da Gama e – avançando no tempo – de Suely Gomes Costa, dentre outras. Concomitantemente, invisibiliza a assistência social enquanto um campo fértil para a criação e consolidação de políticas sociais.

A minha percepção – ao propor um estudo que tencione interlocuções entre os campos de gênero, feminismos e Serviço Social – é a promoção da ideia de que os direitos que nós mulheres, hoje, possuímos são frutos de lutas de “longa duração histórica”⁸ – fazendo uso de um conceito defendido por Suely Gomes Costa em seu livro “Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional”, publicado em 1995. Em suma, são frutos de lutas de mulheres, de muitas vozes, como a de Suely Gomes Costa, que agregou inúmeras contribuições ao campo da saúde, sobretudo da saúde reprodutiva – onde se insere grande parte da sua atuação como pesquisadora, militante e feminista.

Acredito ser importante dar visibilidade a participação feminina nos ciclos das políticas públicas, especialmente no que concerne ao processo de formação de agenda, pois, como diz Audre Lorde (2019, p. 137), “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande”. Os direitos concernentes à saúde sexual e reprodutiva não foram iniciativas únicas e exclusivas daqueles que governam o país, emergiram da iniciativa de mulheres de apontarem a necessidade de se ter o direito à vida sexual segura, “tendo a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo”⁹.

⁸ Nas palavras de Suely Gomes Costa, em entrevista à Almeida e Lole (2016, p. 385): “A perspectiva da longa duração histórica nos permite colocar em cena as muitas temporalidades de um lugar, e também, nelas, a variação de usos e costumes, lembrando que há continuidades e rupturas de modos de ser e de viver [...] implica em reconhecer as desigualdades inerentes às relações de gênero diante de complexas mudanças civilizatórias conduzidas por homens e mulheres”.

⁹ Cf. Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994.

Esse é um exercício que, inegavelmente, só consegui realizar quando me aproximei da epistemologia feminista que, segundo Patricia Ketzer (2017), tem o poder de elucidar os preconceitos de gênero e questioná-los. Ou seja, o exercício de questionar preconceitos – seja de gênero, raça, sexualidade, classe, dentre outros – é de grande valia para a construção de políticas sociais que de fato respondam às necessidades sociais. Em uma sociedade atravessada por preconceitos – seja qual for a sua natureza –, os grupos que fogem dos padrões socialmente impostos são posicionados em um lugar de marginalidade. Norbert Elias e John L. Scotson (2000) chamam esses sujeitos de *outsiders*¹⁰. Para os autores, os *outsiders*, ao contrário dos estabelecidos, são pessoas vistas como “não membros” da sociedade, excluídas dos espaços apenas por serem quem são.

Nesse sentido, uma perspectiva feminista sensível à pluralidade de nossas identidades denuncia lacunas existentes nas políticas sociais, desafia a “ciência hegemônica” e é capaz de redefinir o político (LOURO, 1997). Assim o fez Suely Gomes Costa que, participando do movimento feminista e das discussões teóricas de gênero, teve o seu trabalho profissional de assistente social e de docente impactados, arando esse campo e tornando possível a abertura de brechas para que os dogmas de sua época fossem objetos de reflexão. Dogmas, arrisco dizer, que também eram dela. Com isso, quero dizer que, a partir do conhecimento, a mudança é possível.

E é o que eu pretendo fazer, ao resgatar as contribuições desta mulher no campo da saúde reprodutiva, questionando o porquê do seu protagonismo não ser (re)conhecido em conquistas que foram, e ainda são, tão importantes para nós, enquanto mulheres, e para o campo do Serviço Social. É importante ressaltar que, nesse processo, é possível resgatar a história do próprio Serviço Social como uma história de mulheres.

Dessa forma, a própria Suely Gomes Costa (1994) sinaliza que o “chão histórico” onde se constrói nossa experiência profissional é o das “lutas pelos direitos sociais”. Ainda segundo a professora, essa compreensão nos conduz para uma história de mulheres. Desse modo, a construção desta tese de doutorado é assentada no objetivo geral de analisar as contribuições de Suely Gomes Costa para o Serviço Social no que tange os estudos de gênero e proteção social, especialmente no campo da saúde reprodutiva, nas

¹⁰ Em português, “outsider” pode ser traduzido para “estranho”, “intruso”, “forasteiro” ou “indivíduo não iniciado”.

décadas de 1980 e 1990. A escolha para tal período histórico se justifica pelo fato de que tais décadas marcam dois importantes momentos da trajetória de Suely Gomes Costa: o seu trabalho com a linha da vida, na década de 1980, no Centro de Saúde Santa Rosa; e a sua atuação nas salas de Planejamento Familiar e Saúde Reprodutiva, na década de 1990, no Hospital Universitário Antonio Pedro. Além disso, foi a partir da década de 1980 que as discussões de gênero e feminismos passaram a ganhar mais espaço no âmbito do Serviço Social – período que também coincide com a redemocratização do Brasil (1985).

Dentre os objetivos específicos, destaco: 1) Pensar a história do Serviço Social enquanto uma história protagonizada por mulheres; 2) Analisar a produção no campo dos estudos de gênero e feministas, sobretudo as contribuições de Suely Gomes Costa no campo da produção de conhecimento do Serviço Social, nos anos de 1980 e 1990; 3) Evidenciar a contribuição de Suely Gomes Costa no campo da proteção social e das políticas sociais, especialmente, na saúde reprodutiva.

No processo de construção desta tese, em um movimento de dialogar com as ideias de C. Wright Mills (1972), arrisco afirmar que o “artesanato intelectual” é de suma importância para a pesquisa com viés feminista, que é o caso deste texto. Para o autor, o “artesanato intelectual” é um exercício desenvolvido dentro de cada um de nós. Nesse processo, moldamos a nós mesmas como artesãs ao refletir acerca das nossas experiências. E é exatamente isso que a epistemologia feminista faz: questiona.

Embora eu dê ênfase à vida de uma mulher em específico, Suely Gomes Costa, em minha pesquisa de Doutorado; não pretendo realizar uma biografia sobre a professora, o que se pretende é pôr fochos de luz em sua trajetória de luta na construção de política no âmbito da saúde reprodutiva. É importante, nesse processo, o entendimento de que “[...] o feminino foi recriado social, cultural e historicamente pelas mulheres” (RAGO, 2019, p. 25), ou seja, a política de saúde reprodutiva pode fazer parte do que Margareth Rago (2019, p. 26) chama de “novos modos de existência múltiplos e libertários para as mulheres”.

Nesse aspecto, é imprescindível trazer à baila a ideia de Manuel Castells (1999) de que os movimentos sociais representam identidades de resistência, coletivamente construídas. Para tanto, a “identidade coletiva” se realiza quando as atrizes e atores sociais, acessando o material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade

cultural, capaz de redefinir a sua posição na sociedade e, assim, abalando toda a estrutura social. No que concerne os movimentos feministas, pode-se compreender, ao ler Francine Descarries (2002), que o ponto de convergência que os une é o projeto de uma sociedade na qual a lógica patriarcal, e todo o seu poder regulador, sofra profunda transformação – a fim de se fazer valer os princípios de igualdade, de equidade e de justiça social –, revertendo a ideia de que “o mundo pertence aos homens”, ao reconhecer e legitimar a cidadania das mulheres.

Falar de cidadania, indispensavelmente, “pressupõe não apenas o reconhecimento da igualdade, mas, fundamentalmente, da diferença, e que vivemos em um mundo plural, onde a diversidade se torna cada vez maior” (DIAS, 2009, p. 109). Assim, a diversidade presente nos feminismos aponta raízes diferentes para o problema da opressão contra as mulheres e, deste modo, diferentes formas de combatê-lo. Nesse sentido, Luciene Medeiros e Rita Freitas (2017, p. 12) afirmam que “não pode haver a construção de uma cidadania plena sem a atenção a esses múltiplos aspectos das nossas intimidades. O avançar do tempo possibilitou o diálogo entre várias mulheres”.

Concomitantemente, chamo a atenção que, em um movimento de “escrita de si” (RAGO, 2013), Suely Gomes Costa abriu possibilidades de novas relações de si para consigo e para com a sociedade – como diz Miriam Pillar Grossi (1997), “na busca do ‘outro’ encontra-se a ‘si mesmo’”. Assim, a “escrita de si” pode propiciar que lutas feministas sejam despertadas e reforçadas, na medida em que promove o processo de autorreflexão e afirmação das subjetividades.

Esse foi um exercício que acredito ter sido praticado por Suely Gomes Costa. Ao não subordinar temas como gênero, sexualidade e raça à questão de classe (FREITAS et al., 2016), creio que Suely Gomes Costa aproxima a prática profissional da perspectiva que, hoje, chamamos de interseccional¹¹ – que, resumidamente, é a compreensão de que somos compostos pela intersecção entre classe, raça, sexualidade, gênero, geração, dentre

¹¹“A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela [Crenshaw] refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009, p. 70). Cf. também Collins e Bilge (2020).

outros marcadores sociais. É possível perceber tal preocupação da professora quando essa atenta que:

Problemas da convivência e de hierarquias sociais entre mulheres desiguais por posição de classe, status intelectual e profissional, de raça/etnia e mesmo geração, longe estão de ser equacionados. Nos debates feministas sobre relações de gênero, o tema das desigualdades entre mulheres, além de ocuparem menos espaço e emoção, encontra-se subordinado, regularmente, ao das desigualdades entre os sexos. (COSTA, 2004, p. 24).

A autora, nessa linha de pensamento, prossegue:

Trata-se de inserir, nas contribuições feministas [...] discussões sobre a recriação das desigualdades sociais nas muitas relações sociais que compõem a vida social – classes, raças/etnias, gerações e tantas outras –, mergulhando na complexidade dos esquemas de poder e subordinação. (COSTA, 2004, p. 26).

Ao iniciar tal processo de autorreflexão, é notável que Suely Gomes Costa realiza o lugar em ocupa no mundo, enquanto mulher branca, de classe média e possuidora de inúmeros privilégios. Isto posto, Suely Gomes Costa (2004) percebe que, para uma grande parcela de mulheres, o “sair” apenas é possível quando se apoia em outras mulheres, visto que o aparato assistencial para as amparar, por vezes, é inexistente. Isso ocorre, muitas vezes, pela crença de que esse “sair”, em primeiro lugar, não deve ocorrer – o que se espera, socialmente, é que as mulheres permaneçam em seus cotidianos de gênero.

Assim “para o exercício de atividades fora do espaço doméstico, é trivial que as mulheres precisem delegar tarefas da administração de suas casas a outras mulheres.” (COSTA, 2002, p. 303). É importante salientar que o ato de se “apoiar em outras mulheres” significa, na maioria das vezes, se apoiar em mulheres mais pobres, especialmente mulheres negras.¹²

Nesse sentido, é preciso recorrer às reflexões do feminismo negro. Para Lorde (2019, p. 85), “[...] sugerir que todas as mulheres sofrem a mesma opressão simplesmente porque somos mulheres é perder de vista as muitas e variadas ferramentas do patriarcado”. A autora prossegue e diz que “a opressão de mulheres não reconhece limites étnicos ou raciais, é verdade, mas isso não significa que ela seja idêntica diante dessas

¹² Em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), é possível perceber que a proporção de mulheres ocupadas que se dedicam ao trabalho doméstico é maior entre as mulheres negras, correspondendo a 18,6% entre as mulheres negras e 10% quando se trata das mulheres brancas. Para saber mais, acessar: <[Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil](#)>. Acessado em 27 jan. 2021.

diferenças” (LORDE, 2019, p. 88). Nesse cenário, a importância de uma epistemologia feminista “*queer*”¹³ na construção deste trabalho se reafirma.

Entendo que a construção de estudos e pesquisas que protagonizem a participação de mulheres na história, seja enquanto ação coletiva ou um “sair” (PERROT, 1991) individual, deve ser incentivada, na medida em que essa perspectiva feminista de se pesquisar ainda trava lutas, dentro da academia, para o seu reconhecimento enquanto uma metodologia legítima. Este trabalho, nesse sentido, tem firmado o compromisso de visibilizar as narrativas e vivências de mulheres.

É urgente, no campo do Serviço Social, nos aproximarmos da história daquelas que nos antecederam na profissão. Nesta tese a pergunta que busco responder, no decorrer dos quatro capítulos, é: “Quais foram as contribuições da professora Suely Gomes Costa no campo da política de saúde reprodutiva?”.

Dessa forma, o primeiro capítulo, intitulado de “Mulheres na história contra-hegemônica: reflexões sobre memórias e feminismos” é um capítulo prioritariamente teórico, no qual será refletido sobre o modo como as mulheres, através dos feminismos, passaram a resgatar a memória feminina – historicamente ignorada pela história hegemônica, que tende a priorizar a perspectiva masculina e branca. Resgatar a participação feminina na história é urgente para compreendermos que mulheres são sujeitos ativas na história e, assim, participaram de todos os momentos históricos. Tal exercício, a meu ver, ainda pode ser considerado um ato de revolução, na medida em que nos mostra a importância do estudo das memórias de mulheres para construirmos, parafraseando Walter Benjamin (1994), uma história “escovada a contrapelo”¹⁴. Nesse contexto, defendo a importância de pensarmos o feminismo em sua perspectiva plural, isto é, feminismos. Falo de feminismos pois nós, mulheres, embora estejamos todas ligadas através do nosso gênero, também possuímos outras identidades sociais que são de extrema relevância para situarmos qual é o nosso lugar no extrato social e, conseqüentemente, quais opressões atravessam a nossa existência. Ou seja, entender a pluralidade desse movimento é dar visibilidade à trajetória das mulheres em sua

¹³ De acordo com Louro (2001, p. 546), “*Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”. A princípio, se tratava de um termo utilizado de forma pejorativa para chamar aqueles que fogem do padrão de heterocisnormatividade, entretanto, há na comunidade LGBTIAP+ um movimento de reivindicar esse termo para si, o ressignificando e atribuindo uma conotação positiva.

¹⁴ Ao ler Walter Benjamin, se percebe que “escovar a história a contrapelo” significa nos debruçarmos na história sob o ponto de vista das minorias que, na maioria das vezes, se contrapõe com a história dita oficial, contada pelas classes dominantes. Para essa pesquisa de doutorado, significa revisitar a história através do olhar, e memórias, de mulheres – uma categoria social que sempre esteve silenciada nos documentos oficiais; inclusive em espaços em que são maioria, como é o caso do Serviço Social.

totalidade. É pertinente afirmar que os feminismos são movimentos que, ao longo das décadas, se reinventam e, portanto, a discussões das suas chamadas “ondas” foi primordial para entendermos os seus fluxos e refluxos¹⁵.

O segundo capítulo, “Saúde reprodutiva no Brasil nos anos de 1980 e 1990: interlocuções entre os movimentos feministas e de mulheres e as políticas de saúde”, se debruça sobre o contexto histórico em que emergem as primeiras políticas de saúde voltadas para as mulheres no Brasil. Nessa perspectiva, proponho pensar políticas públicas como um campo de disputa, composto por uma verdadeira polifonia. No papel implicado de ativista feminista, não poderia deixar de falar que, nesse cenário, a participação dos movimentos feministas foram (ainda são) fundamentais para a consolidação da cidadania das mulheres. Há, no entanto, a necessidade de se abrir um “parêntese” para dizer que, embora meu foco seja os feminismos, o movimento de mulheres também partilhou algumas dessas lutas e reconhecer isso é primordial para assimilarmos que as mulheres estão inseridas em todos os movimentos sociais.¹⁶ A partir da “segunda onda feminista”, iniciada no ano de 1960, as mulheres clamaram pela legitimação de seus corpos – entendendo que temas como a sua saúde sexual e reprodutiva devem ser tratados no âmbito público. Por meio desse movimento, que é de luta contínua, os direitos referentes à saúde sexual e à saúde reprodutiva foram conquistados no Brasil; tendo como um dos maiores marcos o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

O terceiro capítulo, “Niterói: a cidade do despertar da luta feminista”, se dedica a apresentar o cenário sociopolítico da cidade de Niterói, no período entre 1980 e 1990 – marco temporal desta tese. Para tanto, foi feita uma viagem no tempo em busca de

¹⁵ A meu ver, os feminismos são vivos e, portanto, estão em constante processo de transformação – na medida em que suas pautas são definidas a partir das necessidades vividas pelas mulheres em determinado espaço e lugar. Por isso, chamo essas movimentações de “ondas”, que demarcam a passagem do tempo e, assim, as transformações vividas pelos feminismos. Com isso, não quero dizer que há uma “superação” do feminismo propagado na onda anterior, mas que, além de se carregar as pautas passadas, acrescentam-se tantas outras. Exemplo disso é o fato de que, em 2023, ainda lutamos pela representatividade feminina na política – uma pauta feminista presente desde a década de 1980, no período de redemocratização do Brasil. Isto posto, compreendo que esse não é um conceito unânime, há quem prefira utilizar a expressão “gerações feministas”. Creio ainda que essa pluralidade de conceitos também demarca a pluralidade do feminismo em si (Cf. COSTA NETO, 2023).

¹⁶ Neste segundo capítulo, refletirei acerca dos encontros e desencontros entre os movimentos feministas e movimentos de mulheres, no entanto, cabe já apontar que todo feminismo é um movimento formado por mulheres, mas nem todo movimento de mulheres é um movimento feminista. Digo, as lutas sociais das mulheres podem partir de problemáticas sociais distantes da questão da discussão de gênero, como a luta das mulheres nos movimentos a favor da reforma agrária, dentre outros. Enfatizo que, ainda assim, mesmo que não reivindicuem a identidade de feminista para si, o movimento de mulheres também contribuiu para as conquistas que nós, mulheres, tivemos em termos de políticas públicas que nos “abracem”.

compreender a história da cidade que é, em essência, uma história de lutas: a cidade que foi fundada por um indígena no século XVI e, concomitantemente, enfrentou um duro processo de escravização; no século XIX se tornou capital do Estado do Rio de Janeiro e, no século XX, foi muito importante para o movimento de Reforma Sanitária Brasileiro. A necessidade de se falar de Niterói deriva do fato de que essa cidade foi palco para as lutas e atuações de Suely Gomes Costa: na qualidade de aluna e, depois, de professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) em suas atividades Centro de Saúde Santa Rosa (CSSR) e no Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP). É importante ressaltar que a relação de Suely Gomes Costa com a cidade foi partilhada com demais professoras e professores da UFF: as histórias de Niterói e da UFF, muitas vezes, se entrelaçam ou se conversam. Portanto, é plausível dizer que a política de saúde de Niterói foi fruto de uma luta plural protagonizada, constantemente, pelas mulheres niteroienses – como Suely Gomes Costa. A trajetória política dessas mulheres foi importante para o plantio dos frutos que colhemos hoje.

O quarto, e último, capítulo desta tese, intitulado “Suely Gomes Costa: das aventuras e desventuras de ser uma mulher vanguarda”, é dedicado à vivência profissional e à produção bibliográfica de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva nos anos 1980 e 1990. A princípio, foi necessário delinear qual o percurso metodológico que me trouxe até aqui, entendendo que não tive mapas para me guiar nesse processo: a pesquisa seguiu o seu próprio curso. Esses caminhos me levaram, mais uma vez, às narrativas de mulheres. Assim, por meio da entrevista que Suely Gomes Costa concedeu à Ana Lole em 2005 (Cf. COSTA, 2005a)¹⁷, é possível ouvir a história da professora no campo da saúde reprodutiva sendo contada por ela própria. Essa e outras entrevistas possibilitaram a escuta de sua voz. Nesse percurso, conduzido por Suely Gomes Costa na companhia de mulheres que a inspiraram, como a professora Hildete Pereira de Melo, é possível visualizar a importância do trabalho de autoconhecimento feminino realizado por ela no Centro de Saúde Santa Rosa (CSSR) com a metodologia da “Linha da Vida”; além da sua audaciosa proposta de se incluir o debate de masculinidades dentro do contexto do planejamento familiar e da saúde reprodutiva no Hospital Universitário Antonio Pedro. No “fim” dessa jornada, se percebe que, na verdade, nos encontramos ainda em seu começo: as reflexões de Suely Gomes Costa seguem atuais, com a

¹⁷ Entrevista realizada no dia 09 de junho de 2005, em Niterói, por Ana Lole por ocasião da construção de sua dissertação de mestrado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Entrevista transcrita por Ana Paula do Nascimento.

capacidade de possibilitar tantos outros avanços para a saúde reprodutiva das mulheres no país.

Por fim, considero que analisar a trajetória da Suely Gomes Costa no campo da proteção social, especialmente da saúde reprodutiva, agrega contribuições ao Serviço Social, ao campo das políticas sociais e coloca luz à importância da dimensão dos sujeitos sociais nas pesquisas em humanidades – sempre coadunando com os objetivos do projeto de pesquisa “Por uma história de gênero e feminismos no Serviço Social”.

Creio que uma das mais importantes contribuições é a reafirmação de o Serviço Social, assim como as políticas sociais, trabalham com uma pluralidade de sujeitos sociais, com diferentes lutas e demandas sociais. Michelle Perrot (2005, pp. 9-10) sinaliza que para as mulheres “o silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento”. O que percebo, entretanto, é que as mulheres (sobretudo mulheres negras) sempre falaram, apenas não eram ouvidas. Ouçamos a voz de Suely Gomes Costa, então.

CAPÍTULO I – Mulheres na história contra-hegemônica: reflexões sobre memórias e feminismos

Como diz a escritora Bernadette Lyra, “a vida de uma mulher é feita de três vidas: aquela que se diz que ela teve; aquela que ela bem poderia ter tido; aquela que ela teve, de fato, e não será conhecida jamais”¹⁸. Neste capítulo, discute-se os motivos pelos quais essas “três vidas”, distintas em essência, fazem parte da experiência social de ser mulher. Muito se lê sobre a narrativa de vida que os homens (em sua maioria brancos e héteros) dizem que temos, mas pouco se pensa sobre a vida que realmente tivemos, ou que podemos ter ao romper com as amarras dos padrões de gênero socialmente impostos. Afinal, qual é a história que efetivamente tivemos? Qual história sonhamos em ter tido?

Nas próximas páginas, me dedico a romper com algumas dessas amarras, ou mordanças, ao salientar que nós, mulheres, estamos presentes ativamente em todos os processos históricos. Não somos meros sujeitos passivos, como a narrativa da história dita oficial nos leva a crer. Ao recuperar as memórias femininas na história, se sobressai o protagonismo feminino que, em toda a história, se modela e remodela a fim de pôr luz à vida que nós, de fato, temos. Somos plurais, não possuímos uma identidade universal. Os feminismos, nesse sentido, apontam que a nossa vida é permeada de dificuldades que, no ato coletivo de respeitar as nossas diferenças, podemos nos aproximar de superar.

1. A história hegemônica: uma narrativa masculina e branca

Em breve consulta ao Dicionário Aurélio, “história” pode ser definida como o campo que reúne e analisa os “conhecimentos sobre o passado e sobre o modo como a humanidade se desenvolveu ao longo do tempo”. Se estamos falando sobre toda a humanidade, estamos falando de narrativas que contemplam toda a pluralidade existente na sociedade, certo? Errado. Há quem defenda a visão do historiador Marc Bloch (2001, p. 52) de que a “história é a ciência dos homens no tempo”. Por homens, se acredita estar falando de uma espécie de “sujeito universal”. Nas palavras de Marc Bloch (2001, p. 54-55): “Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de

¹⁸ A escritora Bernadette Lyra, em entrevista para o portal Século Diário, diz que tal frase a ocorreu em um sonho. Posteriormente, foi a inspiração para escrever o seu romance “A Capitoa”, publicado no ano de 2014 pela Editora Casa da Palavra, em que conta a história de uma das primeiras mulheres a comandar o Estado Brasileiro no século XVI – Luísa Grinalda. Informações encontradas em: <["A vida de uma mulher é feita de três vidas" - Século Diário \(seculodiario.com.br\)](https://www.seculodiario.com.br)>. Acessado em 21 set. 2023.

Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens.”

A escritora Grada Kilomba (2016a, p. 7-8), nesse aspecto, aponta que as narrativas trazidas por esses homens, embora afirmem ter um discurso “neutro” e “objetivo”, “não estão reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico, que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas dominante. Eles/as escrevem a partir de um lugar de poder”. Além disso, eles (os homens), reivindicam a escrita, o fazer história, como algo pertencente somente ao masculino. A poetisa Alice Ruiz (s/d), em “Carta Aberta a Caetano”¹⁹, diz que “a história foi feita pelos homens. E escrita por eles. Aliás, tudo foi escrito, analisado, estudado pelos homens. Inclusive as mulheres. Quer dizer, tudo que se fala e sabe sobre mulher foi dito pelos homens.”.

Se tudo foi escrito, pensado, analisado e estudado por homens, não é mera coincidência que a história hegemônica, a história que conhecemos, seja contada na perspectiva masculina. De acordo com o Dicionário Aurélio, hegemonia significa “supremacia, domínio, poder que algo ou alguém exerce em relação aos demais”. Ao tratar deste conceito no campo filosófico, Antonio Gramsci compreende que tal supremacia pode se manifestar através da dominação per si, mas também como um direcionamento intelectual e moral.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias. (GRAMSCI, 2011, p. 95).

Nesse processo em que os mais vulneráveis socioeconomicamente são submetidos às vontades da classe dominante, depara-se com a hegemonia cultural, na qual as opiniões e crenças da burguesia são estabelecidas como verdades na sociedade. Nesse imbróglio,

¹⁹ “Carta Aberta A Caetano” fora um texto de Alice Ruiz publicado na “Revista Quem” no início da década de 1980, entretanto não existe a informação exata da sua data de publicação. O texto pode ser encontrado em: MURGEL, Ana Carolina A. T. A prosa da poeta: os artigos feministas de Alice Ruiz nos anos de 1970 e 1980. Revista Gênero, Niterói, v. 10, n. 2, p. 273-292, 1. sem. 2010.

nas construções sociais de gênero, onde a mulher ocupa um papel de inferioridade em relação ao homem, esse poder e domínio se estabelece, pois a estrutura dos arquétipos de feminilidade e masculinidade, de acordo com Joan Scott (1995), tem a capacidade de instituir o real. Nesse sentido, o *habitus*²⁰ (BOURDIEU, 2002) que envolve as mulheres estabelece que sejamos submissas a qualquer figura masculina.

Essa submissão transcende as relações pessoais e é refletida na história, muitas vezes, reflete na marginalização daqueles que fogem do padrão masculino e branco. É importante demarcar que se trata, além de um padrão masculino, de um padrão branco, porque Castells (1999) não nos deixa esquecer que a construção de nossas identidades é atravessada pelas relações de poder. Se pensarmos que, nas relações de gênero, o homem exerce poder em relação à mulher; nas relações raciais, as pessoas brancas são as detentoras do poder, em detrimento das pessoas negras.

Grada Kilomba nos provoca sobre a forma como o homem branco, historicamente, por entender que representa a norma ou o “sujeito universal”, se torna um “centro ausente”, na medida em que não vê necessidade em nomear as suas identidades, sejam raciais ou de gênero. Nas palavras da escritora:

Há esta anedota: uma mulher Negra diz que ela é uma mulher Negra, uma mulher branca diz que ela é uma mulher, um homem branco diz que é uma pessoa [...] É um centro ausente, uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas tal centralidade não é reconhecida como relevante, porque é apresentada como sinônimo de humano. (KILOMBA, 2016a, p. 8).

Se por um lado os homens brancos são considerados como a “normalidade”, por outro, pessoas negras vivenciam o extremo oposto. Essa dinâmica social ocorre porque, conforme exprimido pela psiquiátrica e psicanalista Neusa Santos Souza: “a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (SOUZA, 1983, p. 19). Desenvolver a perspectiva que intersecciona as identidades sociais, nesse aspecto, é de suma relevância. Nas palavras de Kimberlé Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

²⁰ O *habitus*, ou simplesmente disposições, é um conceito de Bourdieu e se trata de “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações [...]” (BOURDIEU, 2002, p. 65).

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 117).

Com essa reflexão de Crenshaw (2002), quero advertir que a história hegemônica é contada por homens, sim, mas apenas pelos homens que historicamente são designados à maiores patamares de poder – que é o caso dos homens brancos, cisgênero²¹, sobretudo heterossexuais. Ao ter essa compreensão, a ideia de que a história hegemônica é “neutra” ou “universal” se trata de uma mera falácia. Rita Freitas e Luciene Medeiros (2021, p. 89) nos recordam que “todo conhecimento é situado; ou seja, sempre falamos de algum lugar e a partir desse lugar [...] não existe a tão propalada objetividade do conhecimento; ou seja, não existe neutralidade no saber que produzimos.”

Há máscaras, físicas e/ou metafóricas, que silenciam aqueles que não detém o poder – neste trabalho, destaco as máscaras que silenciam as mulheres. Ao ler Angela Davis (2016), nota-se o quão sofrida fora a escravidão e seus rebatimentos, especialmente, para as mulheres negras. Nas palavras da autora:

Os abusos especialmente infligidos a elas [mulheres negras] facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levaram os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era repressão. Assim como as mulheres negras dificilmente eram “mulheres” no sentido corrente do termo [...]. (DAVIS, 2016, p. 20).

A reflexão de que, para a sociedade fundamentada pelo tripé de preconceitos de raça, gênero e classe, as mulheres negras não são consideradas mulheres também foi impressa no discurso de Sojourner Truth, na Convenção de Direitos das Mulheres, em 1891. Ao questionar “E eu não sou uma mulher?”, Sojourner Truth relata as dores que atravessam a vivência de uma mulher negra na sociedade. Ouçamos um trecho de seu célebre discurso:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?²²

²¹ Cisgênero, ou apenas “cis”, é o termo empregado para se referir ao sujeito que se identifica com o seu “gênero de nascença”.

²² O discurso de Sojourner Truth pode ser lido na íntegra em: <[E não sou uma mulher? - Sojourner Truth - Geledés \(geledes.org.br\)](http://E%20n%C3%A3o%20sou%20uma%20mulher%20-%20Sojourner%20Truth%20-%20Geled%C3%A9s%20(geledes.org.br))>. Acessado em 24 jan. 2022.

O discurso de Sojourner Truth, proferido no século XIX, ainda é atual hoje, em pleno século XXI, pois as discriminações que relata ainda perduram em nosso cotidiano. Nesta pesquisa, me dedico a falar sobre o campo da saúde reprodutiva e, nesse aspecto, me arrisco a afirmar que as mulheres negras, além de muitas vezes não serem vistas como mulheres, há ainda quem não as enxergam sequer como seres humanos. Maria do Carmo Leal *et al.* (2017) aponta que a chance de mulheres negras não receberem anestesia, no momento do parto, é 50% maior do que mulheres brancas – discriminação sustentada pela falácia racista de que mulheres negras são mais resistentes à dor. Refere-se a uma violência que, embora exista há séculos, por muito tempo não fora denunciada. Historicamente, foram esses homens brancos quem definiam quem podia, ou não, falar. Não por coincidência, a classe médica é predominantemente masculina e branca.²³

Desse modo, parafraseando Neusa Santos Souza (1983), quando a psiquiatra e psicanalista diz que o negro não é um ser silencioso, é um ser silenciado; as mulheres não são silenciosas, fomos e somos silenciadas. A verdade é que as mulheres e as pessoas negras sempre falaram, mas não foram ouvidas. Grada Kilomba (2016a) questiona: “Quem pode falar? Quem não pode? E acima de tudo, sobre o que podemos falar?”. Na perspectiva de Kilomba (2019):

O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutoras/es [...]. Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que ‘pertencem’. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que ‘não pertencem’ (KILOMBA, 2019, pp. 42-43).

As reflexões de Grada Kilomba nos remetem ao texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de Lélia Gonzáles, quando a intelectual aponta que, historicamente, “[*nós, negros*] temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos)” (GONZÁLES, 1984, p. 225). Há, na nossa sociedade, uma cultura em que pessoas negras não podem falar, porque o grupo dominante (branco) não tem interesse em ouvir. O mesmo ocorre com as mulheres e demais minorias sociais, de modo geral, que se veem subordinadas às narrativas hegemônicas. Lélia Gonzáles, ainda na epígrafe do seu texto, nos provoca a questionar as estruturas de poder:

²³ Embora o número de mulheres na medicina tenha dobrado nos últimos 20 anos, os homens ainda são a maioria na categoria profissional. <[Em 20 anos, dobra o número de mulheres que exercem a medicina no Brasil | \(cfm.org.br\)](http://Em 20 anos, dobra o número de mulheres que exercem a medicina no Brasil | (cfm.org.br))>. Acessado em 10 nov. 2021.

Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? (GONZÁLES, 1984, p. 223).

Deste modo, neste texto, quando me refiro à história hegemônica, faço alusão também às reflexões de Antonio Gramsci (2011) na medida em que o filósofo pensa o conceito de hegemonia como privilégio na construção simbólica. Nesse sentido, a hegemonia pode ser entendida na junção da força e do consenso, “que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública” (GRAMSCI, 2011, p. 95).

Em outros termos, as estruturas de poder são aceitas como naturais e legítimas e, nessa compreensão, não se questiona as histórias contadas pelas autoridades – homens, em sua maioria. Na concepção de Stuart Hall (2003), ao se debruçar sobre a obra de Gramsci, o conceito de hegemonia é primordial para compreendermos o consenso que envolve as narrativas da história única disseminadas na modernidade. Para o intelectual, tal consenso é difundido por meio de métodos violentos de silenciamento. No entendimento de Perrot (2007), as mulheres são imaginadas na história, não descritas ou contadas.

A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. (PERROT, 2007, p. 17).

Creio que seja preciso recorrer, nesse ponto, às reflexões de Pierre Bourdieu (2002) sobre poder simbólico. O poder simbólico se trata de um poder que se deixa ver menos, ou que é até mesmo invisível. Em suma, o poder simbólico age através da ausência de importância dada a sua existência, fundamentando uma série de outros poderes e atos, como até mesmo a violência simbólica. De acordo com Bourdieu (2002):

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária. (BOURDIEU, 2002, pp. 45-46).

Resumidamente, os conceitos de poder simbólico e violência simbólica são importantes para percebermos o modo como a cultura predominante produz discursos que reproduzem as desigualdades e os preconceitos que favorecem a manutenção da ordem hegemônica. O que eu quero dizer com isso é que, de tanto sermos alvejados pelos discursos dos dominantes que nos deslegitimam, corremos o risco de incorporar esses discursos em nosso cotidiano e acreditarmos que são reais. Souza (1983, p. 30), aponta que “o negro acreditou no mito, e passou a ver-se com os olhos e falar a linguagem do dominante”. Nesse processo, não questionamos o que a história hegemônica nos diz ser “a” verdade, a única versão legítima da história.

Esse movimento é possível porque a narrativa hegemônica produz uma história que

também é a história da colonização que é a narrativa da benevolência da doação da civilização europeia aos povos ditos primitivos e perdidos. É a partir de uma pretensa razão superior que operam a hierarquização entre diferentes sociedades e a manutenção de estruturas de opressão de raça, gênero e sexualidade. (PASSOS; PUCCINELLI; ROSA, 2019, p. 9).

Joan Scott (1992, p. 144) aponta que “reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância no passado)”. Embora a autora fale especificamente das mulheres, aqui também podemos citar a importância de se reivindicar a história de pessoas negras, indígenas, pobres, e de todas as outras ditas minorias sociais.

Ao trazer o debate para o campo do Serviço Social, Freitas, Almeida e Lole (2018) refletem sobre a existência de duas visões ao pensar a história da profissão. Há aqueles que defendem a importância de se escrever a história da profissão através de um olhar sensível às identidades de gênero e raça, para além do da classe. No contraponto, existem aqueles que acreditam que para compreender toda a dinâmica da sociedade e, assim, da profissão, basta se aproximar do debate das classes sociais. Freitas, Almeida e Lole (2018, p. 7) enfatizam que não se deve discernir “uma visão como necessariamente antagônica à outra, mas sim imputamos como importante a necessidade de agregar outros elementos, novas cores para pensar essa história, nossa história.”

Em conferência para o Technology, Entertainment, Design (TED) em 2009, a escritora Chimamanda Adichie, em sua palestra “The danger of the single story”²⁴ ou, em português, “O perigo de uma história única”, aborda a forma como, enquanto sociedade, tendemos a construir narrativas homogêneas que aprisionam a pluralidade humana, na medida em que, frequentemente, se fundamentam no preconceito.

Nas palavras de Adichie (2019, n.p), “O problema com estereótipos não é que eles sejam falsos, mas sim que eles são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”. Esse processo é possível porque na relação entre o “nós” e os “outros”, há a ideia de que existem “os estabelecidos e os *outsiders*” (ELIAS; SCOTSON, 2000). Na medida em que construímos a nossa subjetividade através da subjetividade do outro, o discurso dos estabelecidos incorpora-se ao discurso de autoimagem dos *outsiders*.

Assim, “a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22). Quando falamos dos registros históricos da humanidade, essa exclusão se justifica no fato dos homens brancos se constituírem o único grupo a acessar os espaços de poder. Portanto, é preciso que decolonizemos as nossas histórias, que a gente rompa com a visão do “outro” sobre o que é nossa.

Em seu romance “Meio sol amarelo”, Chimamanda Adichie (2017) nos leva à reflexão de que, embora a história seja plural, há sempre uma narrativa que é considerada “correta”. Essa narrativa dita “correta” é sempre a do homem branco, colonizador. Ao falar sobre a história do seu país, a Nigéria, Adichie discorre:

Existem duas respostas para as coisas que eles vão lhe ensinar sobre a nossa terra: a resposta verdadeira e a resposta que você dá na escola para passar de ano. Você tem que ler livros e aprender as duas versões. Eu vou lhe dar livros, livros excelentes. [...] Eles vão lhe ensinar que um homem branco chamado Mungo Park descobriu o rio Níger. Isso é besteira. Nosso povo pescava no Níger muito antes que o avô de Mungo Park tivesse nascido. Mas, no seu exame, escreva que foi Mungo Park. (ADICHIE, 2017, p. 21).

Em consonância, Gerda Lerner (2019, n.p) aponta que “até o passado mais recente, esses historiadores eram homens, e o que registravam era o que homens haviam

²⁴ A palestra de Chimamanda Adichie para o TED pode ser assistida, na íntegra, em: <[Chimamanda Ngozi Adichie: The danger of a single story | TED - YouTube](#)>. Acessado em nov. 2021.

feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de História e afirmaram ser ela universal.”. Nos estudos de Soihet e Pedro (2007), apreendemos que:

Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de 'mulher' ou de 'mulheres' como categoria analítica na pesquisa histórica. [...] Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria 'homem'. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284).

Esse é um dos motivos que contribuem para a histórica negligência das vivências de mulheres e pessoas negras. O que fora produzido por mulheres e as pessoas negras, dessa forma, é considerado irrelevante e, portanto, não compõe o que conhecemos como a “história oficial”. Lerner (2019, n.p) é certa quando diz que “o registro gravado e interpretado do passado da espécie humana é apenas um registro parcial, uma vez que omite o passado de metade dos seres humanos, sendo, portanto, distorcido, além de contar a história apenas do ponto de vista da metade masculina da humanidade.”. Nessa reflexão da historiadora, reforço que se trata do ponto de vista masculino e branco, pois embora nenhum homem tenha sido excluído do registro histórico por causa de seu sexo, sua raça pode ter sido determinante sobre qual papel desempenhara em tal registro.

Nesta pesquisa, assumo o compromisso de construir uma versão contra-hegemônica da história, na medida em que “[Hayden] White nos lembra que nenhum conjunto de fatos tidos como históricos constitui uma história acabada e completa” (STEVENS, 2017, p. 245). Cristina Stevens (2017, p. 257), assim, prossegue: “Na historiografia tradicional, na mitologia, na literatura, não se sabe quase nada sobre a vida de muitas dessas mulheres; como então escutar o que elas não puderam dizer, ou que ficou com registros equivocados, distorcidos?”. É preciso ouvi-las. Creio que o ato de ouvir o outro nos recorda de que não somos seres unificados, somos seres plurais e, por esse motivo, não é possível falarmos de uma história universal. É possível falarmos de perspectivas diferentes de um mesmo processo histórico, afinal, como já afirmei, “todo ponto de vista é a vista de um ponto” (BOFF, 1998, p. 9).

Michelle Perrot (2007) aponta que a emergência da mulher enquanto objeto da história se deu a partir nos anos 1960, tendo como propulsores fatores científicos, sociológicos e políticos. Um dos adventos científicos trazidos por Perrot (2007, p. 19) é que a “história alia-se à antropologia e redescobre a família” e, como se aprende com Solange Maria Teixeira (2010), falar de famílias é, muitas vezes, falar do papel de cuidado

que as mulheres devem exercer no núcleo familiar. Por fatores sociológicos, Perrot (2007) destaca o ingresso das mulheres nas universidades que, paralelamente, culminou no “movimento de liberação das mulheres”: um processo político que fez nascer “o desejo de um outro relato, de uma outra história.” (PERROT, 2007, p. 20).

Nas palavras de Rachel Soihet (1998, p. 77), “grandes transformações assinalavam a historiografia, os grandes temas em que os donos do poder ocupavam o cenário, cediam lugar a temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse.” Nesse momento, é imprescindível o resgate das memórias femininas. Afirmo, nesse sentido, que a tese de doutorado que teço nessas páginas só é possível porque, no passado, mulheres resgataram a memória feminina para preencher as lacunas históricas.²⁵

De acordo com Perrot (2007, p. 20), “de início, em busca de ancestrais e de legitimidade, por seu desejo de encontrar vestígios e torná-los visíveis, começou um “trabalho de memória” que continua a desenvolver-se desde então no seio da sociedade em seu conjunto. Dessa forma, Freitas e Braga (2012) suscitaram o debate da invisibilização da participação feminina na construção da Universidade Federal Fluminense, dando ênfase no silenciamento existente no curso de Serviço Social da instituição. Através de sua pesquisa, foi possível conhecer as histórias de mulheres como Nilda de Oliveira Ney, Arlete Braga, Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, dentre outras, que tiveram forte influência na formação acadêmica de Suely Gomes Costa – protagonista desta tese.

Resgatar a memória feminina para, então, construir uma história de mulheres enquanto sujeitos históricos é apontar que a ciência não é neutra, tampouco racional e objetiva. Em meio ao nosso histórico silenciamento das identidades distintas do padrão branco e masculino, é imprescindível para o prosseguimento desta tese pensarmos o modo como tais memórias femininas foram sendo resgatadas ao longo do tempo, sobretudo por influência dos feminismos. Passemos para o próximo ponto, portanto.

²⁵ Embora eu não tenha utilizado a história oral como metodologia per si, meu trabalho é embasado em pesquisas que se utilizaram do método da história oral. Como exemplo, cito o relatório do “Projeto de pesquisa Niterói – A universidade e as mulheres” (2012), coordenado por Rita Freitas, que, a fim de resgatar a presença das mulheres na história da Universidade Federal Fluminense (UFF), trabalhou com a história oral de mulheres que participaram do processo de criação da instituição - mais especificamente, da criação da Escola de Serviço Social da UFF.

2. Os feminismos no resgate das memórias femininas

No item anterior, foi possível apreender que as nossas identidades sociais são capazes de definir o local de poder que ocuparemos na sociedade e, dessa forma, nos são designadas funções que devemos cumprir, os papéis sociais que teremos que desempenhar, dentre outros cotidianos de gênero que tendem a marginalizar a existência feminina. Dentro desse cenário de opressão, desde o período da Revolução Francesa (1789-1799)²⁶, as mulheres passaram a reivindicar a legitimação de sua existência enquanto sujeitos de direitos, capazes de falar e defender os seus ideais sem a tutela de uma figura masculina.

Isso ocorre porque, ainda que levante a bandeira de “igualdade, liberdade e fraternidade” na teoria, na prática, essa igualdade só se realiza entre as classes dominantes. Como vimos no item anterior, essa igualdade se materializa somente entre os homens brancos. Para Perrot (2007):

A Revolução Francesa é, também, contraditória. O universalismo da Declaração dos direitos do homem e do cidadão não concerne verdadeiramente às mulheres: elas não são indivíduos. A Revolução lhes concede, no entanto, direitos civis, mas nenhum direito político [...]. Em todo caso, a Revolução Francesa exclui as mulheres do exercício da política, a começar pelo direito de voto. São todas "cidadãs passivas", como os menores, os estrangeiros, os mais pobres e os loucos [...] Uma porta entreaberta, na qual o feminismo ia se infiltrar, e mesmo se engolfar. (PERROT, 2007, p. 142).

Perrot (2007) destaca que, a princípio, uma pequena parcela de mulheres passou a se reunir em clubes para protestar contra o local de subalternidade que a sociedade dominada por homens as assentava. Dentre essas mulheres, se destaca Olympe de Gouges, que ganhou notoriedade por ter escrito a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”²⁷, em 1791, que em suma reivindicava que “A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem”.

Ainda que os feminismos tenham se reinventado ao longo dos séculos, podemos chamar essa movimentação feminina de feminismo. De acordo com a compreensão de Branca Alves e Jacqueline Pitanguy (1985):

²⁶ É difícil sinalizar o exato início da movimentação feminina, por motivos que já debati aqui: ausência de registros sobre as mulheres na história, predominância das narrativas masculinas, dentre outros. Nesse trabalho, entretanto, utilizo como marco a Revolução Francesa.

²⁷ O texto da atriz e escritora Olympe de Gouges pode ser lido, na íntegra, em: <www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acessado em 16 nov. 2021.

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” e “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder. (ALVES; PITANGUY, 1985, pp. 9-10).

Ou seja, os feminismos surgem como resposta à situação subordinada que as mulheres, ao longo dos séculos, vivenciaram como uma condição “natural” e “normal”. Neste texto, reclamo a sua utilização na sua forma plural, feminismos, pois acredito que uma vez que nós mulheres somos seres plurais, falar de um feminismo singular nos levaria a lógica masculina e branca de que existe um “ser universal” ou, neste caso, uma “mulher universal”. De forma concomitante Luciene Medeiros e Rita Freitas (2017) alertam que:

[...] os estudos feministas, em seu início, concebiam as mulheres como uma categoria social indiferenciada – tendo como parâmetro a experiência de mulheres brancas de camadas médias. Tal situação só poderia gerar insatisfação por parte das outras mulheres que não se encaixassem nesse perfil, como lésbicas, mulheres pobres e mulheres negras ou aquelas portadoras de alguma deficiência. Atentar para estas diferentes falas – e desejos – fez com que os feminismos pudessem percorrer diferenciados caminhos. (MEDEIROS; FREITAS, 2017, p. 11).

À vista disso, em o “Feminismo para os 99%”, Arruzza; Bhattacharya e Fraser (2019) apontam que nem todo feminismo serve a todas as mulheres e, nesse aspecto, se legitimam as suas variadas vertentes. Assim como para Castells (1999) o feminismo pressupõe uma polifonia, no entendimento de Heleieth Saffioti (1986, p. 105), “em nenhum país do mundo pode-se falar de feminismo no singular”.

Ressalto que não proponho a me debruçar minuciosamente sobre cada uma dessas vertentes, mas é importante ressaltar que elas existem – como o feminismo liberal, feminismo negro, feminismo interseccional, feminismo marxista²⁸, dentre outros, que nos mostram que “o movimento feminista vem se fragmentando cada vez mais em uma multiplicidade de identidades feministas” (CASTELLS, 1999, p. 235). Nessas páginas, opto por olhar para a sociedade com um viés interseccional, pois acredito que esse olhar

²⁸ O feminismo liberal, “de maneira geral, tem a ver com a luta de mulheres pela ocupação de espaços de poder e por direitos iguais aos dos homens, via legislação”. Já o feminismo negro “inclui as necessidades e pautas de mulheres que não se viam representadas pelo movimento, majoritariamente branco, até então e parte do princípio da dupla opressão, por ser mulher e por ser negra”. O feminismo interseccional, por sua vez, “entende a luta feminista como inseparável de lutas contra o racismo ou a LGBTfobia, visto que o racismo, o capitalismo e o patriarcado – com a predominância de uma lógica cisgênera, heterossexual e machista – existem juntos, o que leva as opressões a se somarem: sofre-se por ser mulher, preta, trans e/ou não hétero”. O feminismo marxista “é a corrente que aponta no capitalismo o ponto de partida das opressões sofridas por mulheres, visto que ele se constrói a partir de uma estrutura de dominação”. Informações encontradas em: <[O que é feminismo? Quais as vertentes e o que defendem? \(uol.com.br\)](http://uol.com.br)>. Acessado em 01 nov. 2023.

é importante para compreendermos que os feminismos são plurais, pois as mulheres que o defendem possuem identidades diversas. Nesse aspecto, recorro o entendimento de Judith Butler (2003, p 18) de que “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes”.

Além do gênero, que une todas as variadas formas de se fazer feminismo, é importante considerar a sexualidade, a raça, a classe, a geração, dentre todas as variadas identidades que nós, enquanto seres sociais, podemos ter. Em suma, nós, mulheres, não compomos um grupo homogêneo, pois somos múltiplas. Soihet e Pedro (2007), nessa conjuntura, apontam que a pluralidade dos feminismos se trata de reivindicar uma “diferença” dentro da diferença.

No processo de reivindicar as diferenças entre as mulheres, é notável o resgate de memórias sociais femininas muito importantes, que assinalam que nós participamos dos processos históricos, muitas vezes como protagonistas, embora a “história oficial” masculina nos invisibilize. Logo, ao analisar a história de um grupo marginalizado (as mulheres) pela história oficial, os feminismos “assumem sua função de reveladora de micro-histórias e de foco de situações específicas, mostra o potencial crítico da história oral como alternativa que dá voz aos grupos de uma forma ou de outra silenciados” (MEIHY, 2000, p. 96).

É importante salientar que a importância da pesquisa micro-histórica para o resgate de memórias femininas se encontra no fato de que essa metodologia, como diz Helena Rosa (2007, p. 1), “tende a envolver-se cada vez mais com o privado, o pessoal, o vivido”. Além disso:

o trabalho da micro-história tem se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação que possa dar voz a personagens, lugares, pequenos eventos que não eram considerados na historiografia tradicional. (ROSA, 2007, p. 6).

Nesse contexto de se aproximar das “micro-histórias” femininas, creio que, utilizando as reflexões de bell hooks²⁹ (2018, n.p), “produzir um corpus de literatura feminista junto com a demanda de recuperação da história das mulheres foi uma das mais poderosas e bem-sucedidas intervenções do feminismo contemporâneo.” Isso ocorre

²⁹ “bell hooks” é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, utilizado em homenagem aos sobrenomes de sua mãe e de sua avó, respectivamente. A autora, professora e teórica afirmava que “o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu “e, por este motivo, escrevia o seu nome apenas com letras minúsculas. Em respeito à bell hooks, nesta tese, abdiquei das convenções das normas da ABNT e também escrevi seu nome em letras minúsculas.

porque o lugar “não-hegemônico” precisa ser construído, ele não está dado. Essa construção parte da valorização das histórias femininas.

É possível afirmar, assim, que o ato de falar é uma arma dos feminismos. Ouçamos, então, a poetisa Audre Lorde (2019) quando ela recorda que o silêncio não é capaz de nos proteger:

Passei a acreditar, com uma convicção cada vez maior, que o que me é mais importante deve ser dito, verbalizado e compartilhado, mesmo que eu corra o risco de ser magoada e incompreendida. A fala me recompensa, para além de quaisquer outras consequências. (LORDE, 2019, p. 49).

Lucilia Delgado (2010) também defende a importância de se romper os silêncios, trazendo as nossas memórias à tona.

A memória [...] é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida. (DELGADO, 2010, p. 10).

De acordo com Michel Pollak (1992, p. 201), “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. Novamente, insisto que a memória oficial, a memória que conhecemos, não é a única memória existente. As pessoas que fogem do padrão branco, masculino e cisgênero também construíram as suas memórias, as suas lembranças, por mais que a história oficial se esforce para calar qualquer narrativa que não seja a sua. Nas palavras de Pollak (1989):

[...] essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 6).

Nessa dinâmica, resgatar as memórias femininas é importante para que possamos conhecer “a história das conquistas femininas, os nomes das pioneiras, a luta das mulheres do passado que, de peito aberto, denunciaram a discriminação, por acreditarem que, apesar de tudo, era possível um relacionamento justo entre os sexos.” (DUARTE, 2019, p. 26). Nessa perspectiva, suscito o conceito de “sair” de Michelle Perrot (1991). Em

síntese, entendo que o “sair” das mulheres marca o reconhecimento, e tentativas de rompimento, com as opressões que sofrem em uma sociedade dominada pelos homens.

Assim:

[...] sair fisicamente: deambular fora de casa, na rua, ou penetrar em lugares proibidos – um café, um comício –, viajar. Sair moralmente dos papéis que lhes são atribuídos, ter opinião, passar da submissão à independência: o que pode acontecer tanto no público como no privado. (PERROT, 1991, p. 503).

Nessas saídas, as mulheres construíram memórias. Em “minha história de mulheres”, Michelle Perrot (2007) mergulha em mais de três décadas de pesquisa sobre a história das mulheres, nos apresentando um relato histórico que destaca as mulheres enquanto agentes sociais de sua própria história. A historiadora aponta que:

A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso [...]. As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal. (PERROT, 2007, p. 16).

Nessa conjuntura, Perrot (2007, p. 17) diz que “existe até um pudor feminino que se estende à memória”, porque as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais de sua existência. Nos resta, socialmente, vestígios femininos escritos por homens. Perrot (2007, p. 17), no entanto, é enfática: “a atenção que *[os homens]* dispensam às mulheres é reduzida ou ditada por estereótipos. E claro que falam das mulheres, mas generalizando.”

Esse é um entendimento que também perpassa as percepções de Virginia Woolf. Em “Um quarto só seu”, a escritora e historiadora reflete: “Vocês fazem ideia de quantos livros sobre mulheres são escritos ao longo de um ano? Vocês fazem ideia de quantos são escritos por homens? Vocês sabem que somos, talvez, o animal mais discutido do universo?” (WOOLF, 2019, p. 37).

Em consonância, Alice Ruiz em “Carta Aberta à Caetano”, destaca que:

Faz muito pouco tempo que as mulheres escrevem. Talvez por isso nenhuma se debruçou tanto sobre a alma feminina quanto Machado de Assis, Flaubert, Balzac, Tolstoi, entre centenas na literatura. Ou como você e Chico entre outros na nossa música. Somos Capitu, Gabriela, Carolina, Tigresa. Somos o que vocês disseram que somos. Em outras palavras, até o conceito de mulher é masculino, ou era, até recentemente. (RUIZ, s/d.).

“Somos o que vocês disseram que somos” acredito ser um convite para que nós, mulheres, falemos por nós mesmas, ao invés de deixarmos que os outros (homens) nos

definam, ou falem por nós. Nós somos o que nós dizemos que somos. E reconhecer isso é fundamental para valorizarmos o resgate da memória feminina. Para Ecléa Bosi (1995, p. 3), “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”. Arrisco dizer que o fragmento que registramos não contempla toda a pluralidade de memórias presentes na nossa sociedade. Ainda para a psicóloga, “lembração puxa lembrança” e, nesse aspecto, é preciso um ato constante de revisitarmos as nossas memórias, e daquelas que nos cercam, para construirmos uma memória feminina de fato.

Lorde (2019, p. 53), defende “que não nos escondamos por detrás das farsas de separação que nos foram impostas e que frequentemente aceitamos como se fossem invenção nossa”, porque quando permitimos que nos deixem em “segundo plano”, “ocorre igualmente uma autodestruição da memória feminina.” (PERROT, 2007, p. 22). Parte desse processo autodestrutivo ocorre porque:

Convencidas de sua insignificância, estendendo à sua vida passada o sentimento de pudor que lhes havia sido inculcado, muitas mulheres, no ocaso de sua existência, destruíam — ou destroem — seus papéis pessoais. Queimar papéis, na intimidade do quarto, é um gesto clássico da mulher idosa. Todas essas razões explicam que haja uma falta de fontes não sobre as mulheres nem sobre a mulher, mas sobre sua existência concreta e sua história singular. No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra. (PERROT, 2007, p. 22).

Como tirar as nossas memórias da sombra? Ruiz (s/d) afirma que “as mulheres, e, principalmente elas, precisam colaborar com a sua visão das coisas para acelerar esse processo de fundar uma nova ótica, especialmente sobre a própria mulher”. Ketzer (2017) recorda que, historicamente, o conhecimento foi construído com base em estereótipos de gênero e, nesse aspecto, um artesanato intelectual feminista nos leva à reflexão de que nossas experiências enquanto mulheres são permeadas por preconceitos (sobretudo quando se trata de uma mulher negra ou indígena).

Nesse aspecto, Soihet e Pedro (2007) refletem sobre a urgência de se legitimar o campo de estudo “história das mulheres”. As historiadoras, em seu trabalho, apontam que através da explosão dos feminismos, as reivindicações de mulheres provocaram uma forte demanda por informações – que nos levam aos estudos que descredibilizam a ideia de “sujeito humano universal”; além disso, atentam para o caráter incompleto da história que conhecemos, na medida em que a “história oficial” se trata apenas de uma versão parcial da história, de fato. Para bell hooks (2018), os feminismos revolucionaram quando exigiram respeito pelo trabalho acadêmico das mulheres.

Isto posto, como já afirmei, recuperar as memórias femininas desmistifica a “história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’” (SCOTT, 1992, p. 86). A desmistificação ocorre porque, como diz Bosi (1995, p. 29), “a narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória.” É interessante problematizar o fato de que, embora a história contada por homens apresente a narrativa masculina (e branca, não podemos esquecer) dos fatos, há um movimento de homens deslegitimarem as narrativas femininas sob a justificativa de que não se trata de “histórias neutras” ou uma “ciência neutra”. Isso ocorre porque, de acordo com as reflexões de Louro (1997, p. 142):

Se admitimos como padrão de ciência — e então de pesquisa, como meio de fazer ciência — uma ação regida por paradigmas teóricos e por ordenados procedimentos metodológicos, caracterizada pela atitude desinteressada, objetiva, isenta; e se, ao mesmo tempo, entendemos que o feminismo implica num posicionamento interessado, comprometido e político, estamos diante de um impasse: ou somos cientistas/pesquisadoras ou somos feministas. Seria impossível ser uma pesquisadora feminista.

Assim, ao acreditar que a ciência deve ser neutra, se descredibiliza a ciência produzida por pesquisadoras que reivindicam o *status* de feminista. Kilomba (2016a, p. 5), ao falar dos diferentes tratamentos dados às pessoas brancas e negras, diz: “Quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico” – e acredito que a perspectiva feminista possui a capacidade de romper com tal visão hierarquizada e opressora, afinal, o processo de refletirmos sobre o lugar que ocupamos na história nos leva ao rompimento com a ciência de caráter particularista, racista e sexista (RAGO, 2019).

Ochy Curiel, em entrevista para Silva; Almeida e Gonçalves (2020) afirma que “Eles [*intelectuais brancos*] não nos levam a sério o suficiente, não legitimam o que estamos produzindo, pois ainda se acredita que não somos inteligentes e capazes de produzir teorias, metodologias, conceitos que contribuam para a ciência”. (SILVA; ALMEIDA; GONÇALVES, 2020, p. 272)³⁰. Concomitantemente, bell hooks (2018, n.p) nos atenta que há aqueles que defendem “a maldade do feminismo e as feministas más: “elas” odeiam homens; “elas” querem ir contra a natureza (e Deus); todas “elas” são lésbicas; “elas” estão roubando empregos e tornando difícil a vida de homens brancos,

³⁰ “No nos toman suficientemente en serio, no legitiman lo que estamos produciendo, porque aún se cree que no somos inteligentes y capaces para producir teorías, metodologías, conceptos que aporten a las ciencias” – tradução minha (SILVA; ALMEIDA; GONÇALVES, 2020, p. 272).

que não têm a menor chance.” Para a escritora, “essas pessoas nem pensam que feminismo tem a ver com direitos – é sobre mulheres adquirirem direitos iguais.” (hooks, 2018, n.p).

Os feminismos implicam em um posicionamento interessado, afinal, se trata de uma implicação política. (LOURO, 1997); mas a ideia de “ciência neutra” feita por homens brancos não se sustenta, frente à narrativa que os privilegia socialmente. A não-neutralidade da ciência pode ser entendida quando assimilamos que a

epistemologia é a área da Filosofia que se ocupa de estudar o conhecimento (episteme, do grego, conhecimento, logos, estudo). Também denominada Teoria do Conhecimento, ela é uma área central para qualquer campo do conhecimento que busque fundamentar seus métodos e justificá-los. (KETZER, 2017, p. 97).

A questão central, nesse sentido, é que se o conhecimento era considerado uma “leitura” individualista, focado sobretudo no sujeito; com a modernidade, a partir da década de 1970, “o conhecimento passa a ser visto como um empreendimento coletivo, em que seres humanos trabalham juntos com o intuito comum de adquirir crenças verdadeiras.” (KETZER, 2017, 97). Em outras palavras, o sujeito epistêmico passa a ser observado através das suas relações na sociedade. Ao ter ciência que as nossas relações sociais, para além de outras variáveis, são permeadas pelas estruturas criadas pelas construções do gênero, a epistemologia feminista se caracteriza como o “reverso da medalha”, de acordo com Louro (1997). Ou seja, a epistemologia feminista se preocupa em pesquisar o papel do gênero na produção do conhecimento.

Nesse aspecto, para Ketzer (2017):

Dentre os questionamentos apresentados pelas teóricas feministas, emerge uma crítica ao sujeito cartesiano como um sujeito descorporificado. Esse sujeito purificado, que nega o corpo, seria, na verdade, um sujeito europeu e branco, que, ao libertar-se do corpo, na verdade liberta-se dos outros (o feminino, o não-branco). (KETZER, 2017, p. 97).

Louro (1997), na mesma acepção, sinaliza que:

Esta Ciência, escrita com maiúsculas, fala por todos e de todos, já que foi pensada, conduzida e instituída a partir dos interesses e das questões daqueles cujas vozes pretenderam (e pretendem) representar toda a humanidade [...] feita pelos homens — os homens brancos ocidentais da classe dominante — os quais, supostamente, fizeram as perguntas e deram as respostas que interessavam a todas as pessoas. (LOURO, 1997, p. 143).

Essas reflexões são importantes para assimilarmos que a ciência não combina com a neutralidade, pois todos falamos de um lugar, seja de privilégio ou não, e em nossas

falas imprimimos as nossas perspectivas pessoais. Ou seja, como se aprende em Rago (2019), é na luta pela visibilidade das lutas feministas que nasce um contradiscurso feminista, dando espaço a emergência de um campo feminista do conhecimento. Adotar, bem como defender, uma epistemologia feminista nos trabalhos que realizo na academia, vai ao encontro com o processo de descolonização do conhecimento proposto por Grada Kilomba (2016a). Essa visão pode soar messiânica, quiçá romântica, mas creio que a perspectiva feminista nos permite retirar as máscaras (físicas ou metafóricas) que a cultura machista e patriarcal historicamente impõe às mulheres.

É falar, protagonizar, na medida em que não estamos protegidas com o nosso silêncio (LORDE, 2019); pelo contrário, nossos silêncios são utilizados como mecanismos para se manter a legitimidade social da ciência “neutra” produzida pelos homens. Tais silêncios se imbricam, tornam-se ensurdecedores (por mais contraditória que seja essa afirmação), naturalizam-se e, para sairmos do dito “senso comum”, devemos desconstruir o familiar e, “pelo estranhamento que esse tipo de distanciamento provoca, abre espaço à observação sistemática.” (FERREIRA, 1996, p. 82).

Por esse motivo, é urgente que revisitemos a história, o conhecimento, sob o olhar das mulheres – porque apenas conhecemos o olhar masculino (e branco) dos fatos.

Stevens (2017), brincando com a palavra inglesa “*history*” e o pronome feminino “*her*”, fala da possibilidade de uma *HERstory* que, em tradução literal, significa “história delas”. A autora fala do importante movimento de mulheres revisitarem narrativas masculinas consolidadas e, nessa dinâmica, repensar tais narrativas sob o olhar de personagens femininas. Para Stevens (2017):

Esses romances (re)constroem eventos e personagens históricos sob a ótica da mulher – não apenas como voz autoral mas como narradora e/ou personagem central da narrativa). Este novo “local de fala” permite ao leitor não apenas preencher criativamente os silêncios dos registros históricos tradicionais, (re)criar mulheres fortes e admiráveis que fogem ao paradigma consolidado na cultura patriarcal, bem como problematizar o fazer historiográfico tradicional. (STEVENS, 2017, p. 254).

Ao trazer tal perspectiva para o campo do Serviço Social, Braga e Freitas (2007) nos mostram que, embora na história oficial da profissão exista um apagamento do protagonismo feminino, sob a perspectiva de *HERstory*, nos deparamos com muitas protagonistas. Em consonância, Freitas; Almeida e Lole (2018, p. 41) afirmam que refletir sobre as contribuições das mulheres pioneiras da profissão contribui para “uma releitura

da história do Serviço Social, a partir de olhares de mulheres com mulheres e para mulheres. Recupera-se, assim, o protagonismo das mulheres que historicamente foram alijadas de uma história hegemônica que as negligenciou enquanto sujeitos políticos”.

Desde o início desse capítulo, venho afirmando que a história hegemônica é uma história masculina e branca. Se ainda caminhamos a passos lentos no resgate da história das mulheres brancas, é importante frisar que resgatar as memórias de mulheres negras é um processo ainda mais árduo. Sueli Carneiro (2019) e Lélia González (2020) concordam que, quando falamos dos feminismos no Brasil, há uma tendência de se imprimir um viés eurocentrista. Nas palavras da antropóloga e filósofa Lélia González:

tanto o sexismo como o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação. Surge, portanto, a pergunta: como podemos explicar esse “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, estão em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista (GONZÁLEZ, 2020, n/p).

Lélia González, diz ainda que:

Ao propor a discussão sobre sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaços por homossexuais de ambos os sexos, discriminados por sua orientação sexual. O extremismo estabelecido pelo feminismo tornou irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças à sua produção teórica e à sua ação como movimento, o mundo não é mais o mesmo. Mas, apesar de suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação com base na orientação sexual, o mesmo não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher: a de caráter racial. (GONZÁLES, 2020, n/p).

As reflexões de González (2020) nos fazem retornar à ideia de Soihet e Pedro (2007) da importância de os feminismos reivindicarem a diferença dentro da diferença, afinal, “a opressão de mulheres não reconhece limites étnicos ou raciais, é verdade, mas isso não significa que ela seja idêntica diante dessas diferenças (LORDE, 2019, p. 88). Com isso, quero dizer que nós, mulheres brancas, no processo de resgatar as nossas memórias, não podemos esquecer que essas memórias também são atravessadas por memórias de mulheres negras. Lorde (2019, p. 138) prossegue e diz que “a diferença não deve ser apenas “tolerada”, mas vista como uma reserva de polaridades necessárias”. A história das mulheres negras, ou qualquer outro grupo de mulheres, é tão importante como a história das mulheres brancas.

Nesse ponto, se justifica a importância de falarmos de feminismos. Parafraseando Sueli Carneiro (2019), além de enegrecer o feminismo, é urgente um feminismo que

também seja sensível às questões da sexualidade, transgeneridade, envelhecimento, dentre outras variáveis que podem atravessar a vida das mulheres. É interessante pontuar, nesse sentido, que os feminismos estão em constante movimento e vêm ressignificando as suas pautas ao longo da história.

Nesta tese, ao falar do ativismo feminista de Suely Gomes Costa na luta pela conquista de direitos reprodutivos, falo de um ativismo feminista brasileiro. É importante pontuar essa identidade, porque embora os feminismos brasileiros dialoguem com os demais feminismos no mundo, esses não ocorrem de forma simultânea e/ou similar. Constância Lima Duarte (2019), nesse sentido, diz notar

a existência de pelo menos quatro momentos áureos na história do feminismo brasileiro. Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente), se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar. (DUARTE, 2019, p. 26).

Ou seja, cada momento histórico possui as suas particularidades e, nesse processo, as mulheres podem apresentar demandas diferentes. Se debruçar sobre a vida de Suely Gomes Costa é entender a influência que a “segunda onda do feminismo” teve em seu ativismo e exercício profissional. A chamada “segunda onda do feminismo”, que ganhou força no cenário brasileiro nos anos de 1970, possibilitou inúmeras transformações políticas, dentre essas, pode-se citar a emergência das lutas pelos direitos reprodutivos. Isto posto, para o andamento deste trabalho, se faz crucial apreendermos um pouco mais sobre os fluxos e refluxos dos feminismos: as suas ondas.

3. As mulheres fazem parte dos contextos históricos: os feminismos e suas “ondas”

Nos itens anteriores, discutimos que, ao reivindicar o resgate da memória feminina, os feminismos problematizam as narrativas “oficiais” que privilegiam o homem branco. Nessa dinâmica, os feminismos propõem um discurso contra-hegemônico, ao recorrer às memórias das mulheres na história. É possível, assim, desconstruir o discurso masculino dito como científico e neutro, ao apontar que esse discurso se trata apenas um ponto de vista da história. A história é muito mais ampla e complexa e, por tender a apresentar apenas a narrativa do grupo dominante, tampouco é neutra.

Para além de resgatar as memórias das mulheres enquanto sujeitos individuais, é importante que resgatem as memórias coletivas das mulheres, enquanto movimento. No marco temporal dessa pesquisa, anos de 1980 e 1990, vivenciava-se o momento que fora designado de “segunda onda feminista”, marcado pela luta, sobretudo, pelos direitos sociais. No entanto, creio que antes de nos aprofundarmos nessa “onda”, é relevante pensar, ainda que brevemente, nos momentos que a antecedeu, pois no entendimento de Suely Gomes Costa (2009, p. 10), “há, nos feminismos, tempos múltiplos e simultâneos por conhecer, observando que há gerações de mulheres e feministas diferentes, que interagem em diversos estados de consciência e múltiplas identidades [...]”. Ainda nas palavras da professora:

A noção de “onda”, de fato, tem se construído como um “marcador” de intervalos de tempo, um indicador de periodizações e de referências conjunturais de narrativas da história das mulheres e dos feminismos, ainda que, em tantos casos, não escape disso a perspectiva da longa duração e de múltiplos tempos históricos. (COSTA, 2009, p. 3).

Assim, ao falarmos das “ondas” dos feminismos, é importante que retornemos ao entendimento de que, em uma cultura machista e patriarcal, as mulheres vivem uma série de privações de direitos. Diante desse cenário, historicamente, as mulheres reivindicam pela legitimação dos direitos que, frequentemente, nos são negados. Antes de falarmos das chamadas “ondas” dos feminismos, no entanto, é preciso afirmar que os feminismos não nascem a partir da deflagração da primeira onda, pois as movimentações femininas são anteriores a tal momento; antes das ondas, existia uma espécie de marulhar feminista.

Dentre as privações vivenciadas pelas mulheres, acredito poder afirmar que a falta de acesso à educação se constituía como uma das mais limitadoras, na medida em que acredito, como Paulo Freire (1973, p. 15), que a educação pode se tornar uma “‘prática da liberdade’, o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo”. Nesse sentido, Constância Lima Duarte (2003), relembra que, em um cenário em que viviam imersas em uma indigência cultural, no século XIX, no Brasil, mulheres levantaram a bandeira do direito a aprender a ler e a escrever.

No Brasil, destaca-se a atuação da educadora Nísia Floresta que, frequentemente, é recordada como uma das primeiras educadoras feministas do nosso país. Nísia Floresta, ao romper com os limites dos cotidianos de gênero e irromper no mundo público,

questiona as “verdades” criadas pelos homens. Em “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, de 1832, Nísia Floresta indaga:

Por que [*os homens*] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham? (FLORESTA, 1832 apud DUARTE, 2010, p. 94).

Nísia Floresta, em seu texto, sublinha todas as injustiças vivenciadas pelas mulheres, todas as limitações que a cultura machista e patriarcal deposita em nossos cotidianos. Por seus questionamentos revolucionários,

Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, e feito a tradução cultural das novas ideias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira [...] Na deglutição geral das ideias estrangeiras, era comum promover-se uma acomodação das mesmas ao cenário nacional, e é o que ela faz. Tanto que o título de seu livro contém não apenas a ideia dos rights of woman, mas também "a injustiça dos homens". (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 25).

Duarte (2003, p. 153) sublinha ainda que “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” “é também o primeiro [*livro*] no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito.” O que é importante destacar aqui é que ainda que não existisse um movimento feminista no sentido que conhecemos hoje, já existiam iniciativas como as de Nísia Floresta, bem como vários jornais abordando a questão das mulheres. Esses movimentos antecederam o que se convencionou chamar de “ondas feministas”.

Nessa dinâmica, Suely Gomes Costa (2009, p. 4) sinaliza que a primeira onda dos feminismos foi “aquela que propôs o igualitarismo de direitos entre homens e mulheres”, sendo marcada, sobretudo, pela reivindicação do direito ao voto. Na virada dos séculos XIX e XX, as mulheres que compuseram essa movimentação, nesse momento, ficaram conhecidas como as “sufragistas” Ao questionar a imposição da postura submissa destinada às mulheres, a “primeira onda” dos feminismos, portanto, aponta que as mulheres não são meras procriadoras e donas de casa, são sujeitos de direitos que podem, e devem, ter uma vida política.

Nessa movimentação, é demarcado que homens e mulheres gozam da mesma capacidade intelectual e, nesse aspecto, forjar a “dominação masculina” (BOURDIEU, 2002) embasando-se em nossas diferenças biológicas é algo inaceitável. Assim, se faz necessário “ampliar o que se entende por democracia, tornando iguais perante a lei os crescentes contingentes humanos das sociedades competitivas. Nessa concepção, cabe

reivindicar para as mulheres igualdade de direitos com relação aos homens no plano de jure” (SAFFIOTI, 1986, p. 107).

Célia Pinto (2010, p. 16) nos recorda da importância de Bertha Lutz para o movimento sufragista brasileiro, pois após estudar no exterior, “voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto”. É interessante, nessa perspectiva, retornarmos ao conceito de “sair” (PERROT, 1991), pois em suas “saídas” físicas ou “morais”, Nísia Floresta e Bertha Lutz realizaram verdadeiras “viagem-ação”. Ouçamos Perrot (1991, p. 522) quando a historiadora diz que “mais que uma viagem de consumo cultural, interessa-nos aqui a viagem-ação [...] é preciso uma vontade de fuga, um sofrimento, a recusa de um futuro insuportável, uma convicção, um espírito de descoberta ou de missão”.

Nísia Floresta e Bertha Lutz, em suas “viagem-ação”, puderam modificar a sua percepção de mundo, conhecer outras realidades e experiências que podem ter impactado no seu desejo de iniciar uma luta contra o patriarcalismo e machismo no Brasil. A conquista do voto feminino, no entanto, veio apenas um século após a publicação de “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, de Nísia Ferreira. Em 24 de fevereiro de 1932, com a publicação do Decreto nº 21.076³¹, as mulheres tiveram o seu direito ao voto legitimado.

É relevante ressaltar que, a princípio, o direito ao voto apenas se restringia às mulheres casadas, viúvas ou solteiras com renda própria. Nesta perspectiva, recorrer a visão interseccional ao olhar para a sociedade se faz, mais uma vez, primordial para compreendermos que é urgente que nos atentemos a todas as identidades que os sujeitos sociais possam apresentar. Tal análise se mostra importante, pois o direito à cidadania, historicamente, é negado às chamadas “minorias” sociais. Coaduno com as reflexões de Jaime Pinsky (2003, p. 9) quando o historiador diz: “Afinal, o que é ser cidadão? Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos”.

³¹ O decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 pode ser acessado em: <[Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.leg.br)>. Acessado em 18 nov. 2021.

De acordo com a leitura de André Botelho e Lilia Schwarcz (2012), a cidadania não se ampara em definições homogêneas, tampouco pressupõe uma construção histórica estática. Nas palavras dos estudiosos:

Apesar de o conceito de cidadania ser central na agenda intelectual e política das sociedades contemporâneas, e de cruzar a cada dia novas fronteiras, ganhando mais espaço nas democracias representativas, não existe uma definição consensual ou mesmo análises definitivas de sua história. (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 18).

No entanto, neste trabalho, cabe apontar que as movimentações feministas foram responsáveis para a ampliação da cidadania, em termos políticos, para toda as mulheres. Ao pensar a cidadania em diálogo com uma possível “identidade social politizada”, como as movimentações sociais, Botelho e Schwarcz (2012, p. 11) destacam que a “cidadania envolve modos de identificação intersubjetiva entre as pessoas e sentimentos de pertencimentos criados coletivamente em inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas”.

Para Silvana Marinho (2020, p. 30), a cidadania feminina envolve reclamar pela diferença que fora “negada pela ideia de indivíduo abstrato, mas colocada em pauta pelo feminismo, mesmo que de modo paradoxal”. Assim, através de inúmeras mobilizações, em 1934, determinou-se que todos os brasileiros maiores de 18 anos têm direito ao voto, independentemente do seu gênero, situação civil ou condição financeira.³²

A primeira onda dos feminismos, por vezes, é criticada por levantar pautas intimamente associadas somente aos interesses das mulheres brancas e de classe média e, portanto, desconsiderando as vivências das mulheres negras, indígenas, dentre outras. Esse também foi um período que, frequentemente, é chamado de “feminismo bem-comportado”, uma vez que, embora demande por oportunidades de participação política, trabalho e de educação para as mulheres, não adentra substancialmente nas desigualdades derivadas dos papéis de gênero.

No entanto, não podemos esquecer que a pluralidade feminista não é um fenômeno recente. Se por um lado vemos uma movimentação feminista “bem-comportada”, por outro, há aquelas mulheres que pregavam um feminismo mais

³² Ao ler o livro “O voto feminino no Brasil”, de Teresa Cristina de Novaes Marques, se apreende que essa conquista durou por pouco tempo “antes de o país ter lentamente mergulhado no autoritarismo e de os direitos políticos terem perdido o uso. Ainda assim, foram anos interessantes, já que foram eleitas dez deputadas estaduais e numerosas vereadoras e que, entre A primeira deputada 123 julho de 1936 e novembro de 1937, a Câmara dos Deputados contou com duas mulheres no exercício de mandato”. (MARQUES, 2019, p.122-123).

combativo. Uma dessas mulheres é a professora, escritora, anarquista³³ e feminista Maria de Lacerda Moura, que possuía como uma das suas principais características a tendência de escrever, na imprensa, sobre os movimentos que participava, mas sem deixar de tecer críticas aos mesmos, quando julgava necessário. Dentre as críticas aos feminismos, Ana Lúcia Ferraz e Míriam Moreira Leite (2003)³⁴ citam a preocupação de Maria Lacerda de Moura³⁵ com o fato de os feminismos não acolherem as questões específicas das mulheres negras e pobres. Em entrevista à Mônica Raisa Schpun (2004), Míriam Moreira Leite diz que:

quando percebi a coragem audaciosa e persistente de Maria Lacerda, em contraste à submissão ainda corrente das mulheres à autoridade da família, do Estado e da Igreja, e sua trajetória tão diferente do esperado, senti que se tratava de uma personagem digna de um filme. (SCHPUN, 2004, p. 330).

Ao falar do feminismo negro à época do “marulhar” e primeira onda feminista, Tauana Silva e Gleidiane Ferreira (2017) nos falam sobre um feminismo à margem das ondas, o feminismo negro. Nesse aspecto, as autoras dizem que “nos anos 1920, duas mulheres negras, Almerinda Farias Gama e Maria Rita Soares de Andrade³⁶, contribuíram na criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)” (SILVA; FERREIRA, 2017, p. 1019), com o objetivo de lutar pelos direitos das mulheres. As autoras destacam que:

No começo do século XX, várias mulheres negras aderiram ao Partido Comunista Brasileiro. Desde a década de 1930, a “questão da mulher” foi integrada às temáticas próprias do marxismo-leninismo [...] Assim, movimentos de mulheres articulados com os movimentos de esquerda interrogavam sobre a condição das mulheres e, conseqüentemente, elaboravam várias críticas capazes de associar a exploração de classe à opressão de sexo. (SILVA; FERREIRA, 2017, p. 1024).

Isto posto, com o decorrer do tempo e com o conseqüente aprofundamento das mulheres na vida política, nota-se uma “ideia-força” atuando entre as mulheres brasileiras. De acordo com Suely Gomes Costa (2009), se percebe tal “ideia-força”,

³³ “O anarquismo é uma corrente de pensamento, uma teoria e ideologia política que não acredita em nenhuma forma de dominação – inclusive a do Estado sobre a população – ou de hierarquia e prega a cultura da autogestão e da coletividade.” Explicação disponível em: <[Anarquismo: você conhece essa ideologia? - Politize!](#)>. Acessado em 29 jan. 2022.

³⁴ Informações encontradas no documentário “Maria Lacerda de Moura – Trajetória de uma rebelde”, dirigido por Ana Lúcia Ferraz e Míriam Moreira Leite, no ano de 2003. Disponível em: <[Maria Lacerda de Moura: Trajetória de uma Rebelde | Antropologia \(usp.br\)](#)>. Acessado em 24 jan. 2022.

³⁵ Maria Lacerda de Moura foi uma pioneira do anarcofeminismo no Brasil. Em 1928, escreveu o texto “Feminismo? Caridade?”, onde afirma não aceitar “nem o feminismo de votos, muito menos o feminismo de caridade” que, em sua percepção, não trazem uma verdadeira emancipação das mulheres. Cf. (LACERDA, 1934).

³⁶ Almerinda Farias Gama e Maria Rita Soares de Andrade eram advogadas e sindicalistas.

no sentido gramsciano, associando e mobilizando mulheres muito diferentes entre si em lutas por direitos reprodutivos e por defesa de mulheres contra a violência doméstica. Essa ideia, de fato, toca fundo as sensibilidades das mulheres e tem um caráter inaugural e propulsor de agitação e de movimento intensos [...] Essa matéria invisível, além de associar mulheres muito diferentes entre si, define pertencas em torno de “causas” comuns e algumas menos comuns, como a da descriminalização do aborto. (COSTA, 2009, p. 13).

Isto posto, por volta da década de 1960, no contexto mundial se inicia a segunda onda dos feminismos, sendo marcada, especialmente, pelo debate sobre a sexualidade e, conseqüentemente, a luta por direitos reprodutivos. Esse é um período onde, cabe lembrar, ocorreram grandes manifestações políticas no mundo e na sociedade brasileira, que vivenciava uma dura ditadura militar (1964-1985). Em consonância, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na publicação “Olhares feministas”, aponta que “a segunda onda do feminismo na América Latina nasceu nos anos 1970, em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias”. (UNESCO, 2007, p. 8).

No entendimento de Sternbach; Aranguren e Chuchryk (1994), os feminismos brasileiros, em sua segunda onda, também questionam a opressão contra a mulher fundamentada nas diferenças biológicas entre os sexos, além de problematizar a função reprodutiva considerada inerente à mulher. Assim, é notável a articulação entre as experiências individuais e coletivas das mulheres, ao pensar a construção das pautas levantadas. Nesse aspecto, podemos retornar à ideia de Michael Pollak (1992) de que a memória também é um fenômeno coletivo. Na mesma acepção, Maurice Halbwachs (2013) diz que o indivíduo que lembra está inserido na sociedade na qual sempre possui um, ou mais de um, grupo de referência.

Ao defender que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, Halbwachs (2013, p. 30) afirma que “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós”. Tal reflexão sobre a construção coletiva da memória é importante, pois os feminismos da segunda onda recorreram às desigualdades históricas vivenciadas pelas mulheres na sociedade; como a falta de registros históricos de nossa existência. Nesse momento, a pedagogia da “Linha da Vida” que, em um processo de autorreflexão, criava conhecimento sobre a vivência das mulheres foi muito importante.

A pedagogia da “Linha da Vida” é consequência, não podemos esquecer, de “várias organizações que apoiavam a mulher vítima de violência, como o SOS Mulher³⁷ inaugurado em 1980, composto por um espaço de atendimento onde o objetivo era contribuir para a reflexão da situação dessas mulheres e intervir em suas realidades.” (FREITAS; ALMEIDA; LOLE, 2018, p. 19).

A meu ver, programas como o SOS Mulher, já citado aqui, são importantes porque, ao reunir mulheres em torno de uma problemática específica, tal qual a violência, problematiza o modo como as construções sociais de gênero, raça, sexualidade, dentre outros, podem ser determinantes para a nossa vivência em sociedade. A feminista Rita Andréa, que atua no cenário político do Rio de Janeiro desde a década de 1980, em entrevista para Luciene Medeiros (2016, p. 107), diz que “as mulheres só podem se libertar se elas tiverem essa reflexão feminista, sobre si mesmas, sobre quem eu sou e ao que vim ao mundo.”

Mais adiante na tese, me debruçarei acerca da experiência de Suely Gomes Costa na utilização da metodologia “Linha da Vida” no projeto de extensão que realizara no Centro de Saúde Santa Rosa (CSSR), em Niterói, mas neste capítulo inicial me preocupo em apontar que esse foi um marco importante para os feminismos em sua segunda onda pois proporcionou que mulheres tomassem “consciência de si”. Nas contribuições de Suely Gomes Costa (2009), apreende-se que a “Linha da Vida” se constitui no:

Depoimento [*que*] começava pela narrativa das circunstâncias de nosso nascimento e pela identificação dos sinais de preferência de nossos pais quanto à expectativa do nosso sexo. Admitia-se que, no caso do primogênito (aliás, palavra que não tem o gênero feminino), essa preferência, regularmente, recaía no sexo masculino, o que concorria para a imediata simbolização do sexo feminino como preterido pelo masculino (COSTA, 2009, p. 16).

Ao tomar a consciência de si, mulheres passaram a levar o debate da desigualdade vivenciada pelas mulheres para diversos espaços, como o espaço acadêmico que, como viu-se anteriormente, era dominado por homens brancos. Esse foi o caminho trilhado, inclusive, por Suely Gomes Costa – protagonista desta tese de doutoramento. Suely Gomes Costa, em diversas entrevistas, revela que se reconheceu feminista no período em

³⁷ Sobre o Programa SOS Mulher, implementado no Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP), na cidade de Niterói, Leila Guidoreni, assistente social que coordenada o Programa há duas décadas diz: “Depois de muita luta do movimento de mulheres, do movimento feminista, com todas as suas histórias e seus momentos históricos, houve uma grande convocação da rede de saúde para uma capacitação de uma semana dos profissionais que, de alguma maneira, já lidavam com a violência para implementar, de maneira sistematizada, o acolhimento das mulheres vítimas de violência [...] Assim, surgiu o SOS Mulher enquanto programa.” (Leila Guidoreni em entrevista à Carvalho, 2019, p. 72).

que estava trabalhando com a metodologia da linha da vida, juntamente com a professora Hildete Pereira de Melo³⁸. Nesse momento, em 1984, escreve o texto “Linhas da vida e associativismos feministas: ‘a voz das mulheres’”, apresentado no Seminário Direitos da Reprodução” (Cf. COSTA, 2006).

À época, o conceito de gênero, cunhado por Joan Scott na década de 1980, teve a sua utilização “nos estudos sobre mulheres, mas não somente neles, tem sido reconhecida como uma imensa contribuição para a superação de paradigmas tradicionais e conservadores [...]” (ALMEIDA, 2011, p.18). Sob o lema de “o pessoal é político”, Carole Pateman (1996) atenta que os feminismos abrem espaço para a discussão política de questões que, historicamente, são tratadas como exclusivas do privado – salientando a necessidade de se transformar os papéis, bem como os espaços, que são reservados as mulheres.

[...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas. (PATERMAN, 1996, p. 47).

Dentre os assuntos “pessoais” que os feminismos tornaram “políticos”, os feminismos em sua segunda onda destacaram as questões concernentes à sexualidade feminina e a violência. Para tanto, se rompe com a ideia de que é “natural” de que a mulher seja delicada, dócil, tendo como o seu instinto ser mãe, pois a sua natureza é cuidar. Heleieth Saffioti (2009) vai além e diz que “[...] as mulheres são manipuladas, estando o controle do exercício de sua sexualidade sempre em mãos masculinas.” (SAFFIOTI, 2009, p.13). Assim, nesse processo:

O feminismo chegou até a televisão revolucionando os programas femininos, nos quais agora, junto às tradicionais informações sobre culinária, moda, educação de filhos etc. apareciam temas até então impensáveis como sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica. (UNESCO, 2007, p. 60).

No Brasil, o período era de efervescência política. Uma vez que estávamos vivendo uma Assembleia Nacional Constituinte,

³⁸ Entrevistada pelo projeto de pesquisa interinstitucional “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social”, no dia 30/07/2021, do qual esta tese faz parte.

o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher organizou uma campanha nacional que carregava como lema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher!”. A mobilização, que através da imprensa ficou conhecida como lobby do batom, se tratou de uma articulação entre o movimento feminista e as deputadas federais que participavam do processo da constituinte, almejando ter suas propostas contempladas na Constituição Federal que estava sendo elaborada. (CARVALHO, 2019, p. 52).

Nesse momento, mulheres das mais variadas identidades, literalmente, invadiram o Congresso Nacional, atuando como um verdadeiro “bloco de gênero” (COSTA, 2013). Como resultado, “o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou” (COSTA, 2013, p. 7).

Nesse cenário, é preciso abrir um breve parêntese e recordar que “tem sido mais fácil concretizar reformas jurídicas e políticas – embora ainda haja um longo caminho a percorrer em termos globais – do que mudanças nas práticas sociais, nas crenças e atitudes e nas concepções de masculinidade e feminilidade” (PATERMAN, 2010, p. 30). Isso acontece porque quem está em uma posição de poder – no caso, homens brancos – dificilmente abdica de seus privilégios. Nesse imbróglio, a luta feminista é, e deve ser, constante.

No próximo capítulo desta tese, veremos mais sobre as conquistas dos feminismos no Brasil, nos anos de 1980 e 1990, especialmente no que se refere ao seu impacto nas políticas de saúde. É nesse momento que também se percebe o devir da terceira onda dos feminismos, que agrega a discussão de raça e classe para dentro do movimento. Segundo Suely Gomes Costa (2009), “a terceira onda feminista é a que reconhece, com nitidez, as pluralidades femininas”.

Na terceira onda dos feminismos, é perceptível que enxergar as mulheres para além do seu gênero, se configura como uma recusa à visão universalizante do que é ser mulher. Para tanto, se reconhecem as diversas identidades que as mulheres podem ter e, conseqüentemente, as diversas opressões que podem sofrer em consequência da intersecção das suas identidades. Nesse ponto, é crucial citar a importância dos estudos de Kimberlé Crenshaw acerca da interseccionalidade. Em 1989, ao apresentar para o mundo a urgência de se pensar as identidades sociais interseccionalmente, a professora e defensora dos direitos civis se atentou à dimensão plural das nossas vivências em sociedade. Dessa forma, se evita universalizar a mulher, assim como qualquer outro grupo social.

Nesse contexto da terceira onda dos feminismos, vertentes feministas alheias à branquitude vão ganhando destaque, especialmente, o feminismo negro. Há, isto posto, a tomada de consciência de que “não existe um só caminho para o feminismo. Indivíduos de diferentes origens precisam de uma teoria feminista que dialogue com a vida que têm.” (hooks, 2018, n.p). Desse modo, “mulheres negras começaram a se destacar no movimento e negociar seus espaços para revelar as diferenças vividas por mulheres com diferentes condições sociais e étnicas” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 23). Cabe trazer à baila que tais vertentes feministas sempre existiram, entretanto, não possuíam visibilidade.

A partir da terceira onda dos feminismos, entretanto, tal pluralidade passa a ficar mais evidente, pois as movimentações feministas da terceira onda produzem “um corpus teórico que supera o estruturalismo de outrora, focando-se principalmente no micropoder e na micropolítica” (SAMPAIO; MANO, 2018, n.p). Nesse período, através da defesa de um feminismo plural, se recusa a hegemonia de uma vertente feminista sobre a outra. Assim, além do feminismo negro, o feminismo interseccional, transfeminismo, dentre outras vertentes feministas, ganham espaço.

Embora não exista um consenso entre as estudiosas da temática, há quem afirme que atualmente vivemos uma quarta onda dos feminismos brasileiros, desde meados dos anos 2010. Essa quarta onda é caracterizada por reunir uma pluralidade de mulheres que se organizam em coletivos, através dos mais variados meios de comunicação digital.

Nos estudos de Olívia Perez e Arlene Ricoldi (2019), se nota a ampliação do ativismo digital que se propaga através de “*hashtags*” e incorporação de temas que, muitas vezes, foram deixados em segundo plano, como o debate da gordofobia³⁹. Em consonância, Ana Cláudia Felgueiras (2017, p. 119) chama a quarta onda dos feminismos de “ciberfeminismo”, pois é organizada por “jovens militantes que foram criadas já na era digital e que compreendem o alcance desta ferramenta de comunicação e sabem muito bem como utilizá-la”

É notável, também, o retorno às questões já apontadas nas ondas anteriores dos feminismos, tais como a sexualidade e a violência. Como afirma Marieta Cazarré (2016, n.p), na quarta onda dos feminismos, “as bandeiras são diversas, como vimos, e temas

³⁹ De acordo com a nutróloga Ana Luisa Vilela, em entrevista ao Estadão, “preconceito, tratar mal, desmerecer ou fazer a pessoa acima do peso se sentir inferiorizada são características que indicam a gordofobia”. Informação disponível em: <[O que é Gordofobia? Saiba quais são os efeitos para quem sofre discriminação - Estadão \(estadao.com.br\)](https://www.estadao.com.br/coluna/o-que-e-gordofobia-saiba-qual-sao-os-efeitos-para-quem-sofre-discriminacao)>. Acessado em 02 jun. 2023.

das outras ondas são revisitados – aliás, sua principal característica não é a temática abordada, mas a massificação do feminismo.”

Ainda que exista a tendência de se organizar digitalmente, esses feminismos também ocupam as ruas. Dentre as movimentações “virtuais” que culminaram em manifestações políticas nas ruas brasileiras, destaco a Marcha das Vadias. A Marcha das Vadias é um movimento iniciado em 2011, no Canadá, mas que ganhou adesão das feministas brasileiras ao possuir como objetivo a defesa de que, independentemente das roupas que vestem ou da forma que se comportam, as mulheres devem ser respeitadas. Assim, se ressignifica o termo “vadia”, historicamente usado de forma pejorativa para chamar as mulheres. No Brasil, sob o lema “meu corpo, minhas regras”, milhares de mulheres ocuparam as ruas do país levantando a bandeira de que o corpo da mulher não é público e, portanto, cabe somente à mulher decidir sobre o que fazer com ele.

Um exemplo mais recente de movimentação feminina foi o movimento de mulheres formado em 2018 contra o, até então candidato à presidência, Jair Bolsonaro. Ao formar um grupo com mais de um milhão de mulheres no *facebook*, milhares de mulheres também foram às ruas em protesto contra a iminência de um governo que, em termos de direitos, se configurava um verdadeiro retrocesso.⁴⁰

Mesmo que possua os seus fluxos e refluxos, como vimos em Duarte (2019), os feminismos em todas as suas ondas almejam dar mais liberdade à mulher, na medida em que problematiza os “destinos biológicos” que, historicamente, nos confina aos espaços domésticos e à inferioridade. Neste capítulo, vimos que resgatar as memórias de mulheres é perceber que nós fomos (e somos) protagonistas dos mais variados períodos históricos, por mais que a narrativa masculina e branca tenda a nos silenciar.

Resgatar as nossas memórias nos ajuda a transformar a sociedade e torná-la mais igualitária para as mulheres, sejam quais forem as suas identidades sociais. É verdade que ainda estamos distantes de alcançar a igualdade, de fato, mas nossas mobilizações coletivas são capazes de movimentar as estruturas sociais. Saímos, como recorda Perrot (1991), e em nossas saídas conquistamos direitos. No próximo capítulo, irei me dedicar a falar sobre a interlocução entre os movimentos feministas e de mulheres e a conquista das

⁴⁰ Para saber mais sobre essa movimentação política, acessar o link: <[Um milhão de mulheres contra Bolsonaro: a rejeição toma forma nas redes | Notícias | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#)>. Acessado em 24 nov. 2021.

políticas de saúde reprodutiva no Brasil, nos anos de 1980 e 1990. Ao corresponder à segunda onda dos feminismos no Brasil, estudar tal período é importante para nos aproximarmos da vivência de Suely Gomes Costa no que se refere a luta pelos direitos reprodutivos na cidade de Niterói. Partimos, então, para o segundo capítulo.

CAPÍTULO II – Saúde reprodutiva no Brasil nos anos de 1980 e 1990: interlocuções entre os movimentos feministas e de mulheres e as políticas de saúde

É fato que nem todas as políticas públicas existentes atualmente são frutos de uma “pressão popular”, todavia, quando se fala de políticas públicas que versam sobre a saúde feminina, é inegável que há grande participação dos movimentos feministas e do movimento de mulheres. Diante da nossa inconstante democracia que, historicamente, se vê interrompida por períodos de ditaduras, o ato de lutar pela legitimação das mulheres enquanto sujeitos de direito é um desafio.

É um desafio dos movimentos feministas, sem dúvidas, mas é importante destacar também a participação do movimento de mulheres, pois, como já adiantei na introdução desse texto, todo movimento feminista é um movimento de mulheres, mas nem todo movimento de mulheres é um movimento necessariamente feminista. Embora se priorize analisar os feminismos, é primordial resgatar as movimentações das mulheres fora dos feminismos.

Nesse imbróglio, as conquistas nunca são imediatas, são construídas em um processo de “longa duração histórica” e necessitam uma constante luta para que, de fato, sejam efetivadas. Essa característica, não se pode perder de vista, se deve ao entendimento de que as políticas públicas são um campo de disputa e, nesse sentido, as mulheres muitas vezes entram em um embate com grupos que não estão dispostos a legitimar os seus direitos. Nesse capítulo, ao pensarmos sobre a saúde feminina, pensamos em políticas públicas que enxerguem a mulher para além da sua função reprodutiva.

Nós, mulheres, somos sujeitos sociais e, portanto, devemos ter a nossa saúde assegurada em todas os momentos de nossa vida. Isto posto, neste capítulo, falamos dos anos de 1980 e 1990, que é marcado pela efervescência dessa luta que, não por acaso, conversa com as lutas pela Reforma Sanitária Brasileira e os movimentos de redemocratização do país.

1. O movimento de mulheres não deve ser esquecido

Castells (1999), em suas reflexões, aponta que os movimentos sociais são criados

por atores que encontram-se em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a esses últimos.” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Como vimos na introdução dessa tese, a construção de uma “identidade coletiva” é atravessada pela composição de estratégias políticas de resistência que são capazes de abalar as estruturas sociais que, frequentemente, podem ser excludentes. Assim, se constrói uma “nova identidade”. Neste item, destaco a construção de uma identidade feminista.

Isto posto, ao falarmos acerca dos feminismos e a urgência de se resgatar as memórias femininas, estamos falando de uma identidade coletiva que, definitivamente, mexeu com as estruturas sociais. Ao se aproximar dos movimentos feministas, pode-se compreender, de acordo com Laís Oliveira e Latif Cassab (2014, p. 2), que o “movimento feminista surge com a intenção de romper com a ordem patriarcal, denunciando a desigualdade entre homens e mulheres e buscando direitos igualitários e mais humanos para as mulheres”. Essa movimentação nos faz trilhar um caminho que nos leva ao reconhecimento da cidadania feminina.

Assim, falar de cidadania é entender que esse debate está atrelado ao “direito à diferença. Em lugar de se reivindicar uma ‘identidade humana comum’, são contempladas as diferenças existentes entre as pessoas” (DIAS, 2009, p. 107). Nas palavras de Louro (2000):

desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações. Novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como “política de identidades” (LOURO, 2000, p. 4).

Assim, a diversidade presente nos feminismos aponta raízes diferentes para o problema da opressão contra as mulheres e, deste modo, diferentes formas de combatê-lo. É imprescindível apontar, nessa conjuntura, que os feminismos não se configuram como a única identidade coletiva formada pelas mulheres. É verdade que, neste trabalho, as reflexões estão concentradas nas diversidades dos feminismos, no entanto, há de se lembrar que a identidade feminista não é a única identidade coletiva possível às mulheres. Assim, o movimento de mulheres também é capaz de transformar as estruturas da sociedade.

Através dos estudos de Vera Soares (1994, p. 15), se apreende que os feminismos compõem uma face do movimento de mulheres, enquanto “as mulheres das periferias dos

centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, que atuam nos sindicatos compõem a outra face”. Se torna necessário fazer essa diferenciação, pois acredito que se, compulsoriamente, considerarmos tais movimentações políticas como sinônimas, por ambas serem compostas por mulheres, caímos mais uma vez na armadilha que nos leva a crer que existe homogeneidade quando falamos das mulheres. Embora, muitas vezes, o movimento feminista e o movimento de mulheres conversem, ao compartilhar lutas, Soares (1994) atenta que ambas as movimentações femininas possuem suas próprias dinâmicas e formas de expressão.

Nessa compreensão, para Descarries (2002), o movimento de mulheres se constitui enquanto

um vasto conjunto de práticas e coalizões, constantes ou não ao longo do tempo, que tiveram e têm ainda por objetivo transformar a situação socioeconômica e política das mulheres e a redefinição de seu papel na sociedade, sem necessariamente questionar os mecanismos reprodutores da divisão social dos sexos. (DESCARRIES, 2002, n. p).

O movimento de mulheres, nesse aspecto, se preocupa com a “transformação da realidade social, de carências econômicas e/ou das opressões sociopolítica e cultural” (GOHN, 2001, p. 25). Em sua relação com a sociedade, Boaventura de Sousa Santos (1994) diz que os movimentos de mulheres no Brasil possuem a característica de poder se integrar aos demais movimentos sociais populares, como o movimento operário. Tal aproximação ocorre na medida em que, no entendimento de Elizabeth Souza-Lobo (2011), o movimento de mulheres brasileiro está vinculado às demandas sociais por melhores condições de vida e demais ressonâncias da nossa construção histórica racista e colonizada. Nesse aspecto, Alessandra Sales e Iraildes Torres (2014, p. 1891) apontam que há um grande quantitativo de mulheres que se inseriram “em lutas de cunho popular como as que envolvem a conquista da moradia e equipamentos urbanos, que proporcionem a ela e seus pares um endereço digno, um pedaço de terra e melhores condições de vida.”

Para a especialista em sociologia do trabalho e relações de gênero, Elizabeth Souza-Lobo (2011, p. 222), “os movimentos de mulheres emergem nos espaços e franjas do tecido social brasileiro, com a heterogeneidade de um patchwork⁴¹ que combina desenhos e cores variados”. Isso ocorre porque, quando falamos das mulheres das camadas mais empobrecidas da sociedade, é possível perceber que a sua organização

⁴¹ Em português, pode ser traduzido como “colcha de retalhos”.

social girava no entorno de suas necessidades mais imediatas – as discussões acerca das construções sociais de gênero, que ganham destaque na academia nas décadas de 1980 e 1990, a princípio, não era uma questão.

Desse modo, “elas estavam nos movimentos contra a alta do custo de vida, pela anistia política, por creches, criaram associações e casas de mulheres, entraram nos sindicatos, onde reivindicaram um espaço próprio.” (DELGADO; SOARES, 1995, p. 78). Sarti (2004, p. 39), nessa perspectiva, destaca que o movimento de mulheres “expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses”. Em outras palavras, o movimento de mulheres marca presença em diversas mobilizações sociais e espaços, assim como sua “delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição ao regime militar” (SARTI, 2004, p. 39). Ivanete Silva – mulher negra, professora, feminista, LGBTIAP+ e importante nome do Movimento de Mulheres da cidade de Duque de Caxias – em entrevista para Luciene Medeiros e Nivia Barros (2021, p. 301) revela que a “sua militância iniciou-se nos Movimentos de base da Igreja Católica”.

É interessante apontar que, ainda que as mulheres estejam presentes em diversas mobilizações sociais, a integração de pautas feministas nem sempre fora uma unanimidade, tampouco aceita sem quaisquer resistências. No Brasil, por exemplo, há uma relação conflituosa entre os movimentos feministas e a luta contra a ditadura. Para Sarti (2001):

o feminismo brasileiro dos anos 70, mesmo nos grupos que se autodenominavam feministas, atribuiu-se ao contexto de autoritarismo o principal impedimento para a emergência das questões específicas de gênero, porque rompiam com a unidade exigida pela política de alianças. (SARTI, 2001, p. 42).

Ou seja, as problemáticas que circundavam a experiência de ser mulher na sociedade não eram consideradas prioridades naquelas movimentações contra o período ditatorial. É verdade que os feminismos, assim como o movimento de mulheres, também são plurais e estão presentes em diversos espaços da sociedade; mas a relação difusa entre feminismos e a luta contra a ditadura está no fato de que o movimento feminista está associado a:

um conjunto mais restrito de discursos e de práticas que dão prioridade à luta das mulheres, propõem um projeto de sociedade alternativa e colocam como objetivo a abolição, ou ao menos a transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome dos princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. (DESCARRIES, 2002, n.p).

Nesse aspecto, é primordial recordar que:

foi durante a ditadura militar, quando existiam as torturas a presos políticos, a homens, mulheres e crianças supostamente participantes de movimentos políticos, que o movimento feminista foi capaz de promover uma série de argumentos iluminando as ligações da violência contra a pessoa e a violência contra as mulheres na esfera doméstica. (SOARES, 1994, p. 13).

Desse modo, ainda que o período não estivesse fértil para as movimentações feministas, “foram realizados grupos de consciência, publicado periódicos, realizado eventos, e, na medida em que a ditadura se enfraquecia, no final dos anos [19]70, até mesmo manifestações” (PEDRO; BARLETTO, 2019, p. 5). Ou seja, a luta sempre fora – e ainda é – constante. No mesmo período, os movimentos de mulheres “através de seus papéis socialmente designados de esposas e mães, fizeram os primeiros protestos contra o regime militar” (SOARES, 1994, p. 16), exigindo melhores condições de vida.

Embora muitas vezes caminhem juntos, é preciso ter em mente que o movimento de mulheres e os movimentos feministas também não estão distantes de uma relação que, por vezes, pode ser conflituosa.

As feministas mantiveram, e mantêm ainda hoje, uma relação intensa com estas diversas facetas do movimento de mulheres, muitas vezes uma relação de tensão, outras vezes enriquecedora, algumas empobrecedoras. Fizeram um entrelaçamento destas diferentes vertentes, de modo que hoje ficam um pouco menos nítidas as demarcações. É muito mais difícil demarcar o campo entre as mulheres dos movimentos populares e do movimento feminista. O terreno comum que permite estas relações talvez possa ser dado por duas dimensões: o descobrimento e a reflexão de sua identidade como mulheres e a ênfase no cotidiano. (SOARES, 1994, p. 18).

Na percepção de Carmen Silva e Silvia Camurça (2013, p. 16), “embora sejamos todas mulheres lutando pelas mulheres, o que nos faz a todas, em certo sentido, feministas, existe ainda muito desconhecimento, algumas desconfianças e posições antifeministas dentro do próprio movimento de mulheres”. De acordo com a publicação “Feminismo e movimento de mulheres”, de Silva e Camurça (2013),

nem todas as organizações do movimento de mulheres definem-se como parte do movimento feminista. Sabemos que há mulheres em todos os movimentos sociais, mas nem todos os movimentos sociais enfrentam os problemas da situação das mulheres. Também nem todas as mulheres refletem sobre a situação de dominação e exploração que nós vivemos. Por isto, nem todas apoiam as causas feministas. (SILVA; CAMURÇA, 2013, p. 16).

Creio que tais observações sejam relevantes, pois Suely Gomes Costa, protagonista desta pesquisa, ainda que tenha participado de forma ativa, nos anos 1960 e 1970, nos congressos de teorização do Serviço Social e, portanto, já tinha realizado o seu “sair” (PERROT, 1991) para o mundo político, apenas se enxergou feminista na virada

dos anos 1970/1980. É interessante pensar que, embora não se reconhecesse feminista, Suely Gomes Costa tinha atitudes que, à época, eram lidas como extremamente revolucionárias. Nesse aspecto, Andréa Ledig de Carvalho Pereira (2016, p. 251) recorda um episódio vivido pela professora quando ainda era estudante de Serviço Social:

Certo dia, ao saber que a aluna Suely Gomes Costa havia ido à Escola de calça comprida, traje que, na época, era proibido para as alunas, Violeta convoca a aluna para uma conversa em seu gabinete. Ao final da conversa, Violeta decide permitir o uso de calças compridas na Escola. Afinal, em suas viagens à Europa e aos E.U.A., ela mesma já havia usado calça comprida.

O reconhecimento enquanto feminista, no entanto, veio apenas uma década depois. Nas palavras da professora, em entrevista concedida à Carla Almeida e Ana Lole (2016, p. 386): “na minha trajetória, na virada dos anos 1970/1980, eu me tornara feminista.”. Após abraçar a sua identidade feminista, Suely Gomes Costa iniciou, em sua vida pessoal e política, uma luta contra as opressões de gênero que, em minha leitura, reconhece a importância da perspectiva interseccional em suas análises.⁴² No entanto, é inegável que seu ativismo se iniciou antes de se aproximar dos feminismos.

Penso que refletir sobre a importância do movimento de mulheres seja relevante pois, muitas vezes, quando se fala que essa movimentação não está, essencialmente, ligada à luta por um projeto de sociedade distante do patriarcado, podemos cair no erro de pensar que seja uma luta menos “crítica”. É interessante pensar que, quando se fala do movimento de mulheres, a maternidade, que em nossa sociedade patriarcal é considerada um “destino feminino”, teve um importante papel nas teorias dos primeiros movimentos de mulheres (BOCK, 1991). Nas reflexões de Ledig (2016, p. 163):

Ao aceitarem o lugar que a sociedade tradicionalmente outorga às mulheres, a maternidade para, em seguida, transformá-la em argumento na luta por direitos políticos e sociais, as feministas, conscientes de seu tempo, seguem a trilha mais adequada para a conquista da cidadania feminina.

Com essas observações, chamo atenção para o fato de que, embora não suscite o debate teórico de gênero, o movimento de mulheres ressignifica os seus cotidianos de gênero, os transformando em luta e, assim, trazendo transformações na sociedade. Em consonância, Jacqueline Pitanguy (2008, p. 120) sinaliza que, nos “movimentos de mulheres, era justamente pela opressão do papel tradicional da mulher que ela se

⁴² A professora Suely Gomes Costa não usa o termo “interseccionalidade” em si, em seus trabalhos; no entanto, faço uma leitura de que sua produção bibliográfica percebe a dinâmica social interseccionalmente, pois há a presença de reflexões acerca da relação entre gênero, raça, classe, dentre outros marcadores sociais, em suas análises.

projetava na esfera pública, por exemplo, enquanto dona-de-casa protestando pelo preço da alimentação”.

Nesse sentido, tomo por exemplo o movimento de mulheres “Mães de Acari” que, de acordo com Rita Freitas, o que as une:

seria a maternidade e a violência que as tinham separado de seus filhos, mortos ou sequestrados. Acredito que o fato de participar de movimentos tem levado as mulheres a redefinições e transformações em sua identidade de gênero, bem como tem possibilitado construir para a maternidade outras dimensões. (FREITAS, 2002, p. 69).

Uma dessas dimensões construídas é a luta. As mulheres fazem parte dos processos históricos, como já apreendemos, e o movimento de mulheres é potente em demonstrar que as mulheres têm um lugar no mundo político. Para Pintanguy (2008), o movimento de mulheres tem uma grande expressão política ao projetar politicamente o papel dito “tradicional” da mulher na sociedade. No ato de se projetar politicamente, as “Mães de Acari”:

eram mães que apareciam nas ruas, que invadiam os órgãos públicos, que conversavam com autoridades, que organizavam passeatas, que falavam na televisão, que ocupavam cargos públicos, que viajavam para outros países para conversarem com outras mães acerca de uma dura realidade que atingiu a todas: a violência contra seus filhos. Elas ocuparam as páginas dos jornais e os noticiários das televisões (algumas viraram novela ou motivo para documentários, outras, tema de músicas, bem como inspiração para poesias). (FREITAS, 2002, p. 70).

Acredito ser cabível destacar que, mesmo que o movimento de mulheres, em si, não priorize o debate de gênero, em suas movimentações os estereótipos de gênero tendem a ser, constantemente, questionados. Ao “invadir” os órgãos públicos, conversar com autoridades e organizar passeatas, como aponta Freitas (2002), as mulheres foram ocupando espaços que, historicamente, são considerados intrinsecamente masculinos. Além disso, Souza-Lobo (2011) recorda que, em suas lutas, as mulheres podem construir laços de solidariedade que são capazes de estimular o processo de consciência das mulheres enquanto sujeitos políticos.

Medeiros (2012) aponta ainda que, assim como os feminismos, os movimentos de mulheres também participaram do processo de formulação e conquistas de políticas públicas no Brasil. Em Marta Ferreira Santos Farah (2004, p. 51) percebemos que isso ocorre porque:

Ao mesmo tempo que denunciavam desigualdades de classe, os movimentos de mulheres – ou as mulheres nos movimentos – passaram também a levantar temas específicos à condição da mulher como direito a creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher.

É verdade, também, que:

Desde a segunda década do século XXI as fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas: um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres tem incorporado elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, refazendo o discurso feminista. (PEDRO; BARLETTO, 2019, p. 4).

É interessante reforçar, no entanto, que essa linha tênue que separa os movimentos feministas e os movimentos de mulheres não é um fenômeno recente – é algo histórico. No próximo item, iremos resgatar algumas dessas conquistas femininas. Através das movimentações sociais de mulheres, conquistamos significativos avanços no que se refere à saúde reprodutiva no Brasil que, atualmente, se constitui um direito. As próximas páginas, para tanto, tratará dos avanços e resistências que atravessam a luta das mulheres na conquista de políticas públicas brasileiras. A relevância desse debate se justifica, pois, para nos aproximarmos da realidade da cidade de Niterói, onde se deu a vivência política e profissional de Suely Gomes Costa, é mister compreendermos o desenvolvimento dessa trajetória no cenário do país.

2. Movimentos feministas e de mulheres e saúde reprodutiva enquanto direito no Brasil: avanços e resistências

Antes de falar sobre saúde reprodutiva enquanto direito, acredito que seja necessário retomarmos ao ideário social de que há questões que devem ser tratadas no âmbito público, enquanto outras devem ser circunscritas exclusivamente pelo espaço privado. A saúde reprodutiva é uma dessas questões “proibidas”, na medida em que envolve o debate de gênero e sexualidade que, historicamente, é negligenciado das discussões públicas. Os feminismos, em toda a sua pluralidade, atuam nessa estrutura.

Anteriormente, falei sobre o modo como nós, mulheres, formamos um grupo plural e heterogêneo, no entanto, uma questão que arrisco dizer ter sido comum a todas as mulheres durante muito tempo é a ideia de que as decisões sobre os nossos corpos e vidas devem ser tomadas e/ou legitimadas por homens. Nesse cenário, nos tornamos personagens submissos na própria pele em que habitamos. Esse é um pensamento, sem dúvidas, que emerge da cultura patriarcal em que vivemos. Nós vivemos em uma sociedade embasada na construção de gênero enquanto fator que nos diferencia

socialmente – uma “construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 21-22) que apresentamos ao nascer.

Essa construção social estabelece relações de poder que, como vimos, coloca as mulheres em um patamar inferior aos homens. É verdade que a perspectiva interseccional não nos deixa esquecer que a raça, a classe, a geração, a sexualidade dentre outros marcadores sociais que possamos possuir, são fatores, além do gênero, que podem ou não atuar enquanto potencializador das explorações e opressões que vivemos (CRENSHAW, 2002). Paterman (2010, p. 30) vai além e diz que a cidadania das mulheres tem se revelado um problema, uma vez que “[...] as estruturas sexuais e raciais de poder a obstruem de forma sistemática”.

Nesse sentido, Medeiros e Freitas (2017, p. 12) afirmam que “não pode haver a construção de uma cidadania plena sem a atenção a esses múltiplos aspectos das nossas intimidades. O avançar do tempo possibilitou o diálogo entre várias mulheres.”. Paterman (2010) reflete, em seus estudos atuais, se as mulheres podem efetivamente ser consideradas cidadãs de pleno direito em todos os países do globo. A autora identifica, nesse aspecto, que embora os países tenham passado por reformas jurídicas e políticas, como o direito da mulher ao voto, tais reformas “não foram acompanhadas por mudanças correspondentes nas práticas sociais de dominação e subordinação e nas concepções de masculinidade e feminilidade” (PATERMAN, 2010, p. 29). Ou seja, as relações de gênero e raça, socialmente construídas, ainda prevalecem no sentido de negar a cidadania das mulheres – especialmente das mulheres negras.

Essa negação ocorre quando os homens ainda são vistos como figuras detentoras de maior autoridade que as mulheres. O estereótipo de feminilidade que, muitas vezes reduz os corpos das mulheres a objetos, também nos coloca distantes dos espaços do poder. O direito ao voto, conquistado pelas mulheres brasileiras no ano de 1946, não surtiu efeito na sub-representação das mulheres na política, por exemplo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)⁴³, realizada no ano de 2019, cerca de 51,8% da população brasileira é composta por mulheres;

⁴³ Os dados da PNAD Contínua de 2019 pode ser acessado em: < [Quantidade de homens e mulheres | Educa | Jovens - IBGE](#)>. Acessado em 01 dez. 2021.

entretanto, dos 190 países que informaram à *Inter-Parliamentary Union* (IPU)⁴⁴ a representatividade feminina em suas câmaras baixas (câmaras de deputados), o Brasil ocupa a 140ª posição – mulheres representam apenas 15% de toda a câmara de deputados federais.

Em Melo e Tomé (2018), é possível perceber que a resistência de se feminizar o cenário político brasileiro deriva do fato de que a cada mulher que assume um cargo de poder, um homem perde. Assim, é mais fácil manter as desigualdades. Nas palavras de Paterman (2010, p. 37), “as concepções dominantes de ‘raça’ e de masculinidade e feminilidade cultivam e mantêm a indiferença.”. Desse modo, a importância de se ocupar o espaço político se revela: ocupar os espaços de poder significa ouvir as demandas das mulheres – como a consolidação dos direitos referentes à saúde reprodutiva, tema desta pesquisa de doutorado.

É através da participação política que as mulheres conseguem apontar as desigualdades que vivem – desigualdades de gênero que, conforme assimilado, podem ser interseccionadas com as desigualdades de raça, de classe, dentre outras opressões. Um exemplo do modo como as opressões podem se interseccionar é o projeto higienista/eugenista que esteve presente no cenário brasileiro no final do século XIX. É importante salientar que tal momento histórico é marcado pela (quase) inexistência da participação do Estado no âmbito da saúde, além das relações socioeconômicas estarem profundamente ligadas à dinâmica escravocrata.

Assim, sob o ideário de que a miscigenação do país era capaz de explicar a criminalidade e a disseminação de doenças (SCHWARCZ, 1993), fora criado o desejo de se embranquecer a população brasileira. Assim, embora a miscigenação muitas vezes seja pensada como “mistura”, também é sinônimo de “separação”, pois a democracia racial, no Brasil, não passa de uma lenda. Um mito que contribui para “isentar a nossa sociedade de preconceitos declarados. Entre os nossos vários tons e sobretons, o racismo que envolve as relações sociais/raciais no Brasil é constantemente negado” (CARVALHO, 2022, p. 97).

⁴⁴ Os dados podem ser consultados em <[Women in politics: 2020 | Digital library: Publications | UN Women](#)>. Acessado em 01 dez. 2021.

Nesse contexto, as mulheres negras foram o principal grupo atingido pelas políticas higienistas, uma vez que tal período teve como principal estratégia a esterilização em massa dessa população – as mulheres negras foram, compulsoriamente, submetidas à métodos contraceptivos definitivos.

Schwarcz (1993), em “O espetáculo das raças”, mostra que a pretensão era tornar o Brasil um país cada vez mais branco e, dessa forma, a esterilização das mulheres negras implicava na diminuição do contingente de pessoas negras no país. Em âmbito global, no século XX, fora difundido:

o medo da “explosão populacional”, os formuladores de políticas, influenciados pelo pensamento neomalthusiano, passaram a defender a disseminação de métodos contraceptivos, mesmo que contrariando os interesses individuais, pois tratava-se de obter resultados coletivos de limitação global da população. (CORRÊA; JANUZZI; ALVES, 2003, p. 6).

O meu intento, nesta tese, é discorrer sobre o campo da saúde reprodutiva nas últimas duas décadas do século XX, logo, não irei me aprofundar sobre o projeto higienista que, por muito tempo, fora defendido pelo nosso país; no entanto, o projeto higienista é fundamental para fomentar o debate da saúde reprodutiva. Assim, com essa breve reflexão, quero enfatizar o fato de que se o gênero nos coloca em um mesmo grupo; a raça pode ser um fator a trazer nuances diferentes às nossas vivências e, por isso, as movimentações sociais organizadas por mulheres, em toda a sua pluralidade, devem ser valorizadas.

Nesse ponto, vejo uma conexão entre o domínio sob os corpos femininos, pelo Estado, e a negação da sexualidade feminina. Isso ocorre porque, mais uma vez, a biologia é apropriada para legitimar a opressão exercida contra a mulher, ao deslegitimar a nossa sexualidade – se, por um lado, o homem, socialmente, é considerado um ser demasiadamente sexual; por outro, se espera que a mulher acesse a sua sexualidade somente se o intuito for a reprodução. Além disso, Saffioti (2009) aponta, como vimos anteriormente, que os homens também estavam no controle da sexualidade feminina.

Mary Del Priore (2004) alerta que a sexualidade feminina esteve, durante muito tempo, orientada pela igreja. Na medida em que se utilizava a figura bíblica de Eva como um “mau exemplo”, a igreja auxiliava no processo de reprimir a imagem da mulher enquanto ser sexual, com desejos próprios, ao ligar a sexualidade apenas à reprodução. Nos escritos da historiadora, ela diz que “finalmente, com prazer ou sem prazer, com

paixão ou sem paixão, a menina tornava-se mãe, e mãe honrada, criada na casa dos pais, casada na igreja. Na visão da sociedade misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher” (DEL PRIORE, 2004, p. 43).

Nessa dinâmica, pensar em termos de proteger a mulher no âmbito de sua vida sexual era algo inimaginável à época. É importante ressaltar que essa mentalidade perdurou por inúmeras décadas no cenário brasileiro – é com essa conjuntura que os primeiros movimentos feministas se confrontam, no Brasil, como se aprendeu ao ler sobre as primeiras ondas feministas.

De acordo com Délcio da Fonseca Sobrinho (1993, p. 18), médico que era referência nas pesquisas de Suely Gomes Costa, no decorrer de mais um século, se naturalizou na cultura brasileira “se não um ideário bem estruturado, pelo menos um sentimento, um consenso nacional, um ‘pró-natalismo difuso’”, que pode ser compreendido como produto da conjunção de fatores ideológicos, do catolicismo e até mesmo da crença de que uma família numerosa era algo a se almejar socialmente. Por outro lado, ideias opostas coexistiam: o baixo crescimento populacional era associado ao desenvolvimento econômico.

Diante desse cenário, Toscano e Goldenberg (1992) apontam a década de 1960 como um marco na luta pela igualdade de direitos, na medida em que houve uma união das mulheres pela sua libertação das amarras do patriarcado, ao defender uma cidadania feminina para além da dimensão da maternidade. Isto é, desloca-se a discussão de saúde restrita a relação materno/infantil ao pensar a mulher enquanto ser com necessidades próprias e inerentes aos papéis que desempenham na sociedade.

O confronto dos movimentos feministas a fim do reconhecimento da mulher enquanto ser social, sujeito de direitos, ganhou proporções significativas, sobretudo, na década de 1970. Melo e Schumacher (s/d)⁴⁵ recordam que a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, além de instituir os anos de 1975 a 1985 como a Década da Mulher em todo o mundo – um momento importante para os feminismos, pois, nas palavras de Aparecida Nátia Pinto de Arruda (2005, p. 3), esse “foi um momento-chave para a organização de fóruns de

⁴⁵ Texto encontrado em: <[Microsoft Word - Panorama sobre os trinta anos do feminismo no Brasil.doc \(mulher500.org.br\)](#)>. Acessado em 9 fev. 2022.

mulheres, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo, como também contra o regime ditatorial”. Nesse processo, fora construída uma agenda de reivindicações.

Consolidado como um momento de efervescência política, esse período, em Montecinos (2003), pode ser entendido enquanto um processo que ofereceu:

oportunidades sem precedentes para corrigir a tradicional marginalização das mulheres na vida política [...] uma multiplicidade de grupos de mulheres mobilizou-se contra abusos cometidos contra os direitos humanos por governos autoritários, organizou reações coletivas ao desemprego e à pobreza, trocou informações e experiências, formando uma vasta e vibrante rede de trabalho transnacional de ativistas, acadêmicas e especialistas em política. (MONTECINOS, 2003, p. 353).

No trabalho de Montecinos (2003) é possível perceber que, em termos de América Latina, as pautas do movimento feministas se tornaram proposições políticas – um ponto de inflexão – de grupos com viés político de direita tanto quanto os de esquerda. Em harmonia com as considerações da autora, acredito que as mudanças trazidas por esse período político estimularam grupos sociais historicamente postos em situações desvalorizadas – socialmente considerados *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) – a colocarem as suas questões em pauta, a exigirem o que lhes é de direito.

Defendo que um dos pontos centrais, na luta dos movimentos sociais, seja o reconhecimento de que as desigualdades não são naturais, ou problemas de um indivíduo isolado – são problemas que dizem respeito a toda sociedade. Por isso, há a necessidade de se planejar, em conjunto, meios de enfrentá-las. Arruda (2005) aponta que a assinatura de Convenções Internacionais sinaliza como os sujeitos sociais vão, gradualmente, construindo mecanismos de pressão.

Isso ocorre porque, nas palavras de Medeiros e Freitas (2017, p. 13), “movimentos organizados são atores fundamentais para o diálogo e a construção de políticas públicas”. Desse modo, os feminismos impactaram profundamente o campo da saúde, área que dou ênfase nesta pesquisa, ao chamar atenção para a necessidade de se construir políticas de saúde específicas para as mulheres. Para além disso, na dinâmica de revisão bibliográfica dos materiais que articulam os movimentos feministas com a construção de políticas, é perceptível que, na década de 1980, as conquistas de direitos transcenderam a área de saúde – abrangeu as mulheres em todas as suas vivências.

No entanto, o que são políticas públicas? No mundo acadêmico, percebo que estamos sujeitos a adquirirmos alguns vícios – como o de pressupor que o nosso leitor compreenda integralmente o que dizemos, ainda que não tenhamos lhe fornecido todas as pistas e informações. Reproduzimos frases e conceitos com tanta frequência que, por vezes, esvaziamos os seus significados. A fim de me distanciar dessa tendência, nas próximas reflexões, abrirei um “parêntese” para pensar sobre o conceito de políticas públicas e como ele fora influenciado pelos feminismos, sobretudo no que se refere às políticas de saúde.

2.1. Os feminismos na disputa pelas políticas públicas de saúde

De acordo com o “Dicionário de Política”, de autoria de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, “política” é um conceito:

derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998 p. 954).

A definição de “público”, no entendimento do filósofo Bobbio (2000), possui dois significados:

quais sejam, ‘público’ como pertencente à esfera estatal, à ‘res publica’, que é o significado originário do termo latino ‘publicum’, transmitido pela distinção clássica entre ius privatum e ius publicum, e ‘público’ como manifesto (que é o significado do termo alemão öffentliches), oposto a secreto. (BOBBIO, 2000, p. 102, nota 11).

Pelas definições apresentadas, se percebe que, para compreendermos “políticas públicas”, devemos entender que se trata de um conceito envolto de uma polifonia. Juliana Chiari (2012), nesse sentido, sinaliza que não há uma única definição de políticas públicas. No entendimento de Ney Amaral (2008, p. 5), “políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade”. Para João Pedro Schmidt (2008, p. 231), esse é um conceito que pressupõe a relação entre “a esfera do público e seus problemas. Ou seja, diz respeito ao plano das questões coletivas, da polis.”. Em outros termos, falar de políticas públicas é entender que

estamos nos referindo a um produto resultante da “competição” de diversos grupos existentes na sociedade; deste entendimento vem a sua polifonia.

No âmago dessa diversidade,

as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores. (SOUZA, 2002, p. 5).

Desde o início deste texto, venho insistindo na ideia de que nós, seres sociais, somos plurais. Se somos plurais, nossas ideias podem convergir ou divergir e, portanto, nossas vivências podem ser permeadas de conflitos. Quando falamos da construção de políticas públicas, no que envolve à formação da agenda política, conforme o entendimento de Schmidt (2018), não estamos falando de um documento “estático” ou “fixo”. “A agenda política nunca está dada. Não há uma agenda “natural”. Trata-se de uma construção permanente, que envolve constante disputa.” (SCHMIDT, 2018, p. 132). Logo, entender o processo de conquista de direitos que legitimam a condição de cidadãs das mulheres é compreender que essa luta deve ser constante. E essa luta, de fato, é constante nas pautas dos movimentos feministas e de mulheres. Assim, “na esteira da experiência feminista, muitos grupos encontram lugar na agenda pública configurando-se um contexto de intensas batalhas pela formulação de políticas públicas específicas.” (LOLE; ALMEIDA, 2017, p. 57).

Diante da, ainda latente, cultura machista e patriarcal reproduzida na sociedade e da nossa instável democracia⁴⁶, lutar pela legitimação dos direitos das mulheres é se deparar com inúmeros obstáculos. As conquistas, nada obstante, nunca são imediatas. São processos. Nesse sentido, Medeiros (2012), ao analisar as iniciativas dos movimentos feministas e a pressão realizada para se inserir as suas pautas nas agendas governamentais, na área da violência contra as mulheres, aponta que as mobilizações organizadas pelos feminismos a partir da década de 1970 culminaram,

nos anos de 1980, na criação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) em São Paulo em 1985 e no ano seguinte no Rio de Janeiro e na criação dos Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher, constituindo-se na época, as

⁴⁶ Faço essa afirmação, pois historicamente vivemos períodos democráticos interpolados por períodos ditatoriais.

principais reivindicações do movimento de mulheres e feminista. (MEDEIROS, 2012, p. 62).

Isto é, como consequência dessas lutas, na década de 1980 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero. Em 1983, ainda na ditadura militar, feministas paulistas propuseram a criação de um órgão específico, no interior do governo, para a defesa da implementação de políticas públicas específicas para as mulheres: o Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo.

Em Arruda (2005), se percebe que, no Brasil, os feminismos nasceram de grupos de vizinhança dos centros urbanos, dos grupos de trabalhadoras urbanas e rurais; além de grupos de camadas médias da sociedade, como é o caso da cidade de Niterói, onde se insere a atuação de Suely Gomes Costa. Na década de 1980, as reivindicações dos movimentos feministas e dos movimentos de mulheres ultrapassaram os campos de reflexões em pequenos grupos, se transformando em pautas para a construção de políticas públicas.

Isso foi possível porque os movimentos sociais, como vimos, se utilizam de inúmeras estratégias de participação social para trazer à tona, na cena política, os problemas que permeiam, até mesmo impedem, o exercício da cidadania das mulheres. (FRASER, 2007). Nesse processo, as mulheres trazem à baila questões referentes à violência de gênero, à segurança, à saúde, dentre outros e, assim, se torna possível a construção de uma agenda política de gênero, capaz de abraçar as nossas necessidades. De acordo com Farah (2004, p. 53):

Entende-se aqui por agenda de gênero a agenda-síntese dos temas priorizados por diversos atores (e atrizes), tendo como eixo as relações de gênero, não se confundindo com a agenda de nenhum grupo particular. Reúne, assim, temas e propostas levantados por mulheres participantes de movimentos populares e temas e propostas formulados pelo feminismo, em suas diferentes vertentes.

As políticas públicas sensíveis ao gênero, nesse imbróglio, correspondem às políticas públicas destinadas ao enfrentamento às violências e desigualdades vivenciadas pelas mulheres; problemáticas sociais que denunciam a perpetuação da masculinidade tóxica⁴⁷ predominante na construção dos homens na sociedade.

⁴⁷ De forma breve, podemos definir a masculinidade tóxica enquanto o perfil de masculinidade ideal, hegemônica, que se espera dos homens na sociedade. Tal perfil, ao reproduzir os estereótipos de gênero, cultua uma masculinidade que seja pautada na heterossexualidade, opressão, na agressividade e que defende uma suposta superioridade dos homens. O termo “masculinidade tóxica” é uma crítica a esse ideal

A reflexão de Farah (2004) é importante para não perdermos de vista que há, além das feministas, a participação dos movimentos de mulheres. Nessa perspectiva, a cientista social afirma que “políticas públicas com recorte de gênero são políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres.” (FARAH, 2004, p. 51) – da mesma forma, políticas com recorte raciais atuam implementando ações diferenciadas para a população negra e indígena. Além de reconhecerem as diferenças de gênero, há uma tentativa de transformar a realidade que, historicamente, subalterniza a figura feminina. É justamente nesse aspecto que surge a necessidade de ações diferenciadas quando se pensa em saúde reprodutiva para mulheres e homens, respectivamente. Isto posto, há a defesa do princípio isonômico e Aristotélico de que se deve “tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdades”. Nas palavras do filósofo:

Para pessoas iguais o honroso e justo consiste em ter a parte que lhes cabe, pois nisto consistem a igualdade e a identificação entre pessoas; dar, porém, o desigual a iguais, e o que não é idêntico a pessoas identificadas entre si, é contra a natureza, e nada contrário à natureza é bom. (ARISTÓTELES, 1997, p. 228).

Desse modo, entendimento de Vera Soares (2004, p. 114):

Ao assumirmos que gênero é um termo relacional e é fundamental para o entendimento da realidade e condição das mulheres, estamos assim enfocando tanto os homens como as mulheres, mas as ações que estarão em vista nas políticas para construção da igualdade são ações, em geral, voltadas para as mulheres e procurarão reforçar as vozes das mulheres e a organização dos movimentos de mulheres para transformar sua situação; buscarão dialogar com toda sociedade para romper a construção cotidiana dos preconceitos e discriminações em relação às mulheres.

Em outras palavras, Vera Soares (2004) aponta que políticas públicas de gênero não são um campo especificamente feminino, no entanto, como a cultura machista e patriarcal impõe um papel de inferioridade às mulheres, as ações dessas políticas se voltam para a tentativa de reparar, assim como minimizar, os reflexos dos séculos de opressão. Ainda de acordo com a autora, é importante reconhecer o papel determinante que o Estado possui no processo de construção da igualdade, não apenas regulando as leis que criminalizam a discriminação, mas promovendo mudanças culturais e pensando políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça, por exemplo (SOARES, 2004,

masculino que é nocivo tanto para as mulheres quanto para os homens; uma vez que repudia qualquer ato que seja considerado “feminino”, como a demonstração de sentimentos, priva os homens a buscarem auxílio psicológico quando necessitam, por exemplo.

p. 114). E, nesse aspecto, é importante salientar a compreensão de Suely Gomes Costa de que:

A transferência de encargos de natureza pública para o âmbito privado, tendo em vista reduzir o Estado a funções mínimas, ampliou formas de controle público e reduziu coberturas [...] políticas sociais, agora negócios corporativos, oferecem proteção aos indivíduos, segundo a renda que dispõem. (COSTA, 2012, p. 25-26).

Nesse ponto, podemos citar a criação da Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM). Com as políticas públicas se transformando em “negócios corporativos”, como apontou Suely Gomes Costa (2012), Ana Maria Costa (2009, p. 1075) percebe a existência de “vácuo institucional” no que se referia o planejamento familiar no país e, dessa forma, o cenário se torna propício às ações de instituições de caráter “controlista”.

Dessa forma, a BEMFAM, criada no auge do período ditatorial, no ano de 1965, se constitui como a primeira instituição a realizar o planejamento familiar em todo o território nacional. Isto posto, “no início, a ação da BEMFAM foi caracterizada pela criação de clínicas de atendimento e distribuição de anticoncepcionais para pobres, em diversos estados” (COSTA, 2009, p. 1075), ganhando o status de utilidade pública em 1971.

Ao considerarmos que, em nossa cultura machista e patriarcal, a sexualidade feminina é validada socialmente apenas para fins de reprodução, a distribuição de anticoncepcionais poderia ser vista como um avanço; entretanto, “a distribuição de métodos contraceptivos sem critérios e sem o monitoramento clínico constituiu uma situação de risco, ainda hoje não dimensionado, para a saúde das mulheres atendidas pela BEMFAM” (COSTA, 2009, p. 1075).

Além disso, nas reflexões de Joana Maria Pedro (2003, pp. 243-244) “este momento foi vivido como expansão de ‘campo de prova’, como preocupação com a expansão da população pobre, e também com o perigo subversivo que esta pobreza poderia trazer.” Ou seja, a intenção era “controlar” a reprodução de uma classe social em específico, a pobre, o que talvez possa denunciar, também, o preterimento pelas mulheres

pobres que, em sua maioria no Brasil, são mulheres negras.⁴⁸ Reforça essa hipótese a percepção de Pedro (2003) de que as camadas médias não terem sido alvo de qualquer política controlista. Desse modo, mais uma vez neste trabalho, surge a urgência de olharmos de forma interseccional para os fatos sociais.

Isto posto, a trajetória da BEMFAM nos mostra que políticas públicas voltadas para as mulheres, por vezes, podem reproduzir desigualdades quando são circunscritas com o discurso do dominador. O Centro de Pesquisas de Assistência Integrada à Mulher e à Criança (CPAIMC), financiado por instituições internacionais tal qual a Family Planning International Assistance (FPIA), possuía uma estratégia

mais agressiva [...] financiou treinamentos de profissionais vinculados ao ensino da medicina, da enfermagem e de outras áreas afins, além de sustentar uma verdadeira rede de médicos que atuavam na realização de esterilização cirúrgica via laparoscopia, doando o equipamento e subsidiando as suas atividades. (COSTA, 2009, p. 1075).

Nos estudos de Ana Maria Canesqui (1985), é perceptível que essas ações só foram possíveis graças ao apoio estatal às empresas médicas, gerando, dessa forma, um “empresariamento da medicina”. Nesse processo, “a saúde pública, porém, continuou secundária em relação à medicina previdenciária. No período, entretanto, o Estado não tomou para si o encargo de qualquer ação referente à produção de serviços de planejamento” (CANESQUI, 1985, p. 4). Isto é, a saúde pública não se mostrava como uma prioridade.

Penso que essa conjuntura, usando uma observação de Suely Gomes Costa (2012, p. 28), “faz soar aqueles sinos da metáfora de José Saramago. É preciso saber ouvi-los e entendê-los”. Os sinos da metáfora de José Saramago, citado por Suely Gomes Costa, são utilizados para evidenciar a morte da justiça, entretanto, é possível que troquemos “justiça” por “políticas públicas de saúde”, dentre tantas outras mortes de direitos que vivenciamos ao longo da história.

⁴⁸ O Estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP, realizado em 2021, denuncia que 38% das mulheres negras brasileiras estão abaixo da linha da pobreza, enquanto 19% das mulheres brancas se encontram na mesma situação. Disponível em: <Made — Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (madeusp.com.br)>. Acessado em 20 jun. 2022.

Assim, em seu texto, “Da Justiça à Democracia, passando pelos sinos”⁴⁹, José Saramago transmite a importância de nós, enquanto “aldeia”, nos mobilizarmos “antes que se nos tome demasiado tarde”. Nesse aspecto, desde o primeiro capítulo desta tese, compreendo que resgatar a história das mulheres, em toda a sua pluralidade, é perceber o modo como as mulheres impactaram, ao longo da história, políticas públicas em diferentes áreas, como no âmbito do trabalho; na conquista de equiparação de salários; política e segurança, no enfrentamento à violência, dentre outros, mas aqui nesta tese me centrarei na questão da saúde. Na área da saúde, assim, destaco a emergência da noção de direitos reprodutivos.

Parafraseando José Saramago, a aldeia feminina, historicamente, se mobiliza antevendo o soar dos sinos. Há controle patriarcal sobre os corpos das mulheres, especialmente no que se refere à sua sexualidade e a sua capacidade reprodutiva, logo, ao colocar tal problemática sob holofotes, os feminismos propiciaram que tais reivindicações se materializassem em ganhos concretos na vida das mulheres. De acordo com Ávila (2003), através da adoção de uma perspectiva feminista,

direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva. Os direitos sexuais dizem respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade. O que significa tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e conseqüentemente da vida democrática (ÁVILA, 2003, p.2).

Ao ler Correa, Alves e Jannuzzi (2003), compreendemos que os direitos reprodutivos estão intimamente ligados tanto aos direitos civis e políticos quanto aos direitos econômicos, culturais e sociais e, portanto, após intensa discussão no âmbito dos feminismos, a discussão dos direitos reprodutivos rebateu no entendimento de que também era necessário discutir os direitos sociais. Desse modo, ambos se tornaram pautas da agenda política, tanto internacional quanto nacional. No âmbito internacional, é notável que desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada em 1948, são desenvolvidas Convenções Internacionais “nas quais são estabelecidos estatutos comuns de cooperação mútua e mecanismos de controle que garantam um elenco de direitos considerados básicos à vida digna, os chamados direitos humanos” (BRASIL, 2005, p. 6).

⁴⁹ “Da Justiça à Democracia, passando pelos sinos”, de José Saramago, pode ser lido na íntegra em: <Anamatra - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Da Justiça à Democracia, passando pelos sinos, por José Saramago>. Acessado em 15 jun. 2022.

Na compreensão de Correa, Januzzi e Alves (2003), as discussões acerca dos direitos sexuais e reprodutivos compõem a temática mais ampla dos direitos humanos, logo, se percebe a emergência de tais debates serem priorizados na agenda política. Desse modo, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no ano de 1994 no Cairo, definiu a saúde reprodutiva como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não apenas mera ausência de doença ou enfermidade” (§ 7.2, p. 62)⁵⁰. Isto posto, a saúde reprodutiva envolve o entendimento de que a pessoa possa ter uma vida sexual livre e segura. No capítulo VII, da Plataforma de Cairo:

[...] Esses direitos [reprodutivos] se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência. (§ 7.3, p. 62).

A relevância da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento se encontra no fato de que:

Antes do Cairo, não havia discussões profundas sobre direitos sexuais [...] também havia muita confusão sobre o conceito. A maioria das ativistas [feministas] heterossexuais pensava que os direitos sexuais se referiam aos direitos das lésbicas, dos gays, dos bissexuais e dos transgêneros; enquanto as [feministas] lésbicas acreditavam que se tratava dos direitos das mulheres, da sexualidade. As [feministas] lésbicas sentiram que a responsabilidade de defender os direitos sexuais foi deixado para elas. (GIRARD, 2007, pp. 322-323, tradução minha).

Um ano após, em 1995, realizou-se a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, que ratificou os acordos que foram estabelecidos através da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento; culminando em um grande avanço no que se refere a definição dos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse ponto, podemos nos indagar: como o Brasil reagiu a essas propostas de mudança? Por meio dessas conferências,

os governos de vários países, entre os quais se inclui o Brasil, assumiram o compromisso de basear nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos todas as políticas e os programas nacionais dedicados à população e ao

⁵⁰ O Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento pode ser acessado em: <[inst_int.pdf \(unfpa.org\)](#)>. Acessado em 08 fev. 2022.

desenvolvimento, inclusive os programas de planejamento familiar. (BRASIL, 2005, p. 7).

Ao falar da América Latina, Correa (2018, n.p) diz que desde a Conferência ocorrida em Cairo, “ficou evidente que o “rebanho” dos Estados latino-americanos, a começar por Brasil e México, estava se desgarrando muito rapidamente da influência do Vaticano em relação a questões, para ele, viscerais como família, reprodução, gênero, sexualidade.”

No entanto, para melhor elucidarmos esse processo no Brasil, devemos voltar à década de 1980. Os anos 1980 foram marcados por lutas para que o Estado consolidasse a saúde reprodutiva e a liberdade da sexualidade das mulheres, passando a encará-las para além de ações focalizadas (SILVA, 2015). Isso ocorre de forma concomitante com a Reforma Sanitária Brasileira e o período de redemocratização do país – que impulsionaram pautas, que outrora eram destinadas somente ao âmbito privado, levando-as à público nas conferências nacionais de saúde. De acordo com Silva, Marques e Paiva (2013):

a mudança de atitude governamental quanto à perspectiva social e ampliada da saúde ocorreu em um momento de abertura política, favorável à conquista de direitos. Nesse período, a saúde passou a compor o quadro dos problemas sociais para os quais os movimentos organizados da sociedade civil reivindicavam soluções. (SILVA; MARQUES; PAIVA, 2013, p. 502).

Nas próximas páginas, me dedicarei a compreender um pouco mais sobre esse marco no cenário brasileiro. A Reforma Sanitária Brasileira se constitui um relevante avanço no que se refere os direitos reprodutivos no país; um avanço, não podemos nos esquecer, conquistado através também das lutas das mulheres nas disputas que circunscrevem a construção das políticas públicas. É importante destacar que tal reforma ainda possibilitou, na década de 1980, a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que de fato incorpora às premissas feministas à saúde atenção à saúde das mulheres.

3. Reforma Sanitária Brasileira e PAISM: a saúde integral da mulher em pauta

É sabido que o período de ditadura militar do Brasil (1964-1985) fora marcado por décadas de inúmeras privações dos direitos humanos. Suely Souza de Almeida⁵¹ (2004) aponta que, nesse problemático contexto, “a violência está na base da construção da agenda de direitos humanos no Brasil” (ALMEIDA, 2004, p. 42). Se estamos falando de um momento em que a violência se constitui enquanto estruturante dos direitos humanos, não é surpresa assimilarmos que os direitos fundamentais⁵² para a existência de quaisquer seres humanos não eram assegurados. Nesta tese, o enfoque é dado aos direitos relativos à saúde da mulher.

Nos estudos de Correa (1993, p. 3), apreendemos que “as teses feministas sobre as condições de saúde reprodutiva constituíram um exercício inicial e exemplar de influência dos movimentos sociais sobre as políticas públicas”. Logo, se atualmente temos uma constituição que afirma que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988) é devido a essas movimentações sociais.

A Reforma Sanitária Brasileira se trata de um movimento social que emergiu no cenário brasileiro no início da década de 1970. Historicamente, a reforma sanitária é caracterizada por um conjunto de alterações estruturais na saúde de um país – alterações que, em essência, abarcam todo o setor de saúde, não apenas o sistema de saúde em si. Em consonância, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apreende que “a Reforma Sanitária Brasileira foi proposta num momento de intensas mudanças e sempre pretendeu ser mais do que apenas uma reforma setorial. Almejava-se, desde seus primórdios, que pudesse servir à democracia e à consolidação da cidadania no País.”⁵³

⁵¹ Suely Souza de Almeida é uma das pioneiras do Serviço Social da ESS/UFF estudadas pelo projeto de pesquisa “Por uma história de gênero e feminismos no Serviço Social”. Em seu estágio pós-doutoral, a professora Luciene Medeiros se debruça sobre a sua obra.

⁵² Dentre os direitos fundamentais, pode-se citar os direitos referentes à educação, trabalho, saúde, segurança, lazer, dentre outros.

⁵³ Trecho retirado do texto da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), disponível em: <[introducao.pdf \(fiocruz.br\)](#)>. Acessado em 07 dez. 2021.

Nesse aspecto, os discursos que relacionavam a saúde e doenças com as condições de vida (trabalho, moradia, lazer, dentre outros) começaram a ganhar espaço na sociedade. Nessa problemática,

com o fechamento dos canais tradicionais de participação – sindicatos e partidos – as insatisfações de segmentos da população encontraram outros pontos de vazão. O cotidiano e a vida das comunidades, sobretudo, afloraram como novas fontes estratégicas de alimento da política. As precárias condições de vida das camadas populares e os problemas de saúde decorrentes dessas condições tornaram-se alvo da intervenção de agentes sociais nas comunidades (COSTA, 2007, p. 86).

Esse fora o momento que, em Costa (2007) e Paim (2008), percebemos ser motivado pelo precário atendimento da saúde, que era predominado por filas intensas, falta de acesso a remédios e tecnologias, dentre outras questões que, talvez em diferente nível, ainda vivenciamos hoje – embora não possamos deixar de reconhecer a importância dos serviços prestados pela saúde pública.⁵⁴ Não podemos nos esquecer, no entanto, que naquele período “o acesso aos serviços era restrito aos trabalhadores com comprovação de vínculo empregatício - carteira de trabalho assinada pelo empregador” (COSTA, 2007, p. 86), um requisito excludente em sua essência, na medida em que o trabalho informal é uma característica da realidade brasileira marcada pelos séculos de escravidão.

O movimento de Reforma Sanitária Brasileira⁵⁵, nesse imbróglio, chamava a atenção de que a saúde deveria ser uma competência do Estado. De acordo com Sarah Escorel (1998), essa movimentação, paulatinamente, foi incorporando os segmentos da sociedade, como os intelectuais, profissionais da saúde, movimentos populares, dentre outros grupos que, em união, almejavam a democratização da saúde no país. No entendimento de Escorel (1998), as proposições levantadas eram direcionadas à

⁵⁴ Faço essa observação, pois grande parte do período em que escrevi essa tese foi caracterizado por uma criminalização massiva da saúde pública brasileira e descredibilização da ciência. Iniciei o doutoramento em agosto de 2019, marcado pelo primeiro ano do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019-2022). Nesse período, onde também se vivenciou a pandemia de Covid-19, fazer quaisquer críticas aos serviços públicos de saúde pode ser usado como munição para aqueles que estão “do lado de lá”. Hoje, em 2023, vivemos o terceiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2023) – um governo atento à necessidade de se fortalecer o sistema de saúde público do país. Não digo que o sistema de saúde brasileira atualmente não precise de melhorias, pois as filas nos hospitais, por exemplo, permanecem existindo; no entanto, não nego a importância de termos disponíveis serviços de saúde gratuitos, de maneira universal, sobretudo em um país tão desigual quanto o nosso.

⁵⁵ Para maiores aprofundamentos sobre momento histórico do movimento Reforma Sanitária Brasileira ver a dissertação de mestrado de Daniela Carvalho Sophia, intitulada “Os intelectuais da saúde e a invenção das utopias: 1970-1990”, defendida no ano de 2005 pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF, orientada pela professora Suely Gomes Costa.

construção de uma política de saúde que, além de democrática, deveria ser descentralizada e universalizada.

Nessa dinâmica, pode-se citar a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), em 1976, durante 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que enfocou na questão da democratização da saúde. Como apontei anteriormente, as mulheres estão em todos os movimentos sociais e, nesse sentido, é importante destacar que o movimento de mulheres também fez parte do movimento de Reforma Sanitária Brasileira. Assim:

Desde meados de 1970 até a redemocratização, não foi apenas o Movimento Sanitário que debateu a saúde como horizonte para reformas sociais. O ano de 1975, considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional da Mulher, é reconhecido, por algumas feministas, como marco importante de organização e reorganização das ações dos movimentos no Brasil e as questões relacionadas com a saúde compreendidas como fundamentais não poderiam ficar de fora. (SILVEIRA; PAIM; ADRIÃO, 2019, p. 279).

Nesse cenário, Silveira; Paim e Adrião (2019) afirmam que existe diálogo entre o movimento de Reforma Sanitária Brasileira e os movimentos feministas. Correa (1993, p. 3) destaca ainda que “a intervenção e contribuição feminista trouxe aportes específicos inovadores”. Em seus estudos, Correa (1993, p. 4) ainda destaca que “a perspectiva crítica elaborada pelas feministas incidia tanto sobre o *ethos* natalista e maternalista da cultura brasileira quanto sobre as distorções e abusos dos programas de planejamento familiar implementados no país pelas chamadas ‘entidades privadas’”⁵⁶.

O diálogo entre o movimento de Reforma Sanitária Brasileira e feministas é intensificado, sobretudo, pelo fato do movimento de Reforma Sanitária Brasileira também ter a participação de inúmeras mulheres. Ao romper com o mito de que o mundo público e político não é para as mulheres, a partir da década de 1970, “foram criados diversos grupos e instituições não governamentais que trabalhavam na área da saúde, além de um amplo movimento popular de bairro composto, sobretudo, por mulheres com maior ou menor influência de ideias feministas” (SILVEIRA; PAIM; ADRIÃO, 2019, p. 280).

Mônica Rodrigues Costa (2007), em seus estudos, mostra que a participação das mulheres no movimento de Reforma Sanitária Brasileira contribuiu, especialmente, para

⁵⁶ Uma das “entidades privadas” citadas por Correa (1993) é a BENFAM, abordada no item anterior desta tese.

que o atendimento às mulheres vítimas de violência fosse priorizado e que as informações acerca dos métodos contraceptivos fossem divulgadas. Nesse processo, como se apreende em Silveira; Paim e Adrião (2019), é formulada a noção de direitos reprodutivos.

Nas palavras da Mônica Rodrigues Costa (2007, pp. 96-97), “constituíram uma rede feminista de direitos reprodutivos congregando movimentos feministas e de mulheres em todo o país e protagonizando o debate sobre saúde e sexualidade, entre outros temas polêmicos socialmente falando”. Suely Gomes Costa (2002), protagonista desta tese, nessa conjuntura, relata que tais ações no âmbito da saúde reprodutiva:

partem de mulheres originárias dos segmentos sociais urbanos de médias e altas rendas, no mercado de trabalho nos anos 60, 70 e 80, consumidoras privilegiadas das pílulas anticoncepcionais, de cesáreas, de laqueaduras de trompas e dos serviços abortivos pagos e de baixo risco (COSTA, 2002, p. 314).

É válido ressaltar que, ainda que iniciado há cinco décadas, Paim (2008) observa que a Reforma Sanitária Brasileira ainda está em processo de institucionalização no Brasil. Exemplo disso é o fato de que a legalização do aborto, embora se constitua enquanto uma pauta defendida pelos feminismos há décadas, ainda não tenha se concretizado enquanto direito em nosso país. No entanto, é inegável que:

Desse cenário emana uma nova concepção de cidadania fundamentada na ideia do reconhecimento e da ampliação de direitos da população feminina, incluindo os civis, políticos, sociais, culturais, além dos sexuais e reprodutivos. Enfim, o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. (PRÁ; EPPING, 2012, pp. 33-34).

Esse momento só fora possível porque os movimentos feministas possuem a sua origem na ideia de que as mulheres devem possuir autonomia em todas as esferas da vida. Corrêa; Jannuzzi e Alves (2003) salientam que o direito de liberdade, bem como escolha, no que se refere à sexualidade e reprodução foram pontos centrais que orientaram ações dos movimentos feministas brasileiros e do mundo. Correa (1993, p. 4), nesse aspecto, ressalta que “as feministas sustentaram, desde então, o princípio de que as decisões da esfera reprodutiva devem se orientar pelo livre-arbítrio dos indivíduos, em especial das mulheres, uma vez que a reprodução biológica se viabiliza através do corpo feminino”. Essa ideia faz parte de um debate muito mais amplo já mencionado neste trabalho: a ampliação da cidadania das mulheres. Assim:

toma relevância as questões relativas à saúde integral da mulher e à saúde sexual e reprodutiva, incluindo o acesso à contracepção e ao aborto seguro.

Historicamente, as reivindicações pelos direitos sexuais e reprodutivos têm funcionado como um catalisador para a ampliação de outros direitos. (CORRÊA; JANUZZI; ALVES 2003, p. 6).

O ato de reivindicar a legitimação dos seus direitos, no período de efervescência política promovido pelo processo de transição democrática, fez emergir uma nova fase do movimento de mulheres e feministas, na década de 1980. A formulação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, é reflexo desse processo histórico; uma vez que, ao incorporar as premissas feministas à atenção à saúde, introduz um novo enfoque às políticas públicas voltadas às mulheres, que passam a ser mais integrais, não se limitando às questões que envolvem a concepção e contracepção. Berquó (1993, p. 366) destaca que o PAISM é resultado “de um esforço de profissionais de saúde, do movimento de mulheres e dos técnicos do próprio Ministério de Saúde no sentido de preconizar ações que ampliavam significativamente o atendimento à saúde das mulheres”.

Dessa forma, o PAISM:

é reconhecido na história do feminismo na saúde como um marco nas lutas pelos direitos das mulheres. O Programa visa romper com as ações médicas exclusivas ao período gravídico-puerperal, dando atenção a todos os ciclos da vida feminina, inclusive a menopausa e as situações de maior incidência de câncer entre as mulheres. Além disso, o programa torna central o debate da sexualidade na assistência às mulheres, independente da reprodução. (ALMEIDA, 2017, p. 11).

Além de não conceber a mulher apenas como um órgão reprodutivo, mas sim a sua integralidade (BERQUÓ, 1993), o PAISM também se configura como o primeiro Programa a pensar, em nível nacional, o planejamento familiar. Cecília Mesquita (2011) diz que, em essência, o PAISM se difere do controle de natalidade “vendido” como planejamento familiar, desde meados da década de 1960. É relevante trazer à baila que tal controle de natalidade trazia, em seu âmago, as ideias eugenistas e higienistas da sociedade. Nesse sentido, em 1984, a Carta de Itapecerica⁵⁷, fruto do I Encontro Nacional de Saúde em Itapecerica da Serra, São Paulo, que reuniu grupos de mulheres e feministas de todo o Estado, apresenta “uma série de denúncias tanto em caráter mais geral, relacionadas com as crises socioeconômica e sanitária em que vivia o Brasil, quanto sobre as especificidades das mulheres” (SILVEIRA; PAIM; ADRIÃO, 2019, p. 281).

⁵⁷ A carta pode ser lida, na íntegra, em: <[Carta de Itapecerica 1984 \(redesaude.org.br\)](http://redesaude.org.br)>. Acessado em 07 dez. 2021.

A Carta de Itapecerica é um manifesto das mulheres que denunciavam as condições precárias que elas vivenciavam em seus atendimentos médicos, dando ênfase ao atendimento, muitas vezes desumano, dado às mulheres pertencentes às classes mais pauperizadas socialmente. Tal manifesto, acredito, é fruto da bandeira feminista que tece o PAISM. Nas palavras de Suely Gomes Costa (2002, p. 314), “o conceito de igualdade de acesso aos direitos reprodutivos para todas as mulheres expressa um novo estágio de consciência de gênero: a ação política se destina a mulheres socialmente desiguais.”

Assim, conforme defendido desde o início deste texto, é importante que nos atentemos às interseccionalidades e, nesse aspecto, tal Carta também assinalava “o repúdio às ações ‘controlistas’ do Estado, com as esterilizações em massa, principalmente, das mulheres negras, ideias eugênicas, e as justificativas fundamentadas no neomalthusianismo” (SILVEIRA; PAIM; ADRIÃO, 2019, p. 281).

É interessante pensar que, à época, as discussões acerca da construção social do gênero ainda não estavam tão desenvolvidas, no entanto, os movimentos de mulheres e feministas vocalizaram, através do PAISM, que a saúde da mulher deve ser vista para além da sua função de reprodução. Nas reflexões de Ávila (2003):

Para as mulheres, a condição de sujeito construtores de direitos, e nesse caso construtoras de direitos reprodutivos e direitos sexuais, significa romper com a heteronomia a que sempre estiveram submetidas, em relação ao uso de seus próprios corpos, uma vez que todas as regras e tabus que controlaram e reprimiram suas vivências corporais na sexualidade e na reprodução foram historicamente determinadas pelos homens. Essa repressão e esse controle do corpo e da sexualidade são elementos centrais da dominação patriarcal e da sua reprodução. (ÁVILA, 2003, p. 467).

Nesse momento histórico, é primordial trazer à baila o entendimento de Suely Gomes Costa de que para pensar temas como “saúde reprodutiva” e “planejamento familiar” não basta pensar apenas nas mulheres, se deve questionar o papel dos homens nesse processo. “Para Suely a ideia era que vai ter que trabalhar com homens e mulheres juntos, porque essa ideia de reprodução é coisa de mulher, isso é errado” (LOLE, 2021, p. 317). A visão progressista de Suely Gomes Costa, entretanto, não era unanimidade quando se tratava das interpretações do PAISM. De acordo com a professora, “o recorte da divisão sexual do trabalho na saúde fazia do PAISM um lugar de associação ao feminino. Restrito aos **assuntos de mulher**, nele, a noção de reprodução, só muito tangencialmente, incluía os homens e as questões do masculino” (COSTA, 1999, p. 110, grifo da autora).

Ao fazer uma leitura crítica de gênero na sociedade, Suely Gomes Costa (2002, p. 304) nota ainda que, ao caminhar para a vida pública, as mulheres são atravessadas por inúmeros dilemas políticos. É verdade que, nessas saídas, ganham e tomam consciência de si, mas “enfrentam dificuldades quanto à garantia de atendimento de suas tradicionais responsabilidades domésticas, quaisquer que sejam as classes sociais que pertençam” (COSTA, 2002, p. 304). Tais impasses, de acordo com a professora, decorrem de diversos fatos, sendo o “não-controle” da concepção o principal deles. Para Suely Gomes Costa:

Aquela ideia de que reprodução é uma coisa e prazer é outra, já não cabia mais [...] A chegada dos homens nas salas de Planejamento Familiar causa desconfiança e, também, dificuldades, se falar sobre sexualidade para mulheres e entre mulheres já era difícil imaginem com a presença de homens. Cada uma lidou de uma forma, mais livre ou menos livre, com a questão. (LOLE, 2021, p. 318).

Considero que o PAISM foi fruto de um movimento, de fato, revolucionário; especialmente porque “o PAISM nasce antes da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e antes da promulgação da Carta Magna” (SOUTO, 2008, p. 164) e, portanto, é pioneiro quando pensa a integralidade na saúde pública. Nas palavras de Souto (2008):

Uma política de saúde integral voltada para grupos específicos da sociedade precisa considerar ambas as dimensões, ou seja, a totalidade do ser humano (físico, mental, afetivo e espiritual) como objeto do cuidado em saúde e a existência de saberes e práticas de saúde acumulados e organizados em redes de serviços que produzem ações de saúde tendo em vista esse cuidado. (SOUTO, 2008, p. 163).

A amplitude da integralidade na saúde, nesse sentido, é definida no campo de disputa que atravessa às construções das políticas públicas; envolvendo, nesse processo, a relação entre a sociedade civil e o Governo. Desse modo:

A criação do PAISM, em 1983, representou um marco na história das políticas públicas voltadas para as mulheres, pois, pela primeira vez: [...] ampliou-se a visão de integralidade, presente nas formulações do movimento sanitário, para incorporar a noção de mulher como sujeito, que ultrapassava a sua especificidade reprodutiva, para assumir uma perspectiva holística de saúde. (COSTA; AQUINO, 2000 p.185).

Assim, ao envolver grupos heterogêneos da sociedade, como as feministas, sanitaristas, demógrafos, economistas, ginecologistas, dentre outros, para se pensar a saúde da mulher como um direito de cidadania (MESQUITA, 2011), o PAISM rompe com a perspectiva de que, no sistema de saúde, a mulher deve ser vista apenas através do paradigma materno-infantil – as mulheres possuem necessidades que ultrapassam a função materna que podem (ou não) vir a desempenhar. Para Silveira; Paim e Adrião

(2019), as inovações trazidas pelo PAISM não se referem apenas ao seu conteúdo, mas também se devem à sua característica de “ser um programa voltado para as mulheres [que] tinha as próprias mulheres organizadas como interlocutoras privilegiadas, participando ativamente do seu planejamento, implantação e fiscalização” (SILVEIRA; PAIM; ADRIÃO, 2019, p. 282).

No primeiro capítulo desta tese, afirmei que nós, mulheres, compomos um grupo diverso e heterogêneo e, nesse aspecto, é interessante dizer que o PAISM não foi consonante nos movimentos feministas. À época de sua criação, havia quem acusava o “Paism de ser um programa com nova roupagem ‘controlista’”, mas também existia o grupo de mulheres que assumiram a posição “de se engajar em sua implantação, buscando assegurar a contextualização dessa proposta na perspectiva dos direitos reprodutivos” (SILVEIRA; PAIM; ADRIÃO, 2019, p. 282).

Ainda que tenha dividido opiniões dentro dos feminismos, o engajamento político de mulheres na implementação do PAISM foi predominante. Como resultado, no ano de 1986, o PAISM fora considerado referência para atenção às mulheres, na medida em que:

No Paism, encontra-se um conjunto de princípios e de diretrizes programáticas, que engloba os diferentes momentos dos ciclos de vida e situações de saúde das mulheres, incluindo, os temas relacionados com a reprodução. Sobre o planejamento familiar, afirma a livre escolha, preconizando que as pessoas não se submetam a riscos para a saúde em consequência da procriação e da anticoncepção. Tendo como propósito a garantia da autonomia na escolha dos métodos contraceptivos, são valorizadas práticas de educação em saúde e sexualidade, compreendidas como potentes ferramentas para a produção de informações que promovam a capacidade crítica das mulheres para a eleição dos métodos e que a atenção ao planejamento familiar seja realizada dentro da atenção à saúde, dessa forma, sob as diretrizes do princípio da integralidade. (SILVEIRA; PAIM, ADRIÃO, 2019, p. 283).

Nesse cenário, pensar a integralidade da saúde da mulher compreende, de acordo com a visão dos feminismos, pensar a mulher em sua totalidade, como sujeito de direitos. Para além disso, houve uma demanda, também, pela democratização das informações acerca dos saberes médicos que diziam respeito às mulheres e seus corpos. Isto posto, em Almeida (2017, p. 11), vemos que essa característica está “presente nas ações educativas que serão o eixo central da perspectiva de intervenção junto às mulheres [...] e pelo direito à informação sobre o seu corpo e as decisões que lhe afetam”.

O ano de 1986 também foi marcado pela 8ª Conferência Nacional de Saúde, onde foi discutido o projeto de Reforma Sanitária Brasileira, com a intensa participação de

mulheres. A participação feminina fora tão marcante que, no mesmo ano, se realizou a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, para se pensar as especificidades da saúde feminina. As resoluções da Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher compuseram a “A Carta das Mulheres Brasileiras” que, em essência, reafirmava a necessidade de se pensar a saúde como direito de todos e dever do Estado; além de insistir que a mulher deve ter o direito à saúde garantido em todas as fases de sua vida.

A carta também manifestava a compreensão de que, além das questões de gênero, é preciso superarmos quaisquer opressões sociais para que, enfim, vivamos uma democracia *sui generis*. Ouçamos as vozes femininas em um trecho extraído da Carta:

“Nós, mulheres, estamos conscientes que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidades de acesso as ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembléias e palácios.”⁵⁸

Acredito que esse seja um lembrete para não nos esquecermos de que as lutas feministas devem ser “*queerizadas*”, como diz Trujillo (2014), a fim de nos distanciarmos de um movimento social que, embora defenda os interesses das mulheres, reproduza outras opressões na sociedade a partir do momento em que limita a identidade feminina à heterocisnormatividade e branca. Nesse tocante, se mostra pertinente destacar que é através dessas movimentações políticas feministas, sobretudo do feminismo negro, que o governo federal incorporou ações específicas para a população negra – embora menos em relação as reivindicações dos movimentos de mulheres trans e lésbicas.

No que se refere às demandas específicas das mulheres negras, uma dessas ações é a atenção especial para a anemia falciforme; que pode atingir mulheres negras hereditariamente (CARNEIRO, 2019). Embora não faça parte do recorte temporal desta pesquisa, tais lutas desembocam ainda na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, no ano de 2006, que possui o objetivo de imprimir a questão racial na formulação de dados para o Sistema Único de Saúde (SUS). Um fato ainda mais recente

⁵⁸ A “Carta das Mulheres Brasileiras” pode ser lida na íntegra em: <[Constituinte 1987-1988-Carta das Mulheres aos Constituintes.pdf \(camara.leg.br\)](#)>. Acessado em 09 dez. 2021.

é a criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais⁵⁹, no ano de 2013, que possui

como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais. (BRASIL, 2013, p. 8).

Isto posto, quero chamar a atenção para a importância das movimentações feministas que nos antecederam, na medida em que seus passos nos levaram ao caminho que trilhamos hoje, enquanto movimento plural. As discussões travadas no campo da sexualidade que, em suma, enxergam a sexualidade para além da reprodução foram fundamentais, a meu ver, para os feminismos se sensibilizarem com pautas e questões diferentes da heterocisnormatividade.

Ainda que eu esteja descrevendo um cenário de inúmeras conquistas em termos de direitos para as mulheres, é importante ter em mente a ideia de Correa (1993, p. 4) de que “a democratização é tampouco um sortilégio, que assegura num passe de mágica a igualdade”. Com isso, quero apontar que os direitos previstos pelo PAISM não foram acessados por todas as mulheres. Ao refletir sobre o texto do PAISM, Suely Gomes Costa sinaliza, por exemplo, que “a homossexualidade, as doenças sexualmente transmissíveis (DST) e a AIDS pouco espaço teriam na agenda de pesquisas e ações do PAISM” (1999, p. 110).

Correa (1993, p. 4) observa que “a assistência à saúde reprodutiva restringe-se a algumas ilhas, ou a experiências parciais, interrompidas”. Nesse enredo, Ana Maria Costa (1992), ao avaliar dados fornecidos pelas Secretarias Municipais e Estaduais de saúde, observa que, na primeira década do PAISM, apenas 19% das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) possuíam cobertura superior a 40% da população. Para Correa (1993, p. 5), “o fracasso [na cobertura do PAISM] se explica pela inexistência de vontade política dos poderes executivos (federal, estadual e municipal) no sentido da priorização das demandas e das necessidades das mulheres”. Como resultado desse processo, a autora percebe uma acentuação dos problemas concernentes à saúde reprodutiva das mulheres brasileiras, como a “cesarianas realizadas para fim de esterilização” (CORREA, 1993, p.

⁵⁹ O conteúdo da Política Nacional da Saúde Integral da população LGBTIAP+ pode ser conferido em: < [Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais \(saude.gov.br\)](http://saude.gov.br)>. Acessado em 08 fev. 2022.

6).⁶⁰ Além da desigualdade econômica e exclusão social, a questão racial também é estruturante dessa problemática.

Ao propor “repensar o PAISM”, Suely Gomes Costa (1999, p. 111) observa que a fragilidade do PAISM é materializada no alto índice de mortalidade materna e “no desmonte das políticas públicas e as prescrições neoliberais”, problemas que, de acordo com a professora, caracterizam a “negação das responsabilidades públicas assumidas através do SUS diante da questão social” (COSTA, 1999, p. 112). A meu ver, tal percepção de Suely Gomes Costa (1999) coaduna com a ideia de Joaquín Herrera Flores (2009, p. 18) de que “o direito não vai surgir, nem funcionar, por si só.” Ou seja, ainda que o direito à saúde reprodutiva, a essa altura da história do país, constasse em lei, seu acesso não era garantido. Nessa dinâmica, Suely Gomes Costa (1999) percebe a fragilização da bandeira feminista, na medida em que o modelo privado de assistência se consolidava, em detrimento dos serviços públicos.

Correa (1993, p. 7), em suas reflexões, afirma que a “não implementação do PAISM ao longo da década de [19]80 é percebida como desdobramento da ‘política de omissão’ assumida pelo regime militar em período anterior”. Nesse processo de omissão do governo, não se dedica tempo para avaliar as condições históricas que orientam as práticas e as representações sociais. Em outros termos, se dá continuidade às práticas de exclusão social que remontam, inclusive, à escravidão (COSTA, 1999).

Essas reflexões são importantes para não cairmos no mito de que leis asseguram direitos. Em Flores (2009), apreendemos que direitos são processos e, portanto, demandam uma luta contínua para serem assegurados. Reafirmo, mais uma vez, que o texto do PAISM é, sim, revolucionário; mas cabe aos diversos sujeitos sociais, especialmente os movimentos feministas e movimentos de mulheres lutarem para que os direitos que tal Programa descreve sejam, de fato, democratizados e acessados por mulheres das mais variadas cores, idades e classes sociais.

⁶⁰ É importante lembrar que, desde 1985, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a taxa ideal de cesáreas seria entre 10% a 15% de todos os partos. Ainda década de 1980, no Brasil, a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios apontou que 31% dos partos eram de cesarianas. Atualmente, esse índice aumentou para 55%. Disponível em: <[No Brasil das cesáreas, falta de autonomia da mulher sobre o parto é histórica \(fiocruz.br\)](http://No Brasil das cesáreas, falta de autonomia da mulher sobre o parto é histórica (fiocruz.br))>. Acessado em 20 jun. 2022.

Nessa luta, Suely Gomes Costa (1999) nos fornece alguns caminhos, tais como envolver os homens nos programas de educação em saúde, pois, afinal, a sexualidade não é uma questão exclusivamente feminina. Além disso, é preciso se distanciar da ideia de que a saúde pública é “o lugar das **desarticulações integrais à saúde da mulher**” (COSTA, 1999, p. 115, grifo da autora); assim como entender as questões sociais que circundam as estruturas de proteção social referentes à reprodução.

Diante do que foi debatido até aqui, é imprescindível reconhecer a importância do PAISM para o campo dos direitos reprodutivos no Brasil. Em Correa, Alves e Jannuzzi (2003, p. 47), vemos que os direitos se associam às noções de justiça que, em essência, é articulada “aos interesses individuais e coletivos na implantação da cidadania e da democracia.”, deste modo, defendendo a ideia de Maria Osis (1998, p. 31) de que:

Justamente por sua força conceitual, o PAISM não deve ser abandonado. Ao contrário, devem-se redobrar os esforços no sentido de pressionar o governo a efetivar a sua implementação em todo o país. Mais uma tarefa para as mulheres organizadas e, em geral, para todos os que se interessam em promover um atendimento de boa qualidade à saúde reprodutiva.

Nesse ponto, estudar a trajetória de lutas para a conquista e efetivação dos direitos para as mulheres, nessa pesquisa, se justifica pelo fato de que esse fora o momento histórico, o caldo cultural, que Suely Gomes Costa estava inserida. Em entrevista para Almeida e Lole (2016), Suely Gomes Costa recorda esse período de sua vida:

Sim, eu fui bastante ativa nas lutas desse período, sobretudo, por direitos reprodutivos. À época, eu orientava alunos/as em estágio no Centro de Saúde Santa Rosa, em Niterói, como Professora da Escola de Serviço Social na UFF, nessa área. E nesse caminho, muito movida pelas causas em que o gabinete da Dep. Lucia Arruda na ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), se empenhava como condutor do movimento feminista que ia se organizando através desse seu mandato, vi-me entusiasmada pelas causas desse momento e me associei às lutas feministas que aí se expandiam. (ALMEIDA; LOLE, 2016, p. 388).

Em sua participação política, a professora diz que sempre preferiu unir a sua vida pessoal e profissional, pois foi dessa forma que conseguiu imprimir as suas perspectivas políticas em seu trabalho profissional e, conseqüentemente, contribuir para a luta por conquista de direitos (ALMEIDA; LOLE, 2016). Além disso, Suely Gomes Costa é otimista em relação ao modo como a força feminina pode abalar as estruturas políticas, ao reconhecer que “somos, hoje, menos ruidosas e mais eficientes” (COSTA, 1999, p. 119).

Embora tenha falado sobre a conjuntura política nacional, é necessário, no entanto, que nos debruçemos sobre o contexto sociopolítico da cidade de Niterói nas décadas de 1980-1990, para nos aproximarmos ainda mais da atuação de Suely Gomes Costa. Partimos para o próximo capítulo, então.

CAPÍTULO III – Niterói: a cidade do despertar da luta feminista

Mais uma vez recorro a Leonardo Boff (1998, p. 9) para lembrar que “todo ponto de vista é a vista de um ponto”. Nesta tese, deixo explícito que a narrativa a qual recorro é a narrativa vivida, e escrita, por mulheres. Mais especificamente, dou destaque às vivências políticas de Suely Gomes Costa. Não é possível negar, no entanto, que o “meio”, o “ponto” de onde partimos, influencia no modo como compreendemos o mundo, assim como pode ser determinante no acolhimento (ou não) de nossas lutas.

Nesse sentido, nas próximas páginas, os holofotes são deslocados para o contexto da cidade de Niterói, localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, que abriga a Universidade Federal Fluminense (UFF) – um espaço onde lutas dos movimentos feministas e de mulheres, conforme debatido anteriormente, se desenvolveram em âmbito municipal. Produto dessas lutas, podemos citar a frutífera utilização da metodologia da “linha da vida” no Centro de Saúde Santa Rosa, na década de 1980, liderada por Suely Gomes Costa, que revolucionou o modo como se enxergava os direitos reprodutivos e sexuais.

Nesse aspecto, de certa forma, concluímos a dança da mobilização feminina que iniciamos no primeiro capítulo desta tese: depois da tomada de consciência de si e do mundo, as mulheres buscaram por espaços contra-hegemônicos (MIRANDA; ARAUJO, 2019); se inseriram no mundo político e fizeram com que suas demandas fossem atendidas. Em Niterói, se nota que historicamente o terreno fora profícuo para tais mobilizações.

1. É importante situar de “onde” e de “quando” estamos falando

No decorrer dos primeiros capítulos desta tese, nos debruçamos sobre o modo como as mulheres, em um movimento contra hegemônico, foram capazes de se esgueirar por estreitas fendas na estrutura patriarcal e, desse modo, abriram espaços para que os padrões de gênero já tão intrínsecos na sociedade fossem abalados significativamente. Nesse processo, apreende-se todo o movimento das mulheres que, tendo por impulso o desejo por mudar as estruturas de gênero ou não, se aliaram ao Movimento de Reforma Sanitária do Brasil e construíram políticas de saúde que passaram a enxergar a mulher enquanto sujeito social, não apenas como um órgão reprodutor.

Compreender esse contexto foi importante para nos aproximarmos da realidade social em que vivia Suely Gomes Costa: a cidade de Niterói. Embora tenha nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1938, foi na cidade vizinha, Niterói, que Suely Gomes Costa atuou como uma “intelectual orgânica que sempre esteve além de seu tempo”, como define Lole (2021, p. 310). A historiadora e Deputada Federal pelo Rio de Janeiro, Talíria Petrone Soares (2019, p. 42), ao retomar os estudos de Ermínia Maricato, diz que a cidade pode ser “compreendida como o lugar da reprodução da força de trabalho, onde o capital busca adequar o ambiente às suas necessidades de acumulação”. Diante de tal reflexão, a importância de se pensar a cidade de Niterói se justifica.

Concomitantemente, por entender que as nossas relações sociais estão enlaçadas como que em um nó, que envolve o patriarcado, racismo e capitalismo (SAFFIOTI, 2004), é fundamental que consideremos em nossas análises o microcosmo de nossas pesquisas. Afinal, nós somos capazes de mudar o espaço, mas também podemos mudar através dele – creio que essas “mutações” sejam exemplificadas pelas “saídas” (PERROT, 1991) femininas relatadas no primeiro capítulo desta tese. Como exemplo, menciono a particularidade do Serviço Social brasileiro que, desde a sua gênese, proporcionou que mulheres das camadas mais pobres da sociedade “saíssem” para o mundo público, ao ingressar no curso. Inevitavelmente, muitas mulheres das turmas pioneiras impactaram a reformulação do próprio Serviço Social enquanto curso acadêmico de ensino superior e profissão liberal. Violeta Campofiorito de Saldanha da Gama, pioneira da ESS/UFF entrevistada por Freitas e Braga (2012), nesse sentido, fez viagens:

pelo Brasil e no exterior, fazendo cursos em França, Argentina ou Estados Unidos. Foi aluna e professora em vários cursos. Foi homenageada em várias cidades. Sua presença é/foi marcante na cidade de Niterói. Mas é importante enfatizar o quanto foi importante para a expansão da escola e do Serviço Social. (FREITAS; BRAGA, 2012, p. 34).

Embora pertença à uma classe mais abastada, acredito que Suely Gomes Costa, filha de médico (LOLE, 2021), vivenciou, e proporcionou, essas mesmas transformações. Assim, falar de Suely Gomes Costa é falar, também, da cidade de Niterói – e vice-versa. Niterói é uma cidade com extensão territorial de 133,157 km² localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Com a população estimada em 516.981 habitantes (IBGE, 2021); índice de desenvolvimento humano 0,837 (IBGE, 2010) e

expectativa de vida de 76,2 anos (IBGE, 2010), é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a sétima melhor cidade para se viver no Brasil⁶¹.

Esse cenário sociodemográfico animador convive, no entanto, com uma realidade de intensa desigualdade: o índice de Gini da cidade é de 0,59⁶². Tais dados paradoxais nos reafirmam que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social: o crescimento da economia não significa uma redução das desigualdades sociais, muitas vezes, a endossa.

A conjuntura atual da cidade de Niterói, no entanto, foi sendo construída ao longo de sua história. No site da Secretaria Municipal das Culturas da cidade de Niterói, conseguimos aprender um pouco sobre a história da cidade. Povoada majoritariamente pelos indígenas tupinambás até a *invasão* dos primeiros portugueses, no século XVI, Niterói traz em sua bandeira três datas: 1573, 1819 e 1835; “a primeira delas remete à data oficial da fundação da cidade; a segunda, à data da elevação da região à condição de Vila, com o nome de Vila Real da Praia Grande; e a terceira à elevação da Vila à condição de cidade.”

Como a história do Brasil em si, a história de Niterói é marcada pela escravização dos povos negros, brutalmente trazidos do continente africano, assim como a exploração dos povos originários indígenas; entretanto possui algumas particularidades interessantes, como o fato de Niterói ser a única cidade do país que foi fundada por um indígena: o cacique Araribóia cujo nome, em tupi-guarani, significa “cobra da tempestade”. Inicialmente chamada de “São Lourenço dos Índios”, Niterói, que significa “água escondida”, sofreu profundas transformações com a chegada da família Imperial na cidade em 1808 (FREITAS; BRAGA, 2012).

Fruto dessas transformações é que pouco menos de três décadas depois, em 1835, foi votada a Lei nº 2 de 26 de março de 1835 que elegeu a cidade enquanto capital do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, ou “Nitcheroy”⁶³, como foi batizada à época, vivenciava, desde 1821, significativas obras que visavam mudar o seu cenário urbano –

⁶¹ A informação pode ser acessada em: <[As 50 melhores cidades do Brasil para viver, segundo a ONU | Exame](#)>. Acessado em 03 jan. 2023.

⁶² De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) “é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo”. O índice de Gini varia de zero a um, ou seja, quanto mais perto do 0, maior é o nível de igualdade social.

⁶³ A troca de nome de Praia Grande, pelo qual a região era conhecida desde muito, além de ser se nome oficial, para Nitcheroy, o ‘primitivo’ nome dado à baía de Guanabara, expressou o antilusitanismo do momento e a valorização das origens indígenas da cidade (BRAGANÇA, 1999, p. 37).

mudanças que foram exponenciadas a partir do *status* de capital do Estado. Nas palavras de Freitas e Braga (2012, p. 47), “a condição de capital do Estado do Rio de Janeiro traz para a cidade muitas modificações: instalação dos três poderes, repartições, escolas, iluminação pública, água, policiamento, construção de estradas de ferro e de trilhos para bondes, etc.”

Diana Coutinho (2008) aponta que, nesse período, também fora iniciada a navegação à vapor entre as cidades de Niterói e Rio de Janeiro, por meio da Estação Cantareira e da Viação Fluminense. Inevitavelmente, com o crescimento econômico, surgiram problemas sociais que, através dos estudos de Coutinho, podemos identificar: crescimento desenfreado da população e crises epidêmicas. Freitas e Braga (2012, p. 47) sinalizam que “no início do século XX, a cidade passa por um processo civilizatório parecido com a cidade do Rio”. Nessa conjuntura, “alguns marcos na história de nosso país irão ter reflexos na cidade: é tempo da Abolição da Escravatura, de criação da República e de mudanças significativas no país” (FREITAS; BRAGA, p. 47).

Como o recorte temporal desta tese são as décadas de 1980 e 1990, não me debruçarei nas minúcias dessa trajetória, no entanto, é importante apontar que no início do século XX o cenário urbano de Niterói já contava com edificações que, hoje, são marcantes para quem conhece a cidade. Dentre essas edificações, Coutinho (2008) cita o Palácio Araribóia, o Largo de São Domingos, o Campo São Bento, a Praça Araribóia, dentre outros. No decorrer do século, se vivenciou o golpe de Estado de Getúlio Vargas (1930) e, posteriormente, a sua queda (1945); o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial e “de Niterói também saem pracinhas para irem lutar na Europa [...] esse período caracterizará a criação da LBA e dos vários cursos de serviço social no país” (FREITAS; BRAGA, 2012, p. 48).

É imprescindível citar, nesse aspecto, a participação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense que, desde a sua gênese, tem um compromisso firmado com a luta contra as desigualdades sociais. Tal envolvimento é notável quando Freitas e Braga (2007), em um exercício de trabalhar com a história oral das mulheres que compuseram o corpo discente e docente da instituição à época, notam que a cidade de Niterói está sempre presente em seus relatos. Nas palavras das autoras:

Ao ouvir a fala dessas mulheres é a cidade de Niterói que surge com suas idas e vindas, suas culturas, suas subjetividades e as diversas subjetividades que estão impregnadas em prédios e ruas da cidade, mostrando a forma como a

memória dessas “donas” sobrevive nos dias de hoje”. (FREITAS E BRAGA, 2007).

Essa forte relação entre as mulheres do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense e Niterói é histórica, na medida em que a criação do curso na cidade se deu em 1945 através de uma mulher: Dona Alzira Vargas, ou “Alzirinha”, filha do então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Em entrevista para o Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS)⁶⁴, Alzira Vargas diz que teve “a brilhante ideia (rs) de criar a Escola de Serviço Social” surge a partir do momento em que percebeu mulheres pioneiras na profissão “subindo e descendo morros” sem quaisquer auxílios e, assim, ela diz: “aí eu comecei a verificar por elas que com um pouco mais de informação, de instrução, a assistente social podia resolver sozinha sem apelar para mais ninguém”. Ou seja, houve a necessidade de profissionalização e, através desta profissionalização, o cenário da cidade de Niterói também foi se modificando.

Nas reflexões de Freitas e Braga (2012, p. 25):

Podemos perceber que muitas dessas mudanças dizem respeito à presença da Universidade na cidade. Uma grande atividade cultural e política em uma cidade pequena. Vale ressaltar que Niterói destaca-se por sua atuação política na história do Brasil. Apesar de algumas leituras apontarem certo provincianismo e conservadorismo na prática política da cidade – o que não deixa, em alguns momentos, de ser verdade –, esta se notabiliza, também (e contraditoriamente), por ser um espaço bastante “revolucionário”.

Exemplo do tom revolucionário da cidade é que, ainda em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em Niterói, na casa de familiares do escritor, jornalista e crítico literário Astrogildo Pereira. Suely Gomes Costa ingressou na ESS/UFF em 1959 (LOLE, 2021), quatorze anos após a sua criação. Esse ano também é marcado pela criação do Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DAMK), que homenageia a assistente social Maria Kiehl, formada em São Paulo e que atuou no Planejamento da ESS/UFF (FREITAS; BRAGA, 2012). Pela sua atuação intensa no movimento estudantil do curso, Suely Gomes Costa foi eleita presidenta do DAMK na gestão 1961-1963 (LOLE, 2021). A partir desse momento, Andréa Ledig de Carvalho Pereira (2016, p. 239) aponta que o DAMK “[...] passa a ser um corpo autônomo no interior da ESSN e no Movimento Estudantil Fluminense, lócus de efervescência política.”

Na imagem abaixo, vemos um recorte de jornal em que aparece Suely Gomes Costa e Marcelo Paes Costa, que se tornaria seu futuro marido. Na posição de

⁶⁴ A entrevista citada é utilizada no texto “Relatório de atividades do Projeto de Pesquisa e Extensão Niterói – A Universidade e as Mulheres”, publicado no ano de 2012 por Rita Freitas e Cenira Braga.

representantes dos Diretórios Acadêmicos dos seus respectivos cursos, Serviço Social e Engenharia, ambos levavam reivindicações ao governador da época, Celso Peçanha.

Figura 1 – Reivindicações dos Diretórios Acadêmicos



Fonte: Jornal O Fluminense, 13/03/1960.⁶⁵

Parte do texto contido na imagem diz que:

Os acadêmicos foram saber do chefe do Governo o ponto-de-vista adotado com referência aos estabelecimentos agregados à Universidade Federal do Estado do Rio, pois é desejo antigo dos acadêmicos fluminenses o extermínio da distinção existente entre as Faculdades incorporadas e agregadas à Universidade do Estado. (Jornal O Fluminense, 13/03/1960).

Fruto dessas reivindicações, através da Lei n° 3.848, de 18 de dezembro de 1960, foi criada a Universidade Federal Fluminense (UFF), à época chamada de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). À UFF, foram incorporadas as faculdades federais já existentes em Niterói, tais como:

Faculdade de Direito de Niterói, Faculdade Fluminense de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Odontologia e Escola Fluminense de Medicina Veterinária - e agregaram-se estabelecimentos de ensino estaduais - Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, Escola

⁶⁵ Imagem compartilhada pelo filho de Suely Gomes da Costa, Marcio Gomes Paes Costa.

Fluminense de Engenharia e Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro - e particulares - Faculdade Fluminense de Filosofia e Faculdade de Ciências Econômicas de Niterói.⁶⁶

Historicamente, se percebe como os Diretórios Acadêmicos se constituem espaços de luta, agentes de transformação. O DAMK, especificamente, foi um espaço de resistência, sobretudo contra o período de ditadura militar que se iniciou no ano de 1964. Papoula⁶⁷, ex-aluna da ESS/UFF, entrevistada⁶⁸ no âmbito do projeto de Freitas e Braga (2012, p. 24), recorda que “a ESS era muito bem-vista no sentido da luta, que tinha postura, que tinha uma fundamentação nos seus encaminhamentos [...] sempre muito ouvida pelos movimentos, pelas lideranças políticas da época. Sempre deixava sua marca.”. Suely Gomes Costa, ao ser entrevistada por Andréa Ledig de Carvalho Pereira (2016, p. 233), diz que nos anos de 1960 “você não vivia nenhum momento de censura” dentro da ESS/UFF.

Em entrevista para o projeto de pesquisa “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social”, em 30/07/2021, a professora Hildete Pereira de Melo recorda a participação de Suely Gomes Costa na luta contra a ditadura militar:

Com a Suely quando teve essas confusões todas e tal de [19]64, Suely quando vai para economia já tinha passado por [19]64, pelas perseguições que ela passou, e pelo o que ela viveu em [19]64 [...] ela era uma geração mais velha que eu, já era formada, já era uma pessoa de esquerda, democrática. (MELO, 2021)

Por todo o seu contexto de luta, e por abrigar militantes contra a ditadura militar, a ESS/UFF era considerada a “Moscouzinho de Niterói” (FREITAS; BRAGA, 2012). Avançando uma década, em 1974, Niterói perdeu o posto de capital do Estado que passa a ser, desde então, a cidade do Rio de Janeiro. Nesse momento, como aprendemos em Coutinho (2008), existe uma preocupação de se integrar as regiões do Estado e, para tanto, é construída a ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como “ponte Rio-Niterói”, dentre outras vias que, inevitavelmente, tiveram impactos destrutivos no cenário da cidade por “trazer desmontes de prédios e aterramentos de várias áreas [...] um processo semelhante ao que ocorreu no Rio de Janeiro” (FREITAS; BRAGA, 2012, p. 49).

⁶⁶ Informação encontrada no site da Coordenação de Seleção Acadêmica da instituição (Coseac-UFF), disponível em: <A UFF em Niterói - Histórico>. Acessado em 06 jun. 2023.

⁶⁷ Nome fictício para preservar a identidade da entrevistada.

⁶⁸ A entrevista se dá no âmbito de um trabalho de conclusão de curso da aluna Luciana Carla dos Santos (2004) que era bolsista do projeto coordenado por Freitas e Braga.

Nesse momento, a “cidade sorriso”, como fora chamada por Eduardo Gomes Filho:

“[...] era assim: uma cidade pacata, gostosa de viver, com uma fisionomia provinciana muito característica, maximé sabendo-se que fica a pouca distância da metrópole, que é o Rio [...]. Politicamente – prossegue – viveu grandes momentos com os enteveros (democráticos) de Nilo Peçanha, Feliciano Sodré e Alfredo Backer. Liricamente, era terra privilegiada de poetas e sonhadores, que faziam, sob a panche de Olavo Bastos, o seu quartel-general no famoso e saudoso “Café Paris”” (Eduardo Gomes Filho, em entrevista para o Jornal A Noite, na edição do dia 17 de fevereiro de 1961).⁶⁹

Dentre os acontecimentos políticos citados por Eduardo Gomes Filho, a ESS/UFF se fazia atuante. Sobre a realidade das pioneiras da ESS/UFF:

As ideias circulavam com relativa dificuldade e havia poucos estudos sobre nossa realidade. Não havia uma regulamentação para o exercício profissional nem mecanismos associativos. Tudo, na verdade, estava por se fazer. E elas não demoraram em colocar as mãos na obra. Todas, então, faziam traduções destes materiais adquiridos nas viagens e utilizavam como bibliografia das disciplinas, e partindo destes conhecimentos, começaram a desenvolver produções acadêmicas próprias. (FREITAS; BRAGA, 2012, p. 25).

Ao observarmos a trajetória de Suely Gomes Costa, percebemos que tal movimento das pioneiras ganhou eco em suas alunas visto que, após ocupar a posição de estudante no início da década de 1960, Suely Gomes Costa retorna à ESS/UFF em 1984 na posição de professora concursada, disseminando os conhecimentos adquiridos no decorrer de sua trajetória. Sobre a cidade de Niterói nesse período, o jornalista Rafael Lopes, em matéria para o jornal O Globo⁷⁰, descreve:

Há 40 anos, na década de 1980, a população de Niterói não chegava a 400 mil habitantes, e os domicílios cadastrados não ultrapassavam cem mil, de acordo com o IBGE. O principal ponto turístico da cidade, o Museu de Arte Contemporânea (MAC), não fazia parte do cenário; e o aterro da Praia Grande era apenas um ambicioso projeto. (O Globo, 27 de novembro de 2022).

Na matéria, o jornalista aponta que há décadas a população de Niterói utiliza o jornal como um canal para se queixar dos problemas sociais e urbanos enfrentados pela cidade. Rafael Lopes, assim, entrevista o historiador niteroiense Leonardo Lusitano que diz que:

Niterói é uma cidade que experimentou um grande crescimento econômico e social a partir dos anos de 1980. Realizou uma verdadeira mudança do Centro, por exemplo. Lembro que toda a área, que compreende a estação das barcas

⁶⁹ A entrevista dada por Eduardo Gomes Filho pode ser encontrada em: <:::[DocPro]::: (bn.br)>. Acessado em 15 dez. 2022.

⁷⁰ A matéria intitulada “40 anos dos jornais de bairro: reportagens ecoam reivindicações dos moradores de Niterói”, escrita por Rafael Lopes, foi publicada no dia 27/11/2022. Disponível em: <[40 anos dos Jornais de Bairro: reportagens ecoam reivindicações dos moradores de Niterói | Especial 40 anos | O Globo](#)>. Acessado em 04 jan. 2023.

até o Mercado de Peixe, sofria com qualquer chuva; a urbanização era realmente precária. O terminal funcionava num terreno de mangue e não havia o menor ordenamento. Atualmente, os problemas passam pelos temas citados há anos. (O Globo, 27 de novembro de 2022).

Como afirmei anteriormente, crescimento econômico não representa diretamente o desenvolvimento social. Desse modo, problemas com a segurança, a educação, a cultura, o transporte público, a saúde, dentre outros, eram constantemente relatados pelas leitoras e leitores de O Globo. Em uma palestra proferida por Suely Gomes Costa (2005b)⁷¹, a professora relembra tal período da cidade:

[...] a prefeitura de Niterói, no momento da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e do Estado da Guanabara, Niterói deixa de ser capital, tem uma rede pífia de serviços de saúde, todos estaduais. É o momento que começam os debates a respeito da municipalização da saúde e vem aí preencher lacunas.

É inegável que em Niterói, assim como todo o país na década de 1980, se vivia um momento de grande efervescência política. Logo, face às problemáticas sociais citadas – intensificadas com as políticas neoliberais praticadas na década de 1990 –, existiam movimentações sociais, como a histórica luta dos movimentos de mulheres e feministas – descritas nos capítulos anteriores dessa tese.

Sem dúvida, dentro do contexto brasileiro, Niterói também foi palco de grandes articulações políticas e, nesse aspecto, dou ênfase à área da saúde – espaço em que a atuação de Suely Gomes Costa fora primordial para que as mulheres fossem reconhecidas enquanto sujeitos de direitos. Trilhar tal caminho é importante para entendermos o contexto social no qual a luta feminina – especificamente a luta pela saúde reprodutiva – na cidade de Niterói estava inserida. Vamos entender o desenvolvimento da política de saúde na cidade de Niterói, então.

2. A política de saúde na cidade de Niterói é fruto de uma luta plural

No capítulo anterior, nos aproximamos do movimento de Reforma Sanitária Brasileira que, a partir da década de 1970, representou um histórico movimento cujas propostas giravam no entorno de alterar estruturalmente todo o setor de saúde do país. A cidade de Niterói, assim como o estado do Rio de Janeiro, não estava alheia a essa mobilização política. Nas lembranças de Suely Gomes Costa, em Niterói, à época, se vivenciava um processo que:

⁷¹ Palestra proferida na Disciplina “Cultura, subjetividade e identidades contemporâneas”, ministrada pela professora Rita Freitas, no Curso de Mestrado em Política Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, no dia 07 de julho de 2005. Palestra transcrita por Ana Paula do Nascimento. Niterói, RJ, 07/07/2005. Acervo pessoal de Ana Lole.

[...] corresponde a um movimento de esquerdas dentro da saúde, né, num novo modelo de pensar saúde. Isso é que é um desdobramento do sanitarismo brasileiro. Você tem dentro desse movimento pessoas da área da saúde pública que estão compondo a ideia de que é preciso reduzir a diferença entre cobertura assistencial aos pobres e aos ricos em que o modelo de hierarquização dos serviços se instala com todos os preciosismos. (COSTA, 2005a).

Assim, em um contexto sociopolítico de redemocratização do país, como fora a metade da década de 1980, aliado ao cenário de crise econômica mundial, houve ainda mais urgência de o Estado intervir através de políticas sociais. Para Daniela Sophia (2012, p. 37):

A formulação e implementação de tais políticas foram respostas do Estado brasileiro não somente à crise econômica, como também à sanitária no que diz respeito às dificuldades de acesso aos serviços de saúde, no aumento da mortalidade infantil, na epidemia dos acidentes de trabalho ou mesmo no recrudescimento das endemias.

Ao falar especificamente da trajetória da política de saúde em Niterói, Rolim (2014, p. 38), destaca que:

A participação social na saúde não é fato novo e pode ser evidenciada desde a década de 1970, em período anterior à própria formação da secretaria de saúde, sendo impulsionada por diversas iniciativas desenvolvidas com a presença da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do departamento de saúde da comunidade e o próprio movimento popular.

Quando falamos de Niterói, a Universidade Federal Fluminense é sempre uma narrativa recordada, e vice-versa, pois as memórias acerca da cidade e da universidade, respectivamente, se entrelaçam no decorrer de suas histórias. Exemplo dessa relação estreita é a reabertura do Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP), na década de 1960, por iniciativa e luta de estudantes e profissionais da área da saúde da UFF. À época, como informa a Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde)⁷², o HUAP foi crucial no atendimento das centenas de pessoas feridas no incêndio criminoso praticado no “Gran Circus Norte-Americano”⁷³ que realizava espetáculos na cidade em 1961.

Abaixo, vemos uma imagem do Hospital Universitário Antonio Pedro na década de 1960. Creio que, pela imagem, é possível notarmos a sua magnitude e importância

⁷² Um breve relato sobre a trajetória de Niterói no âmbito da saúde pode ser encontrado em: <[FeSaúde - Fundação Estatal de Saúde de Niterói \(niteroi.rj.gov.br\)](http://FeSaúde - Fundação Estatal de Saúde de Niterói (niteroi.rj.gov.br))>. Acessado em 09 jan. 2023.

⁷³ “No dia 17 de dezembro de 1961 acontecia, em Niterói, a maior tragédia circense da história e o pior incêndio com vítimas do Brasil. Mais de 3 mil espectadores, a maioria crianças, lotavam a matinê do Gran Circus Norte-Americano, anunciado como o mais famoso da América Latina, quando a trapezista Antonietta Stevanovich deu o alerta de “fogo!”. Em menos de dez minutos, as chamas devoraram a lona, justamente no momento em que o principal hospital da região se encontrava fechado por falta de condições. O prefeito da cidade estabeleceu em 503 o número oficial de mortos, mas a contabilidade real nunca será conhecida” descrição do livro “O espetáculo mais triste da terra: o incêndio do Gran Circus Norte-Americano”, de Mauro Ventura, publicado no ano de 2011 sobre a tragédia.

para a cidade, na medida em que possui o status de maior e mais complexa unidade de saúde da Niterói.

Figura 2 – Hospital Universitário Antônio Pedro na década de 1960



Fonte: Imagem encontrada no site da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde), em 09/01/2023

Em Silva Júnior (2006, p. 49), vemos que no decorrer das décadas de 1970 e 1980 as articulações entre o ensino-serviço se ampliaram fazendo com que o Programa de Integração Docente-Assistencial (PIDAS) se aliasse ao movimento sanitário na cidade de Niterói na construção de uma política de saúde articulada e ampla. Se almejava, assim, uma

rede básica de serviços de saúde centrada no modelo de atenção primária em saúde, a ser implantada progressivamente nos bairros periféricos desprovidos de recursos, de forma hierarquizada, regionalizada, integrada, com utilização de agentes de saúde e participação da comunidade.⁷⁴

Suely Gomes Costa é enfática quando diz que esse movimento “[...] é do Brasil todo, não é apenas de Niterói nem tampouco do Estado do Rio e que leva a alguns resultados. Um dos resultados foi [...] a implementação da rede” (COSTA, 2005a). Sobre a participação da população na construção dessa rede, a professora aponta:

As unidades de saúde da rede [...] obedeceu a uma metodologia de ouvir as comunidades, numa metodologia da época também. Esse modelo vai produzir uma disseminação de unidades de saúde, e vai repensar a rede em função de uma divisão social de trabalho no âmbito da saúde, que vai hierarquizar [...] [as] unidades de saúde [pelas] funções, etc. Separa-se bem [...] a atenção primária da complexidade dos hospitais (COSTA, 2005a).

⁷⁴ O texto destacado se encontra em “SMS, 1977 - Plano de ação da secretaria municipal de saúde e assistência para 1977/1980”, citado por Rolim (2012, p. 39).

No trabalho em rede, a relação entre a Universidade e a cidade era tão estreita que, em 1975, o médico e professor do Departamento de Saúde da Comunidade da Faculdade de Medicina da UFF, Waldemir de Bragança, assumiu o cargo de secretário de saúde e assistência de Niterói – criada pelo Decreto 2.194 de 22 de julho de 1975 (SOUSA, 2015).

No ano seguinte, em 1976, o sociólogo Wellington Moreira Franco, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fora eleito prefeito de Niterói. Em sua gestão, “pediu ao médico e professor do Departamento de Saúde da Comunidade da UFF, Hugo Coelho Barbosa Tomassini, que fizesse um estudo sobre as necessidades de saúde na cidade” (SOUSA, 2015, p. 69). Como resultado desse estudo, surge o Plano de Ação 1977-1980⁷⁵, que “trazia uma visão ampliada da saúde, relacionada às condições de vida e não restrita à presença ou ausência de doenças [...] e visava à integração entre o planejamento e execução das ações, a partir do fortalecimento da participação social” (NITERÓI, 2021, p. 36).

Cabe apontar, no entanto, que o Plano de Ação 1977-1980 não trazia quaisquer observações referentes ao tema da saúde sexual e reprodutiva – debate que ainda era embrionário nas mobilizações das mulheres. Afinal, há de se recordar que, em tal época, “mulheres engajadas politicamente acabaram por envolver-se em questões para além das suas próprias, engrossando as lutas pelo fim da repressão militar” (SILVA, 2015, p. 895). Ou seja, a prioridade do movimento, à época, transcendia a condição do “ser mulher” na sociedade; os esforços eram voltados para o restabelecimento da democracia.⁷⁶

No entanto, é inegável a dinâmica progressista existente na cidade de Niterói, como aponta Rolim (2014), que fez com que o município assumisse nacionalmente uma posição de vanguarda na área da saúde, pois nesse período a maioria dos municípios brasileiros não contava com uma rede própria de saúde. Desse modo, no site da FeSaúde, apreendemos que Niterói, ao criar “Distritos Sanitários”, inicia um pioneiro processo de descentralização da saúde no país. Além disso:

A Secretaria de Saúde, cuja gestão se restringia a três cemitérios, já contava, em 1980, com seis Unidades Básicas. Dois anos depois, a cidade voltava a

⁷⁵ O Plano de Ação 1977-1980 pode ser lido em: <[COL16_STScanned \(uerj.br\)](https://col16.stscanned.uerj.br)>. Acessado em 19 jan. 2023.

⁷⁶ De certa forma, avalio que essa posição dos movimentos feministas e de mulheres se repetiu nos últimos anos no Brasil. Com isso, não quero dizer que as feministas não se mobilizaram acerca das pautas que concernem às mulheres; mas chamo atenção para o fato de que, diante de um (des)governo de extrema-direita liderado por Jair Bolsonaro (2019-2022), somados aos impactos da pandemia de Covid-19 no país, os movimentos feministas e de mulheres se uniram aos demais movimentos existentes na sociedade para que, nas eleições de 2022, pudéssemos eleger um governo legitimamente democrático.

inovar, iniciando o efetivo processo de gestão municipalizada da saúde, com a redistribuição e articulação das competências das esferas públicas - UFF, INAMPS e Secretarias Estadual e Municipal.

Para Sousa (2015), tais mudanças apenas foram possíveis porque Hugo Coelho Barbosa Tomassini “foi ao campo” e, desse modo, pode identificar quais áreas eram mais vulneráveis, quais problemas estruturais enfrentavam, dentre outros. A Universidade Federal Fluminense, historicamente, marca presença nos processos políticos da cidade de Niterói. Assim, no entendimento de Rolim (2014, p. 99):

Niterói se tornará exemplo de implementação de um novo modelo de gestão em saúde a partir da experiência do Projeto de integração, regionalização e hierarquização de serviços de saúde para áreas metropolitanas - Projeto Niterói que se expandirá, posteriormente para o país sob a forma do Programa das AIS a partir de 1983, até a criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS).

Em entrevista para Camille Sousa (2015, p. 74), seu entrevistado denominado “C2”, recorda do pioneirismo do Projeto Niterói:

nós fomos o primeiro estado que conseguiu fazer isso aqui, a gente conseguiu estender por todo o estado do Rio. Em Niterói, ela teve o nome de Projeto Niterói. [...] Esse projeto organizaria melhor a rede, e aí sim, por dentro do sistema, o município encaminharia paciente, para o estado e para os federais e vice-versa, ou seja, construir um caminho por dentro da rede.

É importante destacar que as AIS, embora se constituam um marco para a política da saúde no país, não foram suficientes “para responder aos problemas da atenção à saúde no Brasil” (PAIM, 2002, p. 16) e, nessa conjuntura, Paim (2004) percebe que o movimento de reforma sanitária ganha força como parte integrante do processo de democratização da nossa sociedade.

Elaine França da Silva (2015, p. 18) destaca que “as lutas que afloram na década de 1980 envolvem diversos atores comprometidos com novos ideários” e, entre as lutas que afloram na cidade de Niterói, aponto a luta de mulheres pela saúde reprodutiva – que nos debruçamos em capítulos anteriores. Através da necessidade de “novas” respostas para perguntas “antigas”, já que os problemas no âmbito da saúde não surgiram repentinamente, foram criados Grupos de Trabalhos (GTs) de saúde oral, saúde materno-infantil, saúde escolar, homeopatia, reorientação da emergência, supervisão operacional, e vigilância epidemiológica (Moysés, 1989).

Camille Sousa (2015) sinaliza que tais GTs contavam com participação de profissionais de saúde das mais diversas categorias, como assistentes sociais, médicos, enfermeiros, psicólogos e até mesmo sociólogos, por entender que se tratavam de

problemáticas que dizem respeito à construção da sociedade em si. Professoras e professores da UFF também assumiram a responsabilidade de atuar na execução das atividades propostas.

Sousa (2015, p. 72), citando Escorel (1999), diz ainda que:

esses movimentos foram responsáveis por experiências de integração de serviços de saúde com a comunidade e a universidade, constituindo importantes espaços de discussão e articulação política no município, e possuíam ligação ao chamado “Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira”.

Como diz Arim Bem (2006), os movimentos sociais podem ser entendidos como bússolas para a ação social – nesse sentido, as movimentações ocorridas em Niterói funcionaram como uma espécie de “despertar” para questões sociais que, muitas vezes, não eram consideradas relevantes de serem tratadas politicamente. Se tratam de lutas de diferentes grupos sociais, mas, inegavelmente, nesta tese os holofotes estão voltados para as pautas feministas e dos movimentos de mulheres. No próximo item, vamos nos aproximar da trajetória política das mulheres niteroienses⁷⁷.

3. A trajetória política das mulheres niteroienses

Se Niterói fora pioneira nas políticas relativas à saúde para a população de forma geral, quando se fala das políticas para a saúde reprodutiva especificamente, tal viés de vanguarda se torna ainda mais palpável. Nesta tese, em alguns momentos, reafirmei a ligação da Universidade Federal Fluminense com a trajetória política da cidade de Niterói e, nesse ponto, é mister recordar que as pessoas que compõem a comunidade da UFF fizeram (e fazem) parte do cenário sociopolítico de Niterói, enquanto sujeitos sociais com posicionamentos e implicações em determinadas pautas. Esse fora o caso das pioneiras do Serviço Social niteroiense, ouvidas por Freitas e Braga (2012), e esse é o caso de Suely Gomes Costa.

Com essas reflexões, quero dizer que o *status* de “estar à frente do seu tempo” de Niterói não fora por acaso, foi algo que demandou muito trabalho, pesquisa e luta – especialmente por parte das mulheres que faziam (e fazem) parte do cotidiano da cidade. No Brasil, no âmbito da luta pela saúde, a participação feminina nos movimentos sociais estava intrinsicamente relacionada aos cotidianos de gênero vivenciados pelas mulheres – como vimos nos capítulos anteriores desta tese – e em Niterói essa história se repete,

⁷⁷ Não me refiro apenas às mulheres que nasceram no município de Niterói, propriamente, mas sim as mulheres que despertaram para a vida política na cidade, como Suely Gomes Costa.

porque é inegável que os “destinos de gênero”⁷⁸ impostos para as mulheres, por muito tempo, funcionaram como uma espécie de bloqueio das “saídas” (PERROT, 1991) femininas.

Exemplo das dificuldades que as mulheres se deparam na sociedade, ao almejar o seu “sair”, é a fala de Ismênia Martins, pioneira do debate de gênero no Departamento de História da UFF, que dizia ouvir da mãe com frequência: “minha filha, tu já és uma mulher casada, tu vais estudar pra quê?” (FREITAS; BRAGA, 2012). Se a mulher já tinha atingindo o “auge” da vivência feminina na sociedade, que seria casar e ter filhos, qual a utilidade de estudar e/ou trabalhar? Note que esse padrão é tão enraizado e naturalizado na nossa cultura que é reproduzido, também, por mulheres e de camadas médias altas da sociedade – como fora o caso da mãe de Ismênia Martins. Hildete Pereira de Melo, que se define “feminista de carteirinha daquelas que fazia maior briga do mundo,” desde o início da década de 1970, admite que questões de gênero também “frearam” algumas de suas escolhas. Ao falar sobre o Doutorado que iria fazer na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) disse: “não tive coragem de ir, vocês podem imaginar com a socialização das mulheres é uma socialização para o privado” (MELO, 2021). Diante desses impasses, como criar mecanismos para romper com esse padrão?

Na esteira do Brasil, Niterói fora desenvolvendo as suas políticas no âmbito da saúde reprodutiva. Ao compreender que o controle e a autonomia sobre o próprio corpo são primordiais para a saída das mulheres para quaisquer lugares que desejarem, sejam físicos ou mentais, Ismênia Martins, como outras mulheres, passa a fazer uso de métodos contraceptivos para realizar seu “sair”. Em suas palavras: “eu comecei a tomar a pílula. Nunca mais parei (rs). Aí, eu pude fazer a graduação, a pós-graduação, doutorado. Só depois que eu vou pensar em filho de novo”, disse Ismênia Martins em entrevista à Freitas e Braga (2012, p. 61).

Como em um efeito “dominó”, uma “saída” nos leva à outra, que nos leva à outra, e assim sucessivamente, possibilitando que outras mulheres despertem nesse processo. Perceba que se trata de um movimento de mulheres “puxando” outras mulheres; mulheres que retomaram o protagonismo de suas narrativas – ou seja, que romperam bruscamente com a história hegemônica escrita pelos homens, discutida no capítulo inicial desta tese. Nesse processo, foram aos poucos fazendo com que a sociedade – e nesses casos, a

⁷⁸ Como a maternidade, o ato de cuidar da casa e dos membros da família, dentre outros.

universidade – compreendesse a necessidade de se atender as demandas específicas da vivência feminina. Desse modo, não apenas ocuparam espaços antes exclusivamente pertencentes aos homens, mas os transformaram.

Na cidade de Niterói, por exemplo, podemos citar lutas femininas que remontam desde a década de 1950. A professora da Faculdade de Educação/UFF, Maria Felisberta Trindade, como menciona Freitas e Braga (2012) participou da Associação Feminina Fluminense que, no decorrer das décadas, se fortaleceu com a participação de dezenas de mulheres que exigiam que o Estado se comprometesse com os seus direitos. Cunha (2010), nesse aspecto, fala da forte presença dos movimentos de mulheres na cidade de Niterói.

Como eu disse, uma saída é capaz de nos levar à outra e, nesse aspecto, Leite (2012) diz que as mulheres que integravam a Associação Feminina Fluminense foram, também, convocadas a participarem de outras movimentações sociais, tais como o Movimento Sem-Terra (MST), na reivindicação de saúde, infraestrutura, creches, melhorias nas condições do trabalho no campo, dentre outros. Aqui, podemos ver como as lutas feministas e de mulheres se entrelaçam e complementam.

Em tal conjuntura, Leite (2012, p. 39) sinaliza que quando Niterói deixou de ser a capital do estado do Rio de Janeiro, no ano de 1975, a cidade se consolida como palco de ações femininas, “uma vez que grande parte da população masculina trabalhava no Rio de Janeiro”. Suely Gomes Costa, em entrevista para Arruda (2005, p. 39), relembra que:

Nesse período, o movimento de mulheres estava mais voltado para os partidos da esquerda do país, com destaque das mulheres do partido comunista brasileiro e tendo uma posição partidária predominando sobre as questões femininas. O partido comunista teve um departamento feminino, porém as mulheres não ocuparam nenhuma posição de comando na estrutura partidária, nem tampouco estavam empenhadas em lutas relativas ao mundo privado, e sim em lutas partidárias contra a carestia, contra a ditadura, depois pelos direitos civis, contra o abuso do poder econômico. Essas lutas sobrepujam quaisquer manifestações da esfera privada.

Suely Gomes Costa aponta que, no decorrer do processo de reconstitucionalização do país, se abre espaço para a entrada de “novos” debates, na medida em que “aparece em cena uma nova geração de feministas inclusive mais novas, que conduzem para uma outra perspectiva [...]. É uma geração que vai pedir a discriminação do aborto, reivindicaram o direito reprodutivo” (ARRUDA, 2005, p. 39). Se percebe, nesse processo, a atenção sendo deslocada às vivências das mulheres.

Tal período é marcado, inclusive, pela criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB)⁷⁹, Niterói que, “conforme seu estatuto, [...] propunha reflexão, pesquisa e análise da condição da mulher brasileira, atuando no sentido de superar os estereótipos que pesavam sobre ela, como o mito da fragilidade feminina” (ARRUDA, 2005, p. 31). Abaixo, podemos ver o cartaz de divulgação do referido Centro.

Figura 3 – Cartaz do Centro da Mulher Brasileira



Fonte: Arquivo Nacional do Governo Federal Brasileiro

A professora Hildete Pereira de Melo integrava o Centro da Mulher Brasileira, em Niterói, onde “esteve focada na atuação da mulher no mercado de trabalho e sua luta por igualdade de salários, proteção à maternidade, entre outros, buscando uma aproximação com as mulheres das classes populares.”⁸⁰ Desse modo, a luta dos movimentos feministas e de mulheres em Niterói foram se adensando e, no decorrer dos anos, ganhou o apoio dos moradores de classe média e periféricas da cidade, dos sindicatos e partidos políticos;

⁷⁹ De acordo com Rachel Soihet (2007, pp. 240-241): “A partir daquele momento [*ditadura militar*], o CMB passou a representar o movimento feminista no Rio de Janeiro, ocorrendo a criação de entidades análogas em outros locais do Brasil [...] Observe-se que o estatuto do CMB se refere a grupos de reflexão, em vez de “grupos de autoconsciência”, termo utilizado por movimentos de liberação de mulheres em outros países, como forma de designar uma prática centrada no debate e na reflexão sobre as experiências pessoais de cada participante. Justificava-se a opção pela necessidade de se proteger da repressão, uma vez que a palavra “autoconsciência” poderia ser confundida com militância política”.

⁸⁰ Citação retirada do portal “Que república é essa?”, do Governo Federal, no qual é possível acessar parte do acervo documental da professora Hildete Pereira de Melo. Disponível em: <[Hildete Pereira de Melo \(an.gov.br\)](http://an.gov.br)>. Acessado em 12 jan. 2023.

tornando possível que questões consideradas dogmáticas fossem alvos de discussões. Além disso, Rachel Soihet (2007), ao recorrer aos estudos de Goldberg (1987), observa que a aproximação com as necessidades das mulheres trabalhadoras foi importante para se pensar nas demandas que são fundamentais para essas mulheres, de fato, exercerem a sua cidadania, como a questão das creches.

Sobre esse período, Hildete Pereira de Melo recorda: “eu fui ao centro da mulher brasileira [risos], aí [...] a gente pegou fogo, então a Suely⁸¹ vai entremear aí” (MELO, 2021). Como se apreendeu no primeiro capítulo desta tese, se trata do momento da “segunda onda” feminista, na qual, em síntese, a mulher inicia um processo de reconhecimento de si, enquanto sujeito social; das históricas desigualdades que permeiam as nossas vidas e as enormes lacunas existentes quando recorremos às narrativas das nossas vidas. Confesso que, na construção desta tese, a falta de registros femininos persiste sendo uma dificuldade na pesquisa. Há pouco material acerca do momento histórico pesquisado e, nesse processo, há de ser artesã para “costurar” os trechos encontrados a fim de resgatar a narrativa política das mulheres.

O fato é que, unanimemente, todas as fontes de pesquisa encontradas apontam na importância da criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em Niterói, no ano de 1986⁸², apenas um ano após a criação da primeira DEAM do Brasil, instalada em São Paulo. A criação da DEAM foi impulsionada pelo fato de que as delegacias “tradicionais” reproduziam o pensamento machista e patriarcal de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” e, dessa forma, a violência praticada contra nós, mulheres, seguia sendo naturalizada e, até mesmo, incentivada. Nesse período, movimentos contra a violência contra mulheres marcaram muito a cidade de Niterói, como mostra a dissertação de mestrado de Arruda (2005), que pesquisou o desenrolar da segunda onda feminista na cidade.

Esse ano também é marcado, como sinaliza Leite (2012, p. 40), pelas mulheres tendo “participação expressiva em inúmeros acontecimentos na cidade, como Conferências de Saúde e Fóruns de criança e adolescente, e de mulheres”. Um dos fóruns criados em tal bojo político foi o “Fórum de Mulheres”. Esse fórum, conforme abordado por Arruda (2005) e Leite (2012), foi um espaço onde diversas pautas que perpassam o

⁸¹ A “Suely” mencionada por Hildete Pereira de Melo é a Suely Gomes Costa.

⁸² O ano de 1986 também foi o ano em que a capital do estado fluminense, a cidade do Rio de Janeiro, recebeu a sua primeira DEAM.

“ser mulher” na sociedade foram debatidas. Do fórum, saiu a indicação de Tânia Maria Menezes do Nascimento para ser delegada da DEAM-Niterói, no ano de 1991. Para Marilza Medina, entrevistada de Arruda (2005, p. 55):

A Tânia foi a primeira delegada que efetivamente deu andamento aos processos da violência contra a mulher, porque o outro delegado era muito machista, e nem sempre dava prosseguimento aos processos dos casos apresentados. Quando a Tânia entrou, ela fez um belíssimo trabalho nesse sentido. Colocou também mulheres para atender às mulheres que sofriam violência.

Nesse movimento de luta por direitos, é notável a pluralidade de mulheres que, em conjunto, participavam do Fórum de Mulheres de Niterói; reafirmando a relevância de olharmos para os movimentos de mulheres tanto quanto olhamos para os movimentos feministas. Arruda (2005) destaca que, à época, havia um certo desconforto entre algumas das participantes, que acreditavam que o Fórum deveria ser exclusivamente feminista. O grupo seguiu, no entanto, plural – congregando mulheres das mais variadas identidades.

Nessa conjuntura, é perceptível que Suely Gomes Costa, desde em que se reconheceu feminista, na virada das décadas de 1970 e 1980 (ALMEIDA; LOLE, 2016), marcava presença em diversos encontros, conferências e mobilizações. Nesses eventos políticos, sempre contava com a companhia de Hildete Pereira de Melo. Após participar de uma conferência sobre aborto em Amsterdã, Hildete recorda:

Quando eu voltei [da conferência em Amsterdam] eu trouxe o termo saúde reprodutiva, porque nós não trabalhávamos com essa questão, então [...] fizemos uma discussão na ALERJ para explicar essa questão de saúde reprodutiva, aí fizemos um ciclo de vida das mulheres para mostrar a menarca e tal [...] essa questão entrou aqui [19]83, [19]84, você já vai ter as eleições de [19]84. A Lulu, a Lúcia Arruda, é eleita pelo PT para deputada estadual, por isso que ALERJ foi aberta para a gente, entendeu? Então a gente [...] começou a fazer essa ponte: aí era UFF, o movimento social, o Centro da Mulher Brasileira... (MELO, 2021).

Esse momento descrito por Hildete pode ser visto na imagem abaixo – retirada da página do *facebook* de Suely Gomes Costa⁸³. Na foto, vemos a professora em reunião com outras mulheres no Seminário Direitos da Reprodução, ocorrido na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), no ano de 1984.

⁸³ A página do *facebook* de Suely Gomes Costa pode ser acessada em: <[Suely Gomes Costa | Facebook](#)> Acessado em 19 set. 2023.

Figura 4 – Seminário Direitos da Reprodução, ALERJ, 1984



Fonte: Perfil de Suely Gomes Costa no *facebook*

Na legenda da foto, Suely Gomes Costa recorre às suas lembranças da década de 1980. Como vimos em Bosi (1995) no primeiro capítulo desta tese, “lembança puxa lembrança” e, através das palavras escritas por Suely Gomes Costa, é quase palpável o seu processo de rememoração. Assim, a legenda diz:

Relembrando movimento feminista dos anos [19]80: Assembleia Legislativa, seminário sobre Direitos Reprodutivos... Promoção do gabinete de Lucia Arruda (Lulu) e sua equipe: Solange Dacach, uma delas, dentre outras tantas... Dinâmica de grupo...Satie tb foi [...]. Eu, no grupo, aprendendo...e, depois, devolvendo saberes no Centro de Saúde Santa Rosa, em Niterói...⁸⁴

Satie Mizubuti, citada por Suely Gomes Costa, é professora do Departamento de Geografia da UFF. É uma mulher notável para ser recordada nesse momento, pois “teve importante participação política, tendo sido vereadora da cidade de Niterói. Em seu gabinete ocorreram muitos encontros entre as ativistas desse município” (ARRUDA, 2005, p. 14). Em Leite (2012), apreendemos que a sua eleição fora apoiada pelo movimento feminista da cidade e pelas professoras e professores da UFF.

Em âmbito nacional, essas mulheres participaram da luta pelo Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), de 1983, culminando na inauguração do Centro de Saúde Santa Rosa, no ano seguinte. O Centro de Saúde Santa Rosa fora o espaço onde Suely Gomes Costa teve a possibilidade de levar para a instituição de saúde os seus conhecimentos teóricos feministas; fazendo desses conhecimentos o seu instrumento de intervenção. Em suas próprias palavras, “compúnhamos uma equipe que, então, introduzia, nessa unidade, inovações cruciais nas regras de atendimento em geral

⁸⁴ A foto e legenda, respectivamente, foram compartilhadas por Suely Gomes Costa em seu perfil do *facebook* em 26 de setembro de 2015.

e no nascente PAISM, depois espraiadas para outras unidades de saúde do município e do Estado” (COSTA, 2010, p. 2).

Em um movimento concomitante, em seu mandato como vereadora, Satie Mizubuti fora responsável por elaborar o projeto de lei que criou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no início da década de 1990. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tinha, dentre as suas atribuições, o dever de:

[...] estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate das condições em que vivem as mulheres do Município, que visem eliminar todas as formas de discriminação de sexo [...] receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam atos discriminatórios à mulher, em todos os setores da sociedade, encaminhando e acompanhando-as junto aos órgãos competentes para as providências cabíveis. (NITERÓI, 1991, art. 2º).

Em entrevista para Arruda (2005, p. 58), Satie Mizubuti, diz que “antes de apresentar esse projeto, a gente entendeu que não bastava criar uma lei no papel, era necessário que as mulheres na cidade estivessem mobilizadas, que elas assumissem a condução do movimento, e não eu como vereadora.” Conforme afirmei no capítulo anterior, leis não necessariamente asseguram direitos; é preciso mobilização constante para que elas sejam postas em prática. E as mulheres de Niterói se mobilizaram.

Nos mais diversos espaços, as mulheres se reuniam em grupos de autorreflexão. Dentre esses grupos, podemos citar o Maria Mulher, que contava com a participação de Suely Gomes Costa. O “Maria Mulher é um desses grupos que surgem tendo representação, inclusive, na Comissão dos Direitos Reprodutivos durante o mandato de Lúcia Arruda, até sua saída da ALERJ e do movimento de mulheres, quando, por ocasião, a comissão se dissolve” (SILVA, 2015, p. 64). A dissolução da Comissão dos Direitos Reprodutivos é sintomática dos anos 1990, onde houve um certo esvaziamento das lutas dos movimentos feministas, em termos do município de Niterói. Além disso, como afirmei, a movimentação política é permeada de fluxos e refluxos. Nas palavras de Suely Gomes Costa, em entrevista a Arruda (2005, p. 61):

houve uma primeira fase interessante de ação, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, uma fase interessante de efetivação dos Conselhos Estaduais e Municipal, mas de repente se burocratizaram, se tornaram lugar de disputa política partidária e se tornaram também apêndice dos governos locais.

É importante recordar que se trata de um período marcado pela retomada de nossa democracia e, em âmbito nacional e internacional, o projeto neoliberal ganhava espaço – o que significava menor incentivo às políticas sociais. Para Montecinos, “a efervescência da mobilização feminista teve vida curta. Tem sido observado que os movimentos de

mulheres não converteram facilmente a mobilização política em representação institucional, assim que a política partidária competitiva é restabelecida” (MONTECINOS, 2003, p. 363).

Arrisco dizer que parte do caráter fugaz de tal movimentação se deve ao fato de que, historicamente, somos poucas nos cargos políticos de poder. Aqui, falei da atuação de Satie Mizubuti e Lucia Arruda, entretanto, é necessário não perdermos de vistas que se tratam de exceções; a regra é o poder estar nas mãos de um homem (branco e cisgênero, muitas vezes). Em suas reflexões, Hildete Pereira de Melo afirma que:

Metade da população eleitora é feminina. Porém, a sub-representação política deste grupo é persistente ao longo de toda a história republicana do Brasil. Desde 1890, elas têm se manifestado, mas só em 1932 o direito de votar foi conquistado. A primeira senadora mulher do Brasil foi empossada em 1989. Em 1994, foi eleita a primeira governadora. Já a primeira Presidenta da República, apenas em 2010. Mesmo a política de cotas para candidaturas femininas, que existe desde 1996, não alterou esse cenário. Seguramente isso compromete a democracia brasileira (MELO, 2023).⁸⁵

Isso não significa, no entanto, que as mulheres deixaram de se mobilizar em algum momento. Em suas saídas, criaram laços com outras mulheres e, através desses laços, foi se criando redes de diálogos e trocas de informações. A história dos movimentos feminista e de mulheres é densa e impossível de ser condensada apenas nestas páginas – tampouco possuo tal pretensão –, então ao que cabe a minha pesquisa, é imprescindível focalizar as minhas investigações nas experiências vividas por Suely Gomes Costa que, a partir do momento em que se reconhece feminista, adota uma epistemologia feminista questionadora em suas práticas políticas, pessoais e profissionais.

Retomo, nesse ponto, à ideia de “artesanato intelectual” de Mills (1972), pois no processo de sermos artesãs de nós mesmas, ao refletir acerca das nossas experiências e vivências enquanto mulheres – brancas, negras, indígenas, baixas, altas, magras, gordas, velhas, jovens, com deficiência ou não, heterossexuais ou não, cisgêneros ou transexuais, dentre outras identidades –, refletimos também sobre a vivência do outro com alteridade.

Isto posto, é imprescindível nos aproximarmos da metodologia da “linha da vida”, utilizada por Suely Gomes Costa em suas atuações profissionais. Inspirada pelos encontros dos movimentos feministas e de mulheres que participou, é notável que o processo de adoção de uma metodologia feminista em suas atuações se deu de forma

⁸⁵Hildete Pereira de Melo, em fala para a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, no dia 09 de janeiro de 2023. Texto encontrado em: <[UFF discute a participação feminina na política do Brasil – Andifes](#)>. Acessado em 12 jan. 2023.

orgânica. Nas palavras da própria Suely Gomes Costa, ao ser entrevistada por Silva (2015, p. 63):

Se você perguntar pra mim: “Suely, como esses encontros foram se dando”, eu não sei. Eu sei que a Hildete foi ao posto de saúde para chamar a equipe do posto, no período da militância dela. Ela sabia que eu também já estava lá, ela já me conhecia... para chamar toda a turma do posto para o Seminário dos Direitos da Reprodução [...] aí, eu entrei em contato com a dinâmica das Linhas da Vida, entrei em contato com a dinâmica de grupo. As assistentes sociais trabalhavam muito com dinâmica de grupo, nessa época, e fiquei encantada.

Através da fala de Suely Gomes Costa (relembrada também por Hildete Melo em sua entrevista à pesquisa), creio que seja interessante retomarmos à possibilidade de encontros potentes entre as mulheres, em suas “saídas”. Reafirmo que “uma puxa a outra” e, nesse aspecto, podemos dizer que Hildete Pereira de Melo fora locutora de um novo mundo para Suely Gomes Costa. A professora Hildete Pereira de Melo recorda:

Onde é que entra a Suely nessa história? A Suely vai ser a minha aluna, só que a Suely vai ser a minha aluna quando o feminismo já tinha arrombado a minha porta em 1975, por que, em 1976 eu tive outra perseguição [política] e eu fui demitida da UFF, então eu só voltei com anistia, mas a Suely já tinha encontrado (MELO, 2021).

Assim, no próximo capítulo, vamos nos debruçar sobre a experiência de Suely Gomes Costa com a utilização da metodologia da “linha da vida”. A “linha da vida”, como afirmei anteriormente, se trata de um processo de autorreflexão em grupo, marcado pela criação de um conhecimento importante sobre a vivência das mulheres que o integrava; ao permitir a autorreflexão de toda uma existência, e vivência, enquanto mulher na sociedade. Lideradas por Suely Gomes Costa, sobretudo, no Centro de Saúde Santa Rosa; as oficinas da “linha da vida” tiveram grande impacto no modo como socialmente se enxerga os direitos sexuais e reprodutivos e, conseqüentemente, influenciou positivamente as políticas de saúde para as mulheres.

Antes de adentrarmos nessa discussão, no entanto, é necessário compreender o caminho metodológico desta tese; traçar o caminho percurso que nos trouxe até aqui.

CAPÍTULO IV – Suely Gomes Costa: das aventuras e desventuras de ser uma mulher vanguarda⁸⁶

Creio que o ato de pesquisar é mal interpretado quando se acredita que, após cumprir um número X de tarefas ou utilizar metodologias Y ou Z, iremos “provar algo” com o resultado de nosso estudo. Digo, naturalmente, ao iniciar uma pesquisa, possuo um pressuposto sobre aquele determinado tema. O erro, nesse processo, se encontra na crença de que esse pressuposto deve ser provado a toda custa. Se em alguns momentos provamos estarmos certas; em outros, provamos exatamente o contrário. Afinal, o caminho metodológico não possui um mapa para nos guiar nessa trajetória; tampouco há a certeza de que encontraremos um pote de ouro no final desse caminhar.

Com isso, quero dizer que o dogmatismo não é compatível com o ato de pesquisar. Iniciei essa pesquisa, por exemplo, com a imagem de uma Suely Gomes Costa convictamente feminista – ingenuamente, sequer cogitei que ela pudesse ter recusado esse rótulo por um período de sua vida. Ao estudar sobre a sua trajetória de vida, entretanto, me deparei com a imagem de uma mulher muito mais real. Digo “real” no sentido de que se livrar das amarras do machismo é um processo que apenas em raras exceções ocorre rapidamente. Especialmente quando falamos sobre décadas atrás, quando houve o “despertar” de Suely Gomes Costa, os estereótipos e padrões de gênero eram ainda mais arraigados na sociedade.

Logo, como ocorreu com a professora, a tomada de consciência feminina é uma constante: quando acreditamos que já aprendemos tudo, percebemos que há muito mais para se aprender. Assim é a nossa linha da vida: uma trajetória com encontros e desencontros, idas e vindas, descobertas e rompimentos, lutas que sequer pensávamos que um dia iríamos travar. Enfim, nesse último capítulo, vamos falar sobre os caminhos percorridos por Suely Gomes Costa em seu trabalho com a saúde reprodutiva. Se no Centro de Saúde Santa Rosa o que a instigou foi a experiência feminina com a saúde reprodutiva e sexual, em toda a sua pluralidade; no Hospital Universitário Antonio Pedro os caminhos a levaram aos estudos das masculinidades – um tema inovador que Suely Gomes Costa diz ter “caído em seu colo” (COSTA, 2005a).

⁸⁶ No título deste capítulo, faço alusão ao texto “Das desventuras de ser doutora” (Cf. COSTA, 2007a)

1. O caminho metodológico não possui mapas

No ato de pesquisar, somos inundadas de incertezas: não temos certeza se fizemos as melhores perguntas ao nosso objeto de estudo; se o cronograma que definimos é de fato o suficiente para a realização da pesquisa que nos propusemos a fazer; se os métodos que escolhemos serão suficientes, enfim, são uma infinidade de dúvidas que permeiam o trabalho da pesquisadora e do pesquisador. Logo, o nome deste item que inicia o quarto capítulo da tese: “o caminho metodológico não possui mapas”. O percurso metodológico não segue uma forma; é na tentativa e no erro que aprendemos como dar prosseguimento à pesquisa.

Notavelmente, possuímos nossos pressupostos e convicções particulares. Isso se reflete no fato de eu, no início desta tese, falar das minhas inspirações na epistemologia feminista (KETZER, 2017), a partir do entendimento de que é imprescindível um olhar feminista acerca da saúde reprodutiva – que aqui me debruço –, à medida que em que as mulheres que participaram ativamente dessa histórica conquista, não apenas nacional, mas mundial, têm o seu protagonismo, na maioria das vezes, invisibilizado em uma sociedade em que se evidencia apenas a presença masculina. Em outros termos, embora a epistemologia feminista e o artesanato intelectual feminista fossem o meu “ponto de partida”, o caminho não estava totalmente delineado.

Um dos motivos para isso é o fato desta pesquisa estar permeada de “memórias”. É preciso ressaltar que essas memórias são construídas coletivamente. Ana Cristina Santos (2006), ao trabalhar com o conceito de “ecologia de saberes”⁸⁷ de Boaventura de Sousa Santos, chama atenção para o caráter complementar da relação entre a academia e os movimentos sociais – um trabalho que pode gerar, além da produção científica, ações coletivas. Kabengele Munanga (2018) entende que os conhecimentos e saberes, sejam acadêmicos ou populares, devem funcionar como “vasos comunicantes”, na medida em que existe uma “relação de complementariedade mutuamente enriquecedora” (MUNANGA, 2018, p. 14).

Defendo tal perspectiva de reconhecimento e valorização da pluralidade de saberes existentes, e creio que é com esse ponto de vista que se deve trabalhar. Em um exercício de “queerizar” os feminismos (TRUJILLO, 2014), é possível entender o modo

⁸⁷ De forma breve, a ecologia dos saberes se refere ao reconhecimento da pluralidade dos saberes, assim como na valorização dos mesmos. Cf. Santos (2006).

como as intersecções de nossas identidades atuam na sociedade, nos aproximando de uma epistemologia feminista distante de reproduzir opressões. Esse foi um exercício que acredito também ter sido praticado por Suely Gomes Costa em sua trajetória profissional e política.

Diante do aspecto “subjetivo” que atravessa esta pesquisa, foi primordial ter me aproximado de uma abordagem de pesquisa qualitativa. Consoante com Goldenberg (2004, p. 14), a pesquisa qualitativa acontece quando “[...] a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.”.

Nessa dinâmica, é fundamental o exercício de pensar o “estar em campo”, como se apreende em Larissa Pelúcio (2007). Quando trabalhamos com gênero, lidamos com construções sociais. Tais construções sociais, por sua vez, não são engessadas/estáticas. Estão em constante movimento, sendo passíveis a mudanças. Se dedicar ao estudo das relações de gênero pode movimentar as estruturas sociais e, nesse sentido, é importante refletir acerca da nossa participação, bem como inserção, nesses processos – ainda que o nosso campo de pesquisa seja estar cercada de livros dentro de uma biblioteca.

Assim, em um primeiro momento, visando preencher as lacunas de silêncio que, nesta tese, sinalizei existir quando nos referimos às histórias de mulheres, me utilizei da pesquisa bibliográfica. Segundo Antonio Joaquim Severino (2007), a pesquisa bibliográfica “tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático, data etc. E é a eles que se deve recorrer quando se visa elaborar a bibliografia especial referente ao tema trabalhado” (SEVERINO, 2007, p. 134).

Nesse processo, busquei bibliografias que me auxiliassem no entendimento das interlocuções entre os movimentos feministas, os movimentos de mulheres e as conquistas de direitos para as mulheres no Brasil. Esta pesquisa se debruça sobre a saúde reprodutiva – um direito conquistado através da luta de muitas mulheres, portanto, foi preciso ler mulheres para compreender essa história de mulheres. Mulheres como Suely Gomes Costa. Como resultado desse momento, surgem os dois primeiros capítulos desta

tese, que nos apresentam a alguns dos materiais teóricos produzidos por Suely Gomes Costa⁸⁸.

Revisar a bibliografia existente foi de suma importância para que o objeto e sujeito desta pesquisa fossem visualizados sob todas as suas nuances – ou por mais nuances do que a história dita “oficial” nos permitiria ver, afinal, Lerner (2019) já havia nos apontado que o registro que possuímos da história é, em essência, parcial. Parcialmente masculino e branco, diria. Através da análise bibliográfica das obras de Suely Gomes Costa, pude notar, por exemplo, uma mudança na temática de sua produção teórica após o seu entendimento enquanto feminista. Em entrevista à Carla Almeida e Ana Lole (2016, p. 386), Suely Gomes Costa diz que após se reconhecer feminista:

pude por experiência, perceber, com muita nitidez, na história brasileira, uma regularidade histórica de longa duração: o papel central das amas nos cuidados das proles de seus senhores/ as – inclusive, na amamentação. Eu não teria esse insight se não estudasse o Brasil colônia. Reconheci, nessa importante tradição, uma forma de convivência social que ainda hoje persiste transformada no emprego doméstico, sempre pelas mesmas razões: a maior/menor liberdade de saída das mulheres de todas as camadas da população para outros espaços que não os seus próximos/íntimos. Essa saída – fosse qual fosse a classe social dependia – em grande parte – da oferta de cuidadoras de suas, então, proles.

Assim, Suely Gomes Costa, que antes se dedicava a escrever sobre a teorização do Serviço Social sob um viés mais tradicional de classe, no auge do Movimento de Reconceituação da profissão, como em seu texto “Introdução à metodologia, teoria do diagnóstico e da intervenção em Serviço Social”, publicado em 1970; passou aos poucos a pensar tal teorização também sob o viés do gênero. Em seu texto “Memória do Serviço Social: lugar na história e na historiografia”, de 1994, a narrativa traçada pela professora nos conduz ao entendimento de que as mulheres sempre marcaram presença nos espaços políticos, como o da proteção social.

É importante destacar que o interesse de Suely Gomes Costa em escrever sobre questões que permeavam o gênero já existia na década de 1980, enquanto realizava o seu mestrado em História:

Em 1988, eu tinha que terminar o meu mestrado que não tinha nada a ver com mulher, mas quem me encaminhou pro desvendamento da importância [...] do trabalho de subsistência e o trabalho das mulheres na subsistência brasileira em todas as regiões do país. Isso me chamou a atenção, mas não dava tempo de virar a minha dissertação. (COSTA, 2005a).

⁸⁸ As produções teóricas de Suely Gomes Costa, que foram utilizadas nesta tese, se encontram listadas como “Obras de Suely Gomes Costa”, nas referências.

Decerto, a pesquisa bibliográfica elucidou diversos pontos que estavam nebulosos no momento em que teci o projeto de pesquisa desta tese. Como disse anteriormente, é pesquisando que se aprende a pesquisar, pois não existem fórmulas metodológicas capazes de se encaixar perfeitamente em nossos projetos – como uma roupa feita especialmente para nossos corpos. Há de se fazer ajustes. Isto posto, à princípio, acreditava que ainda que a relevância da pesquisa bibliográfica fosse inquestionável para esta tese, ela não seria capaz de responder todos os meus questionamentos. Assim, pensei em recorrer à análise documental⁸⁹, pois a pesquisa bibliográfica, muitas vezes, é compreendida apenas como uma revisão da bibliografia ou literatura que envolve o tema da pesquisa – algo que, ao ler Telma Lima e Regina Miotto (2007, p. 38), percebemos derivar de uma falta de compreensão sobre o que é o método de fato.

Além da revisão da bibliografia, que é um pré-requisito de todas as pesquisas acadêmicas, a pesquisa bibliográfica pressupõe um olhar atento ao objeto e sujeito da pesquisa; para tanto, demanda um “conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções [...], e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Afinal, como venho dizendo desde o primeiro capítulo desta tese, o ato de pesquisar não pactua com a neutralidade. Exemplo desta característica da pesquisa bibliográfica é o fato de eu ter percebido, como disse na página anterior, o momento em que a questão do gênero passou a ganhar destaque nas produções teóricas de Suely Gomes Costa.

Além das literaturas já descritas, utilizei também fontes primárias. Suely Gomes Costa, em seus mais de sessenta anos no campo da proteção social, concedeu diversas entrevistas – seja em congressos e/ou a estudantes da ESS/UFF⁹⁰ – sobre as suas pesquisas, seu trabalho profissional, suas percepções e sua produção acadêmica. Minha ideia, para tanto, foi coletar esses materiais, sejam impressos ou virtuais, e analisá-los. Tal análise, “vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente” (LIMA; MIOTO; 2007, p. 44).

Nesse processo, foi importante pensar a experiência de Suely Gomes Costa com a pedagogia feminista da “linha da vida”; sua inserção no Centro de Saúde Santa Rosa e

⁸⁹ A análise documental se refere aos “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 47). Moreira (2005, p. 271) completa esse raciocínio dizendo que “a análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim”.

⁹⁰ Algumas dessas entrevistas foram encontradas no acervo do NPHPS/UFF.

seus movimentos no interior da Universidade Federal Fluminense; além de toda a sua produção bibliográfica aqui já mencionada. Esses movimentos foram importantes, pois compreendo que tais arquivos são um “lugar de memória”. No entendimento de Britto, Mokarzel e Corradi (2017, p. 158), “o arquivo, ao espelhar discursos e práticas sociais, mantém uma relação inerente com a memória e identidade da sociedade na qual o mesmo se insere.”

É relevante ressaltar, nesse aspecto, que o caminhar desta pesquisa não esteve livre de percalços. Poucos meses após iniciar o meu doutoramento, em março de 2020, fora decretada a pandemia de Covid-19⁹¹ – que agora, três anos depois, sabemos que trouxe grandes impactos para a vida em sociedade. Apontar esse fato é pertinente, pois o meu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017) esteve atravessado de uma conjuntura na qual era impraticável sair às ruas, tampouco frequentar o NPHPS/UFF em busca do material bibliográfico que eu precisava.

À época, e por durante mais de um ano, a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) fora o isolamento social. No Brasil, em um governo de extrema-direita que descredibilizava a ciência e minimizava os efeitos perversos da pandemia, esse isolamento perdurou por ainda mais tempo. Nesse momento, me deparei sem contato físico com as pessoas que poderiam ser informantes para a minha pesquisa; além de não ter acesso aos documentos que, por serem anteriores à era digital, se encontravam inacessíveis em alguma prateleira da Universidade Federal Fluminense, temporariamente fechada. Assim, me restou pesquisar por meio da internet.

Na realidade, tivemos que nos readaptar ao novo mundo em que nos encontrávamos. No meio acadêmico, as aulas do doutorado aconteceram de forma remota, assim como os estágios em docência e os seminários e congressos. Na vida em geral, os encontros de famílias também ocorreram através de uma tela, assistíamos às peças de teatros e shows musicais por meio do celular. Em outras palavras, pesquisar pela internet foi apenas uma dentre milhares de adaptações que fizemos, em prol da manutenção do isolamento social que conteria o avanço da pandemia que enfrentávamos.

Assim, o *google* e o *google acadêmico* foram ferramentas fundamentais para eu conseguir acessar os textos que se encontram listados na bibliografia desta tese. Nessa

⁹¹ A pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020.

dinâmica, encontrei também o perfil de Suely Gomes Costa no *facebook*, uma rede social em que é possível compartilhar fotos, textos e vídeos. Há poucos anos, tal perfil era administrado pela própria Suely Gomes Costa⁹² e podíamos ver memórias da professora, como a publicação da foto abaixo no dia 26 de setembro de 2015, com a seguinte legenda: “Seminário dos direitos da reprodução... Lembrando o mandato de Lucia Arruda e sua preciosa luta por direitos! ALERJ - Rio de Janeiro, RJ - anos [19]80”.

Figura 5 – Divulgação do Seminário Direitos da Reprodução (1984)



Fonte: Perfil de Suely Gomes Costa no *facebook*

Mais uma vez, memórias atravessam esse caminho. A memória é um espaço de luta (MIRANDA; ARAÚJO, 2019) e em um contexto de marginalização do protagonismo feminino, se torna uma potência para a construção de um movimento de legitimidade das nossas narrativas e vivências. Nesse aspecto, Bosi (1995, p. 14) aponta que “[...] toda lembrança ‘vive’ em um estado latente, potencial.” Logo, as memórias compartilhadas por Suely Gomes Costa em sua rede social também são fios que constituem esse emaranhado de informações que, aos poucos, foram desenrolados e possibilitaram enxergar a narrativa com certa linearidade.

Outra modificação feita para alinhar a metodologia da tese à realidade pandêmica foi dar um passo para trás em relação às entrevistas que, desde a apresentação do primeiro projeto de pesquisa, almejava fazer. A minha ideia era realizar entrevistas com pessoas próximas à Suely Gomes Costa; pessoas que eu acreditava ser informantes-chaves sobre ela e o seu período. Dentre essas pessoas, citei as professoras Hildete Pereira de Melo (UFF), Ana Lole (PUC-Rio), Cenira Duarte Braga (UFF) e Rachel Soihet (UFF). A

⁹² Atualmente, o perfil de Suely Gomes Costa no *facebook* é administrado pelo seu filho, Marcio Gomes Paes Costa, que o mantém como um acervo da memória da mãe.

escolha por essas mulheres se justificava no fato dessas terem partilhado momentos com Suely Gomes Costa enquanto professoras, estudantes, pesquisadoras e feministas.

A grande maioria das possíveis entrevistadas são mulheres idosas, ou seja, compõem o grupo de maior risco da Covid-19. Logo, o planejamento para a realização das entrevistas foi sendo adiado sucessivamente, conforme o desenrolar da pandemia e da imunização tardia contra a doença, até que o tempo hábil se tornou demasiado curto para a sua realização. Nesse período, a professora Ana Lole, que seria uma das entrevistadas, se tornou a coorientadora da minha pesquisa, assim, tive o direcionamento que toda a sua *expertise* em relação ao trabalho e vida de Suely Gomes Costa pode me proporcionar⁹³.

Embora não tenha realizado as entrevistas pessoalmente, conforme planejava, algumas entrevistas realizadas pelo projeto de pesquisa “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social”⁹⁴, do qual já aponte fazer parte, foram utilizadas aqui. Dentre elas, está a entrevista realizada com a professora Hildete Pereira de Melo – responsável por apresentar Suely Gomes Costa aos feminismos.

Nesse meio-tempo, o mês de junho do ano de 2022 foi marcado pela “entrega para a professora Suely Gomes Costa do título de Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF) em reconhecimento ao seu trabalho, competência e dedicação à universidade” (FREITAS; LOLE; CARVALHO, 2022, p. 5). Nesse evento, Marcio Gomes Paes Costa, filho de Suely Gomes Costa, nos apresentou fotos que retratavam a vida pessoal e acadêmica de sua mãe; além de pouco depois ter compartilhado um *drive* com vídeos de diversas entrevistas que ela realizara ao longo das décadas. O uso das imagens foi importante, porque elas “atuam como mediadores entretempo e fazem diferença quando a experiência passada se torna um objeto de estudo” (MAUAD, 2016, p. 34).

⁹³ A professora Ana Lole recebeu em 2019 do filho de Suely Gomes Costa, Marcio Gomes Paes Costa, seu acervo pessoal para que ela pudesse organizar e tratar o material. Como ainda essa documentação está sendo tratada pela profa. Ana Lole, a mesma não pode ser disponibilizada.

⁹⁴ Ressalto que o projeto de pesquisa “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social” foi submetido à Plataforma Brasil, o qual obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em maio de 2019 – Número do Parecer: 3.331.360.

Abaixo, podemos ver o certificado e a medalha do Título de Professora Emérita, que simbolizam a homenagem à Suely Gomes Costa, ambos recebidos por seu filho Marcio Gomes Paes Costa, em nome de sua mãe.

Figura 6 – Foto do certificado e da medalha do Título de Professora Emérita à Suely Gomes Costa



Fonte: Fotos compartilhadas pelo filho de Suely, Marcio Gomes Paes Costa, em 2022.

Através de filmes e fotos compartilhados por Marcio Gomes Paes Costa, foi possível acessar momentos em que Suely Gomes Costa, através das suas reflexões vanguardistas, nos convidava a repensar todo o simbolismo que envolve o “ser mulher” e o “ser homem” na sociedade. Em uma das entrevistas, dada no dia 12 de março de 2010 ao Canal Futura⁹⁵, Suely Gomes Costa diz que, através dos feminismos, as mulheres “permaneceram mulheres no sentido anatômico, mas se transformam em sujeitos como os homens. Então, o grande desafio de hoje é esse: dessimbolar a diferença de modo a torná-la absolutamente desimportante na produção dos direitos”. Embora treze anos nos distancie dessa afirmação da professora, acredito que esse ainda se caracteriza como um desafio a ser enfrentado pela nossa sociedade, pois as diferenças entre as mulheres e os homens ainda são utilizadas para simbolizar quem detém o poder, ou não.

Trabalhar com essas entrevistas, mesmo que eu não as tenha realizado, foi substancial para o desenvolvimento da tese, porque acredito que nós somos especialistas de nossas próprias vidas. Quero dizer, se ouvir outras pessoas falando de Suely Gomes

⁹⁵ O tema da entrevista dada por Suely Gomes Costa era a “Marcha Mundial das Mulheres”.

Costa é enriquecedor, ouvi-la é ainda mais. Nesse aspecto, também utilizei a transcrição de uma entrevista que a professora Ana Lole fez com Suely Gomes Costa (COSTA, 2005a), como dito anteriormente.

Cruz Neto (1994, p. 57) admite que a entrevista “não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”. Todas as entrevistas e programas de televisão que Suely Gomes Costa participou sem dúvidas possuíam um direcionamento: na maioria das vezes, a ideia era falar sobre os feminismos, saúde reprodutiva e direitos humanos.

Através das suas lembranças, foi possível destacar, neste último capítulo, dois grandes períodos que marcaram a sua atuação na saúde reprodutiva: seus trabalhos no Centro de Saúde Santa Rosa e no Hospital Universitário Antonio Pedro, respectivamente. “Ouvir” tais momentos sendo contados pela própria Suely Gomes Costa foi interessante porque me permitiu conhecer, dentro dos limites da bibliografia que tive acesso, quais foram as dificuldades e conquistas daquele período que, ainda hoje, marcam essas instituições.

Recentemente, menos de um ano após a celebração do seu Título de Professora Emérita da UFF, Suely Gomes Costa faleceu⁹⁶. Sinto que, após esse triste acontecimento, resgatar as suas contribuições para o Serviço Social, feminismos, saúde reprodutiva e estudos de gênero se torna ainda importante. Afinal, foram oitenta e quatro anos de existência e sessenta e quatro anos de Serviço Social. Embora tenha partido desse mundo, seus ensinamentos permanecem e se perpetuam.

2. O Centro de Saúde Santa Rosa na efervescência das lutas de mulheres por direitos reprodutivos

No primeiro capítulo da tese, chamei atenção para o modo como, historicamente, a história é contada exclusivamente por homens brancos e cisgêneros. Na narrativa que esses homens produzem, as mulheres tendem a ser sujeitos invisíveis ou, quando aparecem, exercem a função de “coadjuvantes” ou irrelevantes. Retomo esse entendimento porque, a meu ver, essa é uma prática que é rompida através do processo de refletir sobre o que atravessa o “ser mulher” na sociedade, as barreiras que nós temos

⁹⁶ O falecimento aconteceu no dia 24 de abril de 2023.

de enfrentar e o modo como nós somos protagonistas, embora a história nos relegue ao anonimato. Através de uma reflexão iniciada por um poema Bernadette Lyra, questioneei: afinal, qual é a história que efetivamente tivemos? Qual história sonhamos em ter tido?

São questionamentos complexos, por mais simples que possam parecer inicialmente. No entanto, é perceptível que a união de mulheres em grupos de reflexão tem a capacidade de promover “atividades para tornar visível a questão feminina e o combate ao papel subalterno da mulher na sociedade” (MELO, SCHUMACHER, s/d). Isso acontece porque, nos grupos de reflexão,

em vez do isolamento cognitivo do indivíduo (ou da mente) pensante, a formação de uma coletividade com uma práxis. Aqui, os insumos do processo são as vidas cotidianas das participantes, especialmente suas próprias vivências corporais mais íntimas na área da sexualidade/reprodução que tinham sido silenciadas socialmente. Estas vivências corporais - da menarca, menstruação, sexualidade, contracepção, aborto, gestação e parto - serviram de parâmetro de diferenciação aguda dos homens e, por isso mesmo, facilitaram a auto-identificação entre as mulheres, cujas diferenças sociais eram frequentemente grandes. (GRIFFIN, 1999, p. 81).

Esse movimento foi tão intenso que, como aprendemos em Silva (2015), tais grupos de reflexão rapidamente se espalharam pelo país, promovendo debates nas mais diversas áreas, especialmente a saúde.

Suely Gomes Costa, a protagonista de minhas reflexões, já conhecia o movimento feminista na década de 1970, no entanto, as pautas e debates feministas ainda não a interessavam. Maria do Espírito Santo Tavares – também conhecida como “Santinha” –, médica sanitarista que trabalhava na assessoria da Secretária de Saúde de Niterói, tentou aproximações de Suely Gomes Costa com os movimentos feministas. Em uma palestra, Suely Gomes Costa sinaliza como foi trabalhar com uma médica feminista:

Eu trabalho numa equipe que tem uma feminista, que é uma mulher fantasticamente ativa, que é a Maria do Espírito Santo Tavares – uma maranhense “arretada” [...]. Naquele momento ela está em campo contra as laqueaduras de trompas feitas nas periferias [...] e é muito interessante que ela começa a contaminar os grupos em torno dela, que estão em torno dela e ela me chama também para participar desse momento. (COSTA, 2005b).

Em entrevista para a historiadora Joana Maria Pedro, Suely Gomes Costa também fala sobre as suas memórias da época:

Era um período eleitoral, em que as mulheres estavam fazendo laqueadura de trompas em troca de votos. Faziam propaganda de um determinado candidato,

e eles pagavam, financiavam a laqueadura de trompas⁹⁷. E Santinha estava numa luta contra [isso]. Ela é uma pessoa que tem muita coisa para contar. Ela me chamava pra várias reuniões [feministas], e eu não ia. Eu não me via muito (risos) no campo dela. Estava muito mais ligada nas lutas da esquerda da saúde – por uma saúde coletiva, comunitária – do que qualquer coisa. Lembro-me de que ela me chamava sempre para a reunião. Um dia, eu fui. Achei aquela reunião um chororô danado, né? As mulheres falando de dominação, de maridos que tomavam conta e não sei mais o quê... (PEDRO, 2004, p. 3)

Suely Gomes Costa rememora o momento em que fez essa aproximação com os feminismos:

Eu faço uma aproximação com uma ala do movimento, não me reconheço no movimento. É, foi muito interessante, né, eu me achava uma mulher liberada, absolutamente independente de marido, trabalhava desde os vinte anos de idade e quando eu vi aquele chororô [...] foi o meu primeiro movimento de não adesão ao movimento feminista. (COSTA, 2005a).

Embora não se interessasse pelas causas feministas, nesse período, por não se reconhecer dentro das pautas levantadas pelas mulheres feministas que conheceu, Suely Gomes Costa recorda que leu o livro “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir (1980). Sobre a leitura, ela aponta:

Na ocasião, eu o folheeí, marquei alguns trechos e, novamente, depois... Mais recentemente, reli as anotações de época cujo sentido, até esse instante, não consigo desvendar. Sei, apenas que ele não me trouxe qualquer resposta, pois não tinha perguntas a lhe fazer... (COSTA, 2010, p. 5).

Ao recorrer à Bauer (2006), Suely Gomes Costa destaca ainda que os movimentos foram feitos por mulheres que leram e não leram Beauvoir. E questiona: “Se essa leitura não foi o ponto de partida nem meu nem de muitas mulheres de processos de tomadas de consciência e de engajamentos políticos, que outras contingências os promoveram?” (COSTA, 2010, p. 5). Eu arrisco dizer que foram os encontros com outras mulheres. Ainda que a identidade feminista não seja “abraçada” de imediato por Suely Gomes Costa, é perceptível que, pouco a pouco, os encontros com outras mulheres a levaram a refletir sobre as questões femininas que também a atravessava.

Suely Gomes Costa confessa que mudanças significativas que vivenciou em sua vida pessoal a fizeram ver os feminismos com outra percepção. Em suas palavras:

Na década de 1980, o meu casamento entra em crise, eu fiquei desempregada entre 1980 e 1983, quando eu faço concurso para a Escola [ESS/UFF] nesse processo de desemprego. Eu entrei em contato com a “dominação masculina” quando eu não estava empregada. Pela primeira vez, eu experimentei a

⁹⁷ Nesse ponto, é imprescindível que nos recordemos do processo de esterilização em massa que fora desenvolvido no Brasil e que atingia, sobretudo, as mulheres pobres e negras. Falei dessa prática de raízes eugênicas no segundo capítulo desta tese.

dependência, a dependência no interior do casamento, isso foi muito difícil pra mim. (COSTA, 2005a).

É importante lembrar que, nesse período da década 1980, através dos “grupos de reflexão”, surgiu o lema “o pessoal é político” – que, conforme aprendemos, foi um marco das lutas travadas no decorrer da segunda onda feminista. A partir desse momento, Griffin (1999, p. 81) sinaliza que “nasceram juntas a percepção da opressão e da possibilidade de transformação”. Na área da saúde, que é o foco dessa tese, “questões relativas à vivência de uma sexualidade plena e livre de riscos, o controle do próprio corpo e o direito de decidir sobre como e quando ter filhos, constituíram-se como temas centrais de reflexão e de vivências” (MARQUES; FERREIRA, 2008, p.1).

Conforme apreendemos com as ondas e marulhares feministas, nesse momento também surgem debates acerca do prazer sexual desvinculado da reprodução; o uso de métodos contraceptivos, dentre outros (COSTA, 2009). Aqui, percebemos a tomada de consciência e, a partir dela, há uma movimentação para se transformar a realidade social das mulheres. Suely Gomes Costa destaca como se deu o seu reingresso no mercado de trabalho: “Eu passei no concurso da Escola [ESS/UFF] e fui designada para a ‘área de saúde’, onde eu já tinha trabalhado [...] a equipe com que eu trabalhei na década de 1970 na Secretaria Municipal de Saúde” (COSTA, 2005a).

Nesse período, Suely Gomes Costa vai para o Centro de Saúde Santa Rosa, supervisionando futuras assistentes sociais. O centro de Saúde Santa Rosa – hoje, Policlínica Regional Sergio Arouca –, foi uma importante arena para movimentações que iam na contramão do que estabeleciam os estereótipos de gênero.

Embora tenha sido inaugurado em um período “pré-ondas” feministas, em 1953, o Centro de Saúde Santa Rosa era conhecido por reunir profissionais interessados em revolucionar a saúde no município de Niterói. Inicialmente, ocupava o “velho casarão”, localizado no bairro de Santa Rosa – na zona sul da cidade. Duas décadas após, em 1974, foi transferido para o bairro Vital Brazil, na rua Ary Parreiras – bairro em que permanece atualmente (SILVA, 2015). Márcia Moreira, enfermeira que atuou no Centro de Saúde Santa Rosa, disse em entrevista para Silva (2015) que a instituição era frequentemente utilizada como um centro de treinamento para os profissionais de saúde. Em suas recordações:

A equipe da Saúde da Mulher era um todo, era assim: tinha duas médicas [...] muita gente era treinada aqui, vinha gente de tudo quanto era lugar, São Pedro da Aldeia, Quissamã, Macaé, tudo quanto era lugar. A Saúde da Mulher era

um todo, era uma coisa muito mais abrangente que o Planejamento Familiar. (SILVA, 2015, p. 18).

Sobre a sua entrada no Centro de Saúde Santa Rosa, Suely Gomes Costa recorda, novamente:

Então, acontece assim: meu casamento entra em crise. Casamento em crise, eu entro na universidade, faço concurso, vou ser professora da UFF, pego a área da saúde, meu pai era médico, vou para o Centro de Saúde Santa Rosa, inclusive onde meu pai trabalhava... Então, encontro esse movimento já gestado, em andamento. Eu tomo contato com ele, assim, intimamente, através da Hildete, Hildete é a ponte. Ela levou muita gente, até hoje. (SILVA, 2015, p. 63).

São os encontros, que mencionei anteriormente. Hildete Pereira de Melo também relembra esse momento:

O Centro [de Saúde Santa Rosa] era uma possibilidade de você fazer as alianças, e eu estava na universidade, quer dizer, a universidade estava dentro [...] E a UFF ia junto comigo o tempo inteiro. Então o Centro de Santa Rosa, a gente tentava implantar lá, então Suely estava lá [...] (MELO, 2021).

Embora “estivesse lá”, como disse a professora Hildete, Suely Gomes Costa admite que, ao entrar no Centro de Saúde Santa Rosa:

Eu não sabia nada de saúde da mulher, estava gestando-se o PAISM, então não foi por nenhuma tradição, é, profissional [...]. Então eu vou para o serviço de saúde, existe a implementação do PAISM, que eu nem sabia o que era. Então, o que que aconteceu, eu comecei a querer saber o que era e nesse querer saber o que era, eu comecei a participar. Eu chamo Hildete, porque eu sabia do envolvimento da Hildete [com o movimento feminista]. (COSTA, 2005a).

Em suma, na área da saúde, havia o movimento que defendia que “as práticas de saúde sexual e reprodutiva [...] como um novo paradigma de liberdade, buscavam a politização das esferas da reprodução e sexualidade, promover o autoconhecimento do corpo e a valorização da mulher como cidadã” (MARQUES; FERREIRA, 2008, p. 2). Em muitos momentos, quando falei de Suely Gomes Costa, falei também de Hildete Pereira de Melo, na medida em que seus caminhos se entrelaçaram ao longo de suas vidas políticas. Assim, Suely Gomes Costa aponta que “Hildete estava, nessa época, tocando a discussão do aborto no Brasil [...] mergulhada nos problemas da área de Planejamento Familiar. Foi outra que insistiu muito, me chamando para o movimento” (COSTA, 2005a).

Quando falei da área da saúde, estou falando de um espaço, físico e simbolicamente, dominado por homens. Isso acontece porque, socialmente, a figura do médico é vista como a maior autoridade dos centros de saúde e a medicina, em si, é

dominada por homens. Por exemplo, há 33 anos atrás, em 1990, a categoria de médicos era composta de 69,2% de homens e 30,8% de mulheres.⁹⁸

Com isso, quero chamar a atenção que se até mesmo em profissões que são predominantemente femininas, como o Serviço Social, vemos uma hipervalorização das figuras masculinas, não creio que seja uma hipérbole afirmar que em profissões historicamente consideradas masculinas isso possa ser amplificado. Pensar a conjuntura da área da saúde é interessante porque, embora em um solo aparentemente infértil para o desenvolvimento de ideias e ideais feministas, os “grupos de reflexões” foram ganhando cada vez mais espaço nessa área.

A meu ver, esse movimento é possível porque, ainda que o poder esteja nas mãos dos homens, as mulheres são a maioria dentro dos centros de saúde. Por exemplo, 80% da enfermagem no Brasil é feminina⁹⁹; 92,92% do Serviço Social é feminina¹⁰⁰; também sabemos que os serviços essenciais para a manutenção da segurança do espaço hospitalar, como a limpeza, também são majoritariamente exercidos por mulheres.

Nessa estrutura de trabalho dominada pela presença do “feminino”, é interessante pensar que mulheres, através das reflexões em grupo, também aprendiam muito sobre si mesmas. Nas lembranças de Suely Gomes Costa, ela vai “[...] tomando consciência não só [...] do meu próprio processo de dominação, como [também ficou] animadíssima com o projeto de saúde da mulher” (COSTA, 2005a).

Nesse imbróglio, em Suely Gomes Costa (2010), compreendo que nem sempre podemos ver a relação entre mulheres e homens como combativas e/ou controversas – ainda que os homens sejam opressores históricos das mulheres, há alguns aliados na luta feminista. Em sua experiência com os “grupos de reflexão” no Centro de Saúde Santa Rosa, Suely Gomes Costa aponta “a participação direta e segura de Cesar Macedo, médico, então diretor dessa unidade” (COSTA, 2010, p. 2). Em suas palavras:

[...] o Cesar era um impulsionador de mudanças, uma equipe muito interessante pro Centro de Saúde de Santa Rosa e todo mundo muito afinado na revisão numa perspectiva de Programa, não mais de especialidade, então a gente fez uma derrubada da estrutura programática na saúde. (COSTA, 2005a).

⁹⁸ Dado encontrado em: <[Em 20 anos, dobra o número de mulheres que exercem a medicina no Brasil | \(cfm.org.br\)](http://cfm.org.br)>. Acessado em 23 jan. 2022.

⁹⁹ Dados registrados pelo Conselho Federal de Enfermagem. Disponível em: <– [Pesquisa inédita traça perfil da enfermagem Conselho Federal de Enfermagem - Brasil \(cofen.gov.br\)](http://Pesquisa inédita traça perfil da enfermagem Conselho Federal de Enfermagem - Brasil (cofen.gov.br))>. Acessado em 15 ago. 2023.

¹⁰⁰ Dados levantados pelo Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em: <2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acessado em 15 ago. 2023.

A fim de revolucionar a estrutura do Centro de Saúde Santa Rosa, Suely Gomes Costa diz que entrou em contato Hildete Pereira de Melo, na medida em que se essa se destacava por seus estudos sobre o aborto.

Eu ligo pra ela, eu tinha o telefone da casa dela e disse: “a gente está querendo pensar em saúde da mulher no Centro de Saúde Santa Rosa, você tem coisas para dizer sobre isso? Pela luta do aborto [...]”. Ela disse: “Tenho, eu vou!”. Como toda boa militante, vai pra qualquer canto pra fazer militância. (COSTA, 2005a).

Durante essa empreitada, Suely Gomes Costa também recorda o trabalho que realizara junto com a assistente social Nara Helena, que atuava no Centro de Saúde Santa Rosa. As duas fizeram uma pesquisa de campo para compreender o que, de toda ampla temática da saúde da mulher, era de interesse das mulheres; suas percepções sobre o Programa de Saúde da Mulher, dentre outras dúvidas que permeavam a sua atuação àquela época.

Foi interessantíssima a abordagem que a gente fez. Eu fiz no turno da manhã e a Nara fez no turno da tarde [...] nós cobrimos todos os servidores da saúde, pensando um envolvimento em pleno processo de redemocratização, então [*está*] tudo muito ouriçado, ambientes muito estimulantes de participação. (COSTA, 2005a).

Assim, no dia marcado, Hildete Pereira de Melo foi ao Centro de Saúde Santa Rosa e, além de sanar as dúvidas dos profissionais, “fala de todos os desafios, fala na Comissão dos direitos reprodutivos da Assembleia que estava sendo montada” (COSTA, 2005a). É nesse encontro que Hildete Pereira de Melo convida Suely Gomes Costa para participar da Comissão dos Direitos Reprodutivos: “Vai lá, aparece! Nós vamos fazer um seminário de tomada de consciência sobre os problemas da mulher, da saúde da mulher. Aí trouxe um cartaz, um folder desse evento” (COSTA, 2005a).

O folder mencionado por Suely Gomes Costa é o mesmo compartilhado por ela em seu perfil do *facebook* há alguns anos e que trouxe para esta tese (ver figura 5) a fim de explicitar o quão significativo foi o Seminário Direitos da Reprodução, realizado na ALERJ, para a conquista dos direitos de saúde reprodutiva feminina; e o quão transformador foi para a própria Suely Gomes Costa. A partir da sua participação no Seminário Direitos da Reprodução, com incentivo e apoio do médico Cesar Macedo, da assistente social Nara Helena, de Hildete Pereira de Melo e de tantos outros profissionais do Centro de Saúde Santa Rosa, se desenvolve um grupo que, para além de somente promover a reflexão, possibilita a ação, que é a “linha da vida”.

2.1. Linha da vida: tecendo histórias nos atendimentos de saúde

A “linha da vida” se constitui como um espaço onde “se inter-relacionam, de um lado, os questionamentos, inquietações e experiências e, do outro, os conhecimentos, as investigações e a produção de estudos sobre as mulheres” (LIMA, 1988, p. 39). De acordo com o texto produzido pelo Seminário Direitos da Reprodução, a “linha da vida” surge da necessidade de se fugir de toda a rigidez que, muitas das vezes, permeava os debates políticos.

A Linha da Vida é o levantamento da ideologia de um grupo através da representação individual da vivência de cada participante – lembranças, fatos, experiências vividas e compartilhadas na infância, adolescência, juventude, maturidade, velhice – falando como se sentiu ou como sente a expectativa da primeira menstruação, concepção, gravidez/parto, gravidez/aborto e menopausa. (ALERJ, 1984, p. 6).

Nesse processo, problemas considerados individuais de determinadas mulheres são vistos com mais profundidade e, assim, é possível identificar as suas raízes sociais que, claramente, ultrapassam a individualidade de cada pessoa. Em suma, “a troca, com emoção de descobrir-se, semelhantes e diferentes” (ALERJ, 1984, p. 6). Ao se debruçar sobre a trajetória da “Linha da Vida” na cidade de Recife, em Pernambuco, Fabiana Moura Paulino (2017, p. 55) percebe que as suas entrevistadas apresentam “[...] falas que sugerem compreender que a vivência possibilita o ‘diálogo primordial’ através do qual cada participante entra em contato consigo para descobrir ‘quem sou’, como seu ‘eu’ se constitui no mundo”. Tal percepção de Paulino (2017) nos faz retornar à ideia de Grossi (1997, p. 15), apontada na introdução desta tese, de que “nunca é demais lembrar que só se encontra o outro, encontrando a si mesmo”.

Através da dinâmica de nos enxergarmos para além da nossa individualidade – percebendo o modo como transformamos o mundo e, de forma simultânea, somos transformados por ele –, creio que fora possível pensar políticas mais abrangentes como, por exemplo, o PAISM – que foi fruto de discussões no capítulo anterior. Dessa forma, “nos anos [19]80, as linhas se multiplicam no Brasil. Serve à busca de superação do Programa Materno-Infantil e à implantação do PAISM, em 1983, com base na perspectiva da integralidade das mulheres como sujeitos” (COSTA, 2006, p. 6). Nesse exercício, se percebe que as feministas, incentivadas por experiências vividas no exterior com a “linha da vida”, passam a realizar reuniões entre mulheres próximas e, prontamente,

essas experiências são deslocadas, por algumas profissionais de saúde, para seus ambientes de trabalho. Forja-se, assim, uma pedagogia experimental de

‘reflexão e ação’, de natureza informal, ao alcance de apenas mulheres próximas, conhecidas, mas que se desloca e multiplica em sucessivas formalizações por profissionais da área de saúde. (SILVA, 2015, p. 25).

Como vimos anteriormente, assim se deu o contato de Suely Gomes Costa com a “linha da vida” ao receber o convite da professora Hildete Pereira de Melo para participar do Seminário Direitos da Reprodução. Suely Gomes Costa, em entrevista para Silva (2015, p. 25) diz que “entrando nessa dinâmica, eu achei que essa era uma forma da gente não só reciclar, fazer treinamento de pessoal pra área de saúde reprodutiva, no posto de saúde, como também pegar alunos.” Já em entrevista para Lole (2021, p. 313), afirma:

Essa experiência me emocionou, eu terminei a oficina em lágrimas, foi a coisa mais importante da minha trajetória intelectual. Essa experiência da Linha da Vida a gente transferiu como metodologia cabendo dentro do CSSR¹⁰¹, fizemos Linhas da Vida, eu fiz mais de 200 reuniões nesse ano com mulheres, foi assim [um] boom.

Nesse ponto, é importante destacar o “efeito multiplicador” da “linha da vida”. O texto produzido pelo Seminário Direitos da Reprodução, sinaliza que “quatro trocam experiência da Linha da Vida com quarenta, as quarenta se preparam para trocar com quatrocentas” (ALERJ, 1984, p. 4). Por mulheres comporem um grupo heterogêneo, no entanto, tal dinâmica não foi unanimidade entre as mulheres que participavam dos movimentos feministas e de mulheres. É interessante pensar, no entanto, que é justamente essa heterogeneidade que enriquece a experiência da “linha da vida”. Assim, “quanto mais heterogêneo é o grupo quanto à idade, origem, cultura, profissão, mas rica se torna a troca” (ALERJ, 1984, p. 6).

Nesse aspecto, é preciso recordar que a própria Suely Gomes Costa resistiu aos feminismos em seus primeiros contatos com o movimento, a convite de Santinha. Assim, de acordo com Suely Gomes Costa, em alguns momentos, a resistência frente aos “grupos de reflexão” vinha, também, de mulheres. Em suas palavras:

Lembro-me, ainda, de muitas tensões vividas por mulheres, profissionais de saúde que, ao contrário desse médico [*Cesar Macedo*], negaram-se a participar, por exemplo, de dinâmicas de grupo peculiares aos chamados grupos de reflexão e ação – no caso, pedagogias feministas centradas na linha da vida de cada um (COSTA, 2009) – por não terem sido “treinadas para falar de si”, mas apenas “para ouvir e falar do outro”. (COSTA, 2010, p. 3).

Acredito que esse é um reflexo da socialização feminina na nossa cultura machista e patriarcal. Nós, mulheres, somos incentivadas a voltarmos a nossa atenção para o outro, na maioria das vezes homens; logo, dedicar tempo para falarmos de nós mesmas é um

¹⁰¹ Centro de Saúde Santa Rosa

exercício árduo, talvez até mesmo doloroso. O fato é que “a linha da vida, como pedagogia emancipatória, é empregada e propagada por alunos e profissionais do Centro de Saúde, engendrando um efeito multiplicador de muitas iniciativas”, pois faz “surgir a voz da mulher, falando de si, dos seus mistérios pessoais e da vivência de sua capacidade reprodutiva” (ALERJ, 1984, p. 4).

Sobre a sua primeira experiência com a Linha da Vida, Suely Gomes Costa ainda aponta:

Tomar consciência do próprio corpo da gente controlado, tomar consciência de que a gente não fala sobre os assuntos [...] aí eu entendi por que eu não gostava de acompanhar a Santinha, quer dizer, eu tinha um mecanismo de defesa pra não enxergar o masculino nessa época. (COSTA, 2005a).

Em entrevista à Ana Lole (2021, p. 313), Suely Gomes Costa diz que no Centro de Saúde Santa Rosa conseguiram implantar o PAISM se tornando, naquele período, “um Centro de Referência para treinamento de recursos humanos, [passando] a treinar gente para o PAISM em todas as regiões do estado.” Aqui, mais uma vez, aponto o caráter inovador das medidas adotadas na cidade de Niterói, muito por influência de professoras e professores da UFF.

Além do trabalho com profissionais da área da saúde, também se trabalhou com a educação básica – com o auxílio, além de profissionais já formados, com estudantes de graduação em formação. Ao falar de sua experiência com o Programa de Saúde Escolar realizado na Escola Leopoldo Fróes, Suely Gomes Costa diz:

eu fiquei com um grupo de jovens [...] entre 6ª, 7ª e 8ª série, quatro períodos com o mesmo grupinho, montamos uma peça de teatro, levamos essa peça para Assembleia [ALERJ] e para vários lugares que estavam discutindo os direitos reprodutivos, porque aí o que estava em debate não era planejamento familiar, eram os direitos reprodutivos. (LOLE, 2021, p. 313).

Na experiência com a educação básica, Suely Gomes Costa e as profissionais, estudantes, pesquisadoras e pesquisadores que a acompanhavam desenvolviam “com os alunos debates sobre a sexualidade e sobre os assuntos tidos como ‘proibidos’” (SILVA, 2015, p. 78). Se a sexualidade, por muitos, ainda é um tema considerado “proibido” atualmente, o fato dessa equipe discutir com crianças essa temática, há quatro décadas, era revolucionário. Em uma publicação de Suely Gomes Costa, na sua página do *facebook*, percebemos como tal trabalho deixou marcas permanentes em quem dela participou.

Outro dia, recebi um abraço inesperado de alguém na rua Moreira Cesar, lugar onde todo mundo se encontra... É, ternamente, esse belo homem me disse com

carinho: ‘Oi, Suely! Não me esqueço nunca daquela experiência com as crianças do Grupo Escolar no Largo da Batalha... Foi a melhor experiência que vivi de educação em saúde!’ Ele era então médico-residente e como nos ajudou!...Valeu!¹⁰²

A relevância de se levar tais discussões sobre a reprodução e a sexualidade para um espaço educacional está no fato de que “filho, culturalmente, é um problema da mulher. O engravidar, o deixar de engravidar, o criar, o parir, é tudo no corpo da mulher” (SILVA, 2015, p. 48). Logo, inserir homens, especialmente ainda meninos, nesse debate é fundamental para avançarmos na construção de uma relação de igualdade entre as mulheres e os homens.

De modo concomitante, inegavelmente, como diz Martha Zanetti em entrevista para Silva (2015, p. 41), “o encontro com outras mulheres é sempre um exercício, uma prática de liberdade [...] a linha da vida permite um ideal de encontro, a troca, com a emoção de descobrir-se, semelhantes e diferentes”. Sobre a sua experiência com a linha da vida no Centro de Saúde Santa Rosa, Suely Gomes Costa diz:

Nessa experiência da linha da vida, criava novos núcleos de tomada de consciência sobre o ser feminino, aí a ideia de rede de multiplicação, mas era isso [...] o homem que te maltratava, o homem que te controla, [...] essa coisa maniqueísta que é desse tempo [...] então eu jamais ia ver o homem na reprodução, não tinha condição. A minha experiência é essa. (COSTA, 2005a).

Dentro desse parâmetro, não podemos ser ingênuas de pensar que a “linha da vida” possui respostas para tudo, porque:

Embora as Linhas da Vida tenham se institucionalizado como prática inovadora dentro do espaço da saúde, reunindo inúmeros sujeitos ao redor de práticas mais simétricas entre usuários e servidores, ela estaria, ‘despercebidamente’, contrariando os novos estudos de gênero que surgem. (SILVA, 2015, p. 75-76).

É importante recordar que, à época, nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de gênero fora se popularizando dentro dos movimentos feministas, inclusive no meio acadêmico, superando os estigmas que envolvem o sexo biológico dos sujeitos. Suely Gomes Costa (2009), nesse sentido, diz que as oficinas de linha da vida” surgem como inovadoras, ao reunir as mulheres em torno das nossas especificidades biológicas, mas gradualmente essa “chama” inicial vai se apagando, por compreender que a problemática é mais complexa. A questão é que, ao focar no que as mulheres cisgênero biologicamente têm em comum, como possuir uma vagina e um mesmo sistema reprodutor, as desigualdades e as diferenças existentes entre as mulheres correm o risco de serem

¹⁰² Texto compartilhado por Suely Gomes Costa em seu perfil do facebook em 26 de setembro de 2015.

ocultadas, invisibilizadas. Nesse sentido, Suely Gomes Costa (2011) observa que os feminismos são responsáveis por:

um notável processo de tomada de consciência das mulheres sobre si e sobre seus lugares de sofrimentos, promovendo deslocamentos políticos, revigorados em lutas e conquistas. Mas as mulheres, ao se juntarem, também exibiram seus poderes, suas hierarquias por posição de classes, por cor de pele e graus de instrução, por geração, forjadas em tradições políticas [...] (COSTA, 2011, p. 107).

Assim, para a professora, “embora adotadas como pedagogia de tomada de consciência de uma dada condição feminina, as oficinas – as linhas da vida – davam sustentação à sororidade e à visão de essencialidade feminina, atributo universal de viés biológico, ocultando desigualdades.” (COSTA, 2002, p. 316). E é a pluralidade do “ser mulher” que defendo nesta tese, desde o seu primeiro parágrafo. Suely Gomes Costa, ao tomar consciência da necessidade de se colocar holofotes nas diferenças entre as mulheres, cria o conceito de “maternidade transferida”. Para ela:

A noção de maternidade transferida dá visibilidade a nexos políticos, econômicos e sociais de práticas do cotidiano doméstico. Abordagens microssocietárias tornam visível que, nas regiões de assalariamento tardio, como no Brasil, a produção doméstica de famílias organiza diversos modos informais de sobrevivência. (COSTA, 2002, p. 307).

A meu ver, “maternidade transferida” é um conceito que visibiliza que as diferenças, sobretudo as diferenças raciais e de classe, entre as mulheres sejam reconhecidas. Creio que, quando falamos das “saídas” femininas para o mundo público, estamos falando, muitas das vezes, do processo de mulheres brancas adentrarem o mundo público enquanto uma mulher negra assume os seus deveres domésticos. Em entrevista à Almeida e Lole (2016, p. 387), Suely Gomes Costa aponta que parte dessas inquietações surgiram a refletir sobre a sua própria vida. Ao evocar memórias sobre a sua mãe, mãe de oito filhos, diz que:

ela também olhava em volta e vivia as dificuldades das mulheres que a apoiavam: eram todas dependentes de mais mulheres... Essa percepção emerge da minha própria história de vida. Ela ganhará, assim, uma dimensão conceitual. Daí, creio, ter sido o conceito formulado: percebi que ele correspondia a uma regularidade histórica de longa duração. Pude desnaturalizar, penso eu, um dado costume de longa duração histórica e desvendar algumas de suas peculiaridades: para que algumas mulheres ganhassem autonomia em relação aos afazeres domésticos ou aos deslocamentos para espaços fora de suas casas – fosse em atividade privada, fosse pública – era preciso que uma enorme quantidade de outras mulheres trabalhassem para elas, fosse mediante pagamento ou favores e, sempre no espaço doméstico, num outro que não o de suas casas... Esse tipo de trabalho doméstico se assenta, também claramente, no estatuto da nossa experiência escravista.

Suely Gomes Costa é categórica ao afirmar que as oficinas de “linha da vida” nem sempre foram capazes de romper silêncios, no entanto, foram importantes “como impulso das mulheres para tomada de consciência e para verificar que seus sofrimentos não eram tão isolados” (SILVA, 2015, p. 77). Além disso, inegavelmente é uma importante ferramenta para se iniciar debates que questionam as representações femininas que aparecem nos programas de saúde materno-infantil; que enxergam as mulheres através da identidade de mãe e reprodutora. Afinal, os grupos de reflexão possibilitaram que a chama da movimentação feminista permanecesse acesa. Suely Gomes Costa, em uma reflexão saudosista, diz:

Grupos de mulheres – de reflexão e ação –, modos novos de fazer política [...] através de uma metodologia centrada na sexualidade feminina, a linha da vida, associam mulheres diferentes em rede. Neles, depoimentos feitos em grupos de mais ou menos dez mulheres, mais curtos ou mais longos, cercados de sofrimentos e de prazer, engrossam histórias de corpos femininos em seus experimentos de sexualidade e oferecem orientações de lutas por direitos, em especial dos reprodutivos e sexuais, e busca de políticas centradas em vidas de mulheres. (COSTA, 2007b, p. 36).

A verdade é que qualquer metodologia, seja de natureza qualitativa ou quantitativa, possui as suas limitações e, por isso, tendemos a utilizar uma combinação de métodos no desenvolvimento de nossas pesquisas. Outro ponto importante de ser levantado é que a “linha da vida” é produto da época em que foi planejada e realizada. Quero dizer, na década de 1980, com os estudos de gênero ainda embrionários e emergentes, não poderíamos exigir uma metodologia que atenda todos os avanços teóricos que temos no campo do gênero hoje, em 2023. Seria anacrônico e, novamente, seria injusto com as mulheres que, bravamente, nos antecederam nas lutas dos movimentos feministas e de mulheres.

Isto posto, é notável que a metodologia da “linha da vida” também possui os seus limites epistemológicos. À época de sua concepção,

constata-se uma mudança qualitativa nos estudos, que buscam compreender aspectos ligados à sexualidade no contexto de relações de gênero desiguais e hierárquicas, em que as mulheres ocupam o pólo dominado. Essas novas abordagens vêm, pouco a pouco, substituindo o tradicionalmente hegemônico enfoque materno-infantil, marcado pelo interesse primordial pela saúde das crianças. (AQUINO; ARAÚJO; MARINHO, 1999, p. 188).

Marcia Moreira, enfermeira entrevistada por Silva (2015, p. 50), conta que o desenvolvimento das oficinas da linha da vida não era “premeditado” pelos profissionais que as conduzia; eram guiadas por quem participava dos grupos. Em consonância, no texto do Seminário dos Direitos da Reprodução (ALERJ, 1984, p. 6), apreendemos que:

O grupo, nesse caso, tem tempo para desdobrar o material levantado e enriquecê-lo conforme seu interesse e criatividade. Não se fecham questões, tudo é vivido de forma a permitir que cada grupo imprima o rumo e o ritmo próprios de seu processo de conhecimento.

Para Suely Gomes Costa (2010, p. 4):

Centrados nas nossas memórias feministas, depoimentos selecionados, de vários modos, parecem seguir um modelo narrativo que, num mesmo fio condutor, expressam emoções e sentimentos dados sempre como largamente partilhados e com os mesmos significados. No âmbito das lutas por direitos reprodutivos, dissensões entre pessoas e grupos nem sempre aparecem com nitidez.

Assim, ela ainda diz que “é hora de afiar nossos sentidos e produzir uma história que traga as contradições com que essa experiência tem sido feita” e, na minha perspectiva, parte do processo de aguçar os nossos sentidos acontece quando, além de estudarmos como o “gênero” atravessa as mulheres, também nos dedicamos a compreender como os estereótipos sociais de feminilidade e masculinidade afetam os homens. Decorre desse entendimento a iniciativa de Suely Gomes Costa de permitir a participação masculina no grupo de linha de vida do Centro de Saúde Santa Rosa: se trata do médico da instituição, aliado ao movimento feminista, Cesar Macedo. A professora relembra:

Eu tenho uma linha da vida que tem um único homem, que é o Cesar [...] Foi muito interessante e foi estranhíssimo o Cesar estar presente, que é o Diretor do Posto de Saúde [...] ele quis participar, ele era uma pessoa que rompia tudo que era iconoclasta e disse assim: “Não, eu vou entrar nesse negócio, nesse jogo de você que faz tanto sucesso!”. Ele participou, eu tenho [...] o depoimento dele, os depoimentos da infância, a perspectiva da velhice, então eu vi que eu quero uma fala masculina dentro do meu grupo de mulheres. Foi muito bom [...] não inibiu, não teve problema nenhum, foi tudo muito ótimo. Ele é uma pessoa muito solta e estimulou muito a fala das pessoas. (COSTA, 2005a).

Nos nossos encontros e desencontros, construímos uma colcha de retalhos composta de memórias e realidades distintas e, para a sua confecção, as vivências das mulheres e dos homens constituem fios essenciais. O Seminário Direitos da Reprodução, já mencionado aqui, foi importante na defesa de que “também aos homens é preciso interessar sobre sua sexualidade e sua relação com a reprodução” (ALERJ, 1984, p. 5).

Em entrevista para Silva (2015, p. 51), César Macedo, que exercia o cargo de Diretor do Centro de Saúde Santa Rosa, avalia a importância do entrelaçamento das “linhas” delineadas pelas mulheres e pelos homens, de forma concomitante nas dinâmicas da “linha da vida”:

Era muito interessante, primeiro, porque era o contraponto homem/mulher. Nós temos histórias de vida diferentes, embora nós vivamos em circunstâncias supostamente parecidas. A história de vida do homem é diferente da história de vida da mulher, o mundo masculino é diferente do mundo feminino. Ocupamos o mesmo território, mas com representações sociais absolutamente diferentes, e, quando você discute isso em um grupo, essas coisas vão aparecendo.

Compreendo que essa é uma perspectiva capaz de transformar as estruturas sociais, porque para que os direitos destinados às ditas “minorias sociais” sejam conquistados, deve-se haver, também, um processo de reconhecimento dos privilégios concedidos aos grupos dominantes. Para tanto, na luta antirracista, por exemplo, a branquitude deve reconhecer os privilégios que a estrutura racista a concede e, a partir desse reconhecimento, deve negá-los (Cf. CARVALHO, 2022).

Isto posto, para que os direitos reprodutivos das mulheres sejam validados socialmente, é preciso que as mulheres sejam vistas como sujeitos de direitos, não como um mero órgão reprodutor; creio que, para isso, também é necessário que os homens se conscientizem sobre o modo que a sua masculinidade tende a desumanizar (e objetificar) as mulheres. Isto é, são movimentos que devem ocorrer de forma simultânea. Nesse ponto, se depara com um impasse: como fazer os homens tomarem consciência do modo como a construção de suas masculinidades impactam a saúde sexual e reprodutiva feminina se não estão incluídos nos atendimentos de planejamento familiar? É urgente pensar as masculinidades.

De acordo com Lole (2021, p. 312), Suely Gomes Costa atuou, na qualidade de professora efetiva da Escola de Serviço Social da UFF, no Centro de Saúde Santa Rosa no período de março de 1984 a dezembro de 1987, quando saiu para finalizar sua dissertação de mestrado em História na UFF. Sua dissertação intitulada “Pau-para-toda-obra. Subsídios para o estudo do processo de subordinação do trabalho. A matriz de qualificação da mão-de-obra do sistema fabril. (Brasil: séc. XVI a XIX)”, foi defendida em 1988, sob orientação da professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo.

Na Homenagem de Vida, escrita por Lole (2021, p. 314), Suely Gomes Costa diz que na sua dissertação trabalha “com o Brasil Colônia, [...] com a importância da subsistência, o trabalho da subsistência e o trabalho das mulheres na subsistência brasileira em todas as regiões do país”. Para a professora, a “[...] dissertação em História Econômica [estava] muito impregnada pelo marxismo [...], sobre os estudos da reprodução, que são estudos que convergem para os estudos da reprodução humana”.

Suely Gomes Costa diz que não teve tempo para mudar a temática de sua dissertação para o debate da saúde da mulher, contudo acreditava que os estudos sobre reprodução dialogavam com as temáticas que, neste momento, ela se aproximava.

Neste período, segundo Lole (2021, p. 314), a Escola de Serviço Social da UFF – que ocupava o prédio da Rua Almirante Teffé, s/nº, esquina com a Rua 15 de Novembro, no Centro de Niterói – estava de mudança para o campus do Gragoatá, onde funciona até hoje. Neste momento Suely Gomes Costa é convidada para tratar uma documentação encontrada na Escola, em virtude da mudança de espaço físico, já que ela havia acabado de defender seu mestrado em História.

Suely Gomes Costa, como relata Lole (2021, p. 315), “juntamente com as professoras Leila Alonso Gomes e Gleide Carolina Indio criaram o Centro de Referência Documental (CRD), hoje localizado junto ao Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS), ambos em 1988”¹⁰³. Nestes espaços, as professoras passaram a tratar toda a documentação, e é a partir desta documentação que Suely Gomes Costa escreve sua tese para o concurso de Professora Titular, defendida em abril 1994.¹⁰⁴

Muito envolvida pela experiência vivida no Centro de Saúde Santa Rosa (CSSR) e pelas pesquisas do acervo documental da ESS/UFF, Suely Gomes Costa vai no ano de 1992, conforme retrata Lole (2021, p. 316), ingressar no Curso de Doutorado em História, também na UFF, sob orientação da professora Rachel Soihet. Defende sua tese de doutorado, “Metáforas do tempo e do espaço doméstico. Rio de Janeiro: Século XIX”, no ano de 1996; e segundo ela: “A minha tomada de consciência de gênero vai se dar, de uma forma mais consolidada em texto e tal com a minha tese de doutorado. [...] essas coisas não se resolvem do dia para noite”.

Vinicius de Moraes já dizia que “a vida é a arte dos encontros, embora haja tanto desencontro pela vida”¹⁰⁵ e, dessa forma, o encontro entre Suely Gomes Costa e Rachel Soihet é de extrema importância para Suely Gomes Costa amadurecer as suas reflexões

¹⁰³ De acordo com Freitas; Almeida e Lole (2018, pp. 25-26), “a criação do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS) sob a coordenação da professora Suely Gomes Costa vai desembocar, principalmente, a partir dos anos 1990 numa grande produção de pesquisas que dialogam diretamente com os estudos de gênero, envolvendo as professoras Cenira Duarte Braga, Rita de Cássia Santos Freitas e Nivia Valença Barros”.

¹⁰⁴ Segundo Lole (2021, p. 311), a tese de Professora Titular de Suely Gomes Costa era intitulada “Signos em transformação (Serviço Social: a dialética de uma cultura profissional em cinco ensaios)”, e que no ano de 1995 foi publicada pela Cortez Editora com o título “Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional” (Cf. COSTA, 1995).

¹⁰⁵ Trecho da canção “Samba da benção”, de Vinicius de Moraes.

acerca da temática do gênero e feminismos. Vimos que através dos convites de Hildete Pereira de Melo e de Maria do Espírito Santo Tavares, a “Santinha”, a protagonista dessa tese viu uma porta se abrir para os feminismos – algo que pensava não a interessar, à época. Com Rachel Soihet, amiga, historiadora e feminista, Suely Gomes Costa foi incentivada a imprimir em seus trabalhos acadêmicos as suas perspectivas feministas que vão de encontro à neutralidade cultuada no meio acadêmico, conforme visto em Louro (1997).

Suely Gomes Costa (2004, p. 31) relembra que Rachel Soihet, “por 30 anos consecutivos, insiste com temas de pesquisa como história das mulheres, relações de gênero, corpo e sexualidade, todos inaugurados por ela nesse curso [de História UFF]”. Embora encontrasse resistência à inserção da temática dos estudos de gênero na grade disciplinar do curso de História, Rachel Soihet criou mecanismos para ter as suas propostas de disciplinas aceitas:

Para vencer resistências a conteúdos sobre história das mulheres e relações de gênero, [Rachel Soieht] lembra quantas vezes, na oferta de uma disciplina no campo da história cultural, se vê obrigada a introduzir, nos tópicos de interesse do curso, itens pertinentes a tais conteúdos, sem enunciá-los. Nessa forma de transgredir, esgarça recortes de estudos convencionais em história. (COSTA, 2004, p. 31).

Todo o esforço empregado por Rachel Soieht não fora em vão, pois em sua trajetória encontrou mulheres que multiplicaram os seus esforços, dando continuidade ao debate de gênero, feminismos e história das mulheres dentro da Universidade. Em entrevista à Suely Gomes Costa (2004, p. 31), a professora diz: “Na pós-graduação, eu consegui dar alguns cursos... nós conseguimos. Quando você, Elza Deli e [...] outras pessoas [...] estavam fazendo tese, [houve] continuidade”.

Diante dessa conjuntura, Suely Gomes Costa também avalia que os estudos de gênero e histórias das mulheres vêm ganhando maior espaço dentro dos espaços acadêmicos:

A pesquisa sobre a história das mulheres na historiografia ganhou incrementos; a didática da história das mulheres e do gênero alargou seu espaço. Colóquios se multiplicaram. Teses são numerosas. É gratificante verificar que esse domínio responde a uma demanda de interesse social, vinda da mídia inclusive. (COSTA, 2011, p. 110).

Assim, do encontro de Suely Gomes Costa com Rachel Soihet, nasce a tese de doutorado de Suely, defendida em 1996, que aborda, em suas palavras:

sobre o cotidiano doméstico e sob uma tensão que acompanha esse cotidiano que é o uso do tempo feminino, [...] é sobre o uso do tempo que é o lugar de tensões nessa saída das mulheres para o espaço público, que é uma tensão que eu vivia na minha própria vida (COSTA, 2005a).

E é no retorno da Suely Gomes Costa após a conclusão do doutorado, em 1996, que ela vai atuar no Hospital Universitário Antonio Pedro. O que veremos no próximo item.

3. O Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP) e compreensão de que a saúde reprodutiva também diz respeito às masculinidades

Ao se reconhecer feminista, Suely Gomes Costa se empenhou em levar os seus conhecimentos e ideários, disruptivos à época, para as instituições em que atuava. O movimento que vimos nas páginas anteriores, descrito de forma breve, foi: Suely Gomes Costa passou por um processo reflexivo em que, simultaneamente, questionou os papéis de gênero e, assim, o seu próprio papel na sociedade. Após um longo processo, reconheceu-se feminista – impactando as instituições em que trabalhava, como a ESS/UFF e o Centro de Saúde Santa Rosa.

Assim, sobre o final da década de 1980, nas palavras de nossa protagonista: “Eu passei a formar uma biblioteca sobre mulheres, fui fazer doutorado discutindo feminismo e passei a lecionar uma matéria de gênero na Escola [ESS/UFF]” (COSTA, 2005a). Nesse período, recorda da sua parceria com Suely Souza de Almeida: “Eu e ela [Suely Almeida] [...] promovemos dentro da Escola [ESS/UFF] uma série de iniciativas ligadas com os gêneros, mas a Suely foi trabalhar com violência e eu com saúde” (COSTA, 2005a).

Os anos passaram e o alcance de sua atuação também se expandiu: na década de 1990, o Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP) também foi um dos locais em que Suely Gomes Costa mostrou ser possível alinhar a política de saúde às perspectivas feministas. Quando concluiu o seu doutorado, no ano de 1996, Suely Gomes Costa vai para o Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP). Sobre a sua ida ao HUAP, ela relembra:

Pra onde que eu vou? Qual era o programa? Eu não suporto [...] lidar com morte, é uma limitação minha, então a primeira coisa que eu quis ver, “tomar pé”, foi a situação do PAISM dentro do Hospital [HUAP]. Eu fiquei horrorizada [...] eles trabalhavam ainda com o Programa de Assistência Materno Infantil [...] é como se o tempo tivesse parado dentro do HUAP. (COSTA, 2005a).

Ao se deparar com uma realidade conservadora, que pensava já ter sido superada nas instituições de saúde, Suely Gomes Gosta afirma ter percebido que “ninguém nunca tinha ouvido falar do PAISM” (COSTA, 2005a) no HUAP. Ainda sobre suas percepções ao chegar ao HUAP, em sua publicação “Bioética, cidadania e direitos reprodutivos”, Suely Gomes Costa sinaliza:

alguns profissionais desse hospital, envolvidos na área do planejamento familiar, nada conheciam da agenda desse programa [...] As preocupações enunciadas pelo PAISM – apropriadas pela administração de saúde como um conjunto de ações de “atenção primária” – não se incluem no quadro das complexidades do HUAP (COSTA, 2005c, p. 126).

Nesse imbróglio, a professora diz em entrevista à Ana Lole: “comecei a ver o ciclo corporal... todo ele [...] então várias formas de violência, sendo cometidas contra a mulher” (COSTA, 2005a). Dentre as violências, se percebe o campo de ação do PAISM fragmentado em especializações médicas, “revelando muito das precariedades dessa experiência e a negação de direitos reprodutivos” (COSTA, 2005a, p. 126).

Nesse momento, Suely Gomes Costa percebeu que a avaliação do PAISM era urgente. Assim:

Entre 1996 e 1998, eu trabalhei com uma série de avaliação do PAISM, todos os meus trabalhos com os alunos, de levantamento do sistema de referência, contrarreferência, de como é que está o PAISM, maternidade segura, tudo ligado à avaliação do Programa, do que seria o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (COSTA, 2005a).

Ao identificar as falhas na condução do PAISM no HUAP, Suely Gomes Costa tomou a iniciativa de transformar a sua sala dentro do hospital como uma sala de aula, a fim de orientar assistentes sociais e enfermeiras sobre os conhecimentos que detinha acerca da melhor forma de se conduzir o atendimento às mulheres. Assim, a partir do entendimento de que para compreender a complexidade da saúde reprodutiva se faz necessária a participação de toda a categoria de profissionais de saúde – cada profissão contribuindo com o que lhe compete –, é importante salientar que as questões do Planejamento Familiar no HUAP eram abordadas através de uma equipe interdisciplinar.

As disciplinas que irão compor a abordagem interdisciplinar, de acordo com Previatti, Lobo e Pereira (2013, p. 181) são definidas pelo “próprio objeto, a partir da sua complexidade”. Assim, o trabalho interdisciplinar não pode ser visto como “[...] uma camisa de força para juntar pessoas, e nem para acomodar interesses [...]” (MINAYO, 2010, p. 436). Ao identificar uma problemática em comum, o trabalho interdisciplinar “reforça a importância de mecanismos grupais e institucionais na democratização da

gestão dos serviços e na produção do cuidado” (PREVIATTI; LOBO; PEREIRA, 2013, p. 181).

No que se refere às problemáticas da saúde reprodutiva, é perceptível que essa é uma questão que perpassa diversas áreas da vida dos sujeitos sociais – sobretudo, das mulheres. Como exemplo, cito a maternidade. Da gestação à criação dos filhos, a mulher necessita de uma rede de apoio multiprofissional para que, neste processo, não seja reduzida às suas características biológicas. Digo isso porque, frequentemente, ao se tornar “mãe”, se ignora o fato de que a “mãe” ainda é um sujeito com direitos, percepções próprias, desejos, enfim, existe para além da maternidade. Fruto desse entendimento, Suely Gomes Costa realiza, no HUAP, um seminário para falar sobre maternidade segura: “Então eu fiz um grande seminário sobre maternidade segura no Hospital, avaliando, entrei em contato com a Tisuko¹⁰⁶, retomei todos os contatos com o movimento feminista, agora na defesa de uma maternidade segura” (COSTA, 2005a).

Concomitantemente, Suely Gomes Costa produz o texto “A produção social do alto risco e impactos sobre a saúde da mulher” (1997), para o Dossiê Mulher, cujo objetivo “é chamar atenção para procedimentos que ampliam e, em dadas circunstâncias, produzem as situações de alto risco vividas pelas mulheres no ciclo grávido-puerperal e no trato das ocorrências ginecológicas no HUAP” (COSTA, 1997, p. 1). Nesse processo, ela diz que retomar o contato com o movimento feminista foi importante, porque:

Você não tinha mais o movimento de grupo que você tinha na década de 1980, não tinha. Você tinha hoje, na década de 1990, as mulheres feministas organizadas em ONGs, [...] estão na estrutura organizacional da saúde tocando projetos, fazendo mais ou menos o que eu estava fazendo (COSTA, 2005a).

Suely Gomes Costa (2009) percebe essa dissipação do movimento feminista, na década de 1990, como uma “sororidade interrompida”. Tal sensação de “suspensão” de um movimento, outrora muito latente, deriva do fato de que, se na segunda onda feminista o que unia as mulheres eram as vivências de gênero partilhadas por todas; na terceira onda, as desigualdades entre as próprias mulheres são visualizadas. A sororidade “[...] não impede que a tomada de consciência sobre as desigualdades entre mulheres, entre

¹⁰⁶ De acordo com Lole (2021, p. 317), “Tisuko Shiraiwa, médica sanitária. Coordenou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, no período de 1995 a 2004, e o Comitê Estadual de Prevenção e Controle da Morte Materna e Perinatal, no período de 2005 a 2015”.

homens e entre mulheres e homens, nas diferentes experiências humanas, prossiga.” (Costa, 2009, p. 21). Assim:

Se, antes, a “sororidade” presumida havia mobilizado mulheres, desiguais entre si, na busca de igualdade de direitos, já nos anos 90, entre nós, essa mesma sororidade se mostra, como nos EUA, interrompida. Desigualdades, cada vez mais patentes em usos e costumes comuns, permitiram, sem resistência, a consolidação de nosso desigual sistema de saúde, de previdência e de assistência, e muitos são os silêncios em torno delas. (COSTA, 2009, p. 22).

Como Suely Gomes Costa (2009) nota, as pluralidades femininas são nitidamente reconhecidas a partir da terceira onda dos feminismos e, claro, isso causa impactos estruturais ao movimento. Nas reflexões de Joana Maria Pedro e Marisa Barletto (2019, p. 4):

Assim, se o feminismo foi pensado no plural, devido aos diversos grupos, com diversificadas posições políticas, esta pluralidade continua se ampliando e se aprofundando. Essa pluralidade de posicionamentos expressa, muitas vezes, as profundas desigualdades entre as mulheres no que tange aos seus pertencimentos de classe, de raça/etnia, sexualidade, geracional e de localidade geopolítica.

É importante recordar, no entanto, que “as lutas com base na diferença não foram vãs” (COSTA, 2007b, p. 43). O conceito de “maternidade transferida”, cunhado pela própria Suely Gomes Costa (2002), surge a partir da compreensão das diferenças de classe e raça que existem entre as mulheres, inclusive. É interessante pensar que quando Suely Gomes Costa diz que as feministas estavam “[...] fazendo mais ou menos o que eu estava fazendo” (COSTA, 2005a), ela também se reconhece nesse lugar de uma profissional feminista que, embora leve os feminismos para os seus trabalhos, perdeu o hábito de se reunir com frequência com outras feministas para discutir quais pautas e bandeiras políticas o movimento defenderia no momento.

Tal período de “maré baixa”, em que as ondas feministas não se mostram tão intensas, é percebido também no trabalho de Paulino (2017). A assistente social, em sua dissertação de mestrado, ao entrevistar mulheres que participaram da metodologia da “Linha da vida” na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, nota que toda a movimentação feminina, antes latente, fica “abandonada” na década de 1990. Uma de suas entrevistadas, Carmen Silva, diz:

Eu acho que grupos de autoconsciência que utilizam a mesma metodologia da Linha da Vida ou outras metodologias assim durante a década de [19]90 no movimento feminista, elas foram muito abandonadas [...]. Eu acho que a década de [19]90 é uma década muito difícil, para o movimento feminista. Em termos de movimento. É uma década de crescimento de muitas ONGS e muitos projetos sociais, com mulheres, mas de pouca movimentação. (PAULINO, 2017, p. 53).

Pedro e Barletto (2019, p. 8), ao citarem Maria da Gloria Gohn, dizem que “o ‘verdadeiro’ movimento de mulheres e feministas teria refluído porque as manifestações desapareceram.” Ao atuarem nas Organizações Não Governamentais (ONGs), as mulheres deixam de atuar como pertencentes aos feminismos, pois as “novas ONGs não são movimentos sociais, são organizações sociais institucionalizadas que trabalham com mulheres. Suas matrizes discursivas não centralizam as mulheres das classes populares para trabalhos de conscientização, políticas equitativas, etc.” (GOHN, 2007, p. 52).

Entendo que esse é um movimento característico da “terceira onda”, onde, como Suely Gomes Costa afirma, “as questões feministas se veem diante de mulheres diferentes e desiguais” (COSTA, 2009, p. 23). Os problemas das desigualdades não estavam superados¹⁰⁷, é claro, infelizmente persistem até hoje, em 2023; no entanto, na década de 1990, já tínhamos uma política mais sensível às necessidades das mulheres. Nesse ponto, há de se entender os direitos enquanto processos, como propõe Joaquín Herrera Flores (2009), porque a existência de uma legislação atenta às necessidades das mulheres não significa que tais direitos serão materializados de fato: a luta precisa ser constante. Isto posto, nesse imbróglio, Suely Gomes Costa (1997, p. 2), ao avaliar o PAISM dentro do HUAP, percebe:

[...] algumas [ocorrências] contribuem para permanentes transgressões de dispositivos éticos das várias profissões envolvidas com a saúde da mulher e, até mesmo para a negação de direitos humanos, levando a experiências profissionais cotidianas tensas e estressantes.

Como se aprendeu em momentos anteriores, ao “saírem” (PERROT, 1991) para o mundo público, as mulheres ocuparam espaços antes destinados apenas aos homens e, dessa forma, conseguiram transformar a realidade social. Como exemplo disso:

Nas eleições de 1986, os 23 Estados, o Distrito Federal e os dois territórios que compunham a Federação elegeram 536 constituintes, 487 para a Câmara dos Deputados e 49 para o Senado Federal. Foi um pleito histórico: 26 mulheres foram eleitas para compor a Constituinte – todas para a Câmara dos Deputados, nenhuma para o Senado Federal. (SOUZA, s.d, p. 3).

Conforme vimos através das reflexões de Suely Gomes Costa (1997), aliado ao número ínfimo de mulheres eleitas aos cargos políticos, é verdade que a década de 1990 ainda era um espaço distante da igualdade de gênero e de raça. É notável que os homens

¹⁰⁷ Com essa afirmação, me remeto ao fato de que, ainda hoje, mulheres ainda tendem a receber salários menores que os homens, ainda que realizem a mesma função; a maternidade ainda é considerada uma prerrogativa feminina; o ambiente doméstico persiste como um espaço a ser gerido por mulheres, etc.

brancos e cis predominavam o ambiente político, assim como também detinham o poder, como já afirmei anteriormente, na área da saúde.

No entanto, em termos políticos, como diz Hildete Pereira de Melo (2021), esses espaços de poder foram conquistados “aos trancos e barrancos, porque a política não era lugar de mulher”. Assim, uma das mulheres eleitas foi Benedita da Silva – uma mulher negra e assistente social – que, como se sabe acerca da estrutura hierárquica da sociedade, é reservada a um estado de múltiplos estigmas. Ouçamos as lembranças de Hildete Pereira de Melo:

A Benedita [...] furou o bloqueio, e a Benedita é uma figura muito importante. A vida parlamentar da Benedita, eu sou uma testemunha dela em todo o percurso. É muito intenso, a Benedita nunca “negou fogo”, quer dizer, com relação à questão das mulheres e do movimento negro, entendeu? (MELO, 2021).

“Nunca negar fogo” é uma característica das mulheres feministas à época. Com isso quero dizer que, embora essas mulheres ativas nos feminismos fossem ocupando outros espaços, as pautas dos movimentos que representavam eram carregadas consigo, não eram esquecidas. Exemplo disso é o fato de que, mesmo após sua aposentadoria da ESS/UFF, em 1998, Suely Gomes Costa retorna ao HUAP – dessa vez, enquanto pesquisadora, com o projeto de pesquisa intitulado “Saúde Reprodutiva e Cidadania”.¹⁰⁸

Eu me aposento sem minha bolsa [de pesquisa], a bolsa que eu tinha pedido ao CNPq. Resultado: eu volto pro [Hospital Universitário] Antonio Pedro [...] volto com quotas de iniciação científica, com bolsas, porque esse tempo todo eu tive bolsistas de iniciação, bolsistas de extensão. (COSTA, 2005a).

Ana Lole (2021, p. 317) recorda: “Eu fui uma bolsista de Suely de iniciação científica neste Projeto ‘Saúde Reprodutiva e Cidadania’, e todas nós realizávamos pesquisa e extensão nas Salas de Planejamento Familiar”. Ela ainda diz que a pesquisa não transcorreu sem percalços. Assim:

[...] encontramos diversas dificuldades em obter informações acerca da inserção do masculino nas práticas de reprodução. A falta de estudos sobre a participação dos homens na esfera da reprodução e, principalmente, sobre o movimento de transformação que vem ocorrendo neste universo, põe-se como um obstáculo a ser vencido e revela o quanto este é um campo ainda a ser explorado. (LOLE, 2004, p. 1).

A inclusão do “masculino” quando se pensa a esfera da reprodução é algo que, nessa altura, já estava presente nas reflexões de Suely Gomes Costa há pelo menos uma década – quando, ao trabalhar com “linha da vida” no CSSR, percebe que a reprodução

¹⁰⁸ De acordo com Lole (2021, p. 318), “Suely permanece com as atividades de pesquisa e extensão no HUAP até 2006”.

diz respeito aos homens tanto quanto diz respeito às mulheres. Em entrevista à Elaine Silva (2015, p. 23), Suely Gomes Costa afirma que é justamente “a junção de homens e mulheres marca a experiência inaugural do PAISM, nessa unidade [CSSR]”.

Isto posto, om tais perspectivas já elaboradas, Suely Gomes Costa conheceu a assistente social Leila Guidoreni e, juntas, foram trabalhar com o Planejamento Familiar. Esse momento foi importante porque:

acabara de sair a Lei nº 9.263 de 1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar, e posteriormente a Portaria nº 48 em 1999 que regulamentava a esterilização masculina e feminina. Suely e Leila leram toda a documentação do Planejamento Familiar e perceberam que tinham que atender homens e mulheres. (LOLE, 2021, p. 317).

Para Suely Gomes Costa, “é esse [o] milagre do conhecimento [...] como o conhecimento leva você a um processo de mais consciência” (COSTA, 2005a). A meu ver, essa é a premissa do ato de pesquisar: ao pesquisar determinado tema, você, eventualmente, acaba conhecendo outros. É um processo sem fim, arrisco dizer. Essa é a minha experiência pesquisando o conceito do gênero, por exemplo: pesquisei a feminização do Serviço Social na graduação; violência de gênero no mestrado e agora, no doutorado, me debruço sobre os direitos reprodutivos.

Na trajetória de Suely Gomes Costa, é possível acompanhar sua transição do estado de “negação” dos estudos dedicados às vivências femininas para o *status* de pioneira nos estudos de saúde reprodutiva. A tomada de consciência é, de fato, constante. Assim, no encontro de Suely Gomes Costa com Leila Guidoreni, o tema da “masculinidade” surge enquanto uma discussão primordial para se atingir os objetivos da política de Planejamento Familiar. Afinal, não há planejamento familiar se excluirmos o “masculino” desse debate. Nas palavras de Ana Lole (2004, p. 2):

O homem precisa ser reconhecido como sujeito das ações de contracepção. Só que esta questão nos remete as discussões das esferas pública e privada, através da qual a mulher fora destinada ao lar e o homem à política, ao trabalho. Desta forma, nessa divisão sexual, cada vez mais a reprodução fica sob a responsabilidade da mulher – por ser algo relacionado ao privado/doméstico.

Diante de tantos estigmas envolvendo a participação masculina nos debates sobre o planejamento familiar, não é dificultoso notar que tal processo não se deu de forma rápida, tampouco transcorreu sem enfrentar alguma resistência. Com o assunto da masculinidade efervescendo em seu projeto de pesquisa, Suely Gomes Costa lembra: “Caiu no meu colo, os estudos de masculinidade que estão florescendo nos anos [19]90

no Brasil [...]. Tudo aquilo que a gente intuía, mas não sabia começa a pintar como questão [...] grave desse período, pra ser resolvida” (COSTA, 2005a).

Em suma, o estudo das masculinidades, na minha perspectiva, surge para nos mostrar que o conceito de gênero é muito mais abrangente do que, socialmente, somos levados a crer. “Gênero”, muitas vezes, é visto como sinônimo de “mulher” – o que, definitivamente, é uma explicação reducionista ao ignorar a característica “relacional” do conceito. Se for necessário apontar um sinônimo para “gênero”, talvez seria “pluralidade”: pluralidade de feminilidades, masculinidades, sexualidades, dentre outros.¹⁰⁹ Da mesma forma, “planejamento familiar” se encontra distante de ser um tema que se refere apenas às mulheres. Afinal, como aponta Margareth Arilha (1999, p. 456):

[...] a transformação nos indicadores de saúde das mulheres só poderia ser concretizada na medida em que a população masculina – jovem e adulta – também modificasse seus padrões de comportamento, por exemplo, em relação à transmissão das doenças sexualmente transmissíveis – em especial a AIDS – e ao uso de contraceptivo.

Durante décadas, se lutou para que as mulheres tivessem o seu direito à uma vida sexual segura garantido, mas como ter essa garantia se nossos olhares também não se voltarem para os homens? Digo, no que se refere à saúde sexual de mulheres que se relacionam com homens, não dá para ignorar que a atenção também deve ser voltada para o masculino. Como disse anteriormente, não se pode desconsiderar o caráter “relacional” das construções de gênero.

A partir desse entendimento, desde o primeiro capítulo desta tese, digo que não existe uma única forma de ser “mulher” e, da mesma forma, não existe apenas uma única maneira de ser “homem”. A resposta para essa diversidade também vem sendo dada desde as reflexões que abrem esse trabalho: seres humanos possuem diversas identidades. Assim, a depender da sua classe, raça, geração, dentre outras possibilidades identitárias, “[...] os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante.” (BOURDIEU, 2002, p. 63).

¹⁰⁹ Pensar em “gênero” enquanto sinônimo de “pluralidade”, também nos leva à compreensão de que esse conceito não está atrelado a uma perspectiva heteronormativa. A meu ver, esse é um entendimento primordial para que demais conceitos abarcados pelo “gênero” sejam entendidos em sua complexidade. Por exemplo, quando falamos da temática da violência de gênero, muitas vezes, pensamos apenas nas relações existentes entre homens e mulheres – que, sim, podem estar impregnadas de símbolos de violência. No entanto, as estruturas de poder estão presentes em todas as relações sociais. Louro (2009), nesse aspecto, entende que a heteronormatividade pode ser entendida como um produto compulsório da nossa sociedade que, historicamente, pressupõe que todas as pessoas são heterossexuais. Ou seja, quem foge desse padrão imposto socialmente, tende a possuir a sua sexualidade deslegitimada.

A fim de compreender o atravessamento das masculinidades na saúde sexual e reprodutiva, Suely Gomes Costa e Leila Guidoreni realizaram um levantamento dos estudos de avaliação do PAISM. Nesse processo, encontraram o texto de Sonia Correa “PAISM: uma história sem fim”, de 1993, também utilizado como referência nesta tese. Para Suely Gomes Costa, o texto de Correa (1993) traduzia tudo o que ela estava sentindo dentro do HUAP: “[...] descontinuidade na distribuição de contraceptivos; do programa [...] que nunca fica ninguém, todos os problemas do PAISM” (COSTA, 2005a).

Ao buscar respostas para as suas dúvidas, Suely Gomes Costa diz ter participado de diversos encontros sobre saúde reprodutiva – o que a levou a revisar essa perspectiva do PAISM escrevendo o texto publicado em 1999 na Revista Em Pauta, intitulado “Repensando o PAISMCA”, que foi utilizado como referência no segundo capítulo desta tese. Nessa dinâmica, reencontra a médica feminista Tisuko Shiraiwa:

Eu estreito os elos com a Tisuko, trouxe a Tisuko para o Hospital [Universitário Antonio Pedro] para um grande debate, a gente foi fazendo um monte de atividades dentro do hospital ligados à saúde reprodutiva e eu estava com esse “background”, efervescendo. Quando a gente lê aquele material todo, eu disse: “Leila [Guidoreni], a gente tem que trabalhar com homens e mulheres juntos!” [...] aí a outra etapa: a dificuldade que aparece de tratar com homens e mulheres ao mesmo tempo. (COSTA, 2005a).

Embora tenha se deparado com dificuldades em sua nova empreitada, Suely Gomes Costa e Leila Guidoreni persistiram no processo de reflexão de que prazer e reprodução não são opostos: são faces de uma mesma moeda. Nesse processo, Suely Gomes Costa diz ter sido fundamental a entrada de duas estagiárias na equipe, Claudia Fonseca e Luciana Nascimento, “não só pelo desembaraço, como pela segurança [...] elas estavam um pouco que ensinando a mim, essa nova geração, como lidar com a sexualidade” (COSTA, 2005a).

Além de Claudia Fonseca e Luciana Nascimento do Nascimento, o contato de Suely Gomes Costa com jovens estudantes de Serviço Social foi muito frutífero, pois rendeu estudos que desfeminilizavam o planejamento familiar ao considerar, também, o papel dos homens nessa temática. Assim, futuramente, nos anos 2000, algumas alunas que passaram pelas salas de planejamento familiar do HUAP estudaram, em seus Trabalhos de Conclusão de Curso em Serviço Social, o tema da reprodução. Dentre esses trabalhos, destacamos: “Reflexões sobre a prática educativa em saúde reprodutiva”, de Claudia Fonseca da Silva; “Saúde e gênero: reflexões sobre o masculino no campo da reprodução”, Luciana Adrielle do Nascimento; “Transgressões femininas e o direito à

laqueadura de trompas: a face oculta de uma luta”, de Adriana Fonseca Marotti; e “O medo de engravidar também é masculino”, de Ana Lole (Cf. LOLE, 2006, p. 41).

O trabalho em equipe que, além de multiprofissional era multigeracional, fora primordial para instigar a participação dos homens nas salas de Planejamento Familiar. Suely Gomes Costa diz que o primeiro passo foi a realização de salas mistas, assim, com a presença de mulheres e homens. No entanto, assim como se desenrolou na experiência do Seminário Direitos Reprodutivos (ALERJ, 1984), ocorrido há uma década e meia antes, a aceitação dos homens nos grupos não foi imediata.

É verdade que, nas relações sociais, os homens tradicionalmente ocupam um lugar hierarquicamente superior que as mulheres, logo, a simples presença masculina poderia inibir e/ou intimidar a fala de algumas delas. Para Suely Gomes Costa, “havia uma certa desconfiança inicial [...], era uma coisa nova, absolutamente nova” (COSTA, 2005a). O estranhamento inicial rompeu, de certa forma, com vários conceitos que Suely Gomes Costa já havia estabelecido na década anterior.

Eu aprendi a lidar com o masculino nas salas de Planejamento Familiar numa metodologia que mudou completamente aquilo que eu aprendi nos anos 1980. Daquilo não ficou nada, não sobrou pedra sobre pedra, a não ser a ideia da horizontalidade, de se colocar na reunião como uma pessoa, uma pessoa que tem experiência na vida reprodutiva. (COSTA, 2005a).

O fato é que discutir a sexualidade, vida reprodutiva, dentre outros temas que perpassam a saúde sexual e reprodutiva, também é reprimido e proibido aos homens. Uma das dificuldades que Suely Gomes Costa e Leila Guidoreni enfrentaram foi a falta de conhecimento sobre o corpo masculino: “houve um momento inicial que a gente não sabia bem como lidar, como discutir o órgão masculino, como sentir, discutir prazer. Isso a gente foi aprendendo fazendo, não tinha receita” (COSTA, 2005a). Um dos aprendizados que extraíram dessa jornada foi a necessidade de não se definir modelos, tampouco dinâmicas, pois “cada sala é uma sala” (COSTA, 2005a). Ou seja, cada encontro é um encontro, pois as vivências e experiências das pessoas podem – e vão – ser diferentes. Nessa dinâmica, como recorda Ana Lole (2006, p. 46):

O relacionamento horizontal entre a equipe e entre equipe e usuários(as) favorece a desconstrução de hierarquias e a maior aproximação entre participantes. O exercício de avaliação da experiência de grupo pelos participantes, após cada encontro, passa a demonstrar a eficácia da dinâmica empregada nas reuniões; homens e mulheres partilham de assuntos da intimidade.

Abaixo, vemos uma foto de um desses encontros. Suely Gomes Costa sinaliza que, aos poucos, “a gente passa a ter uma demanda incrivelmente grande de homens” (COSTA, 2005a).

Figura 7 – Sala de Planejamento Familiar no HUAP



Fonte: Lole, 2006, p. 110

Desta maneira, como aponta Lole (2006, p. 47), “compreender o masculino implicou, necessariamente, rever o feminino” – um processo que julgo ser de extrema importância, pois, como venho afirmando: as feminilidades e masculinidades são múltiplas. Creio que em espaços, como o proposto no HUAP, em que mulheres e homens debatem assuntos de interesses de ambos, inevitavelmente, possibilita o surgimento de questões nunca antes cogitadas; ou desmistifica verdades que, outrora, eram consideradas absolutas. Exemplo disso, é a percepção de que “o medo de engravidar também é masculino” (LOLE, 2003). Creio que tal entendimento só fora possível porque Suely Gomes Costa e Leila Guidoreni, ao trabalhar com as salas mistas de planejamento familiar, valorizavam as experiências pessoais dos indivíduos.

Suely Gomes Costa pontua: “A única coisa que a gente manteve da prévia tradução da Linha da Vida [...] [foi] falar da experiência da gente com os métodos contraceptivos”. Ainda em suas palavras, a professora prossegue: “essa experiência de

trazer a vida da gente a público [...] era muito interessante. Um ponto interessante é que desde o início dessas salas [...] sempre teve presente [...] essa experiência de articulação das três atividades: ensino, pesquisa e extensão” (COSTA, 2005a).

Creio que a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão – o famoso “tripé da educação” – é essencial para que os saberes produzidos no espaço acadêmico ultrapassem os muros da universidade e sejam materializados, também, na sociedade. No entanto, para Rita Freitas e Nivia Barros (2016, p. 9), na realidade acadêmica, a extensão tende a ser “deixada de lado”, ocupando um lugar secundário. Para as autoras, a importância da extensão está no fato de que ela “congrega não apenas diferentes perspectivas teóricas, mas também a possibilidade de uma interface entre o saber acadêmico e o saber tido como popular”. Se trata dos “vasos comunicantes”, defendidos por Munanga (2018).

Creio que o Seminário “Masculino, Feminino, Singular, Plural”¹¹⁰ realizado pela equipe de Saúde Reprodutiva e Planejamento Familiar no dia 06/08/2002 no HUAP (LOLE, 2006) materializa a união dessas três importantes esferas que compõem o ensino. Nesse cenário, o pioneirismo do trabalho realizado por Suely Gomes Costa é reafirmado, pois, em seus projetos no HUAP, possibilitou que as alunas e alunos de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, que atuavam em seus projetos no HUAP, se desenvolvessem para além dos conhecimentos disponíveis nos livros didáticos: participavam ativamente, em parceria com os demais profissionais da instituição, do planejamento e do desenvolvimento das ações que envolviam a saúde reprodutiva.

Nesse contexto, Suely Gomes Costa recorda:

A observação participante de alunas do Serviço Social da UFF, na aproximação sistemática com as pacientes da Ginecologia e da Obstetrícia, produziria informes indispensáveis à avaliação da extensão dos impactos de procedimentos institucionais sobre a saúde da mulher. Confirmaria a importância de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão nos projetos em que se inscrevem. (COSTA, 1997, pp.2-3).

As ações integradas de ensino, pesquisa e extensão – características das atividades desenvolvidas dentro do HUAP – ganharam tanta relevância que, além da participação das alunas bolsistas de iniciação científica e das estagiárias do Hospital, a sala de planejamento familiar¹¹¹ coordenada por Leila Guidoreni e Suely Gomes Costa também

¹¹⁰ O folder de divulgação do Seminário se encontra no Anexo 1 desta tese.

¹¹¹ No anexo 2, é possível ver o folder de divulgação da Sala de Planejamento Familiar do HUAP, no ano de 2003.

passou a ser procurada por pesquisadoras de outras instituições de ensino. Como exemplo disso, a professora Carla Almeida, ao desenvolver a sua Tese de Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), intitulada “Fechando com chave de ouro: o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares no Rio de Janeiro” (Cf. ALMEIDA, 2004), recorreu ao HUAP como um dos seus campos de pesquisa. Em suas palavras:

Em março de 2002 iniciei a observação dos “grupos de planejamento familiar e saúde reprodutiva” no Hospital Universitário Antonio Pedro situado em Niterói/RJ. A instituição foi selecionada tendo em vista ser, na época, uma das poucas propostas de trabalho que efetivamente incluía homens e mulheres nos “grupos educativos” (ALMEIDA, 2004, p. 5).

O caráter vanguardista das atividades desenvolvidas nas salas de planejamento familiar e saúde reprodutiva do HUAP era tão marcante que, em suas observações, Almeida (2004, p. 5) nota que “o público atendido era variado, registrando-se moradores de outras localidades fora da cidade de Niterói, tais como Rio de Janeiro e interior do Estado – Magé e São Gonçalo”.

Em entrevista que realizei com a assistente social e coordenadora do Programa SOS Mulher, Leila Guidoreni, no ano 2019 (Cf. CARVALHO, 2019), ela afirma que embora o HUAP esteja localizado na cidade de Niterói, é uma instituição de referência para outros municípios que compõem a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, como São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Rio Bonito.

Creio que uma das justificativas para que pessoas decidam se locomover, muitas vezes longas distâncias, até o HUAP é manifestada por uma das pessoas entrevistadas por Ana Lole (2006, p. 57), ao falar do acesso aos métodos contraceptivos na cidade em que residia antes de procurar o atendimento no HUAP: “no interior, [...] é muito difícil, sabe. Lá não existia, ainda, hospitais que faziam de graça, tinha que ser paga”. Se por um lado, há de se celebrar o trabalho abrangente realizado pela equipe do HUAP neste período; por outro “a não regionalização do enfoque de risco atua decisivamente na perambulação intermunicipal, uma ocorrência a que ficam sujeitas as mulheres vindas de longe em direção ao HUAP”, como recorda Suely Gomes Costa (1997, p. 16).

Nesse aspecto, é preciso recordar que grande parte do público atendido pelo HUAP compõe as margens mais subalternizadas da sociedade – característica que, como vimos, não era ignorada por Suely Gomes Costa (2002) em seus trabalhos, ao se atentar para os variados marcadores sociais que perpassam a vida dos sujeitos sociais, sobretudo

as mulheres. Não deve se esquecer, no entanto, que direitos são processos (FLORES, 2009), logo, caminhar para uma política de saúde reprodutiva que respeite as necessidades e particularidades dos indivíduos não se deu de forma instantânea.

Assim, “Suely permanece com as atividades de pesquisa e extensão no HUAP até 2006” (LOLE, 2021, p. 318). O fato é que as iniciativas lideradas por Suely Gomes Costa, Leila Guidoreni e demais profissionais do HUAP, majoritariamente mulheres, deixaram marcas nesse período no que tange à saúde sexual e reprodutiva, bem como na produção acadêmica nesta área.

Aqui, cabe novamente reforçar que esse processo apenas foi possível através dos encontros entre as mulheres. Isto é, há algumas páginas, disse que Rachel Soihet (COSTA, 2004) percebeu uma continuidade em seu trabalho de valorizar os estudos de gênero e das mulheres no campo da História, através dos trabalhos produzidos por Suely Gomes Costa e demais alunas que orientou na pós-graduação em História da UFF. Da mesma forma, é possível perceber a continuidade dos trabalhos de Suely Gomes Costa; impulsionado pelos encontros que ela teve com alunas, estagiárias, pesquisadoras, dentre outros profissionais que tiveram os seus caminhos atravessados por essa figura tão importante para a história da saúde reprodutiva no estado do Rio de Janeiro, sobretudo em Niterói.

E foram muitas pessoas impactadas por Suely Gomes Costa. Como consequência desses encontros:

Em julho de 2005 a Secretaria de Assistência Social do município do Rio de Janeiro, através do então secretário Marcelo Garcia, inaugura a Biblioteca Suely Gomes Costa, uma biblioteca especializada em Serviço Social, com um acervo de documentação histórica da Memória da Assistência Social Carioca e outro acervo bibliográfico de livros especializados na área e temas afins. (LOLE, 2021, p. 319)

É importante lembrar que Marcelo Garcia foi aluno de Suely Gomes Costa, no período em que ele cursava Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (LOLE, 2021). É muito simbólico pensar que uma mulher que inspirou tantas e tantos profissionais no decorrer de sua vida tenha recebido, em sua homenagem, um espaço que com certeza suscita a busca por conhecimento.

Mesmo após encerrar o seu trabalho no HUAP, “Suely manteve suas atividades [...] nos dois Programas de Pós-Graduação da UFF, o de Política Social e o de História. Nestes programas Suely orientou muitas alunas e alunos dos cursos de mestrado e

doutorado” (LOLE, 2021, p. 318). Ao todo, foram dezenove trabalhos orientados pela professora; divididos entre doze Dissertações e sete Teses¹¹². Dentre esses trabalhos, oito fazem menção direta aos estudos de gênero em seus títulos.

Ainda que a sua última orientação na pós-graduação tenha acontecido no ano de 2016¹¹³, Suely continuou a frequentar esse espaço. Entre os dias 29 de novembro e 01 de dezembro de 2017, se comemorou o aniversário de quinze anos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (PPGPS/UFF), o qual ela contribuiu para sua criação, em 2002. Nesta celebração, Suely Gomes Costa marcou presença no evento intitulado “15 anos do Programa: desafios teóricos e aplicados da Política Social”.

No dia 30 de novembro, o Programa preparou uma homenagem à Suely Gomes Costa, organizada pelas professoras Mônica Senna e Ana Lole. Foi preparado pelas organizadoras um vídeo com depoimentos das orientandas de Suely Gomes Costa, que foi exibido na atividade. Além disso, a professora Ana Lole preparou uma “Linha da Vida de Suely Gomes Costa”, que foi lida por Andréa Ledig de Carvalho Pereira.

Na imagem abaixo, vemos uma foto de Suely Gomes Costa durante a homenagem do PPGPS/UFF, que foi realizada no auditório Violeta Campofiorito da Escola de Serviço Social da UFF. Com o auditório cheio, principalmente por pessoas que tiveram suas trajetórias de vida marcadas pela professora, Suely Gomes Costa recebe essa merecida homenagem em vida.

¹¹² A lista de Dissertações e Teses orientadas por Suely Gomes Costa se encontra no Apêndice desta tese.

¹¹³ Se trata da Tese “Conservadoras ou revolucionárias? Trajetórias femininas, filantropia e proteção social: São Paulo e Rio de Janeiro (1930-1960)”, de autoria de Andréa Ledig de Carvalho Pereira, defendida em dezembro de 2016 (Cf. PEREIRA, 2016).

Figura 8 – Suely Gomes Costa na homenagem realizada pelo PPGPS/UFF



Fonte: Acervo do NPHPS.

É possível pensar que essa continuidade também se deu por meio do Projeto de Pesquisa Interinstitucional “Por uma história de gênero e feminismos no Serviço Social” que, como afirmei na introdução desta Tese, fora o estopim para que eu decidisse me debruçar sobre as contribuições de Suely Gomes Costa no campo da saúde reprodutiva. Creio que esse movimento apenas é possível quando, como afirmo desde o primeiro capítulo desta tese, resgatamos as memórias das mulheres; sobretudo as que nos antecederam. Nesse contexto, há a possibilidade de um “efeito multiplicador” agir, ao permitir que mais mulheres sejam sensibilizadas acerca das lutas que tanto nos atravessam.

Exemplo disso é que, embora eu tenha ingressado na ESS/UFF apenas no ano de 2012 – cinquenta e três anos após o ingresso de Suely Gomes Costa nessa mesma instituição –, fui impactada pelos seus ensinamentos que, ainda hoje, podem ser considerados muito progressistas. É importante salientar, mais uma vez, que apenas tive contato com o trabalho de Suely Gomes Costa após ter integrado o Projeto de Pesquisa Interinstitucional “Por uma história de gênero e feminismos no Serviço Social”, enquanto já cursava o mestrado.

É urgente, nesse sentido, o Serviço Social olhar para as protagonistas de sua própria história. Protagonistas que, reforço, foram revolucionárias. Exemplo disso é que escrevo este item no dia em que a descriminalização do aborto seria votada no Superior

Tribunal Federal¹¹⁴ – uma problemática de saúde pública que, há décadas, já era alvo das atenções de Suely Gomes Costa.

Ainda que, como Suely Gomes Costa bem observa, os feminismos sejam geracionais (ALMEIDA; LOLE, 2016), penso que há uma linha que conecta todas nós. Acredito que essa “linha” pode ser entendida também como a “ideia-força” (COSTA, 2009) que permeia os movimentos de mulheres e feministas, que faz a roda da luta pela saúde reprodutiva continuar girando. É essa “ideia-força” que une mulheres, muitas vezes, diferentes entre si ao longo das gerações.

Assim, se a Suely Gomes Costa da juventude se posicionava na “linha de frente” das lutas políticas; seja reivindicando direitos na qualidade de estudante de Serviço Social (Figura 1) ou enquanto professora participando do Seminário Direitos da Reprodução (ALERJ, 1984); em sua velhice, afirmou: “Hoje, acompanho os movimentos à distância. Aqui ou ali, faço uma intervenção, como esta [entrevista], contribuindo com reflexões e debates ao meu alcance. Não estou mais filiada a nenhum movimento, em especial.” (ALMEIDA; LOLE, 2016, p. 388).

Ainda que tenha mantido uma distância física dos movimentos feministas e de mulheres, nos seus últimos anos de vida; intelectualmente, julgo não ter existido distância alguma: as marcas que Suely Gomes Costa deixou na luta pela saúde reprodutiva não foram, nem serão, apagadas. Como disse anteriormente, seus ensinamentos se perpetuam e nos recordam que podemos (e devemos) alinhar nossas convicções feministas com as nossas práticas profissionais. Afinal, foi tocando em assuntos historicamente considerados “proibidos”, como a saúde sexual e reprodutiva, que nós, mulheres, galgamos espaços e rompemos os limites simbólicos impostos historicamente pelos homens brancos e cisgênero.

¹¹⁴ Se trata da ação que visa descriminalizar o aborto voluntário até as doze primeiras semanas da gestação. A votação, que aconteceria de forma virtual no dia 22 de setembro de 2023, foi suspensa a pedido do Ministro Luís Roberto Barroso e acontecerá de forma presencial – em uma data ainda a ser definida. Até o momento, apenas a Ministra Rosa Weber declarou o seu voto; esse a favor da descriminalização do aborto. Informações encontradas em: <[Descriminalização do aborto no STF: entenda o que pode mudar na regra sobre gestação até a 12ª semana | Política | G1 \(globo.com\)](#)>. Acessado em 23 set. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: a luta das mulheres não tem um “ponto final”

Durante os quatro anos de doutorado, foi muito interessante perceber o quão semelhantes de outras mulheres nós podemos ser; embora existam marcadores sociais que podem nos distanciar, tais como a classe social, raça e geração, dentre tantos outros signos que nos debruçamos no decorrer desta tese. Suely Gomes Costa nasceu no mesmo ano que a minha avó, mãe de minha mãe, mas ainda assim, em muitos momentos, me enxerguei nela.

Com Suely Gomes Costa, partilho a experiência de ter cursado Serviço Social e Economia na Universidade Federal Fluminense – embora esse último curso eu não tenha concluído. Como ocorreu com Suely Gomes Costa, no curso de Economia, conheci Hildete Pereira de Melo e me encantei por sua disciplina “macroeconomia de gênero” – uma disciplina optativa que, em oposição a toda a grade curricular do curso, dá importância ao trabalho reprodutivo (não pago) realizado pelas mulheres em seus lares que, em essência, é fundamental para que o sistema capitalista se sustente da forma que vivenciamos hoje. Em seu livro em conjunto com Débora Thomé, Hildete Pereira de Melo se aprofunda nessa temática (Cf. MELO; THOMÉ, 2018).

Essas histórias que se cruzam, ou que se assemelham, me remetem ao romance “A Trança” (2021), da escritora francesa Laetitia Colombani, que tive a oportunidade de ler no último ano. No livro, ela conta a história de três mulheres – uma na Índia, uma na Itália e outra no Canadá – que, como descrito pela autora, “estão conectadas pelo desejo de assumir o rumo da própria história”. Creio que esse fio, essa força motriz, de fato nos conecta. Digo isso porque, desde o primeiro capítulo desta tese, é perceptível a movimentação das mulheres, ao longo das décadas, para, enfim, assumir o protagonismo de suas próprias vidas.

É lamentável, no entanto, que essas vivências femininas sejam poucas difundidas na sociedade. Desde o meu trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, venho persistindo na questão: Por que no Serviço Social não se valoriza as mulheres que foram as pioneiras da profissão? Para além disso: Por que não conhecemos essas mulheres? Se trata de uma profissão historicamente construída por mulheres, sendo majoritariamente feminina até hoje. Uma profissão de mulheres para mulheres – uma vez que a maioria das usuárias também são mulheres. Contudo, as narrativas que temos invisibiliza a atuação

feminina dessa história. Como diz a expressão popular: “Seria cômico, se não fosse trágico”.

É urgente resgatar as narrativas femininas em todas as complexidades e nuances, já que, como afirmei constantemente: mulheres são plurais, logo nem todas nós passamos pelo mesmo caminho em nossas “saídas” (PERROT, 1991), sequer possuímos as mesmas demandas. Assim como as personagens de Colombani (2021), cada uma nascida em um continente do globo, o que nos conecta é o desejo pela liberdade.

Liberdade que, até hoje, não usufruímos por completo – é preciso pontuar. No entanto, as lutas femininas por políticas públicas sensíveis ao gênero, sobretudo por políticas que se referem à saúde reprodutiva, que narro a partir do segundo capítulo, não nos deixa ter dúvidas: vivenciamos, hoje, uma noção de liberdade muito mais ampliada, graças às mulheres que vieram antes de nós. Há muito para se avançar – afinal, nem sempre nossos passos são para a frente, mas com certeza “nossos passos vêm de longe” (WERNECK, 2010) –, mas também há muito para se comemorar.

Graças aos esforços de mulheres, como Suely Gomes Costa, hoje as mulheres brasileiras possuem ao menos o direito de decidir se vão utilizar métodos contraceptivos ou não. A maternidade não deve ser compulsória. Na retomada de um governo brasileiro progressista, marcado pelo início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, neste ano de 2023 as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família possuem o acesso gratuito às pílulas anticoncepcionais¹¹⁵.

Nesse cenário, é preciso recordar as reflexões de Lourdes Bandeira e Hildete Pereira de Melo (2010, p. 247) quando dizem: “Seguramente a descoberta da pílula anticoncepcional foi dos acontecimentos que marcaram esta revolução de fundamental importância para a liberdade da mulher”. O acesso gratuito às pílulas anticoncepcionais pode propiciar uma maior liberdade feminina – especialmente quando está vinculado a um programa de transferência de renda às famílias pobres, cujo perfil é majoritariamente de pessoas negras¹¹⁶.

¹¹⁵ Para saber mais: <[Beneficiárias do Bolsa Família terão acesso gratuito a anticoncepcionais \(correiodopovo.com.br\)](https://correiodopovo.com.br)>. Acessado em 28 set. 2023.

¹¹⁶ De acordo com a publicação de 2013, “Perfil das pessoas e das famílias no Cadastro Único do Governo Federal”, 73,7% das famílias usuárias do Programa Bolsa Família são compostas por pessoas negras. Disponível em: <[livro_perfilcadastrounico_retrato.indd \(mds.gov.br\)](https://mds.gov.br)>. Acessado em 28 set. 2023.

Julgo que essa é uma conquista com grande influência de várias mulheres, como as atuações de Suely Gomes Costa, seja no Centro de Saúde Santa Rosa ou nas salas de Planejamento Familiar e Saúde Reprodutiva no Hospital Universitário Antonio Pedro defendendo que saúde reprodutiva diz respeito a todas as pessoas e que deve ser responsabilidade do Estado. Também acredito ser uma conquista de Hildete Pereira de Melo, Leila Guidoreni, Rachel Soihet, Maria do Espírito Santo Tavares, dentre tantas outras mulheres intelectuais feministas que citei, no decorrer desta tese, e que foram primordiais para que as demandas das mulheres passassem a ocupar espaço na agenda política.

Aqui, é importante ressaltar que, embora Suely Gomes Costa seja protagonista desta tese, ela nunca esteve sozinha: em seus relatos, percebemos a influência e o apoio de muitas mulheres em seu percurso político. É verdade que também teve um importante homem como aliado: o médico Cesar Macedo. Citar essa aliança entre Suely Gomes Costa e Cesar Macedo é interessante porque nos mostra que, sim, é possível que homens sejam aliados das lutas feministas. Afinal, parafraseando Grada Kilomba (2016b) quando diz que “o racismo é uma problemática branca”¹¹⁷; digo: o machismo é uma problemática dos homens.

Assim, é de suma importância trazer os homens para os debates que, socialmente, se acredita ser “debates femininos”. A experiência exitosa de Suely Gomes Costa com os grupos mistos para discutir a saúde reprodutiva e o planejamento familiar nos mostra isso. Afinal: como fazer a sociedade entender que ter uma saúde sexual e reprodutiva segura é direito de todas e todos se, nesse debate, excluimos os homens? Suely Gomes Costa, há quase três décadas, já entendia que assumir que o debate de saúde sexual e reprodutiva era um “assunto feminino” só auxilia no processo de desresponsabilização masculina que impera na sociedade.

Nesse ponto, é curioso perceber as dualidades que perpassam a existência masculina: se por um lado foram os homens que escreveram a história que conhecemos, assumindo papéis vitoriosos e imponentes; de outro, na sociedade, para muitos assuntos são considerados apenas “meninos”. Enfrentar essa dualidade é uma das desventuras de

¹¹⁷ Frase dita por Grada Kilomba em entrevista à Carta Capital. Entrevista publicada em 30 de março de 2016b, disponível em: <[“O racismo é uma problemática branca”, diz Grada Kilomba – CartaCapital](#)>. Acessado em 28 set. 2023.

ser uma mulher vanguarda. Um desafio que, embora tenha sido encarado com maestria por Suely Gomes Costa, ainda temos que enfrentar na atualidade.

Enfim, escrever sobre as contribuições de Suely Gomes Costa é, para mim, permitir que a epistemologia feminista tome as rédeas da narrativa. Por um momento no espaço acadêmico, acreditei na falácia de “narrativa neutra” – algo que, hoje, percebo ser tão distante da realidade; especialmente quando percebo quantas histórias femininas ainda esperam para serem contadas. Acredito que é por esse motivo que, nesse momento, me encontro com dificuldades em dar um “ponto final” nessa tese. Como dar um “ponto final” se a luta de Suely Gomes Costa não tem fim?

É necessário reafirmar que, embora Suely Gomes Costa tenha partido desse mundo, o seu legado ainda floresce em uma sociedade em que as mulheres permanecem lutando para ter a sua cidadania legitimada. Como a própria professora disse, ao refletir sobre as desigualdades vividas pelas (e entre as) mulheres: “Não adiantava alimentar utopias genéricas... Sempre preferi o lugar de trabalho que juntasse vida pessoal e profissional” (ALMEIDA; LOLE, 2016, p. 388).

Isto é, é preciso encarar a realidade da forma que ela de fato é, e insistir para que a nossa “ideia-força” nos auxilie no processo de tornar as vivências femininas mais equitativas. Me despeço desta tese com um certo pesar de estar encerrando um ciclo; mas orgulhosa por ter narrado a trajetória de uma mulher que, sem dúvidas, ainda inspirará futuras gerações de feministas. Assim como me inspirou.

REFERÊNCIAS:

OBRAS DE SUELY GOMES COSTA

COSTA, Suely Gomes. (Re)pensando o PAISMCA. **Em Pauta** – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 15, p. 109-122, nov. 1999.

COSTA, Suely Gomes. “Diga-me: o que significa gênero?”. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 104-124, jul./dez. 2011. Disponível em: <[20387-Texto do Artigo-73218-1-10-20111220.pdf](#)>. Acessado em: 19 set. 2023.

COSTA, Suely Gomes. A produção do alto risco e impactos sobre a saúde da mulher. In: **Dossiê Mulher**, n. 1, Niterói, UFF/HUAPGHA, jul. 1997.

COSTA, Suely Gomes. Bioética, cidadania e direitos reprodutivos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 84, p. 118-139, nov. 2005c.

COSTA, Suely Gomes. Das desventuras de ser doutora. **La Manzana de la Discordia**, v. 2, n. 1, p. 19-35, 2007a. Disponível em: https://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1414/pdf. Acessado em: 19 set. 2023.

COSTA, Suely Gomes. Dilemas da proteção social: direitos humanos, biopolítica e bioética, “passando pelos sinos”. In: SENNA, Monica de Castro Maia; ZUCCO, Luciana Patrícia; LIMA, Ana Beatriz Ribeiro (Org.) **Serviço Social na saúde coletiva: reflexões e práticas**. Rio de Janeiro, Garamond, 2012, p. 25-58.

COSTA, Suely Gomes. Introdução à metodologia, teoria do diagnóstico e da intervenção em Serviço Social. **Suplemento de Debates Sociais**, Documento de Teresópolis, Rio de Janeiro, n. 4, p. 9-60, 2. ed., nov. 1970.

COSTA, Suely Gomes. Linhas da vida e associativismos feministas: “a voz das mulheres”. **Anais...** Fazendo Gênero 7, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <[Microsoft Word - Suely Gomes Costa.doc \(dype.com.br\)](#)>. Acessado em 29 jun. 2023.

COSTA, Suely Gomes. Memória dividida das lutas por direitos reprodutivos. Niterói/Rio de Janeiro, anos 1970/1980. **Anais...** Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, ago. 2010. Disponível em: <[Microsoft Word - 1275353914 ARQUIVO Modelo Texto Competo FG9.rev.doc \(dype.com.br\)](#)>. Acessado em 19 set. 2023.

COSTA, Suely Gomes. Memória do Serviço Social: lugar na história e na historiografia. In: **Seminário Serviço Social no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, UERJ, maio de 1994.

COSTA, Suely Gomes. **Metáforas do tempo e do espaço doméstico. Rio de Janeiro: século XIX**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. especial, p. 23-36, set./dez. 2004.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista IINTERThesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-29, jul./dez. 2009. Disponível em: <[Vista do Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos \(Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX\) \(ufsc.br\)](#)>. Acessado em 15 nov. 2021.

COSTA, Suely Gomes. **Pau-para-toda-obra. Subsídios para o estudo do processo de subordinação do trabalho. A matriz de qualificação da mão-de-obra do sistema fabril. (Brasil: séc. XVI a XIX)**. 2 Tomos. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1988.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-324, jul./dez. 2002.

COSTA, Suely Gomes. **Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional**. São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA, Suely Gomes. Silêncios, diálogos e os Monólogos da Vagina: instantes dos feminismos (Brasil, 1970-1990). **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 14, n. 17, p. 35-56, 2007b.

ENTREVISTAS E PALESTRAS DE SUELY GOMES COSTA

COSTA, Suely Gomes. Entrevista a Ana Lole. Transcrita por Ana Paula do Nascimento. Niterói, RJ, 09/06/2005a. Acervo pessoal de Ana Lole.

COSTA, Suely Gomes. Entrevista a Joana Maria Pedro. Transcrita por Maise Caroline Zucco. Florianópolis-SC, 17/02/2004. Acervo do LEGH/UFSC.

COSTA, Suely Gomes. Entrevista sobre a Marcha Mundial das Mulheres. **Canal Futura**, 12/03/2010.

COSTA, Suely Gomes. Palestra proferida na Disciplina “Cultura, subjetividade e identidades contemporâneas”, ministrada pela professora Rita Freitas, no Curso de Mestrado em Política Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, no dia 07 de julho de 2005. Palestra transcrita por Ana Paula do Nascimento. Niterói, RJ, 2005b. Acervo pessoal de Ana Lole.

OUTRAS OBRAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 1º edição, 2019.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. **“Fechando com Chave de Ouro”**: o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Corpo e Gênero: articulando um debate. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 17-27, dez. 2011.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. **Feminismos e saúde**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2017.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. Cultura, História e Serviço Social: entrevista com Suely Gomes Costa. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 38, v. 14, p. 384 – 389, 2º Semestre de 2016.

ALMEIDA, Suely Souza. Violência e direitos humanos no Brasil. **Praia Vermelha**, n.11, Rio de Janeiro, 2004.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. Disponível em: <[Biblioteca Digital e Sonora: O que é feminismo \(unb.br\)](#)>. Acessado em 09 out. 2023.

AMARAL, Ney. (Coord.) Políticas públicas: conceitos e práticas. v. 7. Belo Horizonte: Sebrae, 48 p. **Série Políticas Públicas**. 2008.

AQUINO, Estela Maria Leão de; ARAÚJO, Thália Velho Barreto de; MARINHO, Lilian Fátima Barbosa. Padrões e Tendências em Saúde Reprodutiva no Brasil: bases para uma análise epidemiológica. In: GRIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (Org.). **Questões da saúde reprodutiva**, Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

ARISTÓTELES. **Política**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997

ARRUDA, Aparecida Nátia Pinto de. **Mulheres e violência**: memórias e lutas na cidade de Niterói. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2005.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). Seminário Direitos da Reprodução, 1984.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2003.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. O conflito entre reprodução e o desejo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 239-254, 2. sem. 2010

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo – a experiência vivida**; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, 2006. Disponível em: <[Rev97_04ARTIGOS.pmd \(scielo.br\)](http://www.scielo.br/Rev97_04ARTIGOS.pmd)>. Acessado em 16 jan.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERQUÓ, Elza. Brasil, um caso exemplar – anticoncepção e partos cirúrgicos – à espera de uma ação exemplar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 1993.

BILGE, Sirma. **Théorisations féministes de l'intersectionnalité**. Diogenè, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política** 11. ed. Tradução de Carmen C. Varriale *et al* 11. ed. Brasília: UnB, 1998.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1930). In M. Perrot & G. Duby (Org.), **História das mulheres no ocidente** (Vol. 5, pp. 185-320). Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**, 3ª edição, São Paulo: Cia das Letras, 1995.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Vozes, Petrópolis. 2002.

BRAGA, Cenira Duarte; FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Projeto de Pesquisa e Extensão Niterói – Cidade das Mulheres: criação de fontes orais de pesquisa para o resgate da história da cidade**. Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ, 2007.

BRANGANÇA, Aníbal. **Livraria Ideal: do cordel à bibliofilia – Niterói**: Ed. Pasargada: Eduff, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br)>. Acessado em 09 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Diário Oficial da República Federal do Brasil, Brasília, DF; 1996.

BRITTO, Augusto César Luiz; MOKARZEL, Marisa de Oliveira; CORRADI, Analaura. O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. **ÁGORA**, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 158-182, jan./jun., 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANESQUI, Ana Maria. Planejamento familiar nos planos governamentais. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas, v. 2, nº2, 1985. Disponível em: <[616-texto-do-artigo-1820-1-10-20140214.pdf \(bvsalud.org\)](http://bvsalud.org/texto-do-artigo-1820-1-10-20140214.pdf)>. Acessado em 15 jun. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Bazar do tempo, 2019.

CARVALHO, Monique de Souza. Dissertação **A violência de gênero contra as mulheres na Universidade Federal Fluminense: percepções das entidades representativas estudantis dos cursos de Economia e Serviço Social**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2019.

CARVALHO, Monique de Souza. **Feminização do Serviço Social: Ainda persistem aspectos generificados nas motivações para ingressar no curso?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2017.

CARVALHO, Monique de Souza. Luta antirracista no Brasil: o que os brancos têm a ver com isso?. **Revista Espaço Acadêmico**, Ano XXI, 2022.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZARRÉ, Marieta. A “quarta onda do feminismo” nasce em 2015. **Revista Brasileiros**. 2016. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/01/quarta-onda-feminismo-nasce-em-2015>>. Acessado em 20 abr. 2020.

CHIARI, Juliana. “Avaliação de políticas públicas”. In: CASTRO, Carmen Lucia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (org.). **Dicionário de políticas públicas**. EdUEMG, 2012.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Meio Sol Amarelo**. 2 ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2017

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Trad. Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLOMBANI, Laetitia. A trança. Intrínseca, 2021.

CORREA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu** (53), 2018.

CORREA, Sonia. PAISM: uma história sem fim. Revista Brasileira de Estudos da População. Campinas, 1993.

CORRÊA, Sonia; JANNUZZI, Paulo de Martino; ALVES, José Eustáquio Diniz. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. Trabalho realizado com o apoio do UNFPA-Brasil, no âmbito do Sub-programa de Saúde Sexual e Reprodutiva, **Projeto “Sistema de Indicadores Municipais em Saúde Sexual e Reprodutiva”**, coordenado pela ABEP e IBGE. Rio de Janeiro, setembro de 2003.

COSTA NETO, Hilton Azevedo. **Os paradigmas da proteção social frente a um debate interseccional e decolonial**: formas dissidentes de fazer políticas, construir mundos e potencializar futuros. Dissertação (Mestrado em Política Social) Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2023.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero, Niterói**: UFF, 2013.

COSTA, Ana Alice de Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B (ORG). **O Feminismo do Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. 2008.

COSTA, Ana Maria. O PAISM: uma política de assistência integral à saúde da mulher que precisa ser resgatada. São Paulo, **Comissão de Cidadania e Reprodução**, 1992.

COSTA, Ana Maria. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(4):1073-1083, 2009.

COSTA, Ana Maria; AQUINO, Estela Leão. Saúde da mulher na reforma sanitária brasileira. In: COSTA, Ana Maria; MERCHAN-HAMANN, Edgar; TAJEK, Débora (Org.). **Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

COSTA, Mônica Rodrigues. A Trajetória das Lutas pela Reforma Sanitária. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 13(2): 85-107, jul.-dez./2007.

COUTINHO, Diana Cardoso. “As mulheres e a construção da Universidade Federal Fluminense – a trajetória de Aidyl de Carvalho Preis”, **Trabalho de Conclusão de Curso** apresentado a Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, 2002.

CRUZ NETO, Otávio. “O trabalho de campo como descoberta e criação”. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 18º ed. (org. Maria Cecília de Souza Minayo). Petrópolis: Vozes ed., 1994.

CUNHA, Ana Márcia Gomes Mendes da. **Por Que Não Denunciar? Reflexões Acerca Da Violência Contra Mulher: uma experiência na CODIM/NIT**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DELGADO, Lucilia de A. Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DELGADO, Maria Berenice G.; SOARES, Vera. O Movimento de mulheres na transição democrática brasileira. In: HELLMANN, Michaela (Org.). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil. Sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

DESCARRIES, Francine. “Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec”. In: Labrys, **Estudos feministas**. Brasília: UnB, número 1-2, julho/dezembro, 2002. Disponível em: <[Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec | by Revista Labrys | Medium](#)>. Acessado em 24 nov. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **União Homoafetiva: O preconceito & a justiça**. 4. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2009.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados** (49), 2003. Disponível em: <[Constância Lima Duarte \(scielo.br\)](#)>. Acessado em 25 jan. 2022.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Bazar do tempo, 2019.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Coleção Educadores. Recife: Editora Massangana, 2010.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. **Os estabelecidos e os outsiders**. Zahar, 2000.

ESCOREL, Sarah. **Reviravolta na Saúde**. Origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004. Disponível em: <[Artigo Marta.pmd \(scielo.br\)](#)>. Acessado em 20 jun. 2022.

FARIA, Nalu & NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 1997.

FELGUEIRAS, Ana Cláudia. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo, **Revista Digital Simonsen**, nº 6, p. 108-121, 2017.

FERREIRA, Elizabeth F. X. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Editora Fundação Boiteux. Florianópolis, 2009. Disponível em: <[Joaquin Herrera Flores - A reinvenção dos direitos humanos.pdf \(usp.br\)](#)>. Acessado em 22 jun. 2022.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138, 2007. Disponível em: <[a06n70.pdf \(scielo.br\)](#)>. Acessado em 05 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1973.

FREITAS, Rita de Cássia Santos et al. **Serviço Social e Diversidade Sexual**: notas introdutórias. Anais VIII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Juiz de Fora, 23 a 25 de novembro de 2016.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Famílias e violência**: reflexões sobre as mães de acari. *Psicologia USP*, Vol. 13, No .2, 69-103, 2002.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. **Por uma história de gênero e feminismos no Serviço Social**. Projeto de pesquisa. 2018.

FREITAS, Rita; BRAGA, Cenira. **Projeto de pesquisa Niterói – A universidade e as mulheres**. Relatório de atividades. Universidade Federal Fluminense, 2012.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BARROS, Nivia Valença. “O enfrentamento a violência contra mulheres – universidade e redes”. Trabalho apresentado no **I Congresso Internacional Estudos de Gênero em debate: percursos, desafios e olhares interdisciplinares**, CIEG-UL, Lisboa, 2016.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; MEDEIROS, Luciene Alcinda de. Epistemologia feminista e direitos humanos: considerações metodológicas. **Revista Serviço Social em Debate**, v. 4, n. 1, p. 86-104, 2021.

FREITAS, Rita; LOLE, Ana; CARVALHO, Monique. Homenagem à Suely Gomes Costa – Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense. **Revista Gênero**, Niterói, v. 23, n. 1, p. 5-8, 2. sem 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Girard, Françoise, Negotiating sexual rights and sexual orientation at UN. In: Parker, R.; Petchesky, R.; Sember, R. (eds.). **Sex Politics**: Reports from the frontlines, 2007. Disponível em: <[sexpolitics.indd \(sxpolitics.org\)](#)>. Acessado em 02 jan. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política e Sociedade**, v. 6, n. 11, Florianópolis, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

GOLDBERG, Annete. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar** – como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 2004.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano** – ensaios intervenções e diálogos. Zahar, 2020. Disponível em: <[Por um feminismo afro-latino-americano \(mulherespaz.org.br\)](http://mulherespaz.org.br)>. Acessado em 09 out. 2023.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: <[Microsoft Word - RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA \(usp.br\)](#)>. Acessado em 01 nov. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - Volume 3**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRIFFIN, Karen. Corpo e Conhecimento na Saúde Sexual: uma visão sociológica. In: GRIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (org). **Questões da saúde reprodutiva**, Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

GROSSI, Miriam Pillar. **Trabalho de campo e subjetividade** (org. Miriam Pillar Grossi). Florianópolis, UFSC, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, S. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, p. 294-334, 2003.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

KETZER, Patricia. “Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações”. **Revista Argumentos**, ano 9, n. 18, Fortaleza, jul./dez. 2017.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**: uma palestra-performance de Grada Kilomba. 2016a. Tradução: Jessica Oliveira. Disponível em: [GI Grada NOVO \(wordpress.com\)](#). Acessado em 10 nov. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. O Racismo é uma problemática branca (Entrevista). **Carta Capital**, seção Política, 30/03/2016b. Disponível em: <[“O racismo é uma problemática branca”, diz Grada Kilomba – CartaCapital](#)>. Acessado em 28 set. 2023.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 2017.

LEITE, Letícia Sepini Batista. **A proteção à mulher vítima de violência em Niterói - O processo de criação da CODIM como objeto de estudo**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2012.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. Editora Pensamento-Cultrix Ltda. 2019.

LIMA, Maria José de. Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista. In: FEMPRESS-BRASIL (Org.). **Como trabalhar com mulheres**. Petrópolis: Vozes, 1988.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LOLE, Ana. **Masculinidades e saúde reprodutiva: a experiência da vasectomia**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2006.

LOLE, Ana. **O medo de engravidar também é masculino**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

LOLE, Ana. Direitos reprodutivos e sexuais: (ainda) uma arena de conflitos. **Anais... XI Encontro Regional de História (ANPUH)**, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[Ana Elizabeth Lole dos Santos.doc \(live.com\)](#)>. Acessado em 28 jun. 2023.

LOLE, Ana. Serviço Social e prática política feminista: o protagonismo de Suely Gomes Costa. Homenagem de vida. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 309-322, 1º Sem. 2021.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina de L. Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 46-60, jan./abr. 2017. Disponível em: <[Vista do Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social \(ufes.br\)](#)>. Acessado em 09 dez. 2021.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica ed., 2019.

LOURO, Guacira Lopes. “Uma epistemologia feminista”, **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, 6ª ed., Petrópolis: ed. Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado – Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2001.

MARINHO, Silvana. Feminismo(s) e cidadania feminina: o pensamento feminista como referência teórico-política à cidadania de mulheres em sua pluralidade. Dossiê: História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades. **Revista Eletrônica História em Reflexão** | Dourados, MS | v. 14 | n. 28 | p.20-48 | Jul. / Dez. 2020. Disponível em: <[Vista do Feminismo\(s\) e cidadania feminina: o pensamento feminista como referência teórico-política à cidadania de mulheres em sua pluralidade \(ufgd.edu.br\)](http://Vista.do.Feminismo(s).e.cidadania.feminina.o.pensamento.feminista.como.referencia.teorico-politica.a.cidadania.de.mulheres.em.sua.pluralidade.ufgd.edu.br)> Acessado em 26 jan. 2022.

MARQUES, Patrícia Figueiredo; FERREIRA, Silvia Lúcia. **Saúde sexual e saúde reprodutiva - práticas de ONG feministas**. Fazendo Gênero 8 - Corpo, violência e poder. Florianópolis, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**. vol. 12, n.14, p. 33-48, jan/jun 2016.

MEDEIROS, Luciene. **Em briga de marido e mulher o Estado deve meter a colher**: políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Rio de Janeiro: Ed.: PUC-Rio; São Paulo: Reflexão, 2016.

MEDEIROS, Luciene. **Políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher**: o processo de formulação para a agenda governamental no estado do Rio de Janeiro (1986-2006). 2012. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2012. Disponível em: <[DIVISÃO DE BIBLIOTECAS E DOCUMENTAÇÃO - PUC-RIO](http://DIVISÃO.DE.BIBLIOTECAS.E.DOCUMENTAÇÃO.PUC-RIO)> Acessado em 30 nov. 2021.

MEDEIROS, Luciene; BARROS, Nivia Valença. Movimento de Mulheres e Ativismo – uma vida de luta: Entrevista com Ivanete Silva. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 301 – 308, 2021.

MEDEIROS, Luciene; FREITAS, Rita. **Por onde caminhamos até chegar aqui**. O Social em Questão - Ano XX - nº 38 - Mai a Ago/2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 85-97.

MELO, Hildete Pereira de. Entrevista ao projeto de pesquisa “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social”, no dia 30 de julho de 2021. Niterói, 30/07/2021. Acervo do Projeto.

MELO, Hildete Pereira de. Fala para a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, no dia 09 de janeiro de 2023. Disponível em: <[UFF discute a participação feminina na política do Brasil – Andifes](http://UFF.discute.a.participação.feminina.na.política.do.Brasil.Andifes)>. Acessado em 12 jan. 2023.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMAHER, Schuma. **A segunda onda feminista no Brasil**. [S. l.: s. n.], [201-]. Disponível em: [Microsoft Word - A segunda onda feminista no Brasil.doc \(mulher500.org.br\)](http://Microsoft.Word.A.segunda.onda.feminista.no.Brasil.doc.mulher500.org.br) Acessado em 23 jan. 2023.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MESQUITA, Cecília Chagas de. Saúde da mulher e redemocratização: ideias e atores políticos na história do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Anais do XXVI **Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011. Disponível em: <[1300655640_ARQUIVO_Textocompletoanpuh2011-CeciliaC.Mesquita.pdf](#)>. Acessado em 09 out. 2023.

MILLS, C. Wright. “Do artesanato intelectual”. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1972.

MINAYO, Maria Cecília de. **Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade**. Emancipação, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 435-442, 2010.

MIRANDA, Claudia; ARAUJO, Helena M. M. **Memórias contra-hegemônicas e educação para as relações étnico-raciais: práticas decoloniais em contextos periféricos**. Revista Perspectiva. V. 37, p. 378-393, 2019.

MONTECINOS, Verónica. Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

MOURA, Maria Lacerda de. **Feminismo? Caridade?**, 1934. Disponível em: <[Feminismo? Caridade? \(marxists.org\)](#)>. Acessado em 06 nov. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Protagonismo dos(as) pesquisadores(as) negros(as) na produção do conhecimento sobre população negra no Brasil**. Conferência conferida na abertura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS (COPENE), 10., Uberlândia, 2018. Anais [...] Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2018.

MURGEL, Ana Carolina A. T. A prosa da poeta: os artigos feministas de Alice Ruiz nos anos de 1970 e 1980. **Revista Gênero**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 273-292, 1. sem. 2010.

NITERÓI. **Lei Municipal nº 931, de 25 de março de 1991**. Dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Niterói - Com-mulher, e dá outras providências. Disponível em: <[Lei Ordinária 931 1991 de Niterói RJ \(leismunicipais.com.br\)](#)>. Acessado em 11 jan. 2023.

NITERÓI. **Plano Municipal de Saúde Participativo – 2022-2025**. 2021. Disponível em: <[Plano Participativo Saude 03.05.2022_off4.pdf \(niteroi.rj.gov.br\)](#)>. Acessado em 18 jan. 2023.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina, 2014.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1998.

PAIM, Jairnilson Silva. Atenção à saúde no Brasil. In: BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde no Brasil - Contribuições para a Agenda de Prioridades de Pesquisa/Ministério da Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004

PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. 356 p. Disponível em: < [paim-9788575413593.pdf \(scielo.org\)](https://scielo.org/paim-9788575413593.pdf)>. Acessado em 09 dez. 2021.

PASSOS, Ana Helena Ithamar; PUCCINELLI, Bruno; ROSA, Waldemir. As narrativas hegemônicas como normativas excludentes: raça, gênero e sexualidade. **Revista Do Centro De Pesquisa E Formação**, n° 8, julho de 2019.

PATERMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia publico/privado. In: CASTELLES, Carme (Org.). **Perspectivas feministas en teoria política**. Barcelona: Paidós, 1996.

PATERMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 89, 2010.

PAULINO, Fabiana Moura. Dissertação **A formação de mulheres com a Linha da Vida**: sentidos que emergem de experiências na Região Metropolitana do Recife. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2017.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, pp. 239-260, 2003.

PEDRO, Joana Maria; BARLETTO, Marisa. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. **Revista Feminismos**, Vol.7, N.1, Jan. – Abr, 2019.

PELÚCIO, Larissa. “‘No salto’ – Trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem”. **Entre saias justas e jogos de cintura** (org. BONETTI, Alinne e FLEISCHER. Soraya). Florianópolis, Ed. Mulheres: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

PEREIRA, Andréa Ledig de Carvalho. **Conservadoras ou revolucionárias? Trajetórias femininas, filantropia e proteção social**: São Paulo e Rio de Janeiro (1930-1960). Tese (Doutorado em Política Social) Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2016.

PEREIRA, Andréa Ledig de Carvalho. Um caminho de violetas: trajetórias femininas, filantropia e proteção social. **Revista Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 91 - 114, 1. sem 2015.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **A quarta onda feminista**: interseccional, digital e coletiva. Trabalho preparado para apresentação no X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), organizado conjuntamente pela Associação Latino-americana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência

Política e o Tecnológico de Monterrey, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto 2019. Disponível em: <[25-perez-19.pdf \(alacip.org\)](#)>. Acessado em 24 nov. 2021.

PERROT, Michelle. “Sair”, **História de Mulheres no Ocidente**, (org.: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Ed. Afrontamento, São Paulo: Ebrandil, 1991.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru/SP; EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Editora Contexto. São Paulo, 2007.

PETRONE, Taliria Soares. **Mulheres negras em Niterói (RJ):** desmistificando a “cidade sorriso”. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2019.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <[FEMINISMO, HISTÓRIA E PODER | Pinto | Revista de Sociologia e Política \(ufpr.br\)](#)>. Acessado em 15 nov. 2021.

PITANGUY, Jacqueline. Feminismo e Estado: a experiência do CNDM. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B (ORG). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012

PREVIATTI, Débora; LOBO, Eduardo; PEREIRA, Juliana. **Em Busca da Interdisciplinaridade: o trabalho multiprofissional na gestão pública em saúde para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Coleção Gestão da Saúde Pública, 2013.

RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto** (org. ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda), Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se – feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas-SP. Ed. da Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte. MG: Letramento, 2017.

ROLIM, Barbara Celeste. **Participação Social na Política de Saúde de Niterói**: Um estudo a partir do Programa Médico de Família. Tese (Doutorado em Política Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2014.

ROSA, Helena. História Oral e Micro-História: aproximações, limites e possibilidades. In: **IV Encontro Regional Sul de História Oral: Culturas, Identidades e Memórias**. 2007. Disponível em: <[Microsoft Word - Helena Rosa.doc \(wordpress.com\)](#)>. Acessado em 06 nov. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. In: **Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais - FLACSO: Brasil**, Junho de 2009. Disponível em: <[Heleieth Saffioti.pdf \(redelivre.org.br\)](#)>. Acessado em 09 out. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALES, Alessandra do Amaral; TORRES, Iraildes Caldas. Mulheres na luta por moradia: um olhar sustentável sobre a atuação do Movimento Orquídeas. **Anais do 18º REDOR**, Pernambuco, 2014. Disponível em: <[744 \(ufpb.br\)](#)>. Acessado em 09 jan. 2022.

SAMPAIO, Alexandre Gregório Silva; MANO, Maíra Kubík Taveira. A mulher enquanto identidade definida: tensões entre o feminismo radical e o transfeminismo. **XX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR)**. 2018.

SANTOS, Ana Cristina. Perspectiva ativista. “Entre academia e o ativismo: sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal”, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 76, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Edições Afrontamento. 1994.

SANTOS, Katia Regina da Costa. **Dona Ivone Lara**: voz e corpo da síncopa do samba. Tese (Doutorado em Filosofia) — University of Georgia, Geórgia, 2005. Disponível em: <[Microsoft Word - Katia-Thesis Final2.doc \(uga.edu\)](#)>. Acessado em 09 out. 2023.

SANTOS, Luciana Carla. **No porão da democracia: experiências de resistência à ditadura militar na Escola de Serviço Social de Niterói/UFF**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos pagu** (16), pp.31-48, 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto, 2004.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogeiro Gesta (Org.). **Direitos sociais e políticas públicas: Desafios Contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar as políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, set/dez. 2018.

SCHPUN, Mônica Raisal. Maria Lacerda de Moura: trajetória de uma rebelde – Entrevista com Miriam Moreira Leite. **Cadernos Pagu** (22), pp.329-342, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan W. A história das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA JÚNIOR, A. G.; PIRES, A. C.; MARINS, J. N.; TOMASSINI, H. C. B. As experiências de articulação Universidade-Serviço-Sociedade em Niterói, RJ. **Cadernos ABEM**, v. 2, jun. 2006.

SILVA, Ana Paula Procópio da; ALMEIDA, Magali da Silva; GONÇALVES, Renata. Ochy Curriel e o feminismo decolonial. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 269 – 277. 2020.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. Feminismo e movimentos de mulheres. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. 63p. - (**Série Mulheres em Movimento**, nº 1). 2013. Disponível em: <[pdf_950.pdf \(clacso.edu.ar\)](#)>. Acessado em 30 nov. 2021.

SILVA, Elaine França da. **Ascensão, crise e declínio do PAISM: A experiência do Centro de Saúde Santa Rosa/Policlínica Sérgio Arouca, em Niterói (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Política Social) Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2015.

SILVA, Joise Magarão Queiroz; MAQUES, Patrícia Figueiredo; PAIVA, Mirian Santos. Saúde sexual e reprodutiva e Enfermagem: um pouco de história na Bahia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 2013, pp. 501-507. Disponível em: <[REBEN 66-4 miolo.indd \(scielo.br\)](#)>. Acessado em 09 out. 2023.

SILVA, Tauana Olívia Gomes; FERREIRA, Gleidiane de Sousa. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017. Disponível em: <[Vista do E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas \(ufsc.br\)](#)>. Acessado em 26 jan. 2022.

SILVEIRA, Paloma Silva; PAIM, Jairnilson Silva; ADRIÃO, Karla Galvão. Os movimentos feministas e o processo da Reforma Sanitária no Brasil: 1975 a 1988. **Saúde em Debate**; Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 8, P. 276-291, 2019.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: paradigma e desafios. **Revista Estudos Feministas**, ano 2, 2º semestre, 1994.

SOBRINHO, Délcio da Fonseca. **Estado e população**: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: FNUAP, 1993.

SOIHET, Rachel. Encontros e desencontros no Centro da Mulher Brasileira (CMB) anos 1970-1980. **Revista Gênero**. Niterói, v. 7, n. 2, p. 237-254, 1. sem. 2007.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu** (11), pp. 77-87, 1998.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

SOPHIA, Daniela Carvalho. **O Cebes e o movimento de reforma sanitária**: história, política e saúde pública (Rio de Janeiro, 1970-1980). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

SOUSA, Camille Melo Barreto e. **A trajetória de implementação do Programa Médico de Família em Niterói**: continuidades e mudanças nos anos 2000. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

SOUTO, Kátia Maria Barreto. A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: uma análise de integralidade e gênero. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 161-182, jan./jun. 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. **Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães**. 2002. Disponível em: <[Microsoft Word - Politicas publicas - FLEM.doc \(pucgoias.edu.br\)](#)>. Acessado em 28 jun. 2022.

SOUZA, Marcius F. B. de. **A Participação das Mulheres na Elaboração da Constituição de 1988**. Curadoria Enap, s/d. Disponível em: <[\[Princípios e Direitos Fundamentais\] A Participação das Mulheres na Elaboração da Constituição de 1988 . Curadoria Enap](#)>. Acessado em 29 jun. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

STERNBACH, N.S.; ARANGUREN, M.N.; CHUCHRYK, P. e Álvarez, S.E. Feminismo en América Latina: de Bogotá a San Bernardo. In: LEON, M. (Org.). **Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina**. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

STEVENS, Cristina. “Mulheres e violência: criando a memória do futuro”. **Mulheres e violências: Interseccionalidades** (org. STEVENS, Cristina et. al.), Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

TEIXEIRA, Solange Maria. “Políticas públicas para a família: o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviços de apoio à família”. **Revista Ser Social**, v. 12, n. 27, Brasília, pp. 63-87, 2010.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Editora Revan, 1992.

TRUJILLO, Gracia. “**De la necesidad y urgência de seguir queerizando y transformando el feminismo**”. Unas notas para el debate desde el contexto español. *Revista ex aequo*, nº 29, 2014.

UNESCO. **Olhares feministas**. Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sonia WeiderMaluf, Vera Lúcia Puga (organizadoras). Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2007. Disponível em: <[Vol 10_OlhFem_Elet.indd \(mec.gov.br\)](#)>. Acessado em 23 nov. 2021.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, v. 1, n. 1, p. 07-17, mar./jun. 2010. Disponível em: <[Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo | Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as \(ABPN\) \(abpnrevista.org.br\)](#)>. Acessado em: 7 out. 2023.

WOOLF, Virginia. **Um quarto só seu**. Coleção L&M Pocket, 1º edição, 2019.

APÊNDICE

Quadro - Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado orientadas por Suely Gomes Costa:

| Orientanda | Título do trabalho | Ano de conclusão | Mestrado / Doutorado | Nome do Programa |
|--|---|-------------------------|-----------------------------|-------------------------|
| Eugênia Aparecida Cesconeto | Catadores de lixo: uma experiência da modernidade no oeste paranaense. (Toledo:1980/1999). | 2002 | Mestrado | História |
| Roberta Mercadante Santos | Saídas, invenções e poderes: estudos sobre velhices de mulheres. | 2005 | Mestrado | Política Social |
| Daniel Horta Alvim | Pobreza brasileira: pensando paradigmas: experiências de vida - Morro da Penha - Niterói - RJ. | 2005 | Mestrado | História |
| Daniela Carvalho Sophia | Os intelectuais da saúde e a invenção das utopias: 1970-1990. | 2005 | Mestrado | Política Social |
| Ana Cristina Bechara Barros Fróes Garcia | O processo de empoderamento de mulheres mastectomizadas: uma experiência em grupo de apoio (Niterói, 2002-2006) | 2006 | Mestrado | Política Social |
| Ana Lole | Masculinidades e saúde reprodutiva: a experiência da vasectomia. | 2006 | Mestrado | Política Social |
| Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker Alvarenga | Os 147 % em questão: o Movimento dos Aposentados no Rio de Janeiro na década de 90. Dissertação | 2006 | Mestrado | Política Social |
| Norma Emiliano | Sociabilidades e adoecimento nas universidades: a saúde do trabalhador na Universidade Federal Fluminense. | 2008 | Mestrado | Política Social |

| Orientanda | Título do trabalho | Ano de conclusão | Mestrado / Doutorado | Nome do Programa |
|--|---|------------------|----------------------|------------------------------------|
| Luciane Infantini da Rosa Almeida | Razões, sentimentos e projetos profissionais: experiências de vestibulandos (Vitória, ES, anos 2009-2010). | 2010 | Doutorado | Serviço Social/UERJ ¹¹⁸ |
| Rachel Gouveia Passos | Mulheres, cuidados e maternalismos na Reforma Psiquiátrica brasileira: o lado oculto da história. | 2011 | Mestrado | Política Social |
| Aline da Silva Marques | Trabalho e o Programa Qualidade de Vida dos Servidores: conceitos e significados. A experiência da UFF (Niterói, RJ; Anos 2004-2011). | 2012 | Mestrado | Política Social |
| Rosemere Olimpio Santana | Tradições e Modernidade: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940). | 2013 | Doutorado | História |
| Viviane de Oliveira Barbosa | Mulheres do Babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. | 2013 | Doutorado | História |
| Ivonete Alves de Lima Cavaliere | Memórias do isolamento compulsório no Hospital-Colônia Tavares de Macedo-RJ (1936-1986). | 2013 | Doutorado | Política Social |
| Beatriz Fartes de Paula Neves | Reconstruir é preciso: narrativas e memórias da antiga Colônia Juliano Moreira (1924-1982). | 2014 | Mestrado | Política Social |
| Elaine França da Silva | Ascensão, crise e declínio do PAISM: a experiência do Centro de Saúde Santa Rosa/Policlínica Sérgio Arouca, em Niterói (RJ). | 2015 | Mestrado | Política Social |
| Elisabete Cristina Cruvello da Silveira. | Cultura de bem-estar social e messianismo: As Conferências da ONU e o CBCISS (1968-1978). | 2015 | Doutorado | Política Social |

¹¹⁸ Suely Gomes Costa foi professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), durante o período de orientação da doutoranda.

| Orientanda | Título do trabalho | Ano de conclusão | Mestrado / Doutorado | Nome do Programa |
|----------------------------------|--|-------------------------|-----------------------------|-------------------------|
| Liandra Lima Carvalho | Trajetórias de mulheres na política da Baixada Fluminense: relações entre o público e o privado e o processo de empoderamento. Município de Duque de Caxias, RJ: a partir de 1980. | 2015 | Doutorado | Política Social |
| Andréa Ledig de Carvalho Pereira | Conservadoras ou revolucionárias? Trajetórias femininas, filantropia e proteção social: São Paulo e Rio de Janeiro (1930-1960). | 2016 | Doutorado | Política Social |

ANEXOS

ANEXO 1 - Seminário “Masculino, Feminino, Singular, Plural”

Saúde reprodutiva organizou-se, historicamente, como um campo de estudos e de práticas profissionais interdisciplinares associados aos dos direitos sociais. Vem se caracterizando por uma vasta pluralidade temática que conjuga matérias e experiências humanas, as mais variadas. Hoje, compõe-se de muitos saberes e fazeres contidos na intercessão de um conjunto de conhecimentos médicos com o daquele produzido pelas ciências humanas, e com mais outro composto de comportamentos, de práticas sociais vinculadas à sexualidade humana que forjam valores de muitos sentidos civilizadores em constante transformação. É ainda um lugar de experiências educativas e de exercício de cidadania, de confronto de códigos culturais vários de regulação de vida sexual e afetiva. Concepções sobre sexualidade modelam procedimentos médico-assistenciais, definem conteúdos programáticos da educação e da saúde, regulam direitos. Por tudo isto, este Seminário pretende expressar preocupações com novos objetos de análise desse campo, com a revisão de usuais recortes temáticos organizadores do conhecimento e das práticas profissionais aí produzidas. A perspectiva de que saúde reprodutiva é assunto masculino e feminino, mas também singular (de indivíduos homo e heterossexuais) e plural (de coletivos homo e heterossexuais), reafirma sua dimensão política e seu caráter público. Estimular este debate é o modo de iniciar a avaliação das políticas públicas nesse campo e de buscar meios de promovê-las em favor da felicidade humana.

prog.visual@CAEX/PROEX/UF - 2002

6 de agosto
de 2002
das 9 às 17h
Local
Hospital Universitário Antônio Pedro
Anfiteatro Argentino de Oliveira
Rua Marquês de Paraná 303
Centro - Niterói
Inscrições
no local, a partir das 8h
Informações
Serviço Social / HUAP
tel. 2620-7263
Ana Elizabeth
analie@bol.com.br
Mariana Fernanda
marfermandadafarinas@bol.com.br

Patrocínio
COPY & GRAFT
Apelo
CNPq
PROEX CCM CES
FLUMINENSE
FEDERAL
UNIVERSIDADE
UFF

ORGANIZAÇÃO
Docentes:
Prof. Carlos Jardim - HUAV/UFF
Prof. Claudio Palombo - HUAV/UFF
Prof. Dr.º Sueli Gomes Costa - SSM/UFF
Técnicos:
Enf. Cloris Marília Rimes Torres - HUAV/UFF
A.S. Lúcia Maria Campos Guidoren - HUAV/UFF
Dr. Maurício Alves Pereira - HUAV/UFF
Docentes:
Ana Elizabeth Leite dos Santos - Bolsista de IC - PIBIC / UFF
Leticia Castro do Nascimento - Bolsista Treinamento / UFF
Marta Fernanda Santos de Farias - Bolsista de IC / CNPq
Vanessa Rodrigues Moreira - Bolsista de Serviço Social / UFF
PROXIMIDADE
Projeto de Pesquisa:
Saúde Reprodutiva e Cidadania
SSN / CES

IMPRESSO

Masculino, Feminino, Singular, Plural

Seminário

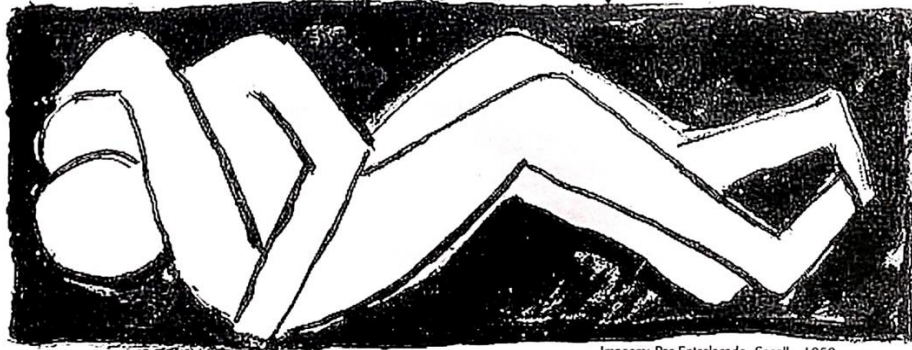


Imagem: Par Entrelaçado, Segall - 1950



PROGRAMA

09:00 ABERTURA

A.S. Leila Maria Campos Guldoreni (HUAP / UFF)
Prof. Aniello Palombo (HUAP / UFF)
Prof. José Carlos Carraro (Faculdade de Medicina / UFF)
Prof. Maximus Taveira Santiago (CCM / UFF)
Prof. Rogério Benevento (HUAP / UFF)

09:30 MESA

SAÚDE REPRODUTIVA: DESAFIOS

Coord. Profª Drª Suelly Gomes Costa (SSN / UFF)

Dr. Maurílio Alves Pereira (HUAP / UFF)

Subsídios para Avaliação das Experiências do Planejamento Familiar

Prof. Carlos Jardim (HUAP / UFF)

Experiências de Vasectomia

Prof. Willer Baumgarten (ENSP / FIOCRUZ)

Homens, Saúde e Vida Cotidiana

Profª Drª Fabíola Rohden (IMS / UERJ)

Juventude, Sexualidade e Reprodução em debate

12:30 ALMOÇO

14:00 MESA

SAÚDE REPRODUTIVA: NOVAS TENDÊNCIAS

Coord. Enfermeira Diva Thereza Pilotto (HUAP / UFF)

Drª Tisuko Shiraiwa (PAISMCA / SES-RJ)

A Organização de Serviços e Saúde Reprodutiva

Enfermeira Fernanda Sá (PAISMCA / SMS-Niterói)

Avaliação do PAISMCA a Nível Local

Prof. Cláudio Palombo (HUAP / UFF)

Sexualidade e Reprodução em Tempos de AIDS

Profª Carla Almeida (FSS / UERJ)

Participação Masculina na Esfera da Saúde Reprodutiva

17:00 ENCERRAMENTO

ANEXO 2 – Folder de divulgação da Sala de Planejamento Familiar no HUAP

O Programa preconiza ações de saúde voltadas para a assistência na prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis, HIV/AIDS, prevenção do câncer ginecológico, de próstata, planejamento familiar/contracepção e para a valorização do debate na saúde-reprodução-sexualidade-gênero-cidadania. Com a participação de homens e mulheres neste cenário constituído sem véus, silêncios e ocultações, diante da saúde (também Reprodutiva).

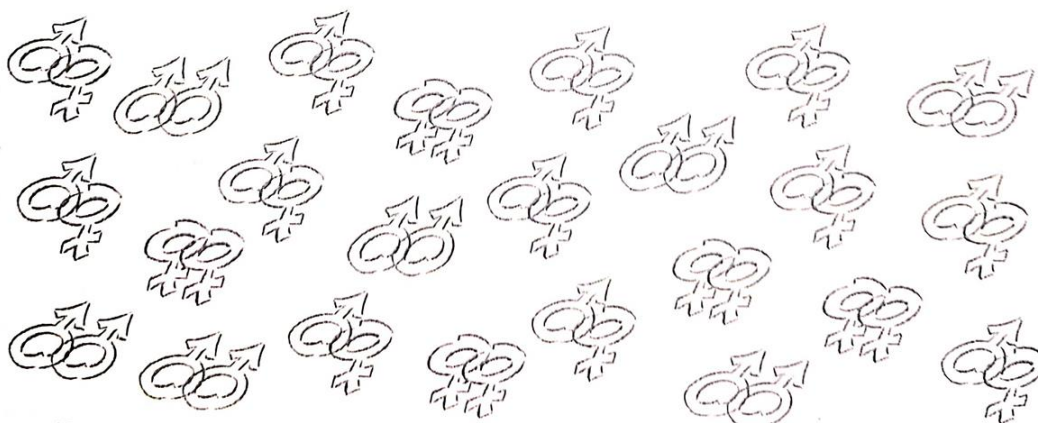
IMPRESSO

Informações
☎ 0XX (21) 2620-7263
Serviço Social / HUAP

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE
PROEX
CCM/HUAP
CES/SSN/PHPS

EQUIPE
Carlos Jardim (Prof/Urologista)
Suelly Gomes Costa (Prof/SSN)
Clotilde Martins Rimes Torres (Enf/Pré-Natal)
Leticia Maria Campos Gurdoren (Assistente Social)
Dr Maurício Alves Pereira (ginecologista)
Bolsistas/estagiárias
Ana Elizabeth Lole dos Santos (PIBIC)
Ana Paula D. Rangel (estagiária)
Lenice Castro do Nascimento (Treinamento)
Alessandra Lopes (CRPq)

proj. visual: CAEXPROEXUF - 2003



Programa de Saúde Reprodutiva / Planejamento Familiar
Hospital Universitário Antônio Pedro

Programa de Saúde Reprodutiva / Planejamento Familiar



Projeto

Saúde, com Muito Prazer



Temas tratados:

Contracepção, sexualidade,
prevenção de DST/AIDS e
prevenção de câncer de mama,
de colo de útero e próstata



Agendamento:

2^a a 6^a feira

de 9 a 16h

Ambulatório de Ginecologia

Reuniões:

3^{as} feiras

de 13 a 15h

Local:

Sala de Educação Continuada
3º andar do Prédio Anexo
Hospital Universitário Antônio Pedro

